

Organizadoras:

ALESSANDRA DE PAULA | DANIELLE KELY GOMES | ELIETE FIGUEIRA BATISTA DA SILVEIRA

MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA | SILVIA RODRIGUES VIEIRA

UMA HISTÓRIA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

homenagem a *Silvia Brandão*



UMA HISTÓRIA DE INVESTIGAÇÕES
SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA:
HOMENAGEM A SILVIA BRANDÃO

2018

Blucher

Uma história de investigações sobre a Língua Portuguesa

© 2018 Alessandra de Paula; Ana Carla Morito Machado; Danielle Kely Gomes; Eliete Figueira Batista da Silveira; Eline Maria Mendonça Bulcão; Evanilda Marins Almeida; Fabiane de Mello Vianna da Rocha; Gerson Rodrigues da Silva; Marcia dos Santos Machado Vieira; Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso; Roberval Teixeira e Silva; Sérgio Drummond Madureira Carvalho; Sílvia Rodrigues Vieira; Vanessa Meireles; Vivian de Oliveira Quandt.

Editora Edgard Blücher Ltda.

As imagens utilizadas nesta obra são de responsabilidade dos autores e todas contam com as devidas referências de onde foram extraídas.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Uma história de investigações sobre a língua portuguesa :
homenagem a Sílvia Brandão / organizado por Alessandra de
Paula...[et al]. – São Paulo : Blucher, 2018.

251 p. : il., color.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-307-1 (impresso)

ISBN 978-85-8039-308-8 (e-book)

1. Língua portuguesa - Discursos, ensaios e conferências
I. Santos, Alessandra de Paula

18-0107

CDD 469

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa - Discursos, ensaios e conferências

UMA HISTÓRIA DE INVESTIGAÇÕES
SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA:
HOMENAGEM A SILVIA BRANDÃO

Organização:

ALESSANDRA DE PAULA
DANIELLE KELLY GOMES
ELIETE FIGUEIRA BATISTA DA SILVEIRA
MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA
SILVIA RODRIGUES VIEIRA

Colaboração:

ALESSANDRA DE PAULA
ANA CARLA MORITO MACHADO
DANIELLE KELLY GOMES
ELIETE FIGUEIRA BATISTA DA SILVEIRA
ELINE MARIA MENDONÇA BULCÃO
EVANILDA MARINS ALMEIDA
FABIANE DE MELLO VIANNA DA ROCHA
GERSON RODRIGUES DA SILVA
MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA
MARIA LUIZA DE CARVALHO CRUZ-CARDOSO
ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA
SÉRGIO DRUMMOND MADUREIRA CARVALHO
SILVIA RODRIGUES VIEIRA
VANESSA MEIRELES
VIVIAN DE OLIVEIRA QUANDT

Divulgar a ciência – tentar tornar os seus métodos e descobertas acessíveis aos que não são cientistas – é o passo que se segue natural e imediatamente. Não explicar a ciência me parece perverso. Quando alguém está apaixonado, quer contar a todo mundo. Este livro é um testemunho pessoal de meu caso de amor com a ciência, que já dura toda uma vida.

Mas há outra razão. A ciência é mais do que um corpo de conhecimento, é um modo de pensar.

*Carl Sagan**

* SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. Trad. Rosaura Eicheberg. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 42-43.

SUMÁRIO

Prefácio	9
Apresentação	11
CAPÍTULO 1	
Aspectos políticos e linguísticos no ensino de Português para surdos	15
<i>Roberval Teixeira e Silva</i>	
CAPÍTULO 2	
Glossários regionais nordestinos: um estudo lexicográfico	29
<i>Eline Maria Mendonça Bulcão</i>	
CAPÍTULO 3	
Das investigações variacionistas às variadas interfaces: percursos na análise de fenômenos morfossintáticos	39
<i>Silvia Rodrigues Vieira</i>	
CAPÍTULO 4	
Prototipicidade dos verbos de cognição e integração de eventos	57
<i>Eliete Figueira Batista da Silveira</i>	
CAPÍTULO 5	
A variação da concordância nominal num dialeto rural	77
<i>Evanilda Marins Almeida</i>	
CAPÍTULO 6	
Predicar com construção com verbo suporte	91
<i>Marcia dos Santos Machado Vieira</i>	
CAPÍTULO 7	
Sobre as vogais pretônicas <e> e <o> em PB e em PE	113
<i>Sergio Drummond Madureira Carvalho</i>	
CAPÍTULO 8	
Construções com o conector onde: observações a partir do uso em contextos formais	129
<i>Gerson Rodrigues da Silva</i>	

CAPÍTULO 9	
O Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM	141
<i>Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso</i>	
CAPÍTULO 10	
A lateral palatal no Português do Brasil e no Português europeu: um estudo socio-linguístico comparativo	151
<i>Vivian de Oliveira Quandt</i>	
CAPÍTULO 11	
O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro	167
<i>Ana Carla Morito Machado</i>	
CAPÍTULO 12	
Sequências vocálicas e o acento de palavra do Português	183
<i>Vanessa Meireles</i>	
CAPÍTULO 13	
Panorama de aspectos sociolinguísticos do alteamento no vocalismo postônico medial em Português.....	193
<i>Alessandra de Paula</i>	
CAPÍTULO 14	
Síncope das vogais postônicas não finais: uma análise contrastiva entre variedades do Português	213
<i>Danielle Kely Gomes</i>	
CAPÍTULO 15	
A pretônica /o/ na fala de Nova Iguaçu/RJ	225
<i>Fabiane de Mello Vianna da Rocha</i>	
Sobre os Organizadores.....	243
Sobre o Prefaciador	245
Sobre os Colaboradores	247
Anexo – Dissertações e teses orientadas pela professora Silvia Figueiredo Brandão	249

PREFÁCIO

SILVIA FIGUEIREDO BRANDÃO

Para a edição deste livro em homenagem a Silvia, chega-me o surpreendente convite (nossa amizade tem tanto silêncio público!): estar aqui; juntar-me a um comitê visível, claro e de amor à homenageada: isto é, colocar-me em uma obra que se pauta no respeito, no encanto, no agradecer, no grande admirar, um admirar que mais justo, juro, não conheço outro.

*

Éramos eu e Silvia dois jovens menina e menino, que, com muita e muita pose de mais velhos (já que estimávamos a dignidade máxima no existir, seja no existir com os outros, seja no existir solitariamente), começamos a lecionar literaturas em uma mesma universidade particular. Ali nos vimos: e ponto; vimo-nos, e ponto: um reconheceu no outro o que havia de muito íntimo de si e o que havia de muito íntimo do outro: éramos secretos! E isso sabíamos ser amor em senso ampliado de menina e menino: amor aos atos, amor à letra, amor aos saberes. Para os dois, um quase culto de largo amor ao cuidar e de largo amor ao silêncio.

*

Esses dois jovens queriam o conhecimento, o transmitir e o fazer a vida de algum modo uma obra de serena arte.

*

Silvia, muito mais ela do que eu, foi-se polindo, embora já hiperpolida desde antes do “nós nos vimos”: e continua, cada vez mais e mais, a polir-se, ou seja, a fazer vibrar toda sua existência (tão naturalmente!) e com sublime inteligência e com uma paz de luz suave e intensa; dessa sua reconhecida magnitude de sábia obra humana a dedicar-se a produzir sábias obras (coisas e gentes) humanas, nasce este livro!

*

[Pequena confissão: embora com a mesma meta, fui brutalizando a pedra que me constitui; tornei-me o já não-moço, aquele que, ao invés de polir-se, raspa-se: e para tanto, para bem raspar-se, curiosamente carece em demasia de seguir e de contemplar a preciosidade-obra-Silvia, acompanhando seus instrumentos

sensíveis de leitura do mundo e sua artesanania ético-vivencial; devo ainda lembrar que, além de sempre próximos em tempos e locais vários, estivemos também jun-tíssimos durante os anos em que trabalhei no âmbito da Teoria da Literatura, nessa mesma nossa inesquecível Faculdade de Letras, da UFRJ].

*

Com Silvia venho há décadas seguindo a aprendizagem sem fim acerca do que pode um *ser*, quando *ser*, e o que pode um *ser* que se vai formando no aclarar-se para outros seres, e o que significa de ganho e ouro quando um *ser* consegue atingir seu mais nobre e comum âmago: *ser*, apenas: *ser*: sem pressa, sem dramas burgueses banais: sem dor desnecessária.

*

Os textos que compõem esta homenagem-livro dispensam-me de tratar da completa erudição de Silvia, em sua contínua e maravilhosa força de pesquisa; dispensam-me de falar acerca de seu dom (seu ativo doar) somado a seu talento (seus tantos recursos intelectuais e afetivos) e à sua vocação (uma vocação atendida por meio de enormes gestos de bem sentir, bem ouvir e bem atender os chamados: seus e nossos); dispensam-me de cuidar de sua força alta fartamente exposta na docência, em seu exercer essa máxima arte, da qual, declaro, sou um de seus discentes mais pidões; dispensam-me de exaltar seu saber plural, um saber que abrange filosóficas reflexões sobre obras artísticas e literárias que a humanidade cria hoje e há tempos; dispensam-me de sublinhar seu elevado lugar no amplo terreno da Linguística atual, bem como me dispensam de ter de detalhar seus originais exames, publicados com voz e letra, relativos à nossa língua, falada aqui e fora do Brasil.

*

Digo, por fim, que Silvia, com toda aquela sua luz e alteza, sabe ainda, com os mesmos constitutivos charme e elegância, construir o melhor bolo caseiro que jamais em minha vida seleta e mundana encontrei outro sequer semelhante.

*

Silvia, estamos todos – neste livro-seu – abraçando-a: emocionados, felizes.

ROBERTO CORRÊA DOS SANTOS

APRESENTAÇÃO

Esta obra cumpre, a um só tempo, dois papéis: um de natureza pessoal e afetiva; outro de natureza acadêmica. Deriva, primeiramente, do imenso sentimento de gratidão à professora, orientadora e amiga Silvia Figueiredo Brandão, por ter proporcionado a tantos de nós a alegria do crescimento pessoal e acadêmico. Em segundo lugar, constitui uma excelente oportunidade de partilhar, com toda a comunidade acadêmica, contribuições científicas oferecidas ou provocadas por essa brilhante professora-pesquisadora durante 40 anos no exercício de suas funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tempo que se completa no presente mês de março de 2018. Ao longo desses 40 anos, a atividade profissional no âmbito da Universidade inclui a atuação em todas as instâncias acadêmicas (Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão) e a contribuição inegável na formação de quadros profissionais atuantes desde a Educação Básica até o Ensino Superior e em instituições brasileiras e estrangeiras.

E o que existe, de fato, de tão especial nesse momento dos 40 anos de exercício profissional na UFRJ e tão diferente dos anteriores ou dos seguintes para celebrar? Nada demais! Partilha-se apenas a sensação de que, agora, se reúnem condições que favorecem a consecução de um desejo antigo de homenagem à nossa professora e pessoas que fizeram parte de sua trajetória até então. Celebra-se a felicidade de testemunhar o fascínio de uma professora pelo ofício de *ler, pensar, fazer ciência, ensinar, fazer pensar...*, que parece agora tão forte nela quanto desde sempre. E devotam-se-lhe afeto, respeito e admiração por essa história de amor que já dura 40 anos.

Exatamente por uma marcante e plural atuação de Silvia Brandão no referido período, cumprir o desafio da homenagem não foi fácil. Reunir todos os seus orientandos, da Iniciação Científica ao Doutorado (segundo o Curriculum Lattes, em um total de 69 atividades), seria uma tarefa senão impossível, de alta complexidade, considerados os limites da produção de uma única obra. Perseguimos, então, o propósito de agregar o maior número possível de orientandos de pós-graduação* e, ainda, dois representantes da Iniciação Científica, elegendo, neste caso, aqueles que deram continuidade à pesquisa divulgando as lições aprendidas

* Todas as dissertações e teses por ela orientadas podem ser conferidas no final desta obra, indicadas na seção Anexo.

também em universidades fora do Brasil. Apesar das dificuldades de localização de todos os envolvidos e da disponibilidade de cada um para a feitura do texto, o que gerou dois anos de preparação do livro, foi possível congregarmos o primeiro orientando de iniciação científica (Roberval Teixeira e Silva) e a primeira de Mestrado (Eline Bulcão), além de quase todos os que concluíram o Mestrado e/ou Doutorado sob sua orientação.

O conjunto de artigos reunidos na obra é bastante diversificado, no que se refere à linha de investigação (“Língua e ensino” e “Língua e sociedade: variação e mudança”), ao enfoque teórico (Lexicografia, Geolinguística, Sociolinguística e Funcionalismo) e ao objeto de análise (aspectos lexicais, morfossintáticos e fonético-fonológicos). Considerando uma só comunidade de fala ou desenvolvendo análises contrastivas, diversas são as variedades do Português (brasileiras, europeias e africanas) contempladas, um reflexo das áreas de interesse das pesquisas conduzidas por Sílvia Figueiredo Brandão. Alguns dos capítulos da presente obra constituem sínteses dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas dissertações e/ou teses; outros apresentam aspectos específicos que a experiência da orientação suscitou na vida profissional de outrora ou contemporânea. Um ponto de contato, entretanto, pode ser reconhecido: um obstinado compromisso em analisar cuidadosamente aspectos da complexa rede de usos e variantes da Língua Portuguesa (ou de seu ensino-aprendizagem), no Brasil ou fora dele, geográfica e socialmente manifestos.

Tomando emprestadas as palavras de Roberval Teixeira e Silva (Capítulo 1) – a respeito da vinculação de seu objeto de trabalho na Universidade de Macau à experiência na iniciação científica, que lhe provocou o interesse por comunidades socialmente desfavorecidas –, a “atitude generosa das mãos pequeninas e firmes” de nossa Orientadora nos conduziu a muitos lugares, interesses e interfaces, que podem ser assim reunidos:

- a) Análises sobre ensino de Português (Capítulos 1, de Roberval Silva, que trata do ensino de Português para surdos, e 3, de Sílvia Vieira, que, dentre outras interfaces dos trabalhos variacionistas, aborda o ensino de fenômenos variáveis).
- b) Estudos lexicológicos/lexicográficos, seja pela análise de glossários regionais (Capítulo 2, de Eline Bulcão), seja pela confecção de cartas lexicais em atlas linguísticos, como o do Amazonas (Capítulo 9, de Maria Luiza Cruz-Cardoso).
- c) Estudos geolinguísticos, com a produção de atlas linguísticos regionais, como o já mencionado ALAM – Atlas Linguístico do Amazonas, bem como o do entorno da Baía de Guanabara (Cf. dissertação de Luciana Lima, 2006) e o MicroAtlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro – MicroAFERJ (Cf. tese de Fabiana Almeida, 2008).

- d) Análises de fenômenos morfossintáticos, como a concordância verbal (Capítulo 3, de Silvia Vieira) e nominal (Capítulo 5, de Evanilda Almeida), integração de construções com verbos de cognição (Capítulo 4, de Eliete Figueira Batista da Silveira), predicação com construção com verbo suporte (Capítulo 6, de Marcia Machado Vieira), construções com o conector “onde” (Capítulo 8, de Gerson Rodrigues da Silva), uso e ordem dos clíticos pronominais (Capítulo 11, de Ana Carla Morito Machado, além do Capítulo 3, já referido).

E, ainda:

- e) Análises de fenômenos fonético-fonológicos, como o comportamento das vogais pretônicas <e> e <o> (Capítulos 7, de Sérgio Carvalho, e 15, de Fabiane Rocha), da lateral palatal (Capítulo 9, de Vivian Quandt), das sequências vocálicas e do acento em Português (Capítulo 12, de Vanessa Meireles), das vogais postônicas (Capítulos 13, de Alessandra de Paula, e 14, de Danielle Gomes), do –s pós-vocálico (Cf. dissertação de Sandra Rodrigues, 2001) e do ditongo /ey/ (Cf. dissertação de Raphaela Passos, 2018).

A contribuição da pesquisadora Silvia Figueiredo Brandão é evidente não só em sua ampla e reconhecida produção bibliográfica, mas também nos desdobramentos apresentados em suas atividades de orientação. Dada a variedade de temas e abordagens apresentados nos capítulos, a ordem de sua apresentação obedece tão somente à ordem cronológica do desenrolar dessas atividades de orientação.

Não temos dúvida de que as razões acadêmicas para a feitura desta obra estão mais do que justificadas pelos referidos trabalhos aqui reunidos. As de natureza pessoal e afetiva, entretanto, não cabem (estamos convencidas!) no espaço físico e temporal de um livro. Este apenas sinaliza e faz mover em nós os melhores sentimentos, que só a convivência e o aprendizado com a exemplar conduta ética e fraterna de Silvia Brandão, experimentada face a face, podem revelar: gestos profundos e simples, o manuscrito impecável, a precisão da palavra empregada, a sabedoria do silêncio, a delicadeza do gesto, a racionalidade sob medida, perfilada por tantos gestos de sóbrio carinho...

Homenagear pessoas tão especiais como Silvia Figueiredo Brandão é mesmo ter a certeza da dívida: somos mesmo devedores, mas o queremos ser explicitamente agradecidos: MUITO OBRIGADA POR TUDO!

**ALESSANDRA DE PAULA
DANIELLE KELY GOMES
ELIETE FIGUEIRA BATISTA DA SILVEIRA
MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA
SILVIA RODRIGUES VIEIRA**

ASPECTOS POLÍTICOS E LINGUÍSTICOS NO ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS

ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA

PREÂMBULO

Este texto remete-se aos meus primeiros passos no estudo das relações entre língua e sociedade que, guiados pela professora Silvia Figueiredo Brandão, levaram-me a três caminhos:

- Descobrir-me como professor;
- Descobrir-me como sociolinguista;
- Descobrir-me como um professor-sociolinguista com profunda sensibilidade em relação ao espaço social que me cerca.

Estes três pontos são gerados e potencializados no momento em que, na Iniciação Científica, a professora Silvia me lançou nas mãos, em francês, o livro *Langage et classes sociales: codes socio-linguistiques et contrôle social*, de Basil Bernstein. Foi com este gesto que, dentro da universidade, meus olhos foram escancarados para olhar o mundo e a mim mesmo... As escolhas seguintes que fui fazendo, olhando de agora, estão, em muito, fundadas nessa atitude generosa em que as suas mãos pequeninas e firmes me conduziram a estudos sociolinguísticos preocupados com comunidades altamente desconfortáveis socialmente... como é o caso dos surdos, tema do artigo que aqui apresento.

1. INTRODUÇÃO

Uma das maiores preocupações na educação do surdo assenta-se no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. Afinal, uma parte significativa de sua vida acadêmica, civil e pessoal sofre grande impacto em consequência do domínio ou não dessa língua. Até pouco tempo, o ensino do Português ao surdo se encaminhava da mesma forma como se encaminha ao ouvinte. Dentre outros fatores, este é um dos que mais contribuem para o insucesso que marca, em geral, na comunidade surda, esse processo. Por conta deste quadro de insucesso, criou-se, e ainda se cria, um imaginário poderoso que delinea o surdo como cognitivamente comprometido em relação às ditas “pessoas normais”, os ouvintes. Entretanto, quando o ensino de Português para o surdo passa a ser visto sob outro ponto de vista, em termos pedagógicos, culturais e sociolinguísticos, a situação muda radicalmente de perfil.

Por exemplo: comparar crianças surdas e ouvintes em termos de competência no Português é como fazer o mesmo em relação às mesmas no que se refere à competência na LIBRAS (língua de sinais brasileira). Ouvintes e surdos constituem-se espontaneamente em línguas primeiras diferentes. Entretanto, como coloca Kristina Svartholm (1998), se ouvintes e surdos são comparados frente à aquisição de línguas segundas/estrangeiras, as diferenças em termos de competência tendem a ser redimensionadas:

(...) vários daqueles erros gramaticais, que foram descritos como peculiares aos surdos, estão bem longe de serem peculiares. (SVARTHOLM, 1998, p. 39)

Assim, a perspectiva a ser adotada é encarar o Português para o surdo como uma segunda língua; nesse sentido, o ensino-aprendizagem precisa de ser veiculado com base em outras perspectivas metodológicas também.

De maneira geral, há muita teorização em torno do ensino do Português para o surdo e muitas constatações de suas dificuldades em aprender uma língua oralizada. Temos, por exemplo, tido acesso a importantes trabalhos que apontam essas dificuldades (FERNANDES, 1990) e que, por isso, são fundamentais para nos indicar muitas questões cruciais e particulares ao surdo. Entretanto, o fato é que todos apontam o problema, mas ainda não foi possível encontrar caminhos efetivos que nos mostrem o que fazer para resolvê-lo. Existem poucas práticas de ensino de Português como língua não materna bem norteadas, e poucas experimentações com base em princípios claros. O resultado é que a grande maioria dos surdos acaba não alcançando um nível mínimo de proficiência em línguas orais de forma a ser capaz de interagir de forma eficiente.

Para o surdo, como para qualquer minoria, o resultado do não acesso à língua da maioria constitui um fator extremamente sério social, cultural e politicamente. A situação política em que se encontra a comunidade surda oprime a mesma em uma posição de alijamento dentro da comunidade linguística hegemônica. Nesse sentido, sua existência enquanto grupo social e cultural acaba carregando a marca da marginalidade e de seus reflexos.

2. DEFICIÊNCIA E DIFERENÇA

Pensar a surdez sob a égide da **deficiência** pressupõe abordá-la no sentido da necessidade de um *conserto*. Nessa perspectiva, significa levar os surdos, imperativamente, a serem submetidos à imposição de aparelhos auditivos ou a processos de oralização para assemelhá-lo a um padrão – não deficiente – que é o ouvinte, por exemplo. Isso significa dizer desconsiderá-los enquanto comunidade linguística e culturalmente delimitada.

Em contato com opiniões gerais dos professores, obtidas através de conversas informais, entrevistas de projetos (TEIXEIRA E SILVA, 2004), encontros acadêmicos, podemos constatar uma percepção generalizada de que o surdo chega à sala de aula com uma série de “deficiências”. Esta postura tem relação com o que, em pesquisas em educação e em Linguística, já se chamou de “déficit linguístico” (BERNSTEIN, 1975) e de “déficit cultural” (MAGDA SOARES, 1986).

Bernstein fazia a distinção de duas categorias de códigos: o código restrito e o código elaborado¹. Crianças usuárias do chamado código restrito, em geral de classe popular, costumavam ter um rendimento escolar mais baixo e a elas eram associadas incapacidades cognitivas; as que dominavam o designado código elaborado, em geral de classe média, tinham mais sucesso na escola e, portanto, eram consideradas mais capazes. Essa era uma visão problemática porque situava a relação entre língua e sociedade a um certo determinismo cultural e cognitivo imposto pela língua usada por cada grupo. Dessa discussão, surgiu a ideia de haver sujeitos menos e mais capazes na escola. A consequência disso é o tratamento

¹ A designação “restrito” e “elaborado” é infeliz sob o ponto de vista da Sociolinguística interacional uma vez que marca uma variedade linguística como superior a outra. Apesar da designação, entretanto, as reflexões sobre essas diferenças são fundamentais para entender que se falam diferentes variedades de língua em função das experiências socioculturais que temos em nosso processo de socialização. Bernstein retorna aos dois conceitos mais tarde para indicar que não há hierarquização entre eles; o que ocorre é que a escola privilegia um deles (o elaborado) e isso faz com que os usuários do outro (o restrito) tenham significativas desvantagens, concretizadas em fracasso escolar, por exemplo.

diferenciado que esses sujeitos recebiam e recebem hoje nas salas de aula em todas as partes do globo. Entretanto, uma recontextualização desses dois conceitos aponta para o fato de que o que está em jogo é a relação entre poder e controle dos sujeitos que usam o código elaborado sobre os que usam o código restrito; é uma relação política de opressão. O fundamental aqui é sublinhar que muitos educadores ainda pautam as suas práticas pedagógicas a partir dessa crença. Nesta visão, podem ser também inseridos os surdos, oprimidos por um processo de opressão entre línguas hegemônicas, como o Português, e línguas minoritárias como a LIBRAS.

Magda Soares (1986, p. 14) critica este tipo de posição, esclarecendo que “os termos *deficiência*, *privação*, *carência* remetem ao sentido de falha, falta, ausência; as expressões *deficiência cultural*, *privação cultural*, *carência cultural* significam, pois, basicamente, *falta* ou *ausência de cultura*”. E isto não existe. Pessoas saudáveis não têm déficit cultural ou linguístico. Elas têm, sim, diferentes culturas e diferentes línguas.

Este mito da deficiência leva o professor a adotar um tratamento injustificadamente diferenciado com alunos de culturas diferentes e que necessariamente falam línguas diferentes. Em geral, isto significa dizer que se aposta menos em certos alunos e se aposta mais em outros. A resposta dos alunos é óbvia: vão ser mais ou menos estimulados a aprender seja lá a disciplina que for.

Parece haver uma ideia de que o aluno surdo não tem aptidão para a aprendizagem de uma outra língua, de uma língua segunda ou estrangeira. Como coloca Moita Lopes (1996, p. 75),

Embora a nossa sala de aula evidencie que os alunos fazem progressos diferentes na aprendizagem de LEs, os fatores que a influenciam são muitos (motivação, atitude, oportunidade, etc.) e não simplesmente a chamada aptidão para aprender línguas estrangeiras.

A questão que se coloca é que não se considera, nesse contexto, a língua dos surdos – a língua de sinais; e se a língua não é considerada, desconsidera-se uma identidade, uma cultura. É altamente pernicioso, então, tratar o surdo como deficiente. O que argumentamos, junto com outros teóricos, é que ele seja considerado no âmbito da diferença: língua diferente, cultura diferente, identidades diferentes. Só assim será possível pensar no surdo como cidadão.

Nesse sentido, um trabalho que pretenda pensar a surdez precisa de alicerçar-se a partir de uma discussão política.

- Onde se localiza socialmente a comunidade surda?
- Que espaços políticos são ocupados por eles?

- De que forma se relacionam com o mundo dos ouvintes?
- Que representações os surdos têm de si mesmos, dos ouvintes e estes daqueles?
- Que valores simbólicos as línguas e culturas de surdos e de ouvintes são performatizados no espaço sociocultural em que convivem?

3. DO ORALISMO AO BILIGUISMO

No processo histórico de pensar o ensino de uma língua oralizada ao surdo, destacaremos três grandes abordagens: o **oralismo**, a **comunicação total** e, mais contemporaneamente, o **bilinguismo**.

Vamos, então, compreender a constituição de cada uma dessas perspectivas com alguns dos seus princípios, metodologias e suas implicações políticas e socio-linguísticas.

3.1. O oralismo

Na medida em que a surdez tradicionalmente é considerada uma *deficiência*, o seu tratamento em termos de educação foi a busca do reparo. O padrão para esse reparo eram os ouvintes/falantes de uma língua oralizada. Nesse sentido, desenvolve-se uma metodologia voltada para o “treinamento” dos surdos na língua oral: o **oralismo**.

Em conceito, essa visão pode ser assim definida (SOUZA, 1998, p. 4):

O “deficiente auditivo” sofre uma patologia crônica, traduzida por lesão no canal auditivo e/ou em área cortical que obstaculizando a “aquisição normal” da linguagem, demanda intervenções clínicas de especialistas, tidos como responsáveis quase únicos por “restituir a fala” a “esse tipo de enfermo”.

Como se pode ver, o surdo é tratado como um doente que precisa de ser clinicamente tratado e, além disso, é considerada como normal apenas a aquisição de uma língua oralizada.

As bases dessa abordagem se fundamentam no fato de que a LIBRAS tem seu *status* inferior em relação à língua da comunidade de ouvintes. A fala é o seu grande objetivo. Também dela emerge a postura de encarar a surdez do ponto de vista meramente médico. Isso terá implicações sérias no sentido de se consolidar e considerar identidades e culturas surdas.

A medicalização e a normalização dos surdos referem um projeto hegemônico em que o ser falante/ouvinte constitui a especificidade de uma identidade totalitária, positiva e produtora, por sua vez, de uma norma invisível que a tudo ordena e regula. (SKLIAR, 1999, p. 12)

Nesse sentido, o surdo era apenas um doente que precisava de tratamento. Tais tratamentos envolviam o implante e uso de aparelhos auditivos e “os árduos anos de treinamento auditivo, de leitura labial, de estimulação dos órgãos fonarticulatórios, etc.” (SOUZA, 1998, p. 5). Ficava, assim, ignorada a posição de produtores de uma outra cultura, constituída em uma outra língua.

Aqui se instala mais puramente o discurso da deficiência, aquele que coloca o surdo como um ser humano de segunda categoria, cognitivamente comprometido em relação aos hegemônicos ouvintes. “O **oralismo** defende essencialmente a supremacia da voz, transformando-a em nuclear do que consideram ser o *tratamento educativo interdisciplinar*” (SOUZA, 1998, p. 4). Entretanto, como coloca Fernandes (1999, p. 95),

O som pode ser dispensado no processo de letramento, uma vez que sua ausência não impede o desenvolvimento da criança, no que se refere às diretrizes do domínio da língua.

Os resultados práticos do ponto de vista da oralização apontam para duas direções: a primeira é o fato de que nem todos os surdos têm habilidades, e mesmo acesso a canais de instrumentalização, que facilitem o processo de oralização; por outro lado, como já indica a primeira questão, a grande maioria dos surdos submetidos ao **oralismo** ficava de fora do processo educacional, que era pensado unicamente possível em uma língua oral, no nosso caso em Português; para entrar num processo de escolarização, o surdo deveria primeiramente aprender a ler lábios e a falar.

Não se defende aqui a não oralização do surdo. Acreditamos que essa não é a forma política e sociolinguística mais adequada para encaminhar a questão do ensino. Afinal, o tipo de postura que assume o **oralismo** é o da imposição política e social da comunidade linguística majoritária onde se encontra a comunidade surda. Acreditamos, também, que a **oralização** é um processo que deve ocorrer fora do espaço pedagógico, já que neste se pretende fornecer subsídios para o desenvolvimento de capacidades e habilidades científicas, intelectuais, políticas, sociais. Não nos parece que o duro processo de oralização vá ao encontro dos últimos objetivos apontados por nós. Ser capaz de falar e de ler lábios não podem ser tomados como pontos pré-requisitos para o desenvolvimento que o espaço pedagógico busca. Entretanto, se é dominado pela pessoa surda, não constitui um problema. Mas é preciso ficar claro em que espaço esse tipo de treinamento pode e deve se dar. Parece inapropriado que o cidadão surdo tenha de esperar por uma oralização, que pode nunca chegar a resultados satisfatórios, para ter acesso ao direito à escola.

O problema político-social mais grave dessa visão oralizadora é o fato de que, ao se negar uma língua natural a alguém, está se negando a socialização e o

necessário processo de apropriação do mundo que se dá nas linguagens e, mais especificamente, nas línguas.

Emmanuelle Laborit (1994, p. 22), uma surda francesa, conta como se sentiu até os sete anos, idade até quando foi submetida a um processo de oralização e o momento em que entrou em contato com a língua francesa de sinais:

Aprendi essa linguagem (a de sinais) só aos sete anos. Antes era seguramente um pouco como uma “débil”, uma selvagem. Era loucura. Como tudo acontecia antes? Não tinha língua. Como pude me construir? Como compreendia as coisas? Como fazia para chamar as pessoas?

São questões cruciais como estas que precisam de ser pensadas e que são geradas quando o surdo é submetido a metodologias advindas desse tipo de **oralismo**.

Em resumo, mesmo submetidos a esse conserto oralista, a comunicação com ouvintes ao fim das contas continuava muito insatisfatória e o fracasso escolar também se mantinha. Além disso, as atividades massacrantes e pouco produtivas do **oralismo** construíram nos surdos um verdadeiro pavor das línguas orais, no nosso caso, da Língua Portuguesa. Essa foi também uma experiência nossa no CEPV², onde trabalhamos por vários anos. Para iniciar o trabalho de ensino de Português com segunda língua, foi necessário que antes fizéssemos um trabalho de sensibilização para que os alunos surdos desconstruíssem, paulatinamente, o bloqueio frente à língua oralizada com que iam entrar em contato mais metódico e se sentissem motivados a lidar com ela. Sem esse passo fundamental, nada poderia ter sido desenvolvido. Entretanto, essa desconstrução não pode se realizar efetivamente apenas na escola: há uma série de sujeitos e entidades que precisam de ser, digamos, reeducadas para haver essa desconstrução, como a área médica, os responsáveis, os cidadãos em geral, a Educação, a própria Linguística, e todos os profissionais envolvidos com a pessoa surda.

3.2. A comunicação total

Por conta dos problemas comunicativos entre professores e alunos surdos e do não desenvolvimento de uma maior habilidade interacional com ouvintes, começou-se a aceitar em sala de aula o uso de alguns sinais. Passou-se a trabalhar com um Português sinalizado; ou seja, fazia-se uma tentativa de usar a estrutura gramatical da Língua Portuguesa representada por sinais. Era um processo de pidginização no qual, em resumo, não se falava Português nem LIBRAS.

² Centro Educacional Pilar Velazquez, escola bilíngue para surdos fechada em 2015.

Mas a LIBRAS começava a ganhar espaço na escola, começava, ainda que incipientemente, a ser reconhecida como uma língua. Como se pode prever, este não foi um espaço ocupado sem polêmica; tanto nessa época quanto ainda hoje, alguns profissionais sociolinguisticamente fundamentados entendem que a LIBRAS e o Português ocupam espaços políticos e socioculturais diferentes, e essa polêmica não se coloca.

De qualquer forma, a ideia de se utilizar sinais, Português e, também, qualquer outro recurso comunicativo passou a ser considerada entre os profissionais ligados à educação de surdos. É esse contexto que ilustra uma outra abordagem, a da **comunicação total** (SOUZA, 1998: 8).

é uma filosofia que, na prática pedagógica, se traduz por uma “*completa liberdade (...) de quaisquer estratégias, que permitem o resgate de comunicações, total ou parcialmente bloqueadas*” (Ciccone, 1980, p. 7, grifo meu). “O objetivo é fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma *comunicação real* com seus pais e professores... A oralização não é o objetivo em si... mas uma das áreas trabalhadas para possibilitar a integração social do indivíduo surdo” (MOURA, 1993, p. 1, grifo meu).

Em resumo, na **comunicação total** tudo era permitido, o que quer dizer que na sala de aula o professor poderia lançar mão de qualquer processo comunicativo. A LIBRAS e o Português nesse contexto parecem já não manter a relação dessimétrica que encontrávamos no **oralismo**.

A problemática que surge dessa visão é o fato de que o processo interacional, para o ensino de uma língua, não se dava em uma mesma linguagem, pois “professores e alunos não falavam, via de regra, a mesma língua, isto é, não havia um sistema linguístico comum a ser compartilhado” (SOUZA, 1998, p. 10). Obviamente, nas nossas interações, sobretudo mais contemporaneamente em tempos de mobilidades de todos os tipos (TEIXEIRA E SILVA, 2012, 2015; BODOMO; TEIXEIRA E SILVA, 2012), lançamos mão de muitas linguagens e de muitas línguas; a língua não é responsável isolada, especial ou unicamente. Entretanto, no processo de interação para o ensino de uma língua em especial, é preciso planejar como diferentes sistemas semióticos podem colaborar.

O resultado desse processo junto ao aluno era a ausência de um parâmetro para o ensino de língua que fosse claro o suficiente no sentido de embasar um trabalho pedagógico. Afinal, uma aula de comunicação em que se trabalha com vários códigos ao mesmo tempo, visando à aprendizagem de um código em particular, não parece ser a melhor estratégia – sobretudo porque cada linguagem (língua, quadrinhos, dramatização...) tem suas próprias organizações discursivas. É preciso localizar cada linguagem em sua própria gênese.

Assim, o caos instalado com a **comunicação total** punha em choque objeto e objetivos pedagógicos. Nesse sentido, essa abordagem parece tender ao fracasso, compreendida como foi colocada aqui em nosso trabalho.

Se estamos lidando com a ideia de que língua, cultura e sociedade estão inter-relacionadas, é metodologicamente impossível o ensino do Português através da filosofia da **comunicação total**. Afinal, nesta filosofia, não se considera a Língua Portuguesa e a LIBRAS como códigos diferentes e genuínos.

Em outras palavras, a necessidade de uma metodologia mais coerente com um trabalho pedagógico consciente, voltado para o ensino de línguas oralizadas, se apresentava aos profissionais da surdez.

3.3. Um tipo de bilinguismo

Mudando significativamente, então, esse contexto de educação e surdez, começa a se desenvolver uma forma diferente de encarar a pessoa surda. Se, antes, a palavra deficiência era a que mais fundamentalmente embasava as abordagens, agora se passa a um outro paradigma.

A virada linguística, os descentramentos do sujeito moderno, os novos olhares sobre as identidades, etc, parecem confluír a uma afirmação significativa: a surdez não é uma questão de deficiência, mas uma questão epistemológica, quer dizer, a relação entre o conhecer/saber e o poder se coloca em primeiro lugar (SKLIAR, 1998, p. xiii).

O ponto de vista, então, passa a ser, marcadamente, explicitamente, outro. Agora, passa-se veementemente a considerar a língua de sinais como um símbolo genuíno de um grupo cultural e, por isso, deslocamos o lugar do surdo no discurso pedagógico: em vez de serem lidos a partir de um discurso clínico, passam a ser narrados dentro de meandros político-sociais. Já não é mais a **deficiência** a questão, mas a **diferença**.

É a partir dessa visão que começa a se delinear uma terceira abordagem, rigorosamente opositiva a outros paradigmas: o **bilinguismo**.

É uma proposta de ensino usado por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997, p. 27)

Ao discutir as outras duas abordagens de educação de surdos, temos colocado a problemática do respeito à língua, à identidade e à cultura surdas. Nesse

sentido, a definição anteriormente sinaliza mas parece ainda não tocar em aspectos primordiais: estamos lidando aqui com um conflito ideológico, político, social e cultural entre uma minoria e uma maioria linguística. Nesse sentido, a adoção de dois idiomas veiculares na escola não pode ser um processo que focaliza a transmissão de informações, porque não se trata simplesmente de se ter direito a usar a própria língua para aprender uma outra. Línguas constituem, traduzem, transformam culturas. Assim, diferentes línguas deveriam trazer para o cenário da aula uma discussão socioculturalmente sensível. Uma das grandes problemáticas no ensino de minorias linguísticas, como os indígenas, por exemplo, ilumina-se a partir da discussão dessas questões: que lugares, na escola, ocupam a língua indígena dos alunos e a Língua Portuguesa? O Português é colocado como objeto superior? Os meninos e adultos precisam de aprender o Português para terem acesso a um letramento? Argumentamos que, se a LIBRAS é a língua dos surdos, é preciso garantir-lhes o direito de serem instruídos, letrados também nela.

(...) é um axioma afirmar que a língua materna – língua natural – constitui a forma ideal para ensinar uma criança (...). Obrigar um grupo a utilizar uma língua diferente da sua, mais do que assegurar a unidade nacional, contribui para que esse grupo, vítima de uma proibição, segregue-se cada vez mais da vida nacional (...) (Unesco, 1954)

Negar a língua de um grupo é negar-lhes a identidade. Como coloca Kleiman (1998, p. 268),

a perda de identidade desses grupos (*minorias linguísticas*) está geralmente simbolizada pela perda da língua materna, com consequência de um processo de deslocamento linguístico na direção da língua dominante (KLEIMAN, 1998, p. 268)

É, então, nesse âmbito que se vai situar o ensino bilíngue para surdos: assentado em pilares políticos e sociais.

A proposta de educação bilíngue para surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas hegemônicas – características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas – e como um reconhecimento político da surdez como diferença. (...) a educação bilíngue para surdos é algo mais do que o domínio, em algum nível, de duas línguas. (SKLIAR, 1999, p. 7)

Se, em outras propostas, ao surdo só é possível ser narrado pelo outro na língua do outro, nesta agora ele pode narrar-se a si mesmo dentro de sua própria língua. Além disso, é preciso sempre deixar claros os espaços que cada língua ocupa. A LIBRAS tem uma relação ideológica diversa e ocupa um espaço social

diferente da língua oral da comunidade majoritária. Esses espaços precisam de ser defendidos e resguardados para que se garanta a cidadania.

Numa escola bilíngue, por fim, a LIBRAS e o Português devem ser situados em suas diferenças, em suas possibilidades de integração e em suas complementaridades, e não em oposição maniqueísta. Afinal, são duas, dentre as muitas línguas que constroem sujeitos e mundos.

4. ALGUMAS REFLEXÕES LINGÜÍSTICAS PARA SE PENSAR UM ENSINO BILÍNGUE/PLURILINGUE

Consideramos que a língua (a linguagem) é o lugar da interação humana. Dessa forma, entendemos o ensino de línguas como empreendido a partir de uma visão discursiva que inter-relaciona língua, cultura e sociedade, um ensino em que a língua é considerada enquanto espaço de constituição do mundo sociocultural (TEIXEIRA E SILVA, 2010; PEREIRA, 2002; SCHIFFRIN, 1996).

Nessa perspectiva, a língua não é concebida de forma abstrata, desvinculada do momento em que se concretiza, é produzida situadamente por um sujeito que performatiza um posicionamento determinado numa certa situação, é direcionada a outro(s) sujeito(s) também determinado(s), numa situação singular, veiculando intenções singulares também. Assumimos a língua enquanto elemento político, responsável por criar espaços de representação do eu e do outro. Assim, é preciso pensar a LIBRAS enquanto língua do surdo e sua posição frente ao Português no processo de interação com o/no mundo.

Se língua é interação, levamos então em conta que a sua aprendizagem deve se dar dentro de contextos determinados, de forma sempre negociada entre os interagentes. Assim, é a relação entre os interagentes (professor-aluno, aluno-aluno, professores/alunos e discursos de outros sujeitos) que vai construir sentidos. A aprendizagem é encarada por nós como uma construção conjunta de interlocutores num contexto determinado.

Na abordagem do discurso, tanto o falante como o ouvinte têm papéis ativos na elaboração da mensagem e na definição 'do que está se passando aqui e agora'. (RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p. 8)

Se a língua só existe em contextos, é a sua contextualização que nos fornecerá as bases para a sua compreensão e o seu uso, fim fundamental do ensino-aprendizagem de línguas.

Com essa perspectiva, o trabalho pedagógico é fundamentalmente o de criar oportunidades para a construção conjunta do conhecimento, uma vez que o foco está na interação, na intenção de junto com o outro construir um saber.

No trabalho com os surdos, os focos de atenção relativos à língua oral são sobretudo dois: a **leitura** e a **escrita**. Assim, o ensino da língua terá uma perspectiva diversa, pois estaremos trabalhando o Português como língua instrumental. Enfatizamos, aqui, que o treinamento das habilidades de leitura de lábio ou de fala podem ter seus espaços fora da sala de aula. Entretanto, é na língua dos alunos que eles afinal devem aprender e apreender o mundo.

Na língua oralizada, as várias competências/habilidades (falar, ouvir, ler escrever – para citar as básicas) constituem (e são constituídas por) contextos sociais de interação diferentes. Então, no sentido de criar condições para o estudante desenvolver todas e cada uma, é preciso que o docente tenha clareza disso. No que se refere ao ensino de Português ao surdo, é básico, dessa forma, que se entenda como e quais situações sociais de interação se constituem pela **escrita** e pela **leitura**. Se a LIBRAS pode ser mais frequentemente a língua (o contexto) das conversações cotidianas, das interações face-a-face, o código mais utilizado no qual o surdo vai se socializar, se descobrir e se identificar, o Português – na perspectiva da escrita e da leitura – pode ocupar, complementa e integradamente, aqueles e outros espaços de interação social. Dessa forma, entendendo esta relação entre habilidades/competências, textos e o ambiente social que os orienta, o professor pode criar atividades didático-pedagógicas bem fundamentadas e contextualmente significativas para os discentes.

É fundamental que se debatam na escola esses diferentes lugares políticos e de poder que cada língua tem no sentido de que a comunidade surda se posicione social, cultural e politicamente. Assim como acontece com outras comunidades, com o “domínio” da língua oralizada, ela passa a ser também constituidora e constituinte dos sujeitos surdos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve discussão histórico-política a que demos início aqui, além de instigante, posto que traduz e acompanha as mudanças da episteme desses últimos tempos, aponta necessariamente para outras abordagens de ensino em gestação e já em prática.

Queremos sublinhar que estas reflexões sobre ensino de línguas podem ser associadas também a alunos ouvintes. A Língua Portuguesa chamada de padrão (um construto imaginário, quase exclusivo de ensino em escolas conservadoras) e a Língua Portuguesa dos alunos ouvintes são também línguas diferentes, são também uma língua segunda e materna respectivamente. Dessa forma, também neste contexto, parece adequado pensar em um ensino bilíngue.

Um trabalho pedagógico, nesta perspectiva que vimos apontando, traz nele mesmo uma projeção na qual a Língua Portuguesa da escola, ao ser trabalhada sob um ponto de vista sociolinguístico e político, pode vir a tornar-se um traço cultural constituidor desses alunos, e aqui incluo os surdos e os ouvintes.

Para finalizar, a partir deste ponto, ampliamos a discussão, considerando uma educação que assuma, mais concretamente, não uma bilingualidade, mas o plurilinguismo que encontramos em toda e qualquer sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNSTEIN, Basil. *Langage et classes sociales: codes socio-linguistiques et contrôle social*. Paris: Les Editions de Minuit, 1975.
- FERNANDES, Eulália. O som: este ilustre desconhecido. In: SKLIAR, Carlos (org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*, v. 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- FERNANDES, Eulália. *Problemas linguísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- KLEIMAN, Ângela. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque interacional. In: *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado das letras, 1998, p. 267-302.
- LABORIT, Emmanuelle. *O vôo da gaiivota*. São Paulo: Best SELLER, Círculo do Livro, 1994.
- SOARES, Magda B. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Oficina de Linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- PEREIRA, Maria das Graças Dias. Introdução. In: *Interação e discurso: estudos na perspectiva da Sociolinguística Interacional/áreas de interface*. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2002, p. 7-25.
- SCHIFFRIN, Deborah. Interactional Sociolinguistics. In: MACKAY, Sandra Lee; HORNBERGER, Nancy H. (eds.). *Sociolinguistics and Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 307-328.
- QUADROS, Ronice Müller. *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (org.). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: AGE Editora, 1998.
- SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- _____. Apresentação: a localização política da educação bilíngue para surdos In: SKLIAR, Carlos (org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*, v. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZA, Regina Maria. *Que palavra que te falta?* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SVARTHOLM, Kristina. Aquisição de segunda língua por surdos. *Revista Espaço*, p. 38-45, junho 1998.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. *Português como segunda língua: contribuições para a implantação de um programa de ensino bilíngue para surdos*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. A aula de língua não materna sob uma perspectiva sociointeracional. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CHULATA, Kátia de Abreu (org.). *Língua Portuguesa em foco: ensino-aprendizagem, pesquisa e tradução*. Salento, ed. Lecce: Pensa Multimedia Editores, 2010, p. 163-175.

_____. Novas territorialidades construídas em Língua Portuguesa no espaço de Macau. *Platô: Revista do Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, v. 1, p. 88-100, 2012.

_____. Representações de países e regiões de Língua Portuguesa em materiais didáticos usados em Macau para o ensino de Português como língua não Materna. In: ROCHA, Cláudia *et al.* (org.). *Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015, v. 11, p. 105-128.

GLOSSÁRIOS REGIONAIS NORDESTINOS: um estudo lexicográfico

ELINE MARIA MENDONÇA BULCÃO¹

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, sintetizamos nossa dissertação de mestrado (BULCÃO, 1993), defendida no segundo semestre de 1993, que se desenvolveu consoante três direcionamentos: (i) análise da nominata de nove glossários regionais nordestinos; (ii) tratamento de um subconjunto dessa nominata no dicionário AURÉLIO; e (iii) proposta para o estabelecimento de normas para a elaboração de um dicionário de regionalismos nordestinos.

Importa observar que, na época em que a referida dissertação foi escrita, apresentada e defendida, não havia, na Lexicografia brasileira, uma obra moderna de conjunto sobre as peculiaridades vocabulares regionais observáveis no Brasil. O que havia eram glossários, o léxico peculiar de um estado, de uma região,

¹ Como primeira orientanda de Pós-graduação da Professora Silvia, quero manifestar meu profundo agradecimento por sua dedicação e apoio em cada etapa da dissertação e, sobretudo, ressaltar a admiração pela pessoa Silvia, grande amiga, grande referência ao longo destes mais de 25 anos.

ou mesmo, de várias zonas do país. A dissertação arrola uma série deles, partindo de uma obra de 1852, da autoria de Antônio Álvaro Pereira Coruja, a *Coleção de vocábulos e frases usadas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul no Brasil* e, sem pretensão de ser exaustiva, mas apenas de mencionar os trabalhos mais difundidos e conhecidos, chega até 1920. Esses foram também os únicos trabalhos de natureza dialectológica, correspondendo ao que se poderia denominar de fase lexical da Dialectologia brasileira.

Em 1920, publica-se o *Dialeto caipira* de Amadeu Amaral, marco do início de uma nova fase, que já demonstrava preocupação com o rigor científico. Contudo, verificamos que lamentavelmente o mesmo não aconteceu na Lexicografia regional. Até a época em que a dissertação foi escrita, não havia sido publicada uma obra elaborada com o critério e o método exigidos pela ciência da linguagem, mas continuaram proliferando os glossários estaduais, de 1922 a 1982.

De 1852 a 1982, segundo Pereira (1988, p. 18), os glossários mantêm uma mesma característica: “nasceram mais do apego ao berço nativo dos seus autores do que propriamente de uma preocupação científica de registro dos falares numa civilização em mudança”. São trabalhos amadores, que desconhecem as normas da ciência lexicográfica, mas que, ao mesmo tempo, atestam “as divergências entre o linguajar brasileiro e o português” (TATI, 1975, p. 67).

Porque desconhecíamos a existência de estudos lexicográficos sobre os glossários regionais publicados no Brasil, vimos o interesse e a importância de uma dissertação sobre o tema, que focalizasse os glossários regionais nordestinos numa perspectiva lexicográfica. Limitamos a análise à nominata de nove glossários representativos de seis estados do Nordeste. O projeto inicial era mais ambicioso: fazer o levantamento e a análise de todas as entradas registradas nos glossários selecionados. Porém, a limitação de tempo a que fica sujeito qualquer trabalho para a obtenção de grau acadêmico, obrigou-nos a reduzir o *corpus* às entradas relativas a apenas três letras do alfabeto, o que redundou num total de 6.407 registros, material significativo para análise. Através de recursos da informática, o *corpus* foi sistematizado em listagens, tabelas e figuras, que fundamentaram as críticas e propostas.

A metodologia do trabalho assentou-se em dois estudos de Haensch; Werner (1978a, 1978b) a respeito da lexicografia regional: “Consideraciones sobre la elaboración de diccionarios de regionalismos; especialmente del español de América” (HAENSCH; WERNER, 1978a) e “Un nuevo diccionario de americanismos: proyecto de la Universidad de Augsburg” (HAENSCH; WERNER, 1978b).

No desenvolvimento do trabalho, apresentamos uma análise descritivo-crítica da nominata dos nove glossários regionais, que evidencia o caráter amador dessas obras lexicográficas, sobretudo pela falta de critérios na seleção das entra-

das e na recolha do material a ser registrado. A análise aponta os problemas decorrentes dessa ausência de critérios. Nesse sentido, a questão das entradas sintagmáticas tomou tal vulto que exigiu um tratamento à parte (realizado num capítulo especialmente a elas dedicado).

Ademais, o estudo investiga o tratamento que um subconjunto do *corpus*, formado por 1.431 registros, recebe no dicionário AURÉLIO (1986). Posteriormente, a pesquisa se estende – abarcando um grupo bem mais reduzido de termos – aos dicionários AULETE (1975) e LELLO, com o intento de investigar o tratamento de regionalismos brasileiros em dicionários portugueses.

Finalmente, apoiando-nos nos já referidos artigos de Haensch; Werner (1978), tecemos considerações sobre o estabelecimento de normas para a elaboração de um dicionário de regionalismos nordestinos. Nosso objetivo foi, sobretudo, apontar critérios para o aproveitamento com rigor científico do material recolhido nos glossários.

2. ANÁLISE

A etapa inicial do trabalho de levantamento dos glossários regionais publicados no Brasil foi feita na Biblioteca Nacional, nas Bibliotecas da Faculdade de Letras da UFRJ e da PUC e na Casa de Rui Barbosa. Não tivemos acesso a obras do Piauí, de Alagoas e de Sergipe e selecionamos nove glossários, publicados num período que vai de 1915 a 1982. Estão representados seis estados do Nordeste: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ceará, Paraíba e Pernambuco contam com duas obras cada um, o que tornou possível constatar se havia cópia entre esses glossários. A fim de realizar um confronto da nominata registrada nos nove glossários, foi criado um programa prévio de digitação constituído de nove campos. O computador utilizado para a digitação dos dados foi o UNISYS, do Núcleo de Computação Eletrônica, da UFRJ. Posteriormente, o confronto de dados foi feito num PC-386, utilizando-se a linguagem D-BASE.

A dissertação avança informando sobre as dificuldades encontradas durante a digitação de cada campo e quais as soluções encontradas. Tais dificuldades obrigavam a pesquisas como a consulta ao trabalho de WATBURG – *Système raisonné des concepts pour servir de base à la lexicographie* –, o que nos possibilitou determinar outros campos além daqueles previamente estabelecidos.

Estando já todo o material digitado, na fase segunda do trabalho, era chegado o momento do confronto dos dados obtidos. A linguagem informática D-BASE interativa possibilitou o cruzamento dos campos e a obtenção de resultados como, por exemplo, quantidade e relação de vocábulos por glossário, classe gramatical, campo conceitual, situação. Um dos dados de maior repercussão para o desenvolvimento do trabalho foi a observação de que o campo conceitual Homem

psíquico era o mais produtivo, com 1431 registros. Esse campo foi selecionado para realizar o confronto com o dicionário Aurélio, a fim de verificar o tratamento que esses registros recebiam num dicionário geral da língua.

Cabe esclarecer que um dos objetivos desse trabalho era confrontar os dados obtidos nos glossários com os resultados apresentados no *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB), no *Atlas linguístico da Paraíba* (ALPB) e no *Atlas linguístico de Sergipe* (ALS). Como apenas duas entradas se inseriram no campo conceitual Homem Psíquico, escolhido para o confronto das entradas com os dicionários gerais, preferiu-se abandonar esse propósito inicial e centrar o trabalho apenas no campo da Lexicografia.

O tema da elaboração de dicionários de regionalismos (discutido em capítulo específico da dissertação) resolveu de forma positiva a primeira questão focalizada: se seria pertinente falar nesse tipo de dicionários. Haensch; Werner (1978a), em seu estudo, afirmam que, ao se elaborar um dicionário de regionalismos, não se está pretendendo descrever um subsistema linguístico, e que, portanto, não haveria nenhuma razão teórica que impedisse a codificação de unidades léxicas fundamentada em critérios extralinguísticos. Logo a seguir, surge a questão relativa às unidades léxicas que fariam parte de um dicionário de regionalismos e sobre isso, na dissertação, há uma longa exposição, a partir da qual se concluem critérios e observações várias a respeito de palavras que designam coisas típicas da área estudada, pois, em relação a estas, é necessário haver rigorosa seleção para que não se sobrecarregue o dicionário com vocabulário típico de uso muito baixo. Nomes de animais, plantas, comidas, bebidas e termos técnicos menos conhecidos e até exóticos teriam lugar em outro tipo de obra, como num dicionário enciclopédico ou especializado em Zoologia ou Botânica, e não num dicionário linguístico descritivo.

Outra questão a que se respondeu na investigação foi sobre o modo de obter essas unidades léxicas. A resposta que mais interessou ao trabalho foi o aproveitamento de dicionários de regionalismos já publicados, não para fazer uma mera recopilação do material que neles havia, mas para um exame crítico do conteúdo dessas obras. Pôde-se comprovar o caráter pouco científico dos glossários regionais publicados no Brasil, quer pela ausência de critérios para a seleção de entradas, quer pela falta de métodos para a obtenção de material. Houve uma tentativa de utilização do critério contrastivo, mas o que prevaleceu foi o caráter amador dos mesmos. Os lexicógrafos brasileiros que decidissem elaborar um dicionário de regionalismos deveriam guiar-se pelas normas estabelecidas por Haensch; Werner (1978). Nesse sentido, a investigação propõe sugestões sobretudo no que diz respeito à forma de recorrer às obras lexicográficas já publicadas como método de obtenção de unidades léxicas.

Da análise dos nove glossários selecionados, concluímos que, com exceção do *Dicionário de brasileirismos; peculiaridades pernambucanas* (1915), de Rodolfo Garcia, todos constituem trabalhos de lexicógrafos amadores. Seus autores não têm formação linguística, o que se revela em afirmações dos próprios quanto aos métodos utilizados para a seleção das entradas. A maioria tem como ponto de partida o próprio conhecimento da língua pelas suas andanças entre o povo e, embora haja intuição da necessidade da pesquisa de campo, percebe-se que não houve métodos para recolha de material. A par disso, é interessante notar que praticamente todos os autores intuem que a recolha de dados deve ser norteadada por um critério de contrastividade. A dissertação tece observações sobre cada um dos glossários estudados, com apoio em tabelas e gráficos para a apresentação dos dados observados.

Quanto às entradas de natureza sintagmática, que também foram estudadas, expõe-se a dificuldade com que o lexicógrafo se depara quando, na macroestrutura, tem que atribuir a um determinado lema o registro de colocações usuais, unidades fraseológicas e idiomáticas. Na microestrutura, a unidade sintagmática apareceria como uma subentrada e o que o lexicógrafo teria de decidir seria a que lema da macroestrutura se vincularia o sintagma em questão. A dissertação apresenta diversas soluções a que o lexicógrafo poderia recorrer. Uma vez escolhida a solução, o lexicógrafo teria de dá-la a conhecer ao usuário na parte introdutória do dicionário, por meio de informações sobre o tratamento das unidades sintagmáticas. O estudo apresenta, ainda, seções nas quais se analisam como foram tratadas as unidades de natureza sintagmática nos glossários analisados.

A questão dos regionalismos no Português do Brasil também foi tema da investigação. Parte-se do princípio, na época em que a dissertação foi elaborada e defendida, de que ainda não era possível determinar com rigor as áreas lexicais brasileiras. Sendo assim, a tarefa de determinar os brasileirismos e, entre estes, os regionalismos, pareceu inviável naquele estágio dos estudos sobre a variante brasileira. Serafim da Silva Neto (1950, p. 26) já alertara que muitos termos consagrados como brasileirismos deixaram de ser assim considerados com a publicação de glossários regionais portugueses. Paiva Boléo (1943, p. 68) já escrevera sobre a possibilidade de que muitos brasileirismos afinal poderiam ser dialetismos lusitanos.

Aurélio Buarque De Holanda Ferreira foi um dos lexicógrafos que mais contribuiu para o registro de brasileirismos, principalmente na segunda edição do *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, em 1986. No prefácio do dicionário, faz-se breve referência aos regionalismos quando se diz que não se desprezou esse tipo de vocábulo na recolha do material, mas não há informações sobre o método de seleção de entradas, nem sobre os meios de obtê-las. A dissertação passa, então, a examinar se os termos registrados nos glossários regionais estão compilados

como regionalismos no dicionário AURÉLIO, segunda edição, de 1986, por ser, na época, a mais recente obra do autor. Restringiu-se a análise a um só campo conceitual e a escolha recaiu sobre o campo semântico Homem Psíquico, o mais produtivo. Depois de verificar, no Aurélio, se havia o registro de cada uma das 1431 entradas que constituem o referido campo, e, em caso afirmativo, como era classificada a unidade lexical, estabelecemos cinco grupos. Das 1.431 entradas selecionadas, 477 foram consignadas como brasileirismos, o que corresponde a 33% do total. Há figuras, listagens e minuciosas análises sobre esses dados.

Com o avanço da investigação, importa reconhecer que já existe um tesouro lexicográfico de brasileirismos compendiado em dicionários gerais da língua e em glossários regionais, apesar das ressalvas que a questão suscita. Inegável é também que, com as fontes de que se dispõe, esse tesouro não poderia estar trabalhando de outra forma, sobretudo por aqueles lexicógrafos brasileiros que merecem tal título. É, contudo, incontestável que o tesouro de brasileirismos não é canônico e o seu aproveitamento como fonte de outras obras lexicográficas deve ser feito com muita cautela. Crítica merece, portanto, um projeto de pesquisa da Universidade do Rio Grande do Norte (PASSEGI, 1993) que oferece uma metodologia para a dicionarização de glossários regionais sem questionar o material neles recolhido.

Sempre com base nos pressupostos teórico-metodológicos de Haensch & Werner (1978), foi possível abordar no trabalho dois pontos: (i) a natureza de um dicionário de regionalismos nordestinos; e (ii) o aproveitamento do material registrado nos glossários regionais nordestinos já publicados.

No que se refere ao primeiro ponto, foi preciso determinar o que se entenderia por unidades léxicas da região Nordeste. Antenor Nascentes (1953) dividiu o Brasil em seis subfalares reunidos em dois grupos: Norte e Sul. Utilizando-se, como ponto de partida, a divisão proposta por Nascentes para o subfalar nordestino, quais seriam as unidades léxicas a serem registradas num dicionário de regionalismos nordestinos? Para tanto, fez-se necessário escolher uma das possibilidades de contraste de que tratam Haensch; Werner: registrar unidades léxicas que se dão na área em questão, mas não se dão em nenhuma parte no resto do país, seria a mais adequada. Por outro lado, como Serafim da Silva Neto observou que a publicação de glossários regionais portugueses diminui, dia a dia, o número de brasileirismos (1950, p. 26), ter-se-ia de estender o critério de contraste também a Portugal. Teoricamente, a questão fica resolvida, mas sua prática é inviável, pelo menos no estágio atual dos estudos lexicográficos e dialetológicos sobre o Português do Brasil.

Se é inexequível a proposta de elaboração de um dicionário de regionalismos nordestinos em sentido estrito, por outro lado, urge proceder a um trata-

mento menos impressionista das variedades de natureza geográfica da Língua Portuguesa no Brasil. A primeira tarefa a realizar é o aproveitamento do material existente nos glossários publicados com vista à elaboração de um futuro dicionário de regionalismos nordestinos. Trata-se, na verdade, de uma primeira triagem, a fim de verificar se são ou não brasileirismos os termos recolhidos nessas obras de referência.

Quanto ao segundo ponto, restou claro que o material oriundo de obras de referência deve ser submetido a um exame crítico. A proposta de Haensch; Werner (1978) é que este material seja examinado por colaboradores que conheçam a fundo o uso linguístico da área estudada e a dissertação especifica o que cada colaborador teria de averiguar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o relato da pesquisa desenvolvida por Bulcão (1993) possa ter demonstrado o teor das reflexões e da contribuição – respeitados os limites do período da investigação – do referido trabalho à área da Lexicografia. A título de sistematização, cabe reproduzir e destacar os oito tópicos elencados no item conclusivo da dissertação, em que se sintetizam as contribuições decorrentes dos passos decisivos para a realização do referido trabalho:

1. Os glossários regionais nordestinos foram pela primeira vez focalizados numa perspectiva lexicográfica, o que permitiu comprovar o amadorismo com que foram realizados.
2. A metodologia empregada para a análise lexicográfica é precursora e pode servir de modelo para trabalhos da mesma natureza.
3. A verificação do tratamento que recebeu um segmento do *corpus* em dicionários gerais da Língua Portuguesa levantou dúvidas quanto à seriedade científica da classificação de brasileirismos ou regionalismos que algumas unidades léxicas neles receberam. Comprovou-se a fragilidade das informações que contêm os glossários e os dicionários gerais e demonstrou-se a impossibilidade de os lexicógrafos brasileiros oferecerem uma classificação fidedigna do léxico do ponto de vista diatópico.
4. Os dados revelam a necessidade de realizar-se uma obra moderna e séria sobre a lexicografia regional brasileira, sendo para isso imprescindível que se fixe, com rigor, o conceito de brasileirismo e, em consequência, o de regionalismo.
5. O trabalho constitui, fundamentalmente, a primeira contribuição para que se realize empresa de tal vulto. Com base nos princípios estabelecidos

- pela equipe de Augsburg, apresentaram-se as linhas gerais que devem nortear a consecução de um dicionário de regionalismos nordestinos e, por extensão, a de obras lexicográficas da mesma natureza.
6. Ofereceu-se, ainda, uma metodologia para aproveitamento do material compilado nos glossários regionais existentes, que, apesar das falhas que contêm, poderiam servir de ponto de partida para a recolha de dados e a seleção de entradas.
 7. Apontam-se providências preliminares a serem tomadas, tais como a formação de uma equipe de lexicógrafos com amplos conhecimentos sobre o léxico da protovariante e da variante brasileira, bem como – dependendo da área em estudo – das suas variedades regionais.
 8. Para que se proceda, com rigor, ao registro do tesouro lexical brasileiro por regiões, é necessário que, previamente, se empreenda, em nosso país, uma pesquisa semelhante à realizada em Portugal para levantamento e determinação do léxico fundamental, com base em critérios de frequência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Huitec, Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1976.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. *Brasileirismos: problemas de método*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943.
- BULCÃO, Eline Maria Mendonça. *Glossários Regionais Nordestinos: um estudo lexicográfico*. 1993. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 15. reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- _____. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GARCIA, Rodolfo. *Dicionário de brasileirismos; peculiaridades pernambucanas*. Separata da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, v. 76. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- HAENSCH, Guenther; WERNER, Reinhold. Consideraciones sobre la elaboración de diccionarios de regionalismos; especialmente del español de América. *Boletín de filología*, Santiago de Chile, XXIX, p. 351-363, 1978a.
- _____. Un nuevo dicionário de americanismos: proyecto de la Universidad de Augsburg. *THESAURUS*, Bogotá, 33(1), p. 1-40, 1978b.

- MELLO, Gladstone Chaves de. *Dicionários portugueses*. Rio de Janeiro: S.D. do M.E.S, 1947.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- _____. *Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958, parte 1; 1961, parte 2.
- PEREIRA, Cilene da Cunha. *Os pescadores da Lagoa de Araruama: etnografia e linguagem*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1976.
- _____. *Manual de filologia portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.
- TATI, Miécio. A lexicografia no Brasil. In: MIRADOR INTERNACIONAL, 1975. Rio de Janeiro, *Encyclopaedia Britannica do Brasil* v. 13, 1975, p. 6758-6760.
- WARTBURG, Walther von; HALLIG, Rudolf. *Système raisonné des concepts pour servir de base à la lexicographie*. Berlin: Academie-Berlag, 1963.
- ZGUSTA, Ladislav. *Manual of lexicography*. Prague: Academia; The Hague: Mouton, 1971.

DAS INVESTIGAÇÕES VARIACIONISTAS ÀS VARIADAS INTERFACES: percursos na análise de fenômenos morfossintáticos

SILVIA RODRIGUES VIEIRA¹

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma vida acadêmica e seus resultados científicos revelam uma constante construção, um fazer e refazer de alta complexidade; experiência complexa, porque reúne, a um só tempo, a minúcia de quem precisa do detalhe (sem perder a essência da assunção de princípios), mas também o olhar de quem persegue o alcance de generalizações. Olhar para as experiências acadêmicas pregressas pode ser um excelente exercício de avaliação que, se bem empreendido, faz ver não somente que há sempre algo por fazer, que o conhecimento escapa pelos dedos e que é isso que instiga sempre mais o espírito pesquisador, mas também que a construção de ideias, por mais díspares e diversificadas que possam parecer, tem

¹ Destacar as influências de minha querida orientadora, escolhendo um aspecto específico ou resumindo as pesquisas que compartilhamos, foi tarefa de que não consegui dar conta. Resolvi, então, trilhar um caminho menos acadêmico e registrar a diversidade de (sub)áreas que, em alguma medida, refletem estágios de nossa convivência. Esse exercício deixou mais do que claro que tudo que faço tem origem em algum momento de nossa parceria, que é mais do que acadêmica, tem tons “rimados” de maternidade, amizade e gosto de eternidade.

sempre uma raiz, um traço unificante de relações e correlações, dentre as quais as não acadêmicas podem ser as mais motivadoras e instigantes. Trata-se de um exercício nem sempre científico, mas certamente eivado de humanidade.

Este texto persegue o desejo de fazer o referido exercício. Nessa empreitada, constitui-se acadêmico, de um lado, porque parte de diversos trabalhos científicos e busca apresentar resultados relevantes no tratamento dos temas em questão, sobretudo os da concordância verbal e da ordem dos clíticos pronominais; extra acadêmico, de outro, porque declaradamente assume por ponto de partida destacar, nas diversas etapas, os frutos da orientação e amizade construída ao longo dos anos na UFRJ (e, a contar da graduação, lá se vão 25!) com a Professora homenageada desta obra, Silvia Figueiredo Brandão.

Qual é, então, o objetivo deste texto? Destacar diversas interfaces e desdobramentos dos estudos por mim desenvolvidos até aqui, em várias frentes de trabalho, reconhecendo que, em cada etapa da trajetória percorrida, se encontram presentes, direta ou indiretamente, as influências da orientação recebida, desde o Mestrado até as parcerias dos dias de hoje. Uma significativa trajetória de aprendizado e partilha, fruto de um crescente desejo de dar conta do objeto em análise e fazer sempre mais e melhor.

2. ANÁLISE VARIACIONISTA E A GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: O CASO DA CONCORDÂNCIA VERBAL DE 3ª PESSOA NO NORTE FLUMINENSE (OU: SILVIA BRANDÃO, DA DIALECTÓLOGA EM MIM)

Variação, Morfossintaxe, Ensino. Os interesses inicialmente reunidos em torno do tema da concordância verbal de 3ª pessoa plural no âmbito do Mestrado (VIEIRA, 1995) encontraram, nos métodos da Geografia Linguística – com o propósito inicial de contribuir com a elaboração do Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro/APERJ –, a oportunidade de experimentar os procedimentos metodológicos mais genuínos para a descrição etnográfica e linguística de uma comunidade de fala: a observação *in locu*, a pesquisa de campo, a transcrição de entrevistas sociolinguísticas, a coleta de dados, a associação de métodos geolinguísticos e sociolinguísticos (experimentadas já na iniciação científica), a construção de cartas morfossintáticas (cf. MACHADO VIEIRA; VIEIRA, 2006). E tudo isso no Norte do Estado do Rio de Janeiro, com a fala de indivíduos sem escolaridade. A investigação sócio-geolinguística da concordância permitiu conhecer melhor o comportamento das chamadas variedades populares do Português do Brasil, cujas feições puderam oportunamente ser contrastadas às referentes à fala culta urbana mais costumeiramente caracterizada no Brasil.

Os resultados da investigação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural na chamada fala popular possibilitaram ver e deixar ver – conforme proposta de

Lucchesi; Baxter; Silva (2009, p. 348) – que, no *continuum* de polarização Sociolinguística, não marcar plural em verbos de 3ª pessoa identifica estratos que vão do mais rural e não escolarizado, com índices inexpressivos de marcação de plural, aos mais urbanos e escolarizados, com uma regra semicategórica de concordância padrão.

Nos dias atuais, conforme demonstram os primeiros frutos do Projeto internacional *Estudo comparado da concordância nas variedades africanas, brasileiras e europeias do Português*², Vieira; Bazenga (2013) demonstram que os índices de concordância brasileiros, especificamente os urbanos, se localizam, na porção de um *continuum* de marcação de variedades internacionais do Português, como a parte mais variável (em comparação com os dados das variedades europeia e são-tomense). Trata-se de uma regra variável, ainda que em porções mais discretas se comparada ao que se verifica em variedades mais populares e/ou isoladas, em contraste com o comportamento também variável (com menor expressividade) da referida variedade africana e com o comportamento (semi)categórico do Português Europeu.

Conforme se pode observar na figura a seguir, os padrões de uso da chamada concordância verbal na fala de não escolarizados do Rio de Janeiro em comparação à dos altamente escolarizados delineiam os extremos do referido *continuum*, proposto por Lucchesi; Baxter; Silva (2009).

[+ marcas]		[- marcas]	
Urbano Altamente escolarizado	Urbano Moderadamente escolarizado	Urbano Analfabeto	Rural/Urbano Analfabeto
94% (GRACIOSA, 1991) 97,8% (VIEIRA; BAZENGA, 2013)	73% (SCHERRE; NARO, 1997) 89% (VIEIRA; BAZENGA, 2013)	48% (NARO, 1981)	38% (VIEIRA, 1995)

Figura 1 *Continuum* de marcação de pluralidade em verbos de P6 consoante os traços rural / urbano e de escolaridade em variedades do Rio de Janeiro.

Fonte: Vieira; Bazenga (2015: 61) com adaptação.

Dos primeiros resultados relativos às variedades populares fluminenses (VIEIRA, 1995) aos estudos de natureza contrastiva de variedades internacionais

² Projeto que coordenei (em parceria com a Professora Maria Antónia Mota), por indicação da homenageada, na fase inicial – Projeto CAPES/ICTII – e coordeno em parceria com a própria Sílvia Brandão na fase atual, como Projeto ALFAL 21.

(VIEIRA; BAZENGA, 2013), fica hoje a evolução de resultados que, em plena expansão de dados e amostras, permitiram o debate relativo ao estatuto das variedades do Português – unindo os resultados da marcação verbal de 3ª pessoa aos da concordância nominal (BRANDÃO, 2013) – em Vieira; Brandão (2014), o que será retomado na próxima seção.

3. ANÁLISE VARIACIONISTA E ABORDAGEM CONTRASTIVA: CARACTERIZAÇÃO DE VARIEDADES DO PORTUGUÊS (OU: SILVIA BRANDÃO, DA SOCIOLINGUISTA COMPARATIVISTA EM MIM)

Seja na concordância verbal, seja na ordem dos clíticos pronominais, a abordagem contrastiva de detalhados resultados variacionistas, consoante variáveis linguísticas e extralinguísticas, rendeu produtivos resultados. Com base em projetos de natureza comparativa (a começar pelo VARPORT, também coordenado pela homenageada), buscou-se delimitar opções preferenciais, tendências sistemáticas de realização de variantes, ou o que se intitula, em determinados quadros interpretativos, tipos ou parâmetros linguísticos.

Esse empreendimento teve início com a comparação das variedades brasileiras (PB), europeias (PE) e moçambicanas (PM) no que se refere ao instigante tema da colocação pronominal. Em trabalho de Doutorado, Vieira (2002) perseguiu o objetivo da análise contrastiva de resultados, que agora passava do foco das variedades regionais do Norte Fluminense ao das internacionais (considerando Brasil/Rio de Janeiro, Portugal/Lisboa e Moçambique/Maputo). A flagrante dificuldade da ausência de amostras europeias e africanas do Português constituídas segundo critérios de estratificação semelhantes aos empregados nas pesquisas brasileiras não impediu o olhar detalhado, consoante coleta, codificação, quantificação e tratamento estatístico das ocorrências, para a interpretação do estatuto de cada variedade quanto aos grupos de fatores controlados.

A conhecida diferença de comportamento na fala do PB e do PE – com preferência pela colocação pós-verbal (*deu-me*) e clara atuação dos elementos proclisadores no PE (*não me deu*), ao contrário da ampla preferência pela colocação pré-verbal (*me deu*) e a presença da pós-verbal apenas em estruturas e contextos particulares (*encontrá-lo; chama-se*) no PB – pôde ser originalmente aferida em grande número de dados contemporâneos e, ainda, contrastada com os padrões de uso na modalidade escrita culta detectada a partir de textos jornalísticos, sobretudo crônicas. Em meio a essa oposição, Vieira (2002) atestou o comportamento vacilante de dados da variedade moçambicana, com expressiva quantidade de ocorrências de colocação pós-verbal mesmo na presença de proclisadores (*que chama-se*).

No âmbito da ordem dos clíticos em complexos verbais, um detalhado tratamento de variáveis linguísticas e extralinguísticas permitiu não só aferir o com-

portamento particular da variedade brasileira (PB), mas também o caráter intermediário da variedade moçambicana (PM) em relação ao PB e ao PE, tendo manifestado esta dada preferência pela ênclise à primeira forma verbal. Com o tratamento qualitativo das ocorrências, o estudo indicou a singularidade do PB no uso da chamada “próclise à segunda forma verbal” (*pode sempre se refletir; pode sempre me dar*), embora tenha demonstrado a necessidade de estudos que particularizem a análise por tipo de pronome átono. Nesse sentido, os dados do clítico *se* puderam ser considerados reservadamente, de modo a isolar o indeterminador, com preferência pela adjacência à primeira forma verbal (*não se pode dizer; pode-se sempre dizer*), em relação aos demais pronomes, comumente ligados à segunda forma verbal.

As tendências da ordem dos clíticos pronominais verificadas em Vieira (2002) puderam ser comparadas, posteriormente (nos trabalhos da equipe, com diferentes fontes de dados), àquelas que foram detectadas em outros estudos sobre o fenômeno: (i) Morito Machado (2006)³, referente à aprendizagem da colocação na escrita escolar; (ii) Nunes (2009, 2014), referente aos usos no PB e no PE em jornais dos séculos XIX e XX, seja com os clíticos em geral, em 2009, seja exclusivamente com o pronome “se”, em 2014; (iii) Santos, D. (2010, 2015), referente aos usos na literatura brasileira, durante todo o século XX, em 2010, e na história da constituição da norma “predicada” e “praticada” na virada do século XIX para o XX, em 2015; (iv) Peterson (2010), considerando o comportamento do fenômeno em cartas de leitores em diferentes jornais no Rio de Janeiro; (v) Rodrigues-Coelho (2011), em análise de redações ao longo dos anos escolares; (vi) Vieira (2011, 2016), sobre o fenômeno em variedades populares do PE, em 2011, e em dados comparados do PB, do PE e do PST (Português de São Tomé), em 2016; (vii) Corrêa (2012), sobre o uso em complexos verbais na fala brasileira contemporânea.

O conjunto desses trabalhos permitiu, em linhas gerais, demonstrar, no plano diacrônico: (i) a trajetória percorrida pelo fenômeno a partir de dados escritos, desde o século XIX até os dias atuais, nas variedades brasileira e europeia, configurando o provável traçado da mudança em tempo real de longa duração; (ii) o comportamento particular de dados consoante o gênero textual, como anúncios, notícias, editoriais, no domínio jornalístico (além do veículo em questão), e contos, no domínio literário; e (iii) a proposta de que a mudança linguística detectada nos dados brasileiros – com entrada da inovadora próclise à segunda forma verbal – não afetou igualmente o clítico *se* indeterminador, que se mantém, quando produzido, na adjacência à primeira forma verbal.

³ Essa minha primeira orientação foi na verdade uma coorientação, na companhia de Silvia Brandão, que também me ensinou a orientar.

Quanto a dados sincrônicos contemporâneos do Português, foi possível realizar: (i) a descrição sistemática de dados de fala e/ou de escrita em variedades brasileira, europeia, moçambicana e são-tomense, demonstrando opções claramente diferenciadas na fala, mas evidente aproximação (embora com particularidades, sobretudo em função dos gêneros em questão) na escrita; (ii) a postulação de regras com diferentes estatutos, consoante a variedade, detectando uma regra semicategórica de colocação na fala brasileira, em oposição à colocação variável nas falas europeia, embora com condicionamentos rígidos para o fenômeno em função do contexto morfossintático, e moçambicana e são-tomense, com ampla variação em mesmos contextos sintáticos, sobretudo no que se refere à ênclise em contexto com os chamados elementos proclisadores.

No âmbito dos já referidos estudos da concordância verbal quanto à caracterização de variedades internacionais do Português (cf. BRANDÃO; VIEIRA, 2012; BARRETO, 2014; VIEIRA; BAZENGA, 2013, 2015; VIEIRA, 2014; VIEIRA; BRANDÃO, 2014; VIEIRA, 2015), foi possível estabelecer que as variedades do Português têm feições particulares, e que essas feições permitem traçar tendências tipológicas quanto ao fenômeno em questão. Nesse sentido, os resultados contrastivos da concordância também permitiram observar que PB e PE não compartilham com as europeias o mesmo tipo de regra.

De todo o exposto, é inevitável concluir que o PE não partilha o mesmo perfil quantitativo nem qualitativo do PB vernacular. Restrições sociais, como escolaridade e perfil urbano/rural, e, sobretudo, a presença ou a ausência de dados sem concordância numa variedade de contextos estruturais possibilitam estabelecer condições exclusivamente brasileiras da ausência da marca de pluralidade. Ademais, dados categóricos e semicategóricos de concordância, associados a dados variáveis exclusivamente nos contextos de concordância semântica em construções com *a gente*, igualmente particularizam o PE. Em outras palavras, os perfis quantitativo e qualitativo dos padrões de concordância verificados e discutidos neste artigo permitem afirmar que PB e PE configuram tipos linguísticos distintos ou assumem parâmetros gramaticais diferentes da marcação de número plural. (VIEIRA; BRANDÃO, 2014, p. 107-108)

De outro lado, o caráter intermediário da variedade são-tomense (92%) – entre as distintas opções das variedades brasileiras e portuguesas – pôde também ser atestado⁴. Enquanto o Português do Brasil exhibe uma regra claramente variável

⁴ A pesquisa de Mestrado da orientanda Karen Christina da Silva Pissurno (2017) sobre a concordância verbal, em amostra recentemente coletada em Maputo por ela e por Silvia Rodrigues Vieira, permite considerações mais precisas sobre esse fenômeno em dados da variedade moçambicana do Português.

(78%), afetando diversas estruturas morfossintáticas, e o Português Europeu apresenta índices semicategóricos (99%) de marcação de plural, com restritas estruturas relacionadas à não marcação de pluralidade, a variedade são-tomense posiciona-se em porção intermediária de modo a apresentar uma regra variável, embora em menor extensão do que a verificada na brasileira.

Nesse sentido, os resultados apresentados, seja no âmbito da colocação pronominal, seja no da concordância verbal, têm permitido somar evidências que vão ao encontro da postulação de um “continuum afrobrasileiro”, proposto por Petter (2008, 2010). Segundo a autora, as diferentes situações de contato, em épocas diversas, permitiram observar resultados semelhantes em relação a determinados aspectos e níveis gramaticais. Nesse sentido, os estudos empreendidos oferecem contribuição a investigações dessa natureza, visto que procedem ao levantamento de dados obtidos em estudos sobre variedades do Português no Brasil, em Portugal, em São Tomé e em Moçambique.

4. ANÁLISE VARIACIONISTA E A INTERFACE MORFOSSINTAXE-FONÉTICA (OU: SILVIA BRANDÃO, DA FONÉTICISTA EM MIM)

Desde o controle da variável saliência fônica, proposta por Lemle; Naro (1977), a interface dos planos morfossintático e fonético-fonológico mostrou-se produtiva nos estudos da concordância. No caso da trajetória dos estudos de Vieira, entretanto, foi no tema da ordem dos clíticos pronominais que a face fonética foi mais detalhadamente investigada em primeiro lugar.

A antiga correlação entre a posição dos clíticos e sua inclinação (*clisis*) à direita ou à esquerda em função do caráter acentual das sílabas e/ou de motivações rítmicas foi investigada por Vieira (2002). A autora procedeu ao levantamento das características prosódicas, quanto a duração, intensidade e frequência fundamental, que podem motivar diferentes padrões de ligação fonológica dos clíticos nas variedades brasileira e europeia do Português, de modo a responder à seguinte questão: quais os parâmetros de base acústica que efetivamente atuam no condicionamento da ordem dos clíticos em Português?

Valendo-se do arcabouço teórico-metodológico da Fonética Acústica, segundo os recursos do Programa Computacional CSL (Computerized Speech Lab), Vieira (2002) estudou o comportamento dos pronomes em dados do PE e do PB, procedendo (i) à determinação da duração, da intensidade e da frequência fundamental, viabilizada pelo tratamento dos dados, e (ii) à ressíntese dos enunciados. Além de descrever o caráter acentual dos clíticos, se mais pretônico ou postônico, o recurso da manipulação dos fatores acústicos constitui um recurso essencial para a delimitação precisa das diferenças prosódicas. O procedimento consiste em submeter ao programa o enunciado de uma dada variedade e transformá-lo, por meio da alteração de parâmetros prosódicos, em outro. Alterados os parâmetros e, conseqüentemente, adquirido

o enunciado em nova versão, testa-se a eficiência da “transformação” do enunciado por meio da realização de testes perceptivos com falantes do Português quanto ao reconhecimento da ligação do clítico – se à direita ou à esquerda.

Os resultados apresentados em Vieira (2002) permitiram afirmar que, em termos acústicos:

- (i) o pronome átono do PB apresenta, quanto à duração e à intensidade, as mesmas configurações de uma sílaba pretônica vocabular; o pronome átono do PE assume, quanto à duração e à intensidade, as características de uma sílaba postônica/pretônica vocabular.

Por meio de comparação de pretônicas clíticas e vocabulares, como em enunciados do tipo <como me sangra a alma eu não entendo/como miçanga acalma eu não entendo>, ficou evidente a semelhança da sílaba do pronome átono (*me sangra*) com a sílaba pretônica vocabular (*miçanga*) no PB. No caso do PE, foi possível observar a menor duração e a menor intensidade do pronome em relação ao do PB.

- (ii) a ligação fonológica do pronome átono no PB dá-se para a direita, enquanto o PE assume o parâmetro da ligação fonológica para a esquerda; e
- (iii) o parâmetro acústico do acento que determina a cliticização do pronome à esquerda é, essencialmente, a duração – abreviada no PE –, atuando, em segundo plano, a intensidade – menor no PE.

Os resultados anteriormente, adquiridos pela medição dos parâmetros acústicos do acento e pelo recurso da síntese da fala, ficaram evidentes por meio do julgamento dos ouvintes nos testes de percepção.

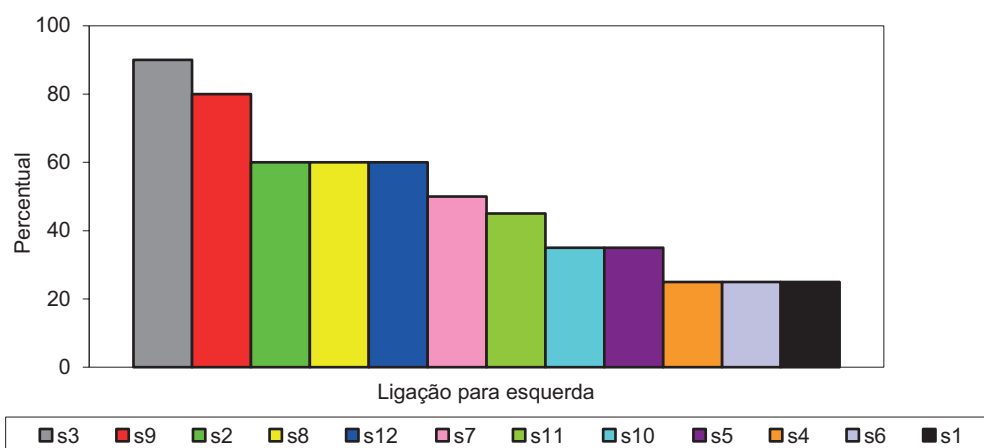


Gráfico 1 Percepção da ligação fonológica do pronome à esquerda, segundo os percentuais dos votos em testes de percepção auditiva em relação a doze contextos: enunciado original brasileiro (s1) e enunciados manipulados segundo recurso de síntese de fala (s2 a s10).

Quadro 1 Graus de percepção da ligação do clítico para a esquerda.

GRAUS DE PERCEPÇÃO DA LIGAÇÃO PARA ESQUERDA
GRAU 1= versão original (S1) / redução leve da intensidade (S4) / F0: de descendente a ascendente (S6)
GRAU 2= redução forte da intensidade (S5) / F0: de descendente a ascendente e redução leve da duração (S10)
GRAU 3= F0: de descendente a ascendente e redução leve da intensidade (S11) / redução leve de duração e intensidade (S7)
GRAU 4= redução leve da duração (S2) / redução leve da duração e forte da intensidade (S8) / F0: de descendente a ascendente e redução leve de duração e intensidade (S12)
GRAU 5= redução forte da duração e leve da intensidade (S9) / redução forte da duração (S3)

Fonte: Vieira (2002: 378).

Os resultados representados no Gráfico 1 permitem afirmar que: (i) o parâmetro de cliticização à esquerda está associado, em primeiro plano, ao parâmetro acústico da duração: a redução forte do tempo da sílaba do clítico acarreta a escolha quase categórica desse parâmetro (80/90%); a redução leve do tempo da sílaba do clítico motiva a opção pelo parâmetro em mais da metade dos casos (60%); e (ii) o parâmetro acústico da intensidade atua moderadamente na determinação do parâmetro: a redução forte da intensidade faz aumentar o índice de percepção do parâmetro à esquerda (de 25 para 35%); ademais, associada a outros dois parâmetros, a redução da intensidade do clítico aparece também nos graus intermediários (3 e 4). Observe-se que, se a alteração for apenas uma redução leve da intensidade, o enunciado é percebido da mesma forma que o original.

Dando continuidade ao desenvolvimento da metodologia proposta em Vieira (2002), Corrêa (2012) realizou experimentos mais detalhados, diferenciando-se do trabalho anterior nos seguintes pontos: (i) observou, além de intensidade e duração, as frequências formânticas 1 e 2 (e não a F0), para que fosse possível o controle da qualidade vocálica da sílaba em questão; (ii) valeu-se de tratamento estatístico (por meio do Programa R); e (iii) controlou detalhadamente o comportamento do pronome *se*, reflexivo ou indeterminador, para os quais tinha hipóteses particulares.

No que se refere ao caráter acentual das sílabas, Corrêa (2012) constatou que, no caso de pares efetivamente homófonos, as diferenças entre sílaba clítica e pretônica vocabular não são expressivas quanto à intensidade, e são praticamente inexistentes quanto à duração. Em termos gerais, os resultados relativos à vogal presente nos pronomes átonos e nas sílabas átonas vocabulares apresentaram semelhanças entre esses segmentos, sobretudo no caso de se tratar de vogal alta, dada a identidade de seus traços.

Quanto ao tipo de clítico, os resultados revelam que a forma *se* se particula- riza em relação aos demais pronomes. Ao que tudo indica, a ligação enclítica ao verbo auxiliar seria a prototípica do *se* indeterminador (*pode-se dirigir a 100 km por hora*), enquanto a proclítica seria associada à ligação sintática que o *se* reflexivo estabelece com o verbo temático (*youê pode se-dirigir ao balcão*). A instabilidade dos resultados para o pronome *se* fortalece essa hipótese no estudo de Corrêa (2012).

No que se refere aos testes de percepção dos enunciados manipulados acus- ticamente, tendências semelhantes às observadas em Vieira (2002) puderam ser verificadas nos resultados obtidos em CORRÊA (2009, 2012). Em síntese, os re- sultados, relativos tanto ao pronome *me* quanto ao *se*, convergem para a conclu- são sistematizada na Figura 2, proposta pela autora.

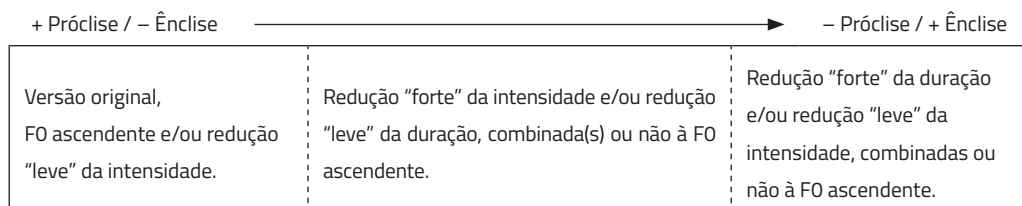


Figura 2 Representação escalar dos resultados dos testes de percepção auditiva de Corrêa (2009).

Fonte: Corrêa (2009: 937)⁵.

Conforme sintetizam Vieira; Corrêa (2017, p. 92):

De modo geral e considerando as pesquisas aqui contempladas, pode-se afirmar, a título de sistematização, que existem fortes indícios de que o clítico pronominal na variedade brasileira do Português seja prototipicamente proclítico. Houve semelhanças entre sílaba clítica e sílaba pretônica vocabular tomando por base os parâmetros acústicos de duração e intensidade, semelhanças não tão evidentes no caso do pronome *se* – a depender de sua função – e em pares com diferença na qualidade vocálica.

A interface fonética-morfossintaxe, aprofundada no tratamento da ordem dos clíticos pronominais, também tem sido investigada, sob outras bases e meto- dologias, na abordagem da concordância verbal de 3ª pessoa.

⁵ A linha tracejada pretende representar o limite tênue entre as duas categorias.

Nesse caso, importa caracterizar detalhadamente a pronúncia das desinências número-pessoais, não só para estabelecer se efetivamente se trata de expressão de pluralidade ou não, mas também se as diferenças entre as formas verbais singular e plural configuram os graus de saliência que tradicionalmente têm sido contemplados nos estudos sobre o tema.

Primeira iniciativa nessa direção pôde ser observada no trabalho de Barreto (2014), em que a autora levantou a pronúncia de todas as formas verbais de 3ª pessoa plural na variedade lisboeta do Português, demonstrando que a pronúncia ditongada do plural constitui a regra de uso. Considerando o propósito de realização de análise contrastiva entre as variedades do Português, Vieira; Brandão; Gomes (2015) fazem ampla revisão bibliográfica e lançam diretrizes para a caracterização morfofonológica das desinências de número, em andamento⁶, e, consequentemente, para o tratamento da variável saliência fônica.

5. ANÁLISE VARIACIONISTA E SOCIOLINGÜÍSTICA EDUCACIONAL (OU: SILVIA BRANDÃO, DA PROFESSORA EM MIM)

Uma última interface da Sociolinguística também constituiu foco de interesse desde o trabalho sobre a concordância de 3ª pessoa plural na fala dos analfabetos do Norte fluminense (VIEIRA, 1995). Após o tratamento do tema em termos variacionistas, desenvolve-se um capítulo específico sobre a abordagem didática dos resultados das variáveis relevantes ao condicionamento do fenômeno, de modo a aplicar a proposta feita por Lemle; Naro (1977), de que o conjunto de fatores desfavorecedores da marcação de plural (expostos no Quadro 2) deveria ser priorizado nas atividades pedagógicas, para a necessária ampliação de repertório por parte dos estudantes. Nesse sentido, propõe a autora:

Pela visualização dos fatores que propiciam a ocorrência de marca, ficam estabelecidos os contextos pelos quais se deve iniciar o ensino da concordância. E, pela observação dos fatores que levam ao cancelamento da marca, evidenciam-se as construções que devem ser priorizadas nos exercícios propostos. (VIEIRA, 1995, p. 142)

⁶ No caso da concordância verbal de 3ª pessoa plural nos dados do PB, Jéssica Araújo Moraes da Rocha tem-se ocupado, em nível de iniciação científica, da caracterização detalhada das desinências em questão.

Quadro 2 Variáveis significativas para o condicionamento da regra de cancelamento: fatores desfavorecedores e favorecedores.

VARIÁVEIS	CONTEXTOS QUE PROPICIAM A OCORRÊNCIA DE MARCA DE NÚMERO	CONTEXTOS QUE PROPICIAM O CANCELAMENTO DA MARCA DE NÚMERO
saliência fônica	formas verbais de alto nível de saliência	formas verbais de baixo nível de saliência
paralelismo clausal	v. prec. de SN sujeito marcado	v. prec. de SN sujeito não marcado
paralelismo discursivo	v. prec. de v. com marca de plural	v. prec. de v. com marca de plural ou de 3ª p. do sing.
posição do sujeito	sujeito anteposto	sujeito posposto
animacidade	sujeito animado	sujeito inanimado
distância entre SN e SV	SN sujeito próximo do SV	SN sujeito distante do SV

Fonte: Vieira (1995: 242).

Oferecendo total acolhida à proposta de Vieira – que acabou por organizar, com a participação de colegas da área, cursos de extensão específicos sobre a relação gramática e ensino –, Brandão integrou o projeto de divulgação das aulas dos referidos cursos, projeto que resultou na publicação do livro *Ensino de gramática: descrição e uso* (VIEIRA; BRANDÃO, 2007). Com base nessa publicação, foi possível reunir, para a área do ensino, informações atualizadas acerca de objetos gramaticais teóricos (termos da oração, períodos compostos, expressão de grau, dentre outros) e do comportamento de fenômenos variáveis (quadro pronominal, concordância verbal, concordância nominal, colocação pronominal).

Com o objetivo de sistematizar o comportamento dos dados também no âmbito das variedades cultas do Português do Brasil, em suas modalidades falada e escrita (+ ou – monitorada), Vieira; Freire (2014) propõem contínuos de variação considerando diversos fenômenos morfossintáticos. Desse modo, oferecem aos profissionais de ensino evidências de que a chamada “norma culta” constitui, na realidade, diversas expressões variáveis em função do contínuo fala-escrita e de diferentes graus de monitoração estilística.

Em projeto recente vinculado à rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e na participação nos cursos do Mestrado Profissional em Letras/PROFLETRAS, tem sido possível dar continuidade às reflexões inauguradas em 1995 e, assim, enveredar pela abordagem metodológica de fenômenos gramaticais em sala de aula. Nesse sentido, Vieira (2017) propõe – com base no planejamento nacional

da disciplina Gramática, Variação e Ensino, do PROFLETRAS – que a abordagem do componente gramatical nas aulas de Português como língua materna se aproprie de investimentos em três frentes de trabalho, que podem ser considerados individualmente ou em parceria: (i) ensino de gramática como atividade reflexiva para explicitação do conhecimento linguístico natural; (ii) ensino de gramática como reconhecimento dos efeitos expressivos do componente linguístico, nos níveis micro e/ou macroestrutural do texto; e (iii) ensino de gramática como atividade promotora do conhecimento de regras variáveis.

Com base na referida proposta, os trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas orientações⁷ têm buscado atualizar o conjunto de informações necessárias à prática pedagógica (Cf. PIMENTA, 2013; SANTOS, J, 2015; SANTANA, 2016) e propor sequências de atividades que visem a articular os três referidos eixos de trabalho. Nessa perspectiva, foram trabalhados recentemente os temas variáveis da indeterminação do referente (SOUZA, 2015), da expressão de segunda pessoa (GOUVÊA, 2016) e da concordância verbal de 3ª pessoa (CHAGAS, 2016). Com base em revisão da literatura, os referidos trabalhos apresentam propostas de intervenção em sala de aula a partir de um conjunto de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, que objetivam desenvolver o conhecimento sobre o tema gramatical em questão, articulando-o à produção de sentidos e à manifestação de regras variáveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero ter cumprido o objetivo inicialmente formulado para este texto: o de reconhecer que, em cada etapa da trajetória por mim percorrida, se encontram presentes, direta ou indiretamente, as influências da orientação recebida, do Mestrado aos dias de hoje, por Silvia Figueiredo Brandão. Sei que o desafio da proposta me obriga a cumpri-lo apenas parcialmente, por não caber, dada a sua própria natureza, no espaço de um texto acadêmico.

⁷ Além dos trabalhos já concluídos, cabe destacar as atividades desenvolvidas por Francis de Melo Valadares, na descrição das formas de tratamento endereçadas a Deus no discurso religioso; Luiz Felipe da Silva Durval, na apreciação crítica do material desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação para o segundo segmento do Ensino Fundamental e no planejamento de sequência didática; e Monique Débora Alves de Oliveira, na elaboração de oficinas de variação linguística com atividades lúdicas. Vieira (2017) apresenta reflexões com base em propostas didáticas, em e-book organizado a partir do desenvolvimento do Projeto “Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas”, financiado pela FAPERJ (Edital Apoio à melhoria do ensino em Escolas da Rede Pública sediadas no Estado do Rio de Janeiro – 2014).

Descrições e análises, descrições para análises. Da concordância verbal e da ordem dos clíticos pronominais a diversos fenômenos morfossintáticos. Dialectologia, Sociolinguística, Abordagem contrastiva de variedades do Português. Morfossintaxe, Fonética... interfaces. De todas elas, sobressaem, sem dúvida, as extra-acadêmicas, cujas feições se refletem na trajetória das análises científicas, das orientações recebidas às transmitidas, da descrição de dados à elaboração de estratégias pedagógicas.

Vale a pena repetir: uma significativa trajetória de aprendizado e partilha, fruto de um crescente desejo de dar conta do objeto em análise e fazer sempre mais e melhor. Muito obrigada, Silvia Brandão, por tudo que me ensinou!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Fernanda Villares Vianna. *A concordância verbal de 3ª pessoa do plural no Português Europeu*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Patterns of agreement within the Noun Phrase. *Journal of Portuguese Linguistics* 12 (2), p. 51-100, 2013.

_____; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do Português. *Alfa* 56 (3), p. 1035-1064, 2012.

CHAGAS, Danieli Silva. *Concordância verbal de terceira pessoa: descrição Sociolinguística e proposta pedagógica em turmas do Ensino Fundamental*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CORRÊA, Cristina Márcia Monteiro de Lima. Cliticização fonológica em variedade brasileira do Português. In: HORA, Dermeval da (org.). *ABRALIN 40 anos*. João Pessoa: Ideia, 2009, p. 932-938.

_____. *Cliticização pronominal na região metropolitana do Rio de Janeiro: a interface Sintaxe-Fonologia*. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GOUVÊA, Isabela Passos. *Variação das formas interlocutivas de segunda pessoa: estratégias pedagógicas*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GRACIOSA, Diva. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do Português*. Rio de Janeiro: Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford, 1977.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da. A concordância verbal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O Português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 331-371.

MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos; VIEIRA, Silvia Rodrigues. A representação sócio-geolinguística de fenômenos morfossintáticos: nós/a gente e concordância verbal. In: CUNHA, Cláudia de Souza (org.). *Estudos geo-sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Letras Vernáculas, 2006, p. 99-112.

MORITO MACHADO, Ana Carla. *O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language* 57, p. 63-98, 1981.

_____; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, Carla da Silva. *Um estudo sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *A ordenação do clítico “se” em complexos verbais nas produções escritas do Brasil e de Portugal nos séculos XIX e XX segundo a perspectiva sociolinguística*. 2014. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. *África* (USP) 27/28, p. 63-89, 2010.

_____. Uma hipótese explicativa do contato entre o Português e as línguas africanas. *Papia* 1, p. 9-19, 2008.

PETERSON, Márcia Saldanha. *A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor: uma contribuição da Sociolinguística Variacionista*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PIMIENGA, P. C. S. *La segunda persona de singular en el Portugués de Rio de Janeiro: variación en la relación gramatical de objeto directo*. 2013. Dissertação (Maestria em Linguística Aplicada) – Universidad de Guadalajara, Guadalajara, 2013.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do Português: uma abordagem sociolinguística*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES-COELHO, Adriana Lopes. *A ordem dos clíticos pronominais: uma análise sociolinguística da escrita escolar do Rio de Janeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTANA, Juliana Magalhães Catta Preta de. *Diagnose e ensino de pronomes: um estudo sobre a retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa no Português Brasileiro*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Daniely Cassimiro de Oliveira. *Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do Português Literário: um estudo segundo o conjugado “Variação-Mudança & Cliticização”*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. *Do predicado ao praticado na constituição da norma brasileira [1870-1929]: a colocação pronominal*. 2015. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Juliana da Costa. *O comportamento das estratégias de relativização na escrita culta jornalística brasileira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SCHERRE, Maria Marta; NARO, Anthony Julius. A concordância de número no Português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997, p. 93-114.

SOUZA, Daniela da Silva de. *Estratégias de indeterminação do sujeito: uma proposta pedagógica para o ensino de gramática*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIEIRA, Maria de Fátima. *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no Português Europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *A ordem dos clíticos pronominais nas variedades urbanas europeia, brasileira e são-tomense: uma análise sociolinguística do Português no início do século XXI*. 2016. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Sociolinguística e ensino de Português: para uma pedagogia da variação linguística. In: MARTINS, Marco Antônio; TAVARES, Maria Alice (orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de Língua Portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013, p. 53-90. (Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, vol. V)

_____. Entre o variável e o categórico: a concordância verbal e a colocação pronominal em variedades do Português In: REZENDE, Letícia Marcondes; NADIN, Odair Luiz; MENDONÇA, Marina Célia; ZAVAGLIA, Claudia; BRUNELLI, Anna Flora (orgs.). *A interdisciplinaridade e a especificidade linguística: teorias e práticas*. Araraquara; São Paulo: FCL-Unesp Laboratório Editorial; Cultura Acadêmica, 2014, p. 75-98. (Série Trilhas Linguísticas, 26)

_____ (org.). *A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015.

_____. Três eixos para o ensino de gramática: uma proposta experimental. In: NORONHA, Claudianny Amorim; SÁ JR., Lucrécio Araújo de (orgs.). *Escola, ensino e linguagem [recurso eletrônico]*. Natal-RN, EDUFRN, 2017. <<http://repositorio.ufrn.br>>.

_____; BAZENGA, Aline. Patterns of third person verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics* 12 (2), p. 7-50, 2013.

_____; BAZENGA, Aline. A concordância da terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (org.). *A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho/FAPERJ, 2015, p. 29-75.

_____; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em Português. *Linguística* 30 (2), p. 81 -112, 2014.

_____; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Cuadernos de la ALFAL* 7, Santiago/Chile, 2015.

_____; CORRÊA, Cristina Márcia Monteiro de Lima. Colocação pronominal no Português do Brasil: a contribuição de estudos de percepção auditiva. *Letras de hoje* 52 (1), p. 87-96, 2017.

_____; FREIRE, Gilson Costa. Variação morfossintática e ensino de Português. In: MARTINS, Marco Antônio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (orgs.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 81-114.

PROTOTIPICIDADE DOS VERBOS DE COGNIÇÃO E INTEGRAÇÃO DE EVENTOS

ELIETE FIGUEIRA BATISTA DA SILVEIRA¹

1. INTRODUÇÃO

Os verbos de *cognição* da oração matriz (principal) foram aqui analisados² com base na Teoria Funcionalista de linha americana, cujo pressuposto é o de que a língua é internamente estruturada como um organismo dentro do qual subsistemas se hierarquizam (GIVÓN, 1984, p. 115). No âmbito clausal, a gramaticalização está associada a um processo de dessentencialização, em que as completivas vêm, diacronicamente, perdendo as características prototípicas de oração, quais sejam, perda da marca morfológica de sujeito e redução das marcas de tempo/aspecto e modalidade. Givón (1995, p. 277) afirma que, no processo de integração, duas (ou mais) cláusulas com duas (ou mais) séries de argumentos emergem para produzir uma única construção. Interessa, pois, de-

¹ À Profa. Sílvia Brandão, a quem dedico minha mais profunda admiração e respeito. Meu ingresso na UFRJ não seria possível sem seu incentivo, apoio e orientação. Muito obrigada!

² Este artigo apresenta os resultados parciais de pesquisa realizada no âmbito do doutorado, cujo estudo se centrou em três categorias verbais: modalidade, manipulação e cognição.

monstrar neste artigo que os verbos cognitivos apresentam diferentes graus de integração, distinguindo-se, inicialmente, por englobarem verbos pronominais e não pronominais.

Os dados escritos foram coletados em crônicas e editoriais de três variedades do Português: brasileiro (PB), europeu (PE) e moçambicano (PM). Já os dados da oralidade foram selecionados de entrevistas dos Projetos APERJ – Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (78 inquéritos) –, PEUL – Programa de Estudos do Uso da Linguagem (63 inquéritos) – e NURC – Norma Oral Urbana Culta da cidade do Rio de Janeiro (42 inquéritos) –, para o PB. Para o PE, recorreu-se a trinta e dois inquéritos do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo – CRPC, coletados em diferentes regiões de Portugal. No que tange ao PM, utilizaram-se oito depoimentos pertencentes ao Projeto Panorama do Português Oral de Maputo – PPPOM. Para a validação das complementações possíveis com verbos cognitivos coletados nos *corpora*, utilizaram-se frases geradas pelo autor, bem como coletadas em dicionários de uso.

Este artigo se divide em mais três seções que abordam: os aspectos semânticos e sintáticos dos verbos cognitivos; os graus de integração entre oração matriz e a cláusula completiva, a depender da configuração dos verbos cognitivos, e as principais conclusões do trabalho.

2. VERBOS COGNITIVOS: ASPECTOS SEMÂNTICOS E SINTÁTICOS

Os verbos de cognição definem-se, semanticamente, por a cláusula matriz codificar atividade mental ou verbal com um verbo (ou adjetivo) de percepção, cognição, atitude mental ou interação verbal (de elocução). Além disso, o estado ou evento codificado na cláusula complemento é o objeto da atividade mental ou verbal codificada pelo verbo principal.

Sintaticamente, não há nenhuma restrição de correferência entre o sujeito ou objeto da principal e o sujeito da cláusula subordinada. Por sua vez, a subordinada aparece introduzida pelo conector *que* (ou *se*), com a posição de sujeito preenchida (Cf. GIVÓN, 1993a, p. 4-5; 1993b, p. 133-136): Foi quando abri a luz e te vi dormir que me apercebi de que [] estava presa – Português Europeu – DN5 (Crônica).

Segundo o critério semântico, esses verbos codificam *preferência* ou *aversão* em vista de um evento ou estado codificado no complemento (*desejar, temer, esperar, preferir*). Outros codificam atitude epistêmica (relativa certeza) em vista da realidade do estado ou evento expresso no complemento (*pensar, acreditar, supor, duvidar*). Alguns verbos com sentido de alta certeza epistêmica são caracterizados

como *pressuposicionais* ou factivos. Nesse caso, o falante considera a proposição da cláusula complemento uma verdade, apesar do valor de verdade da proposição da cláusula matriz (Maria *sabe* que João a amou³). Tal fato também é corroborado por Neves (2000, p. 32): “a característica dos factivos é ter participantes de estatuto oracional que, para o falante, não indicam um simples evento, mas um fato, que permanece afirmado quer o verbo da oração principal seja afirmado quer seja negado”.

Estão no grupo de factivos: *entender, lembrar, esquecer* (= *deixar de lado; não levar em conta*), *ver, ouvir, perceber, aprender, encontrar, descobrir, lamentar, conscientizar* (GIVÓN, 1993ab), assim como *saber, compreender, ignorar, lembrar-se* (= *ter na lembrança*), *notar, aperceber-se, observar, recordar-se* (epistêmicos), *admirar, admirar-se, lamentar, deplorar, maravilhar-se, arrepende-se, magoar-se, ressentir-se* (de atitude sentimental), *gabar-se, desculpar-se* (do tipo declarativo – de elocução), *relevar, estranhar, importar-se* (do tipo avaliativo – NEVES, 2000, p. 32-33). Pertencem também ao grupo dos verbos de cognição o factivo negativo (‘fingir’ *pretend*), cujo complemento pode ser considerado falso, e os verbos de expressão/elocução (*anunciar, explicar, propor, revelar*), cuja proposição no complemento é expressa verbalmente pelo sujeito da principal, e pode aparecer no discurso direto ou no indireto (*Ela disse: eu não estou certa / Ela disse que não estava certa*⁴).

Deve-se, entretanto, fazer uma ressalva à configuração da completiva selecionada por verbos cognitivos. Neves (2000, p. 32) apresenta, em sua maioria, verbos que selecionam completiva finita com verbo no modo subjuntivo. Tal configuração coaduna-se com a característica das completivas selecionadas por verbo cognitivo: a subordinada aparece introduzida pelo conector *que* (ou *se*), com a posição de sujeito preenchida (Cf. GIVÓN, 1993a, p. 4-5; 1993b, p. 133-136). A autora apresenta, entretanto, a possibilidade de verbos factivos subordinarem não finitas: *Não ignorava ter de me matar para viver* (NEVES, 2000, p. 34), caso em que os sujeitos são correferenciais, o que acontece predominantemente no *corpus*: Hoje em dia, eu me *arrependo* [*de não ter estudado mais e me formado*] – PEUL – mulher.

Submeteu-se, então, a construção com verbos cognitivos do tipo exemplificado aos testes sugeridos por Neves (2000a; 2002, p. 155) para constatar se se tratava de um factivo ou a forma estaria aproximando-se da classe dos implicativos

³ Exemplo traduzido de Givón (1993a, p. 135): *Mary knew that John loved her.*

⁴ Exemplo traduzido de Givón (1993a: 136): *She said: “I’m not sure” / She Said (that) she wasn’t sure.*

(modalidade) ou causativos (manipulativo). Assim, verificou-se que tais construções se incluíam entre os factivos, pois:

- a) a modalidade atua apenas na oração matriz, ou seja, o fato codificado na completiva (*não ter estudado*) não se modificou/modalizou: Hoje em dia eu *deveria* me arrepender de não ter estudado.
- b) aceita marcação de tempo conflitante entre as orações, assim como indicação de lugar na oração completiva: *Hoje em dia* eu me arrependo de não ter estudado *há dois meses*/Hoje em dia eu me arrependo de não ter estudado *lá*.
- c) aceita a reiteração da negação na completiva, ou seja, não + não equivale à negação do conteúdo da cláusula completiva: Hoje em dia eu *não* me arrependo de *não* ter estudado (não + não = não).

Chegou-se à conclusão de que verbos de cognição, arrolados entre os factivos, também selecionam completiva na forma não finita. Tais estruturas estão mais gramaticalizadas do que outras que somente se constroem com finitas, perdendo, assim, as características prototípicas de verbo de cognição, ou seja, afastando-se do centro dessa categoria⁵.

A partir da categorização dos verbos, Givón (1993b, p. 6) estabelece uma escala, relacionando uso de verbos e integração de eventos. Quanto mais semanticamente integrados forem dois eventos, mais integrados serão morfossintaticamente⁶. E afirma que a união de cláusulas em línguas em que é possível o encaixamento é uma questão de grau, e envolve quatro traços estruturais (GIVÓN, 1993b, p. 23; 1995, p. 286):

- a) *Co-lexicalização de dois verbos* – relaciona-se ao princípio da proximidade, segundo o qual “quanto mais próximas duas entidades são em significado, mais exibirão proximidade temporal no nível do código⁷”. Segundo Givón, se o verbo da oração matriz pertencer ao nível mais alto da escala de integração de eventos, mais facilmente ele será co-lexicalizado.

⁵ Esta abordagem relaciona-se à ideia de *categorias radiais* da Linguística Cognitiva, segundo a qual há membros pertencentes a uma categoria que não apresentam todos os traços do membro prototípico.

⁶ Aplicada essa escala, os verbos de modalidade e os manipulativos apresentam maior integração da cláusula complemento com o verbo da matriz do que os verbos cognitivos.

⁷ “The closer two linguistic entities are in meaning, the more they will exhibit temporal proximity at the code level” (GIVÓN, 1993, p. 24)

- b) *Integração relacional do agente do complemento (causado) na cláusula matriz* – quanto mais semanticamente incorporado estiver a cláusula complemento à cláusula matriz, menos características/marcas de sujeito agente terá a subordinada.
- c) *Morfologia* – finita / não finita – do verbo complemento – se o verbo está em uma escala alta de integração de evento, mais nominal será seu verbo complemento.
- d) Separação entre as cláusulas pelo subordinador ou pausa – a presença de um subordinador (*que*) ou a quebra na entonação marca uma menor integração entre as cláusulas. Quanto mais baixo na escala de integração de eventos estiver o verbo da principal, maior será a tendência de ele se separar pelo subordinador ou por pausa (Cf. GIVÓN, 1993b, p. 28). De acordo com GIVÓN, o uso de subordinador ou de pausa é uma relação de exclusão (em distribuição complementar). O subordinador é utilizado com verbos do alto da escala de integração, quando duas cláusulas estão sob um mesmo contorno de entonação. Ainda, *o subordinador torna-se significante na codificação da transição dos verbos de manipulação e modalidade para verbos cognitivos*.

Cabe destacar que, normalmente, verbos que se apresentam com preposição em construções simples a perdem ao se transformarem em construções complexas. Servem de exemplo os verbos *crer* (*Ele crê em Deus* = ter fé / *Creio que a crise afetou o Brasil* = acreditar; julgar), *acreditar* (*Ele acredita no próximo* = ter fé / *Acredito que as coisas vão melhorar* = julgar), *pensar* (*Ele pensou em Maria* = raciocinar; refletiu sobre / *Penso que a saída é a educação* = achar; considerar) cujos significados se modificam justamente quando a complementação se faz mediante o subordinador *que*. Esses verbos se configuram entre os verbos de cognição.

Após a caracterização semântica e sintática, apresentam-se, a seguir, a análise quantitativa e qualitativa, bem como uma proposta de escala de integração entre matriz e completiva dos verbos cognitivos em Português.

3. VERBOS COGNITIVOS E INTEGRAÇÃO CLAUSAL

No conjunto de dados dos verbos de cognição, há um maior número de ocorrências de verbos na forma não finita. São 846 completivas na forma não finita, e apenas 178, na forma finita, o que demonstra que essa categoria verbal seleciona estrutura mais integrada formal e cognitivamente:

Tabela 1 Distribuição das ocorrências de verbos de *cognição*, segundo a forma da oração completa – *corpora* oral e escrito.

VERBOS DE COGNIÇÃO	ORAL		ESCRITO	
	FINITA	NÃO FINITA	FINITA	NÃO FINITA
	Nº DE OCO.	Nº DE OCO.	Nº DE OCO.	Nº DE OCO.
Acreditar	79	01	07	01
Aperceber-se			01	
Aprender		03		
Arrepende-se		01		
Concordar			01	
Convencer(-se)			03	
Conscientizar-se		01	05	
Crer	14	01	01	
Desconfiar	01			
Duvidar			03	
Entender		01		
Envergonhar-se		02		
Falar		01		02
Gabar-se	01			
Gostar	36	764		17
Hesitar				01
Importar-se				01
Lembrar	21	06	02	01
Orgulhar-se		01		
Pensar	03	34		03
Recordar		01		01
Vangloriar-se				01
Total parcial	155	817	23	29
Total	972		52	

Fonte: BATISTA DA SILVEIRA (2003: 164).

Os verbos de cognição dividem-se em dois grupos, segundo a forma que o predador admite: 1) não pronominal/pronominal (de dupla forma, como *convencer-se/convencer*), e 2) não pronominal (*pensar/crer*).

Os verbos que admitem a dupla forma têm a completiva menos integrada do que os predicadores não pronominais, apresentando, portanto, a seguinte escala de integração:



3.1. Verbos de dupla forma: não pronominal e pronominal

Os verbos pronominais a seguir fazem parte do *corpus* analisado. Observa-se que estes possuem a propriedade de selecionarem completiva tanto não finita quanto finita, com sujeitos correferenciais e não correferenciais, ou seja, não apresentam a correferencialidade como regra de restrição, como se observa nas construções criadas pelo autor (T) e nas coletadas em dicionários (D), contrastadas com os dados do *corpus*:

A. *aperceber-se/aperceber*

1. Foi quando abri a luz e te vi que me apercebi (de) estar presa (perceber; notar, dar-se conta). (T)
2. Foi quando abri a luz e te vi dormir que me apercebi de que [] estava presa – Português Europeu – DN5 (Crônica).
3. Foi quando abri a luz e te vi que me apercebi de que [Maria] estava presa. (T)

B. *arrepender-se/arrepender*

1. Hoje em dia, *eu* me arrependo de não ter estudado mais e me formado – PEUL – Português Brasileiro (sentir pesar; remorso por atitude tomada).
2. Hoje em dia, *eu* me arrependo de que [] não tenha estudado mais. (D)
3. Hoje em dia, *eu* me arrependo de que [Maria] não tenha estudado mais. (D)

C. *convencer-se/convencer*

1. Precisamos nos convencer de [o passado] não voltar mais (passar a ter certeza ou a aceitar; ficar persuadido). (T)

2. Precisamos nos convencer que o passado não volta mais – BUNDAS – Ano 1/nº 41 – Português Brasileiro.
3. Precisamos nos convencer de que [o *passado*] não volta mais. (T)

D. conscientizar-se/conscientizar

1. O povo brasileiro tem que se conscientizar de [toda a gente] não poder votar em fulano. (T)
2. O povo brasileiro tem que se conscientizar de [] não poder votar em fulano. (T)
3. *O povo brasileiro tem que se conscientizar de não se poder votar em fulano. (T)
4. O povo brasileiro tem que se conscientizar que não se pode votar em fulano – Português Brasileiro (Redação 94).
5. *O povo brasileiro tem que se conscientizar de que [] não pode votar em fulano. (T)
6. *O povo brasileiro tem que se conscientizar de que [ninguém] pode votar em fulano. (T)

Observa-se que o verbo *conscientizar-se* pode ter o sujeito da completiva lexicalizado (D.1) e (D.6), apagado (D.2) e (D.5) ou indeterminado (D.3) e (D.4).

E. envergonhar-se/envergonhar

1. Eu não me envergonho de ter crescido naquele tipo de condição – Português Moçambicano.
2. Eu não me envergonho de que [] tenha crescido naquele tipo de condição. (T)
3. Eu não me envergonho de que [*Maria*] tenha crescido naquele tipo de condição. (T)

F. gabar-se/gabar

1. Mas não dentro daquela harmonia do casal que se ama – que se gaba de [] se amar. (T)
2. Mas não dentro daquela harmonia do casal que se ama – que se gaba de [*outros*] se amar. (T)
3. (...) mas não dentro daquela harmonia do casal realmente que se ama – que se julga/ que se gaba de que se ama não! – AM161JA – Português Moçambicano.

4. Mas não dentro daquela harmonia do casal que se ama – que se gaba de que [outros] se amam. (T)

G. importar-se/importar

1. Importo-me em sublinhar este aspecto (...) – JN5 – Português Europeu.
2. Importo-me (em) que [] sublinhe este aspecto. (T)
3. Importo-me (em) que [Maria] sublinhe este aspecto. (T)
4. Importa-me que Maria sublinhe. (T)

Como se pode observar em (G.3), a completiva estabelece uma relação de objeto direto com o predicador, tendo a estrutura simplificada. Pode, ainda, selecionar complemento indireto e argumento externo oracional (G.4).

H. lembrar-se/lembrar

1. Eu me lembro de [] fazer Tiro de Guerra. (T)
2. Eu me lembro de [Paulo] fazer Tiro de Guerra. (T)
3. Eu me lembro que eu fiz o “Tiro de guerra” no último ano lá – NURC – INQ0080 – Português Brasileiro.
4. Eu me lembro (de) que Paulo fez Tiro de Guerra. (T)

I. orgulhar-se/orgulhar

1. Podia neste momento orgulhar-me de [] ter sido um dos bolseiros da igreja – PPOM. – Português Moçambicano.
2. Podia neste momento orgulhar-me de [meu filho] ter sido um dos bolseiros da igreja
3. Podia neste momento orgulhar-me de que [] tenha sido um dos bolseiros da igreja. (T)
4. Podia neste momento orgulhar-me de que [meu filho] tenha sido um dos bolseiros da igreja. (T)

J. recordar-se/recordar

1. (...) até agora ainda não me recordo de ter ouvido uma subida de setenta e cinco por cento de vencimentos nunca! – PPOM – Português de Moçambique.

2. Não me recordo de [Maria] ter ouvido uma subida de setenta e cinco por cento. (T)
3. Não me recordo de que [] tenha ouvido uma subida de setenta e cinco por cento. (T)
4. Não me recordo de que [Maria] tenha ouvido uma subida de setenta e cinco por cento. (T)

K. vangloriar-se/vangloriar

1. Enquanto os Estados Unidos vangloriam-se de terem se tornado o grande “melting pot” do século XX – Português Brasileiro.
2. Enquanto os Estados Unidos vangloriam-se de [aqueles países] terem se tornado o grande “melting pot” do século.
3. *Enquanto os Estados Unidos vangloriam-se de que [] tenham se tornado o grande “melting pot” do século XX. (T)
4. Enquanto os Estados Unidos vangloriam-se de que [a Inglaterra] tenham se tornado o grande “melting pot” do século XX. (T)

Alguns dos verbos acima podem ocorrer na forma não-pronominal e, nesta configuração, selecionam diferentes tipos de complementação, sendo por esse critério classificados.

Um primeiro grupo é o dos predicadores *arrepender*, *gabar*, *orgulhar* e *vangloriar*, que apenas selecionam complementação simples, com relação de objeto direto:

A. arrepender (fazer ficar arrependido, fazer sentir pesar ou culpa)

O pregador arrependeu os fiéis pecadores. (D)

B. gabar (louvar; elogiar)

O vendedor gabava a nova coleção de verão. (D)

C. orgulhar (encher de orgulho)

Os filhos orgulham os pais. (D)

D. vangloriar (inspirar vanglória; tornar vaidoso)

Os elogios vangloriavam o jornalista. (D)

Outro grupo é representado no *corpus* pelo verbo *aperceber*. Esse verbo tem a possibilidade de construir-se com a omissão do segundo complemento na forma *de* + nome designativo de provisão (BORBA, 1990).

– *aperceber* (*prover*)

1. O comando apercebeu a fortaleza de armas e munições. (D)
2. O comando apercebeu a fortaleza. (D)

Já o predicador *importar* representa o grupo de predicadores que pode selecionar complemento direto (1), complemento direto e indireto apagável (2), complemento expresso por nome abstrato ou oração com preposição apagável (3) e (4) ou, ainda, argumento externo oracional (5) e (6).

– *importar*

1. A indústria importou matéria-prima (fazer vir de fora). (D)
2. A guerra importava grave dano ao país (causar). (D)
3. Este livro importa (em) dez libras (atingir certo preço). (D)
4. Viajar importa (em) gastar dinheiro (causar; produzir; originar). (D)
5. Não importa que ele seja louco (ter importância). (D)
6. Não importa ele ser louco. (D)

O predicador *envergonhar* seleciona complementação simples e, ainda, argumento externo oracional:

– *envergonhar*

1. João envergonhou as moças (D)
2. Envergonha-o estar perto deles. (T)
3. Envergonha-o Maria estar perto deles. (T)
4. Envergonha-o que Maria Esteja perto deles. (T)

Percebe-se, no grupo acima, a pluralidade de significações que o item verbal pode adquirir. Observe-se, ainda, que *importar* em (2) e (4) é verbo com valor semântico causativo, o que o aproxima da categoria dos predicadores de *manipulação*.

Por último, há verbos que selecionam complemento direto ou relativo, alterando a significação.

– lembrar

- A. Os tiroteios lembravam combates (trazer à memória; fazer recordar). (D)
- B. Maria lembrou da roupa na corda (notar; advertir; recordar). (D)

– recordar

- A. Recordei aquele companheiro de colégio (tornar a trazer à memória). (D)
- B. Seu nome recorda um dos maiores gênios da história (fazer lembrar). (D)
- C. Não me recordo de seu nome (lembrar). (D)
- D. Recordo bem de suas palavras. (D)

Cabe destacar que a construção *Maria lembrou da roupa na corda* (notar; advertir; recordar) é uma inovação derivada da forma pronominal *lembrar-se*. Por um processo de cruzamento sintático, ocorre a perda do pronome reflexivo, como também se verifica com o verbo *recordar* em: *Recordo bem de suas palavras*.

3.2. Verbos não pronominais

No conjunto de verbos não pronominais, observa-se que os predicadores de *cognição* selecionam completiva quer na forma finita quer na não finita. Podem apresentar os seguintes comportamentos:

- a. Mudar de significado pela alteração da forma da completiva.
- b. Permanecer com o mesmo sentido, selecionando quer não finita quer finita, tratando-se apenas de duas formas de codificar o mesmo significado, mas talvez com implicações de ordem pragmática.

Tanto (a) quanto (b) não apresentam regra de restrição quanto à correferencialidade, tendo em vista que a completiva pode ser correferente ou não ao sujeito da cláusula matriz. Tal fato denota menor integração entre os eventos, dado que há maior independência sintática da completiva ou, em outras palavras, a completiva possui traços característicos de oracionalidade.

- c. Selecionar completiva não finita ou finita, mas apresentar regra de restrição quanto à correferencialidade.
- d. Selecionar apenas completiva não finita.

No primeiro grupo, encontram-se os verbos não pronominais *acreditar*, *crer*, *entender* e *pensar*; quando selecionam completiva finita, codificam *juízo*, *opinião*, ou seja, indicam suposição.

Desse grupo, *acreditar*, *crer* e *pensar* caracterizam-se por selecionarem complementação simples preposicionada (complemento relativo) e complementação complexa não preposicionada (complemento direto). A inclusão desses verbos teve por intuito verificar a ocorrência de complementação complexa preposicionada. No *corpus*, não se encontram ocorrências desses predicadores com completivas finitas preposicionadas. De outro lado, é baixo o número de ocorrências de *acreditar* (02 em 88 oco.) e *crer* (01 em 16 oco.) com completiva não finita, ao passo que *pensar* tem comportamento diferenciado (34 em 40 oco.). Apenas *crer* não seleciona completiva não finita preposicionada (Cf. **Tabela 1**):

A. acreditar

Esse preconceito é alimentado pelo fato de pessoas ignorantes (...) acreditarem [*em* existir uma raça pura] – Redação 6.

B. pensar

(minha esposa) até chegou a pensar [*em* levar a turma] – NURC – INQ0060 – Português Brasileiro.

C. crer

Todos nós temos uma poesia que cremos [*transmitir*] – Português Europeu.

Da forma como estão configurados no *corpus*, parece que o predicador *pensar* apresenta completivas mais integradas, uma vez que têm maior frequência na forma não finita (cf. **Quadro 1**).

A seleção de complementação complexa implica serem verbos epistêmicos de atividade mental que codificam relativa certeza. Por outro lado, a completiva na forma não finita implica frase com significação equivalente à construção com complementação simples.

– acreditar

1. (...) porque acreditamos (em) [] poder influenciar o futuro, os acontecimentos (...) (crer; confiar). (T)
2. (...) porque acreditamos [*o povo*] poder influenciar o futuro, os acontecimentos (...). (T)

3. Porém, não obstante ser lugar comum que a profecia é irreversível, mas porque acreditamos que podemos influenciar o futuro, os acontecimentos (...). – RT27NO (Crônica) (supor; julgar).
4. (...) porque acreditamos que [o povo] pode influenciar o futuro (supor; julgar). (T)
5. (...) porque acreditamos que [o povo] possa influenciar o futuro.
6. Eu acredito em Deus (crer; confiar). (D)

No que tange aos exemplos (3) e (5) acima, observa-se que o verbo das completivas se encontra no modo indicativo e subjuntivo, respectivamente. Essa opção marca a atitude do falante em relação ao valor de verdade da proposição: o indicativo codifica evento assertivo que se caracteriza por conter alto grau de certeza quanto ao que está proposto na completiva, ao passo que o subjuntivo apresenta evento não assertivo, caracterizado por conter baixo grau de certeza quanto ao expresso na completiva.

A. crer

1. Eu creio (em) já não vigorar o regime de incapacidade (crer; confiar). (D)
2. Eu creio até que presentemente já não vigora o regime digamos de incapacidade que vigorava nesse tempo (...) – PPOM (supor; julgar).
3. Eu creio que [] não consiga fazer vigorar o regime de incapacidade (supor; julgar).
4. Eles não criam em Cristo (crer; confiar). (D)

B. convencer

1. De nada adiantou que o outro senador tentasse convencê-lo de ser possível a viagem com um só par de trilhos (persuadir; fazer crer). (T)
2. De nada adiantou que o outro senador tentasse convencê-lo de que a viagem podia ser feita só com um par de trilhos – JG1 (Crônica) – Português Brasileiro.
3. De nada adiantou que o outro senador tentasse convencê-lo de que [] poderia fazer a viagem (...). (T)

C. entender

1. Ela uma vez entendeu de [] fazer uma festinha – NURC. (julgar oportuno)

2. Ela uma vez entendeu de [Paulo] fazer uma festinha. (T)
3. Ela uma vez entendeu que [] faria uma festinha (pensar; crer; achar). (T)
4. Ela uma vez entendeu que [João] faria uma festinha (pensar; crer; julgar). (T)
5. Eles entendem todas as perguntas (compreender, saber perfeitamente). (D)
6. Ele entende de tudo (saber). (D)

Registre-se que em (C.2) e (C.3) o verbo *entender* seleciona completiva direta, mudando de significado, e objeto direto preposicionado em (C.6).

D. pensar

1. Eu penso em [] sentir-me realizada (cogitar; tencionar). (T)
2. Eu penso em [Maria] sentir-me realizada. (T)
3. Eu penso que [] me sentiria realizada – CRPF (acreditar; crer; supor). (T)
4. Eu penso que [Maria] se sentiria realizada (acreditar; crer; supor). (T)
5. Eu penso em tudo (raciocinar). (T)

Os verbos *crer* têm, ainda, a possibilidade de apresentar forma pronominal, não necessariamente mantendo o mesmo significado. Trata-se de um uso raro, registrado apenas por Fernandes (1942):

1. Porque sabe quando erra quem se crê de seu pérfido adversário (fiar-se). (D)

No segundo grupo, ou seja, verbos cuja seleção de completiva não finita ou finita não acarreta alteração do significado, estão os predicadores *aprender*, *concordar*, *desconfiar*, *duvidar* e *falar*.

A. aprender (adquirir conhecimento)

1. (...) aprendi inclusive a corrigir uma maionese – NURC – Português Brasileiro.
2. Aprendi que [] corrijo uma maionese. (D)
3. Aprendi que [Maria] corrige uma maionese. (D)

B. concordar (estar de acordo; assentir)

1. (...) se você concordar (com/em) ser [*a corrupção*] em São Paulo como um furúnculo que nunca sara (...). (T)
2. (...) se você concordar *que* a corrupção *em São Paulo é como um furúnculo* que nunca sara, só fica dormente – BUNDAS ano 1/nº 41.
3. (...) se você concordar (com) que [] é um furúnculo que nunca sara. (T)

C. desconfiar (duvidar; suspeitar)

1. Aí o peixe desconfia de ter mais água. (T)
2. Aí o peixe desconfia que vai ter mais água – APERJ – ITA001B.
3. Aí o peixe desconfia (de) que [*outro peixe*] terá mais água. (T)

A aceitabilidade das frases fica mais evidente nas construções a seguir:

4. Maria desconfia (de) [] ter cometido uma gafe. (T)
5. Maria desconfia de [*Paulo*] ter cometido uma gafe. (T)
6. Maria desconfia (de) que [] cometera uma gafe. (T)
7. Maria desconfia (de) que [*Paulo*] cometera uma gafe. (T)

D. duvidar (desconfiar; suspeitar)

1. Ninguém duvida de [] pagar de novo se eles tiverem prejuízo. (T)
2. Ninguém duvida de [*Paulo*] pagar de novo se eles tiverem prejuízo. (T)
3. Ninguém duvida que pagará de novo se eles tiverem prejuízo – BUNDAS – Ano 1/nº 5.
4. Ninguém duvida (de) que [*todos*] pagarão se eles tiverem prejuízo. (T)

E. falar (anunciar vagamente)

1. É... eles falam aí [*em proibir*], mas nunca houve uma proibição – APERJ – Português Brasileiro.
2. Eles falam aí que [] vão proibir (...). (T)
3. Eles falam aí que [*o IBAMA*] vai proibir (...). (T)

Acredita-se que a opção do falante na seleção de não finita ou finita esteja relacionada ao grau de comprometimento que uma e outra forma espelha. A não finita codifica eventos mais integrados e, portanto, cognitivamente mais comprometidos com o que está sendo expresso na completiva (*Princípio da proximidade*). A finita codifica eventos menos integrados, logo menos comprometidos com o que está veiculado na completiva. Daí se postular que o sentido condiciona a forma, uma vez que a intenção se apresenta também no tipo de completiva escolhida. A diferença entre os verbos não pronominais anteriormente reside na complementação que podem ou não selecionar.

1. João aprendeu inglês (adquirir conhecimentos; passar a conhecer). (D)
2. Eles concordaram as opiniões (combinar). (D)
3. Concordei com o veredicto (assentir; aceitar). (D)
4. As pessoas desconfiam de nós (duvidar; suspeitar). (D)
5. Eles duvidam da bondade divina (desconfiar; não ter certeza). (D)
6. As crianças falam muito. (D)

Aprender seleciona complemento direto (1), ao passo que *concordar* seleciona tanto direto (2) quanto relativo (3). Por outro lado, *desconfiar* e *duvidar* selecionam ambos complementação relativa (4) e (5), respectivamente, enquanto *falar* não seleciona complemento (6).

O verbo *gostar* seleciona tanto completiva não finita quanto finita; entretanto, a primeira admite apenas sujeitos correferenciais (1), ao passo que a segunda não admite a correferencialidade (3). A correferencialidade do sujeito da completiva ao da matriz implica inaceitabilidade da frase. Tal fato o aproxima da categoria *modalidade*, como se pode observar pela comparação com os verbos não pronominais do tipo *desistir*.

– *gostar*

1. Eu não gosto de [] ficar gorda – NURC – INQ0328 – Mulher – Ali mentação.
2. *Eu gosto de [Maria] ficar gorda. (T)
3. *Eu gosto de que [] fique gorda.
4. Eu gosto de que [ela] fique gorda. (T)

Por último, o verbo *hesitar* apresenta a restrição de selecionar apenas completiva não finita com sujeitos correferenciais (1, 2, 3 e 4) ou, ainda, não selecionar qualquer complementação (4).

– *hesitar*

1. Eu não hesito em responder que ficou melhor – Crônica (ficar indeciso).
2. * Eu não hesito (em) que [ela] responda que ficou melhor
3. * Eu não hesito (em) que [] responda que tenha ficado melhor.
4. As mãos hesitavam (vacilar). (D)

Entre os predicadores de *cognição* encontrados no *corpus*, verifica-se que i) os verbos de dupla forma não apresentam regra de restrição quanto à correferencialidade, uma vez que as frases são aceitáveis tanto com sujeitos correferenciais quanto não correferenciais ao sujeito da cláusula matriz, não importando, ainda, se a completiva é finita ou não finita, ao passo que ii) os verbos não pronominais, em geral, não apresentam restrição quanto à correferencialidade. No entanto, *gostar* e *hesitar* distinguem-se dos demais. *Gostar* não seleciona completiva finita com sujeitos correferenciais, enquanto *hesitar* seleciona apenas completiva não finita com sujeitos correferenciais.

Os verbos cognitivos, embora apresentem completivas finitas, também selecionam um maior número de completivas não finitas. Isso evidencia um processo geral de dessentencialização, em virtude da perda de características prototípicas oracionais, com um sujeito da oração matriz [+ controlador].

Dadas as características expostas anteriormente, as completivas ligadas a verbos cognitivos apresentam duas estruturas prototípicas, a depender do tipo de verbo: (i) pronominal e (ii) não pronominal:

(i) [Matriz (SN₁) V_{pron}] Prep [Comp_{fin} [SN₂ V_{indic} (comp)]]

(ii) [Matriz (SN₁) V] Prep [Comp_{fin} [SN₂ V_{indic} (comp)]]

Como resultado, as completivas ligadas a verbos pronominais e não pronominais apresentam a seguinte escala de integração:

VERBOS PRONOMINAIS

+ integrada

[importar-se ↔ arrepende-se ↔
}envergonhar-se ↔ orgulhar-se]

– integrada

[aperceber-se ↔ convencer-se ↔
conscientizar-se ↔ gabar-se ↔ lembrar-se ↔
recordar-se ↔ vangloriar-se]

VERBOS NÃO PRONOMINAIS

+ integradas

[hesitar] [falar] [entender] [aprender] [gostar]

– integrada

[concordar ↔ duvidar ↔ desconfiar] [convencer]

4. CONCLUSÃO

Os verbos de cognição se apresentam, com maior frequência, complementados por estruturas não finitas, o que indica que essas completivas perderam as características prototípicas, ou seja, a de projetar construções com a posição de sujeito controlador da ação verbal preenchida, verbo com marcas de tempo/aspecto e modalidade, e complemento. Dessa forma, afastam-se do centro prototípico dessa categoria.

Ademais, os verbos de cognição podem configurar-se de duas maneiras: verbos de dupla forma (não pronominal/pronominal: *convencer-selconvencer*) e verbos não pronominais (*pensar/crer*), cujas completivas estão em diferentes graus de integração e, conseqüentemente, de dessentencialização, nas três variedades analisadas.

Cumpra salientar, finalmente, que este trabalho é um recorte do que foi tratado sobre os verbos cognitivos no âmbito da tese de doutorado, ficando muitos aspectos a serem descobertos na leitura do texto na íntegra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA DA SILVEIRA, Eliete Figueira. *A integração clausal no âmbito das construções completivas de verbo preposicionadas*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Uma gramática de valências para o Português*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. (coord.). *Dicionário gramatical de verbos do Português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1990.

GIVÓN, Talmy. *Syntax I*. New York: Academic Press, 1984.

_____. *English Grammar – a function-based introduction*. V. I. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993a.

_____. *English Grammar – a function-based introduction*. V. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993b.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

_____. *A articulação de orações*: reflexões de base funcionalista. Atas do I congresso nacional da ABRALIN. Boletim da ABRALIN (edição 21 – Junho/1997), 1997b. <<http://sw.npd.ufc.br/abralin/an>>. Texto capturado na internet em 15 de julho de 2002.

_____. *Construções encaixadas*: considerações básicas. In: II Congresso Nacional da Abralín [CD ROM] (simpósios/Processo de junção, p. 1857-82), 2000a. <<http://sw.npd.ufc.br/abralin/an>>. Texto capturado na internet em 15 de julho de 2002.

A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL NUM DIALETO RURAL

EVANILDA MARINS ALMEIDA¹

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa, cujos resultados se discutem, teve por objetivo analisar o comportamento do -s marcador de número em SNs, no âmbito da fala de doze comunidades pesqueiras do Norte do estado do Rio de Janeiro. O *corpus* foi constituído por SNs elicitados de setenta e dois inquéritos do Arquivo Sonoro do APERJ (Atlas Etnolinguístico do Estado do Rio de Janeiro), ao qual esta pesquisa está vinculada. Os informantes – todos do sexo masculino e analfabetos ou semi-escolarizados – foram distribuídos por três faixas etárias (A – 18 a 35 anos; B – 36 a 55 anos; C – mais de 56 anos).

Foram analisados 4.784 vocábulos flexionáveis, classificados como marcados e não marcados. A análise de cunho variacionista foi realizada com o auxílio

¹ Este artigo consiste no resumo da dissertação de Mestrado *A concordância nominal num dialeto rural*. Trabalho realizado sob a orientação firme e segura da Professora Silvia Brandão, a quem agradeço pelo incentivo, paciência e compreensão que se transformaram em amizade e que me incentivaram a realizar voos mais altos e fazer escolhas acertadas.

do pacote de programas VARBRUL, em duas etapas. Na primeira, consideraram-se as variáveis *posição linear*, *classe gramatical do vocábulo* e *função sintática do vocábulo no SN*, entre outras. Na segunda, esses grupos foram substituídos pela variável *relação entre os constituintes do SN*. Tais procedimentos tiveram por objetivo (1) testar o comportamento das variáveis *posição linear* e *classe do vocábulo*, consideradas, em alguns trabalhos, condicionantes da marcação de número nos constituintes do SN; (2) verificar se a variável *relação entre os elementos do SN* daria conta das inter-relações existentes entre as referidas variáveis e (3) estabelecer qual das duas opções de análise se mostraria mais pertinente para a aplicação da regra de cancelamento da marca de número entre os elementos do SN. Os resultados das análises referem-se à não concordância nominal. Como o objetivo da pesquisa é observar as regras que condicionam a norma dos pescadores, justifica-se a opção pelo valor de aplicação *não marcação de plural*, já que o *corpus* estudado mostrou maior tendência ao cancelamento.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Apreciaram-se os trabalhos sobre o tema e os que a ele se relacionam. Assim, sintetizam-se observações contidas em gramáticas, nas obras dos dialectólogos brasileiros e em pesquisa no âmbito da Sociolinguística. Cotejaram-se as principais gramáticas publicadas no Brasil, os estudos dialectológicos realizados entre as décadas de 1920 e 1950, assim como os das décadas de 1970 e 1980, realizados por Rodrigues (1974) e Veado (1982), que, utilizando princípios teórico-metodológicos do gerativismo, confirmam as observações dos primeiros dialectólogos. No âmbito da Sociolinguística, sintetizaram-se os trabalhos sobre concordância entre os elementos do SN do Português do Brasil, na variante popular e na variante culta da língua.

3. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para a realização do estudo da não concordância no dialeto dos pescadores do Norte fluminense, recorreu-se aos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística variacionista laboviana, segundo a qual a variação é inerente à língua e não é aleatória. Na realidade, ela pode ser sistematizada através de regras que condicionam a escolha do falante por uma ou outra forma.

Para compreensão de uma regra variável, devem-se considerar os diversos fatores que possam condicionar a opção do falante por uma determinada variante. Assim, torna-se necessário estabelecer as possíveis variáveis que condicionam a

regra: as linguísticas (contextos fonológicos, morfossintáticos e/ou discursivos) e as extralinguísticas (aspectos do contexto social). A determinação da influência de cada fator na escolha do falante é possível devido ao método quantitativo de análise, que utiliza o pacote de programas VARBRUL. O tratamento estatístico permite ao pesquisador confirmar as hipóteses inicialmente estabelecidas por meio da observação do comportamento dos dados.

Os grupos de fatores estabelecidos e as hipóteses que conduziram a pesquisa tiveram como base não só outros trabalhos na linha variacionista, mas também a observação dos dados que compõem o *corpus* da pesquisa.

Entre as variáveis independentes, foram levados em conta dois grupos de fatores extralinguísticos – *faixa etária* e *localidade* – e onze, de caráter linguístico: *processos morfofonológicos de formação de plural*, *tonicidade do item singular*, *classe do vocábulo*, *função do vocábulo no SN*, *número de vocábulos no SN*, *posição linear*, *marcas precedentes*, *número de sílabas no vocábulo*, *tipo de realização*, *caracterização do SN* e *contexto fonológico subsequente*. Numa etapa posterior, incluíram-se a variável *relação entre os constituintes do SN* e a variável auxiliar *escolaridade*. A variável *relação entre os constituintes do SN* surgiu da combinação das variáveis *classe gramatical*, *posição linear* e *função do vocábulo no SN*. A variável auxiliar *escolaridade* ajudou a melhor compreender a atuação dos dois referidos grupos de fatores de cunho extralinguístico.

As variáveis *número de vocábulos*, *número de sílabas no vocábulo*, *tipos de realização* e *caracterização do SN*, consideradas nas primeiras rodadas, foram retiradas da análise pelo fato de serem sistematicamente descartadas pelo programa de análise estatística, mostrando-se irrelevantes para o estudo do fenômeno em questão.

4. ANÁLISE

Como já se disse, a análise realizou-se em duas etapas. Na primeira, objetivou-se testar a relevância das variáveis *classe gramatical* e *posição linear do vocábulo no SN*. Para isso, consideraram-se essas duas variáveis, além da variável *marcas precedentes* e *função sintática* – pela estreita relação dessa variável com a *classe gramatical* –, entre outras, além das extralinguísticas – *localidade* e *faixa etária*. Das diversas rodadas realizadas nessa etapa, a considerada mais produtiva foi a que apresentou *input* .49 e significância .000. O programa selecionou as variáveis *marcas precedentes*, *processos morfofonológicos de formação de plural*, *classe gramatical*, *faixa etária* e *localidade*, descartando *função sintática*, *posição linear* e *contexto fonológico subsequente*.

Para a testagem das variáveis *classe gramatical* e *posição linear*, cruzaram-se, com o auxílio do programa CROSSTAB, as variáveis *classe gramatical* e *posição linear*, *posição linear* e *marcas precedentes*, *classe gramatical* e *marcas precedentes*. Os resultados dos cruzamentos mostraram que: os elementos que ocupam a primeira posição apresentam marca de número; a presença de marca semântica ou formal no elemento anterior favorece o cancelamento da marca de plural no elemento analisado, assim como a presença simultânea de marca formal e semântica. Quanto ao cruzamento das variáveis *classe* e *posição*, não é possível estabelecer um paralelo entre *posição*, *classe* e *cancelamento*, visto que determinadas classes não seguem uma regra comum em consequência da mobilidade que apresentam na estrutura do SN, à esquerda e/ou à direita do núcleo. Nos dados da pesquisa de Scherre em relação às variáveis *classe* e *posição*, também é possível observar que a primeira posição desfavorece o cancelamento da marca de número.

Na segunda etapa da análise, o programa selecionou os seguintes grupos de fatores: *relação entre os constituintes do SN*, *marcas precedentes*, *processos morfofonológicos de formação de plural*, *tonicidade do item singular*, *faixa etária* e *localidade*. A variável *contexto fonológico subsequente* foi sistematicamente descartada pelo programa.

Os resultados da segunda etapa confirmam a relevância da variável *relação entre os constituintes do SN*, pois ela mostra a distribuição dos elementos não nucleares em relação ao centro do SN, em função da posição (conforme a tabela e o gráfico a seguir).

Tabela 1 Índices referentes à variável relação entre os constituintes do SN. (Valor de aplicação: cancelamento).

RELAÇÃO ENTRE OS CONSTITUINTES DO SN	OCO.	%	P. R.N.1	P. R.N.S
Elem. nuclear na 1ª posição	1/19	5%	.06	.21
Elem. nuclear na 2ª posição	2331/2670	87%	.88	.65
Elem. nuclear na 3ª posição	150/175	86%	.87	.49
Elem. não nuclear anteposto ao núcleo na 1ª posição	49/1707	3%	.03	.27
Elem. não nuclear anteposto ao núcleo na 2ª posição	8/57	14%	.15	.04
Elem. não nuclear posposto ao núcleo	131/156	84%	.85	.79

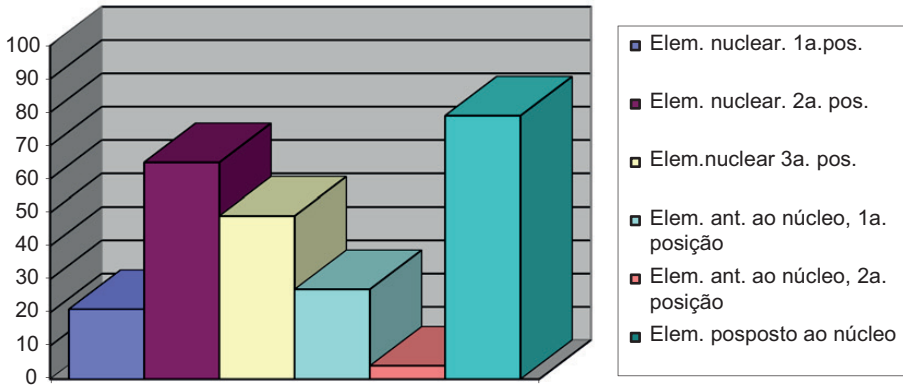


Gráfico 1 Pesos relativos referentes à variável relação entre os constituintes do SN, (Valor de aplicação: cancelamento).

Desse modo, é possível perceber que os elementos pospostos ao núcleo são os que mais favorecem o cancelamento da marca de número, enquanto os elementos pré-nucleares são os que mais detêm essa marca. Já o elemento nuclear será mais ou menos marcado, de acordo com a posição que ocupar no SN.

O controle da variável *marcas precedentes* objetivou verificar se, no dialeto dos pescadores, estaria ocorrendo a tendência à eliminação da redundância que caracteriza a flexão nominal do Português ou se estaria agindo o Princípio do Paralelismo Formal, segundo o qual “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. De acordo com tal princípio, no nível do SN, a marca de plural num dos constituintes levaria à marca no constituinte subsequente e a ausência de marca no primeiro constituinte levaria à ausência de marca no constituinte seguinte.

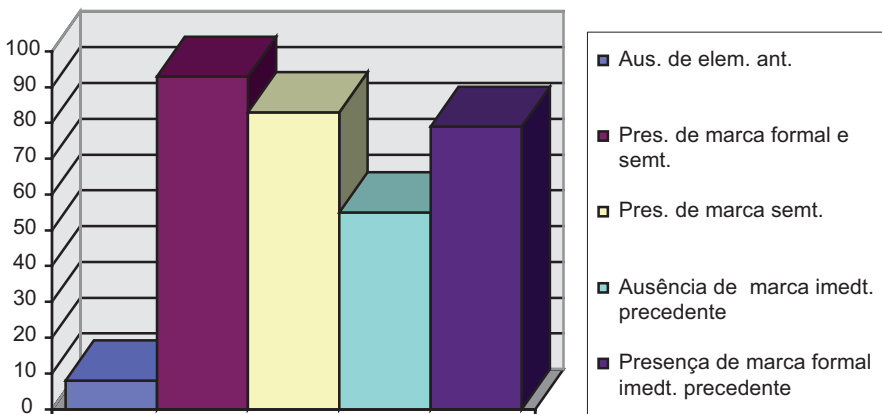


Gráfico 2 Pesos relativos referentes à variável marcas precedentes. (Valor de aplicação: cancelamento).

Tabela 2 Índices referentes à variável marcas precedentes. (Valor de aplicação: cancelamento).

MARCAS PRECEDENTES	OCO.	%	P. R.N.1	P. R.N.S.
Presença de marca imediatamente precedente	1355/1625	83%	.85	.79
Ausência de elemento anterior	49/1724	03%	.03	.08
Presença simultânea de marca formal e semântica	125/136	92%	.93	.93
Presença de marca semântica (numeral)	1032/1152	90%	.91	.83
Ausência de marca imediatamente precedente	109/147	74%	.76	.55

A variável *marcas precedentes* mostrou que no *corpus* explorado, formado majoritariamente por SNs de dois elementos, parece estar agindo o princípio da economia linguística. No *subcorpus* formado por SNs de três e quatro elementos, percebeu-se que, no que se refere aos elementos antepostos, a marca de plural no primeiro elemento propicia a marcação no elemento seguinte (*os outros peixe*), (*todos os bagre*), porém essa marca não chega ao núcleo, ou seja, o Paralelismo Formal funciona no âmbito dos determinantes pré-nucleares, mas não no âmbito do determinante, núcleo e modificador (*os pescador velho*), (*os meus irmão tudo*). O elemento posposto comporta-se da maneira esperada, ou seja, apresenta alto índice de cancelamento (*os barco meu*), (*os pescador tudo*). Ressalte-se, também, a considerável ocorrência de numerais antepostos ao núcleo, o que inibe a marcação de plural no elemento nuclear (*os meus três barco*), (*os três peixe*). Tal fato ressalta a influência do numeral no cancelamento da marca de número no elemento a ele anteposto, conforme gráfico a seguir.

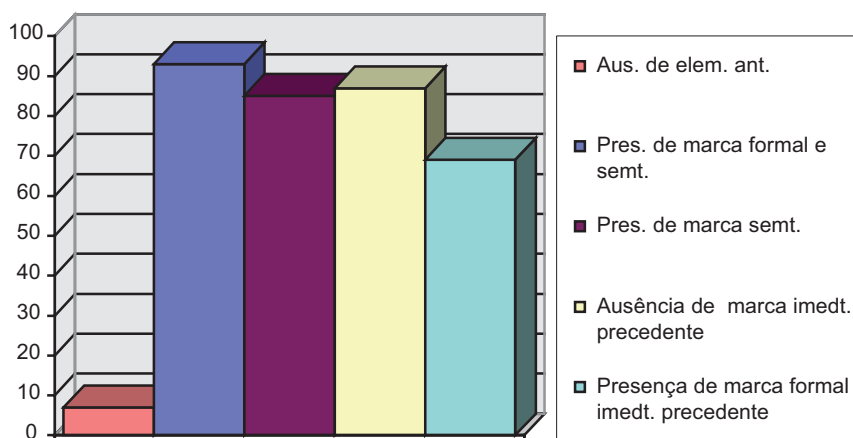


Gráfico 3 Pesos relativos referentes à variável marcas precedentes nos SNs de três e quatro elementos. (Valor de aplicação: cancelamento).

O controle da variável *processos morfofonológicos de formação de plural* objetivou verificar se, no dialeto dos pescadores do Norte fluminense, estaria agindo o Princípio da Saliência Fônica, que consiste no fato de as formas de plural mais diferenciadas das de singular serem mais perceptíveis, mais salientes e, por isso, mais propícias à flexão de número do que as formas menos salientes.

Os resultados mostram que os itens terminados em vogal são os que apresentam maior índice de cancelamento da marca de plural, seguido dos itens com marca dupla de plural; os itens terminados em /S/ são os que apresentam menor índice de cancelamento.

O gráfico mostra a escala de saliência fônica dos itens que mais favorecem o cancelamento da marca de número. O quadro mostra, ainda, comparativamente o nível de cancelamento em relação à saliência fônica nos dois *corpora* (ALMEIDA, 1997; SCHERRE, 1988).

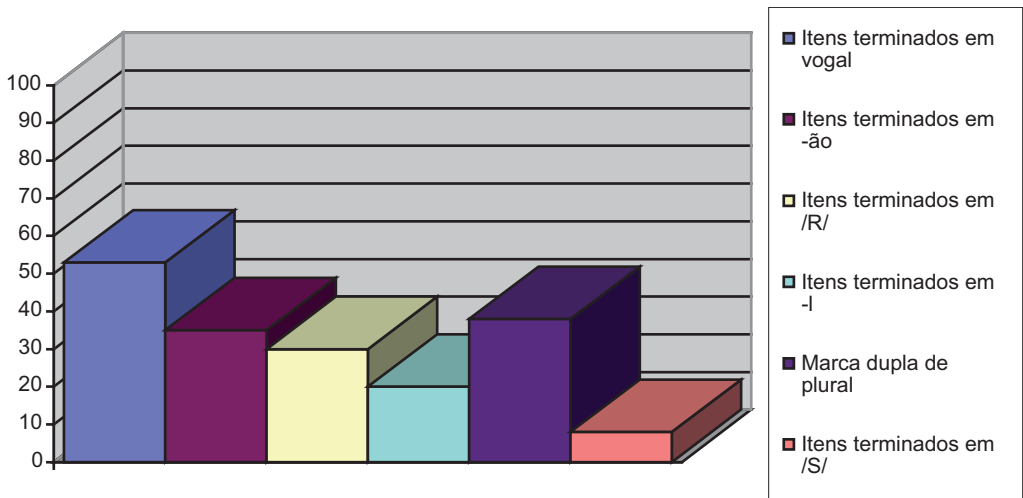


Gráfico 4 Pesos relativos referentes à variável processos morfofonológicos de formação de plural – incluindo todos os dados. (Valor de aplicação: cancelamento).

Tabela 3 Comparação dos índices percentuais obtidos por ALMEIDA (1997) aos de SCHERRE (1988). (Valor de aplicação: cancelamento)².

PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PLURAL	RESULTADOS DE SCHERRE (1988)	RESULTADOS DE ALMEIDA (1997)
Itens terminados em vogal	67%	91%
Itens terminados em -ão	28%	65%
Itens terminados em /R/	18%	58%
Itens terminados em -l	30%	58%
Itens terminados em /S/	22%	35%
Marca dupla de plural	12%	83%

Tabela 4 Quadro comparativo do nível de cancelamento em relação à saliência fônica em dois *corpora* (Valor de aplicação: cancelamento).

NÍVEL DE SALIÊNCIA	CORPUS DE SCHERRE (1988)	CORPUS DE ALMEIDA (1997)	NÍVEL DE SALIÊNCIA
67% +	Vogal	Vogal	+ 91%
	-l	marca dupla	
	-ão	-ão	
	-S	-R/-l	
	-R		
12% -	marca dupla	-S	- 35%

Comparando-se os índices percentuais obtidos no presente estudo aos de Scherre (conferir Tabela 3), observa-se que: (1) há, no corpus de Almeida, maior tendência ao cancelamento em todos os contextos, do que no *corpus* de Scherre; (2) os itens que mais favorecem o apagamento da marca, nas duas pesquisas, são os que terminam em vogal; (3) dentre os itens com maior diferenciação fônica

² A Tabela 3 foi organizada, no que se refere aos dados de Scherre (1988), com base nos índices percentuais de seus resultados adaptados para o valor de aplicação igual a cancelamento.

entre as formas singular e plural, os menos sujeitos ao cancelamento no *corpus* de Scherre são os que apresentam o segundo índice de apagamento mais representativo no *corpus* de Almeida (71% de diferença); (4) enquanto nos dados de Almeida os itens mais marcados são os terminados em /S/, nos de Scherre isso ocorre com aqueles que apresentam marca dupla de plural; (5) os itens terminados em –ão, assim como os terminados em –l e /R/ apresentam comportamento bem distinto nos dois *corpora*.

Com o controle da variável tonicidade do item singular, assim como da variável processos morfofonológicos de formação do plural, objetivou-se verificar se, no dialeto dos pescadores, estaria agindo o *Princípio da Saliência Fônica*. Os resultados mostraram que, conforme o esperado, os itens proparoxítonos são os que mais favorecem o cancelamento da marca de plural e os que menos favorecem são os itens oxítonos e os monossílabos tônicos. As variáveis extralinguísticas apresentaram comportamento instável. O controle da variável *faixa etária* dos informantes destinou-se a observar o grau de conservadorismo e/ou inovação na fala dos pescadores e, ainda, se haveria uma tendência à mudança linguística em relação ao fenômeno em estudo.

Os resultados da variável *faixa etária* (conforme a tabela) contrariaram a hipótese inicial deste trabalho de que os falantes mais velhos teriam comportamento linguístico conservador, de maior realização da marca, em oposição ao comportamento inovador, de cancelamento da marca, dos mais jovens. Contrariamente, os resultados mostram que os informantes mais jovens apresentam uma discreta tendência à concordância e os mais velhos, à não concordância. Uma primeira análise indicaria que, no dialeto dos pescadores, há uma tendência a um sistema de concordância.

Tabela 5 Índices referentes ao amalgamento da variável faixa etária e da variável auxiliar escolaridade (Valor de aplicação: cancelamento).

FAIXA X ESCOLARIDADE	OCO	%	P. R.N.1	P. R.N.S
A analfabeta	103/198	52%	.46	.62
A escolarizada	689/1361	51%	.45	.36
B analfabeta	373/647	58%	.52	.55
B escolarizada	525/904	58%	.52	.56
C analfabeta	637/1061	60%	.54	.59
C escolarizada	343/613	56%	.50	.49

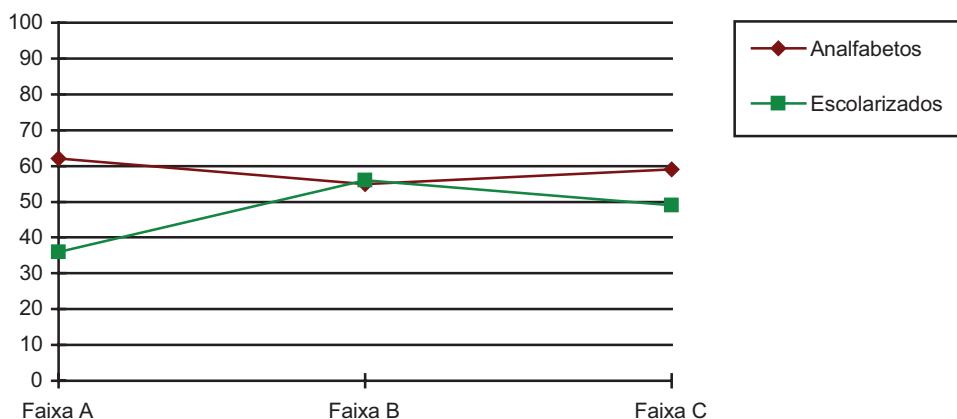


Gráfico 5 Índices referentes ao grau de cancelamento da marca de número por faixa etária e escolaridade.

Procurando-se compreender melhor o comportamento da variável, observaram-se os resultados da *faixa etária e localidade*. Em termos percentuais, não há, no comportamento linguístico dos informantes das faixas A, B e C de cada localidade, uma regularidade em relação ao cancelamento da marca de número. Comparando-se a análise geral dos dados à que se efetuou por localidade, observa-se que o maior índice de cancelamento na faixa C não ocorre em todas as localidades, da mesma forma que a faixa A não apresenta regularmente os menores índices de cancelamento. Tal irregularidade demonstrou que algo mais deveria estar interferindo na opção dos falantes, provavelmente o fato de uns serem escolarizados e outros não. Verificou-se haver mais informantes escolarizados na faixa A (21/24); na faixa C, há o dobro de falantes analfabetos (16/24) e, na faixa B, um equilíbrio (10/14).

Com o objetivo de se investigar mais detalhadamente a influência da escolaridade no comportamento linguístico dos falantes, nas diferentes faixas etárias, amalgamaram-se as variáveis faixa etária e escolaridade.

Os resultados referentes ao amalgamento das duas variáveis mostraram que é na faixa A que se encontram os menores e maiores pesos relativos de cancelamento da marca, para respectivamente os escolarizados e para os analfabetos; os informantes analfabetos e alfabetizados da faixa B apresentam comportamento semelhante, e os falantes analfabetos da faixa C apresentam maior tendência ao cancelamento.

Quanto aos informantes da faixa A, pode estar sendo decisivo para a seleção da variável tanto a escolaridade quanto outros fatores relativos à interação com falantes de diferentes localidades e níveis sociais.

Os resultados mostram uma tendência estável na fala dos analfabetos, cujos índices variam de .56 a .62. Em relação aos escolarizados, observa-se o inverso, ou seja, variação tendente ao não cancelamento, com índice entre .36 e .55.

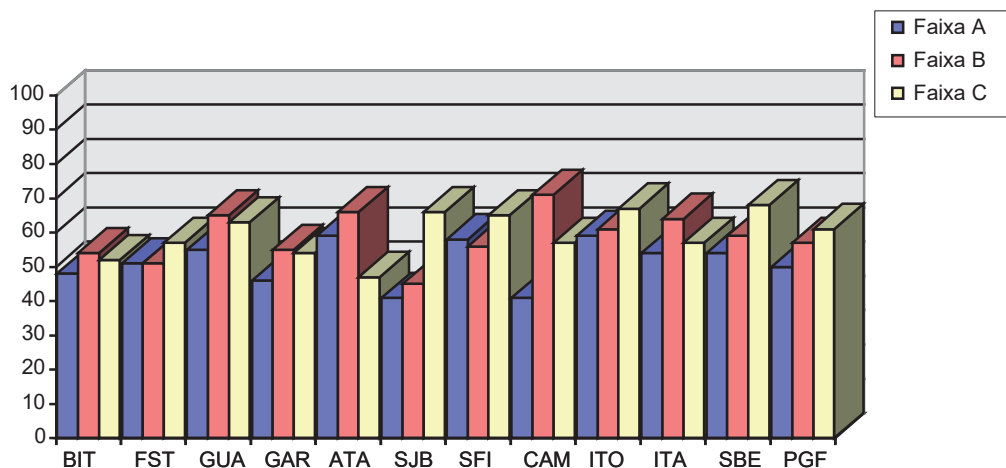


Gráfico 6 Índices percentuais referentes ao cruzamento das variáveis faixa etária e localidade. (Valor de aplicação: cancelamento).

Os resultados referentes à variável *localidade* mostraram que, em Barra de Itabapoana, ocorre o menor índice de cancelamento (.29), e nas localidades de Guaxindiba, Ponta Grossa dos Fidalgos, Itaocara, São Benedito e São Fidélis, encontram-se os índices mais elevados. Para uma análise mais abrangente, decompôs-se a variável, segundo o ambiente natural em que se desenvolve a atividade pesqueira: rio, lagoa ou mar, e localidades interioranas *versus* litorâneas. As localidades de pesca fluvial apresentaram o maior índice de aplicação da regra de cancelamento (.64); já as de pesca marítima, a de concordância (.44). No confronto entre as localidades litorâneas e interioranas, são estas últimas que mostraram níveis mais elevados de cancelamento (.55).

Tabela 6 Índices referentes à variável localidade. (Valor de aplicação: cancelamento).

LOCALIDADE	OCO	%	P. R.N.1	P. R.N.S
Barra de Itabapoana	214/414	52%	.46	.29
Farol de São Tomé	244/460	53%	.47	.38
Guaxindiba	177/290	61%	.55	.67

Gargaú	213/412	52%	.46	.37
Atafona	272/482	56%	.51	.54
São João da Barra	191/404	47%	.42	.33
São Fidélis	262/437	60%	.54	.62
Cambuci	211/386	55%	.49	.40
Itaocara	240/387	62%	.56	.64
Itaperuna	192/332	58%	.52	.57
São Benedito	227/375	61%	.55	.63
Ponta Grossa dos Fidalgos	227/405	56%	.50	.65

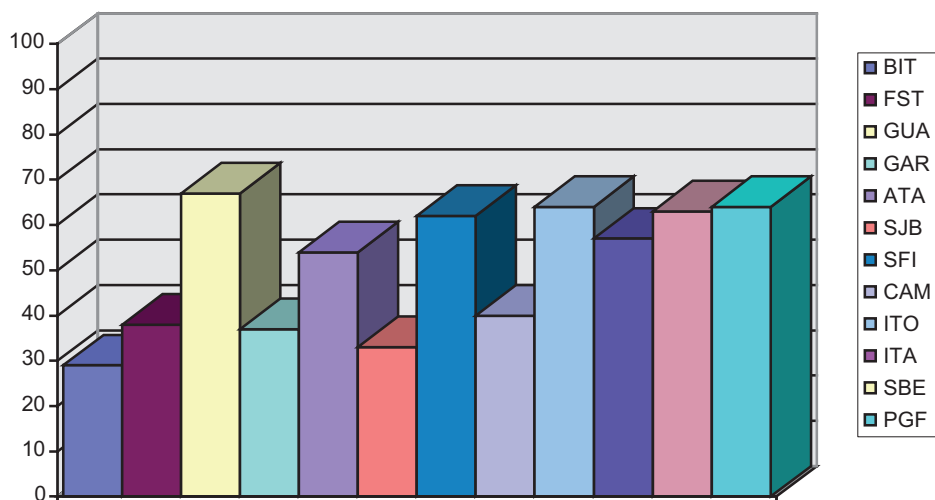


Gráfico 7 Pesos relativos referentes à variável localidade. (Valor de aplicação: cancelamento).

A variável auxiliar *escolaridade*, apesar de ter sido selecionada, não pôde ser considerada para o condicionamento da regra de cancelamento, em virtude de não ter sido sistematicamente controlada.

A variável *contexto fonológico subsequente* não se apresentou relevante para o fenômeno em questão, pois foi sistematicamente descartada pelo programa. Os resultados referentes ao nível 1 mostram que o contexto mais favorável ao cancelamento da marca é a pausa, enquanto os contextos de vogal e consoante apresentaram diferença mínima.

Com o objetivo de se investigar o efeito da variável, procedeu-se a análises em que se levaram em conta as variáveis estatisticamente relevantes, todos os grupos de fatores em cada localidade e cada faixa etária isolada. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a variável cumpriu a função de auxiliar na análise das variáveis sociais. Os resultados mostram, entretanto, que a distribuição irregular dos dados dos informantes analfabetos e escolarizados pelas localidades e faixas etárias pode ter contribuído para que o programa selecionasse as variáveis sociais entre as representativas.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou que a tendência à aplicação da regra de cancelamento da marca de número nos constituintes do SN é condicionada, sobretudo, por fatores de natureza estrutural: (1) a variável *relação entre os constituintes do SN* demonstrou que o cancelamento é mais produtivo entre os elementos pospostos ao núcleo e nos elementos nucleares na 2ª posição: nos elementos pré-nucleares, a presença de marca é praticamente categórica; (2) a variável *marcas precedentes* permitiu verificar que, se um constituinte do SN é precedido por outro com marca formal de plural ou com marca semântica, é grande a tendência ao cancelamento da marca no elemento nuclear; (3) o princípio do paralelismo formal mostrou-se relevante entre os elementos pré-nucleares, nos quais se inserem os determinantes. Com o *corpus* em que se baseia este estudo é formado majoritariamente por SNs constituídos por dois elementos, é possível dizer que, nesse caso, estaria ocorrendo o Princípio da Economia Linguística; (4) os vocábulos que menos se diferenciaram fonicamente são os mais propensos ao cancelamento da marca de número, enquanto os terminados em /S/ no singular aparecem como os mais propícios à presença de marca; (5) no que tange à tonicidade, os itens proparoxítonos são os mais propensos ao cancelamento, enquanto os monossílabos tônicos e oxítonos apresentam maior possibilidade de retenção da marca; (6) para a regra de cancelamento, não se mostrou relevante o contexto fonológico subsequente; (7) a tendência ao cancelamento da marca de número predomina na fala dos pescadores mais velhos (faixas B e C), sendo menos significativa na faixa dos mais jovens (faixa A). Tal tendência talvez se deva a fatores sócio-comportamentais peculiares às comunidades pesqueiras, entre as quais devem ser investigadas em profundidade a maior ou menor interação com falantes de outras regiões e/ou classes sociais; (8) o cancelamento da marca de número mostrou-se mais significativo nas localidades de Guaxindiba, Ponta Grossa dos Fidalgos, Itaocara, São Benedito e São Fidélis, o que pode ser resultado de influências sócio-histórico-culturais que as ainda poucas informações sobre a região – a menos conhecida do Estado – não permitem ainda determinar.

Os resultados da pesquisa confirmam e complementam os que se expõem nos trabalhos de Scherre, bem como em outros, de cunho variacionista, sobre o tema, constituindo mais uma contribuição para o conhecimento do Português falado no Brasil, em especial na sua variante popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Evanilda Marins. *A variação da concordância nominal num dialeto rural*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Rio de Janeiro, 1997.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em Português*. 2 v. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PREDICAR COM CONSTRUÇÃO COM VERBO SUPORTE

MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA¹

1. INTRODUÇÃO

Trata-se, neste texto, da construção com verbo suporte como um padrão gramatical do conhecimento linguístico que gera predicadores complexos, os quais exibem diversas configurações no Português e se prestam à explicitação de estados de coisas (dinâmicos ou não). Descrevem-se (i) os atributos de forma e função minimamente pareados nessa construção, (ii) potenciais relações entre predicadores complexos oriundos dessa construção, bem como destes e de predi-

¹ A partir da escolha do tema, faço minha homenagem e meu agradecimento à querida Professora Sílvia Brandão. Uma amostra de sua generosidade vem do dom de se entregar ao escrutínio de um assunto: ler até obras francesas sobre verbos suportes em reuniões de orientação. Sua forte presença no meu ofício está, entre vários aspectos, no prazer em fazer pesquisa, na preocupação com o significado social dos usos da Língua Portuguesa, fundamental no Projeto *PREDICAR – Formação e expressão de predicados complexos* (consequência natural das proveitosas conversas sobre predicções e verbos gramaticalizados), e na história de investigações sobre a temática fomentadas nesse projeto.

cadores simples, e (iii) algumas possibilidades de significado funcional (semântico, discursivo, pragmático e social) de seus usos.

Tal descrição, que se iniciou, por ocasião da pesquisa de Doutorado (MACHADO VIEIRA, 2001), sob um olhar teórico-metodológico para o qual foi marcante a contribuição da Gramática Funcional de DIK (1997) bem como de outras orientações do Funcionalismo, desenha-se, aqui, sob uma nova perspectiva funcionalista, mais precisamente a funcional-construcionista (com forte influência de TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; GOLDBERG, 1995 e 2006; e HILPERT, 2014).

Construção, no âmbito da Linguística Funcional-Cognitiva que se volta para a Gramática das Construções, é uma unidade basilar da língua (GOLDBERG, 1995, 2006): uma combinação de *forma* (*prosódica, fonético-fonológica, morfológica e sintática*) e *função/significado* (*semântica(o), discursiva(o), pragmática(o) e social*).

Para Traugott; Trousdale (2013), o mapeamento dos padrões construcionais da gramática de uma língua implica a concepção teórico-metodológica de quatro níveis de esquematicidade (desde um nível mais geral, com mais *slots* para preenchimento e abstrato – possivelmente um primitivo universal – até um nível mais específico, preenchido e concreto): 1) macroconstruções/esquemas construcionais (pareamentos com possibilidades diversas de preenchimento); 2) mesoconstruções/subesquemas construcionais (pareamentos com similaridades observáveis horizontalmente e sob relação de herança com as macroconstruções); 3) microconstruções (pareamentos individuais licenciados por mesoconstruções que, embora ainda abstratos, têm potencial de se instanciar/concretizar em texto/discurso) e 4) construtos (os usos efetivos das microconstruções em textos). Os construtos é que, por inovação e depois convencionalização, podem promover mudança construcional (quando a alteração ou ocorre no polo da forma ou no polo da função de um padrão construcional/pareamento forma-função já existente na rede) ou construcionalização (processo que implica *nova forma-nova função* pareadas e, por conseguinte, um novo padrão construcional, um novo nó na rede de padrões gramaticais). O processo de construcionalização pode ser gramatical ou lexical, resultando, respectivamente, numa construção com valor (mais ou menos) procedural na língua (com potencial de licenciar outros padrões construcionais menos esquemáticos e construtos) ou num padrão construcional com valor não procedural e com pareamento forma-conteúdo cristalizado/lexicalizado no mundo biossocial².

² Exemplos de instâncias do segundo tipo construcional, que, no âmbito da predicação aqui em foco, remetem a entidade ou estado de coisas do mundo biossocial são:

(i) “Web ‘quebra galho’ de namorados esquecidos

Internet tem diversas alternativas que podem causar boa impressão. Confira sugestões on-line para criar cartões personalizados ou ver estrelas a dois.” (<http://g1.globo.com/Noticias/>

Além do parâmetro de esquematicidade do padrão construcional, influirão também, nesse mapeamento, os parâmetros de produtividade (de ocorrência/frequência de construto e de tipo/frequência e regularidade de padrão construcional), composicionalidade (grau de transparência e opacidade semântica da relação dos componentes lexicais envolvidos num padrão construcional e seu grau de analisabilidade morfossintática) e contextualidade (condições discursivas, pragmáticas, sociais e cognitivas de conceptualização de um estado de coisas).

2. CONSTRUÇÃO DE PREDICAÇÃO COM VERBO SUPORTE

Para predicar um estado de coisas (ação, processo, posição ou estado, possibilidades de acionalidade segundo DIK, 1997:115), pode-se recorrer a um destes tipos de predicadores verbais: predicadores simples ou predicadores complexos. Os predicadores complexos envolvem, entre outras possibilidades de verbos gramaticalizados, os verbos suportes (também conhecidos, na literatura, como verbalizadores³ ou verbos leves, como em RAPOSO, 2013). Por exemplo:

“A cereja no bolo é a demonização que é feita no seguinte parágrafo: “Quando se fala em livre conhecimento, entre outras coisas se quer dizer que se é contra criminalizar alguém por baixar música da internet ou por **fazer uma cópia** de um livro na faculdade.” (...) É óbvio que ninguém vai sair por aí prendendo quem baixou MP3 da web ou **copiou** um livro no xerox da faculdade. Esses são sintomas de uma sociedade subdesenvolvida como a nossa.” (<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-questao-dos-direitos-autorais>, acesso em 05/01/2018).

Verbo suporte é o nome dado a usos de formas verbais que operam rotineiramente sobre um elemento não-verbal (em geral, um constituinte nominal – substantivo ou adjetivo –, embora seja possível outra configuração⁴) desprovido de sua função primária referencial ou atributiva, conferindo-lhe estatuto verbal e formando com ele uma unidade funcional predicante, ou seja, um predicador complexo. Por exemplo:

Tecnologia/0, MUL50854-6174,00-WEB+QUEBRA+GALHO+DE+NAMORADOS+ESQUECIDOS.html, acesso em 05/01/2018)

(ii) “Acho que é ponta-direita”, arrisca Minelli. “Gosto dele na ponta-esquerda, fazendo o papel que Mário Sérgio fazia”, diz Renato. E o próprio Valdo, que já **quebrou galho** como centroavante, sonha em se ver numa das meias num futuro próximo.” (Placar Magazine, nov. 1985)

Exemplos de instâncias do primeiro tipo construcional seriam: *fazer (uma) homenagem*; *fazer (um) agradecimento* e outros na próxima seção do capítulo.

³ “Operadum auxiliar de verbalização de elementos não-verbais” (cf. MACHADO VIEIRA, 2001).

⁴ Por exemplo: *levar/ter em consideração*, *dar de ombros*.

“Eletrobras **faz negociação** de dívidas atrasadas com consumidores no Acre.” (<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/eletrobras-promove-negociacao-de-dividas-atrasadas-com-consumidores-no-acre.ghtml>, acesso em 05/01/2018).

“Assim como o Super FC também confirmou, o Grêmio **deu o aval** e o Cruzeiro já negocia salários com o atacante Marcelo Moreno, que não será aproveitado pelo Tricolor Gaúcho em 2014.” (<http://www.otempo.com.br/superfc/cruzeiro-d%C3%A1-chap%C3%A9u-no-flamengo-e-contrata-volante-rodrigo-souza-1.764196>, acesso em 05/01/2018).

“TV Brasil **faz questão** de ser cada dia mais insignificante.” (...) “Aliás, é bem o caso de desconfiar se a TV Brasil, com as atitudes que são tomadas, não é propositadamente dirigida para não **dar certo**.” (<https://www.correiodobrasil.com.br/tv-brasil-faz-questao-de-ser-cada-dia-mais-insignificante/>, acesso em 05/01/2018)

“Inovação deve **levar em conta** singularidades.” (<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=77372>, acesso em 05/01/2018)

O predicador complexo passa a indicar a estrutura de participantes da predicação verbal. O verbo suporte partilha com o elemento não-verbal (sintagma nominal, sintagma adjetival, sintagma preposicional) a função de determinar o número e a natureza dos papéis participantes⁵, que, por sua vez, se compatibilizarão, no uso, com os papéis argumentais de uma construção gramatical oracional de predicação verbal (pessoal ou impessoal; transitiva ou intransitiva). Isso pode ser percebido mediante os diferentes papéis dos termos que preenchem a posição de sujeito dessas perífrases: em construções com verbo-suporte *fazer*, por exemplo, detectam-se termos com as funções de agente (As crianças *fizeram bagunça.*), força (O temporal *fez um estrago* nos telhados das casas.), paciente (A criança *fez uma cirurgia*), tema (O rapaz *faz parte* da equipe.). E, inclusive, pode ser notado pelo fato de haver expressões com verbo suporte impessoais: *fazer sol*, *fazer chuva*, *dar uma trovoada*, *dar uma chovida*. Exemplos, ainda, com o verbo suporte *dar*, além do acima com a expressão *dar o aval*, que ajudam a confirmar isso são:

“**Deu ruim** e pode piorar! Enfermeira faz procedimento para aumentar os lábios e fica com bico de pato.” (...) “Não precisa nem dizer, tá na cara que **deu errado**. Foi assim que a enfermeira turca Merve Keles ficou logo após um preenchimento labial malsucedido.” (<https://hora7.r7.com/fotos/deu-ruim-e-pode-piorar-enfermeira-faz-procedimento-para-aumentar-os-labios-e-fica-com-bico-de-pato-10072017#!/foto/1>, acesso em 05/01/2018)

⁵ Os papéis participantes constituem partes focais da cena representada pela semântica dos predicadores verbais.

“O fantasmaço Granollers jogou muito tênis e bateu o favorito Wawrinka. Thomaz Bellucci poderia **dar uma olhadinha** nos jogos desse espanhol para entender como se pode fazer muito com pouco. **Deu gosto** ver a vitória do rapaz, especialmente na hora da onça beber água no 3º set.” (<http://paulocleto.ig.com.br/index.php/tag/verdasco/>, acesso em 0/01/2018)

O deslocamento do núcleo irradiador da estrutura de participantes da predicação do *verbo* para o *complexo verbo e elemento não-verbal* dá-se em virtude da natureza (semi)gramaticalizada de certos usos de formas verbais nessas condições, da integração semântica e sintática de verbo a elemento não-verbal que, produtivamente, implica a leitura de uma locução/perífrase verbo-nominal e da construcionalização gramatical dessa forma de predicar estados de coisas, que resultou em construção de predicação com verbo suporte, presente também em gramáticas de outras línguas.

Predicador complexo com verbo suporte é um recurso acionado com frequência e sistematicidade pelos falantes para a formação de unidades predicantes. O fenômeno de formação de predicados complexos não ocorre apenas em Português. Outras línguas disponibilizam a construção com verbo suporte, ainda que contem com mecanismos morfológicos de formação de verbos simples. Citem-se, a título de ilustração, casos de instanciação de predicadores complexos no francês (cf. para mais informações a respeito, GIRY-SCHNEIDER, 1978), no italiano (cf. QUOCHI, 2007) ou no inglês (cf. BRINTON, 2011):

“J’ai **fait référence** à l’écologie en citant le sommet de Kyoto en 1997 mais aussi à Durkheim qui part du principe que la sociologie devient une chance de traiter les faits sociaux comme une chose observable.”⁶ (<http://plus.lefigaro.fr/note/jai-choisi-le-sujet-scientifique-20100617-225974>, acesso em 04/01/2018)

“E qui non alludo alla conoscenza postuma che in età adolescenziale o in età adulta porta qualcuno dallo psicoterapeuta a cercare l’anima o direttamente in farmacia nel tentativo di sedarla; ma **faccio riferimento** a quell’educazione dei sentimenti, delle emozioni, degli entusiasmi, delle paure, che mette al riparo da quell’indifferenza emotiva, oggi sempre più diffusa, per effetto della quale non si ha risonanza emozionale di fronte ai fatti a cui si assiste o ai gesti che si compiono.”⁷ (http://www.repubblica.it/online/cronaca/desire/analfabeti/analfabeti.html?refresh_ce, acesso em 04/01/2018)

⁶ “Eu fiz referência/me referi à ecologia ao citar a Cúpula de Quioto em 1997, mas também a Durkheim, que pressupõe que a sociologia se torna uma chance de tratar fatos sociais como coisas observáveis.”

⁷ “E aqui não aludo ao conhecimento póstumo que na adolescência ou na idade adulta leva alguém do psicoterapeuta a buscar o estado de alma ou diretamente à farmácia na tentativa de

“One person familiar with the matter said Brennan did not reveal sources but made reference to the fact that America’s intelligence allies had provided information.” (<https://www.theguardian.com/uk-news/2017/apr/13/british-spies-first-to-spot-trump-team-links-russia>, acesso em 04/01/2018)

E os falantes não necessitam aprender todas as combinações de verbos suportes e elementos não-verbais numa língua. Assim que dominam os atributos básicos da construção com verbo suporte com base em pareamentos forma-significado mais ou menos regulares detectados mediante instanciações daquela, passam a valer-se dos atributos dessa construção para novos casos que julguem de comportamento similar, num processo de analogia: a partir de um padrão construcional de formação de predicadores complexos que envolve a operação regular de verbos suportes (relativamente previsíveis em termos lexicais) sobre elementos não-verbais (bem menos previsíveis em termos lexicais), expressões inéditas passam a ser criadas ou interpretadas.

Uma das manifestações da natureza perifrástica desse tipo de construção é a existência, em muitos casos, de verbos predicadores simples (também conhecidos como verbos plenos/principais) com significado funcionalmente equivalente ao do predicador complexo. Por exemplo:

“O governo, abre esse edital, através da MT-Par, sem fazer discussão com a categoria.” (<http://www.maisfn.com.br/noticias/pedro-taques-pode-iniciar-processo-de-privatizacao-das-escolas-estaduais>, acesso em 05/01/2018) [discutir]

“O Detran-RJ vai fazer atendimento noturno para atender⁹ a demanda por vistorias de veículos durante as paralisações dos funcionários terceirizados.” (<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/presidente-do-detran-rj-diz-que-atendimento-sera-normalizado-em-uma-semana.ghtm>, acesso em 05/01/2018)

Tais enunciados ilustram a possibilidade de substituição das perífrases por verbos predicadores simples cognatos ao elemento nominal incorporado. Entre-

sedá-lo; mas faço referência/me refiro àquela educação de sentimentos, emoções, entusiasmo e medo que protege dessa indiferença emocional, hoje cada vez mais difundida, por efeito da qual não há ressonância emocional em face dos fatos a que se assiste ou aos gestos que se copiam.”

⁸ “Uma pessoa familiarizada com o assunto disse Brennan não revelou fontes, mas fez referência/ se referiu ao fato de que os aliados da inteligência americana forneceram informações.”

⁹ “Como a PPP, o governo transfere a responsabilidade do poder público de fazer atendimento da demanda Educacional é caminho para que se inicie o processo de terceirização nas escolas públicas’, aponta.” (<http://www.maisfn.com.br/noticias/pedro-taques-pode-iniciar-processo-de-privatizacao-das-escolas-estaduais>, acesso em 05/01/2018)

tanto, nem sempre se encontra esse tipo de correspondência, conforme evidenciam usos (*fazer ginástica, fazer esteira, dar lençol, dar carteirada, dar tilt*) como os no enunciado a seguir:

“Cruzeiro ‘dá chapéu’ no Flamengo e contrata volante Rodrigo Souza (...) Os mesmos investidores que trouxeram o meia Marlone para o Cruzeiro trabalharam em prol do time estrelado, que ‘deu um chapéu’ na diretoria do Flamengo.” (<http://www.otempo.com.br/superfc/cruzeiro-d%C3%A1-chap%C3%A9u-no-flamengo-e-contrata-volante-rodrigo-souza-1.764196>, acesso em 5/01/2018)

O verbo suporte é um rótulo atribuído a um uso verbal que tem comportamento “léxico-gramatical”: opera, na construção [Vsuporte elemento-não-verbal]_{predicador verbal complexo} como o componente com maior grau de previsibilidade de preenchimento lexical porque, em geral, corresponde a uma forma verbal recorrente na produção de várias instâncias de predicadores complexos; contribui para a formação semântica do predicador verbo-nominal, apesar de o elemento não-verbal ser o principal responsável pelas propriedades semânticas específicas do predicador que resulta dessa associação, pelo tipo de acionalidade do predicador complexo.

A natureza do verbo suporte mais previsível que a do elemento não-verbal pode ser verificada, observando-se, por um lado, uma relativa repetição na compatibilização de certas formas verbais na formação de predicadores complexos e, por outro, uma grande diversidade na compatibilização de itens não-verbais.

O verbo suporte também contribui para delimitar a natureza acional do predicador complexo: eventos (estados de coisas dinâmicos) ou situações (estados de coisas não dinâmicos).

“Nem o SBT, que transmitia o torneio caça-níquel, esperava tanta audiência para uma competição ressuscitada há pouco tempo. No Flamengo X Corinthians, o Ibope chegou a 23 pontos contra 21 pontos da Rede Globo. Em televisão, surrar a Rede Globo em horário nobre representa o mesmo que o Madureira dar um chocolate¹⁰ no Milan. Para entender o fenômeno, deve-se partir do pressuposto de que o torcedor não é bobo.” (Placar Magazine, mar. 1997)

¹⁰ É usada com sentido similar ao de *ganhar uma partida de futebol com uma grande diferença de gols no placar*. A compatibilização dos itens *dar* e *levar* contribui para marcar diferença na perspectivização dos participantes da cena (agente ou paciente perfilado como argumento sujeito).

“O pós-jogo foi marcado por muita confusão. O comandante do policiamento local foi ao vestiário do Grêmio pedir explicações sobre a suposta agressão de Tcheco em Petraglia. Houve ainda pancadaria entre jogadores dos dois times, iniciada quando Claiton, do Atlético-PR, entrou no túnel gritando que o Grêmio **levou um chocolate**. A resposta foi uma voadora de Eduardo Costa, segundo informa a Rádio Gaúcha.” (<http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL165535-4276,00.html>, acesso em 05/01/2018)

“A sombra da Lua, que encobriu o Sol, se desloca 4 mil quilômetros por hora. É muito rápida. Ela percorre quase toda a superfície da Terra em apenas três horas.

Este fenômeno aconteceu pela última vez em 1940. “Foi muito bonito. Eu tinha nove anos e aconteceu pouco antes do almoço. Foi durante a Segunda Guerra Mundial. O dia estava muito bonito e escureceu completamente. **Ficou noite**, e o céu ficou cheio de estrelas”, lembra Dona Mirian.” (<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL814960-16020,00-ESPETACULO+NO+CEU.html>, acesso em 05/01/2018)

No predicador verbo-nominal resultante da construção, o verbo suporte presta-se, especialmente, à codificação, em sentenças finitas, das categorias gramaticais de verbo (tempo, modo, aspecto, número e pessoa) e, assim, serve de suporte gramatical ao elemento não-verbal ao qual se alia conferindo-lhe função predicante.

Entre os atributos desse tipo de construção, importa, sem sombra de dúvida, a configuração morfossintática do elemento não-verbal. Esse *slot* pode ser preenchido por diversas formas (inclusive, por formas linguísticas oriundas de outras línguas, haja vista exemplos como *fazer spinning*, *dar um like*, *dar zoom*, *fazer checkup*, *dar print*), é preenchido frequentemente por um nome predicante, que, por sua vez, tem relação com formas verbais: *fazer avaliação*, *fazer um levantamento*, *fazer um cálculo*, *fazer um atendimento*, *fazer investigação*, *fazer pesquisa*. Tal valor no conjunto de possibilidades do atributo configuração morfossintática do elemento não-verbal favorece o reconhecimento da unidade complexa como unidade de predicação verbal. Soma-se a esse atributo a relativa regularidade na configuração formal e referencial com que tal elemento não-verbal se apresenta: geralmente nome “nu” ou acompanhado de artigo, não especificado ou modificado, com significação genérica e com função classificatória em termos de acionalidade.

Naturalmente, é preciso levar em consideração, conforme já salientado em Machado Vieira (2014), que a construção com verbo suporte pode licenciar diferentes padrões construcionais de predicadores complexos (microconstruções). Sintetizam-se, aqui, três destaques quanto a isso.

1º) Pode licenciar: desde (a) padrões construcionais envolvendo verbos que se situam numa categoria fronteira à de verbo predicador (uma espécie de verbo *semi-suporte*), uma vez que, em certa medida, têm aparência gramatical de verbo suporte (pois, operando sobre um elemento não-verbal, conferem-lhe estatuto verbal e com este formam unidades funcionais de predicação verbal com papel similar ao de um verbo pleno), porém não são tão rotineiramente empregados para a formação regular de exemplos de predicadores complexos; até (b) padrões construcionais envolvendo formas verbais produtivas em várias instâncias de uso com tal configuração, tais como são os verbos *fazer, dar, ter e ficar*, entre outros. Por exemplo:

A) “**Abrir mão** do passado leva a uma memória mais saudável.” (<http://www.otempo.com.br/interessa/abrir-m%C3%A3o-do-passado-leva-a-uma-mem%C3%B3ria-mais-saud%C3%A1vel-1.1544479>, acesso em 05/01/2018)

B) “«RECORD» **DÁ UMA MÃO À FESTA DO FC PORTO.**” (<http://www.record.pt/futebol/futebol-nacional/liga-nos/fc-porto/detalhe/record-da-uma-mao-a-festa-do-fc-porto.html>, acesso em 05/01/2018)

2º) Pode, ainda, licenciar: desde (a) padrões construcionais, que são oriundos de um processo regular/sistemático de compatibilização de formas nos *slots* da construção gramatical de predicação com verbo suporte (como revelam exemplos já expostos, *faz negociação, fazer discussão, fazer atendimento*) com algum grau de composicionalidade; até (b) padrões construcionais, que, ademais, passaram por um processo de construcionalização lexical (ou lexicalização, assim como abordado por ESTEVES, 2012, e OLIVEIRA, 2013), e, então, são menos ou não composicionais. Exemplos dos casos referidos como (b) são:

B.1) “Que tal uma voltinha na moto do novo filme do Batman nos shoppings de São Paulo? (...) A exposição aberta ao público começa no dia 15, no Shopping Market Place, onde fica até o dia 17. Em seguida, a moto ficará no JK Iguatemi, entre os dias 18 e 20, e, por fim, no Shopping Iguatemi, nos dias 21, 22 e 23 de julho. Vamos **dar uma voltinha?**” (<http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2012/07/11/que-tal-uma-voltinha-na-moto-do-novo-filme-do-batman-nos-shoppings-de-sao-paulo/>, acesso em 05/01/2018)

B.2) “Colunista da Folha volta a **chutar o pau da barraca!**” (<https://www.ocafezinho.com/2014/03/03/colunista-da-folha-volta-a-chutar-o-pau-da-barraca/>, acesso em 05/01/2018)

Alguns padrões construcionais são semilexicalizados, são parcialmente especificados (como se vê no primeiro exemplo anteriormente, *dar uma*

voltinha, e, ainda, no exemplo já citado *dá uma mão*), pois envolvem um *slot* estrutural preenchido mediante forma verbal que pertence a um conjunto de possibilidades lexicais mais restrito e produtivo (formas verbais instrumentais, gramaticalizadas, como o de certos usos do verbo *dar*) e outro espaço estrutural de preenchimento lexical mais amplo em que acolhem formas com valor metafórico ou metonímico e, assim, atingem menor grau de composicionalidade.

Outros padrões construcionais são lexicalizados, totalmente especificados (como ilustra o segundo exemplo, *chutar o pau da barraca*), não composicionais (quando implicam, no todo, sentido metafórico ou metonímico e cristalização de forma e de conteúdo). Os padrões construcionais desse tipo que alcançam idiomaticidade lexical, morfossintática, semântico-pragmática e de frequência resultam de um processo que vem sendo chamado de construcionalização lexical, já que atingem, em geral instantaneamente, um pareamento forma-significado completamente novo e idiossincrático, que não é acessado ou previsto a partir da combinação regular das propriedades das suas partes constitutivas, nem é fonte produtiva de novos padrões construcionais/*types* ou construtos/*tokens*. O acesso ao significado das expressões complexas instanciadas por tais padrões depende de conhecimento idiossincrático, guardado de forma altamente individualizada (ainda que elas sejam reiteradas, de modo fossilizado, numa comunidade linguística). Um falante não nativo do Português até reconhecerá a forma complexa como um todo verbal/predicador (por força de atuação semi-suporte do componente verbal), mas não o sentido dela (estritamente com base nela¹¹).

Já os padrões construcionais com verbo suporte não lexicalizados (não idiossincráticos) – que advêm de regularidade morfossintática e semântico-pragmática, ainda que propiciem espaço para certa irregularidade lexical (especialmente por conta da alta imprevisibilidade lexical do preenchimento de sua parte não-verbal), assim como grande frequência de ocorrência e de tipo – vinculam-se a padrões construcionais gramaticais com algum grau de composicionalidade e produtivos no licenciamento de expressões complexas, mais precisamente de predicadores verbais complexos. O acesso a essas formas baseia-se no pareamento geral {[Vsuporte + elemento não-verbal (sem função referencial, mas com função

¹¹ Até poderá desconfiar da acionalidade da forma complexa por força do contexto discursivo em que se materializa, mas não exatamente por conta de traços de significação dela.

classificatória do estado de coisas)]_{Verbo predicador (complexo)} Participante_n }_{Predicação}, em que o Participante_n é maior ou igual a zero.

- 3º) Pode licenciar padrões construcionais que envolvem a compatibilização de formas verbais e elementos não-verbais um pouco mais especificados que, nem por isso, se envolvem necessariamente num processo de construcionalização lexical, mas ainda advêm, em geral, da construção gramatical de predicação com verbo suporte. Só que, nas instanciações licenciadas por tais padrões, está em jogo uma funcionalidade diferente da de “predicar”: uma marcação de nuance aspectual (pouca ou não duratividade) ou uma marcação de atitude (inter)subjativa frente ao estado de coisas conceptualizado (modalidade¹²). Neste caso, considera-se, em linhas gerais, que o conceptualizador pode conceber um estado de coisas com objetividade ou (inter)subjatividade: ou se apreendem os estados de coisas como se configuram “na realidade objetiva” ou se apreendem os estados de coisas com base na perspectivação de certos aspectos destes que pode representar apenas a atitude ou a avaliação subjativa do enunciador ou, ainda, uma atenção ou preocupação deste com outro (o interlocutor, frequentemente).

É cada vez mais produtiva a instanciação, nesse tipo de mesoconstrução, dos verbos *ter*, *fazer* e especialmente *dar* acompanhados de elementos não-verbais com sufixo de grau diminutivo, como pesquisas em desenvolvimento no Projeto PREDICAR vêm revelando (TRAVASSOS, 2016).

“Jornalista passará primeiro Dia das Mães com os filhos adotivos, que ganharam novo lar há três meses. (...) E sinceramente, a sensação que tenho é que eles sempre pertenceram à família, mas deram uma saidinha e voltaram. E são apenas pouco mais de três meses de convivência.” (<http://revista-glamour.globo.com/Na-Real/noticia/2015/05/jornalista-passara-primeiro-dia-das-maes-com-os-filhos-adotivos-que-ganharam-novo-lar-ha-tres-meses.html>, acesso em 05/01/2018)

“A criança ligou para o serviço de emergência 911 às 20h e denunciou a mãe, que exigia que ele fosse dormir. Um policial foi até a casa da família e teve uma conversinha com o menino queixoso. Ninguém foi indiciado, de acordo com o jornal “The Enterprise”.” (<http://blogs.oglobo.globo.com/pagenotfound/post/menino-revoltado-com-ordem-de-ir-para-cama-chama-policia-487517.html>, acesso em 05/01/2018)

¹² De acordo com Raposo (2013), modalidade é a expressão, por meio de mecanismos linguísticos, de atitudes e opiniões dos enunciadores e das entidades referidas por estes em relação ao conteúdo da proposição.

“As pessoas precisam entender que não basta chegar aqui e fazer uma reuniãozinha de empresários em um hotel à beira do rio.” (<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-nao-pode-viver-de-encantamento-diz-arthur-virgilio,70002026482>, acesso em 05/01/2018)

Todas essas possibilidades de instanciação da construção de predicação com verbo suporte (em alguns casos, com *semi-suporte*), licenciadas gramaticalmente e, ainda, em alguns casos submetidas a construcionalização lexical, compatibilizam-se, à semelhança de predicadores simples, em construções gramaticais de estrutura argumental (pessoais ou impessoais; intransitivas ou transitivas), propiciando, assim, alternativa gramatical à função cognitiva de conceptualização de estados de coisas.

A configuração da estrutura da oração resultará, então, da fusão entre os papéis participantes do predicador verbal (simples ou complexo) e os papéis argumentais da construção de predicação de estrutura oracional (mais gerais e previsíveis na gramática da língua), com base no Princípio da Coerência Semântica (“Semantic Coherence Principle”, de acordo com o qual, em linhas gerais, “o papel participante do verbo e o papel argumental da construção devem ser semanticamente compatíveis”, GOLDBERG (2006, p. 40)) e o Princípio da Correspondência (“Correspondence Principle”, segundo qual “os papéis participantes perfilados do verbo¹³ devem ser codificados mediante os papéis argumentais perfilados da construção” de estrutura argumental, *idem*). Além dos papéis participantes fornecidos pelos predicadores complexos, outros papéis previstos apenas pela construção de predicação podem materializar-se na sentença como uma contribuição desta. Ilustra isso exemplo como:

“Sonia Abrão, 56 anos, adora falar, conversar. Comunicação é com ela mesma. Tanto é que na adolescência, deu uma “rebolada” em seu pai quando se matriculou escondida no curso de jornalismo na Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero, em São Paulo.” (<http://www.r7.com/r7/media/2017/2017-paporeto/soniaabrao/index.php>, acesso em 05/01/2018)

Nele, percebe-se a presença de um argumento entidade afetada por operação de um participante controlador, que não é perfilado por papel participante do predicador verbal “dar uma rebolada”, mas uma contribuição da construção transitiva.¹⁴ O papel participante perfilado pelo predicador verbal “dar uma rebolada” é o de participante entidade que controla uma ação.

¹³ Aqui também predicador verbal complexo.

¹⁴ Outro exemplo de contribuição da construção de estrutura argumental pode ser visto na sentença: “Com uma piscadinha, ela se virou de costas para eles e deu uma rebolada para seu admirador.”.

3. A REDE DE PADRÕES CONSTRUCIONAIS LICENCIADOS PELA CONSTRUÇÃO DE PREDICAÇÃO COM VERBO SUPORTE

O mapeamento das relações entre padrões construcionais licenciados a partir da construção de predicação com verbo suporte, a mais esquemática e, por conseguinte, a que apresenta mais possibilidades de compatibilização de formas lexicais diferentes, exige a confluência de olhares teórico-metodológicos¹⁵ distintos: às vezes, com inclinação sociofuncionista ou socioconstrucionista, já que se enfocam formas de predicar que correspondem a atributos/condições funcionais relativamente similares; e, muitas vezes, com perspectiva apenas funcional-construcionista, porque governada pelo intuito de se detectarem os valores dos atributos envolvidos nos pareamentos forma-função que a construção como um todo implica¹⁶.

Machado Vieira (2016) mostra como essa confluência tem o potencial de ser explorada, aproveitando-se o *know-how* alcançado na Teoria Sociolinguística no que diz respeito ao estudo da variação. Com base em Hilpert (2014) e Cappelle (2009), defende que é viável supor, a depender das condições funcionais, dos contextos ou dos domínios discursivos de uso observados, relação de similaridade (por analogia) entre certas instanciações de predicadores complexos com verbo suporte e predicadores simples (*dar início* e *iniciar*; *dar uma piscada* e *piscar*, *dar uma curtida* e *curtir*, *fazer uma pergunta* e *perguntar*; *ir à loucura*¹⁷ e *enlouquecer*) ou entre certas instanciações de predicadores complexos (como *dar uma piscada*, *dar uma piscadela* e *dar uma piscadinha*, *dar uma fugida*, *dar uma fugidela*, *dar uma fugidinha*; *fazer queixa* e *dar queixa*; *fazer xerox* e *tirar xerox*; *ir à loucura* e *ficar louco*). E, para lidar com essa concepção, chega a cogitar da possibilidade proposta por Cappelle de se considerar o construto teórico “allostruction” (cunhado por analogia a “alofone” e “alomorfe”). E, assim, tais instancia-

¹⁵ Afinal, “A gramática sempre proporciona aos falantes, formas alternativas de codificar uma certa parte da substância conceptual. Além disso, os falantes raramente são inteiramente livres para fazer uma escolha entre as alternativas, já que cada opção gramatical está usualmente sujeita a uma série de restrições, algumas das quais podem muito sutilmente guiar os falantes a fazer as escolhas que eles fazem.” (CAPPELLE, 2009, p. 1)

¹⁶ É o caso, por exemplo, da pesquisa de Doutorado de Valente (2018), entre outras pesquisas do Projeto PREDICAR.

¹⁷ Exemplo da tese de Oliveira (2013): “Daniel Rocha vai a evento de moda e fãs **vão à loucura**. Daniel Rocha foi a um shopping em Brusque, Santa Catarina, nesta segunda-feira, 6, e causou o maior tumulto. Uma multidão de fãs aguardava o ator, que interpreta o Roni na novela “Avenida Brasil”, e **foi à loucura** quando ele apareceu.” (www.cenariomt.com.br – acesso em 07 de agosto de 2012)

ções serviriam para sugerir a possibilidade de certos padrões construcionais (de certas microconstruções) serem, nessa rede, aloconstruções.

O esquema construcional de predicação verbal pode ter seu *slot* de predador verbal preenchido por predicadores simples (itens lexicais verbais) ou por predicadores complexos oriundos da macroconstrução de predicação com verbo suporte. Esta, por sua vez, licencia, por um lado, predicadores complexos com formas verbais quase predadoras, semi-suportes (do tipo *abrir*, em *abrir mão* ou *abrir fogo*, *deitar*, em *deitar o cabelo*; *pendurar*, em *pendurar as chuteiras*; *perder*, em *perder a cabeça*; *descer*, em *descer a lenha*), que geralmente se envolvem em predicadores complexos os quais, por sua vez, se submetem à condição de não composicionalidade mais acentuada e de cristalização morfossintática e semântica, num processo de construcionalização lexical. E, por outro lado, licencia predicadores complexos com verbos suportes (do tipo *fazer*, *dar*, *ter*, *haver*, *ficar*, *tomar*, *levar*, *pegar*, *deixar*, entre outros itens do Português mais produtivamente acionados como instrumentos de verbalização nesse *slot*), sistematicamente formados segundo certas regularidades configuracionais descritas na seção anterior. Ocorre que especialmente esse segundo caso de mesoconstrução com verbo suporte pode ter, mais frequentemente, o *slot* de elemento não-verbal preenchido por elementos de natureza diversa: por nomes predicantes (e, então, com verbalidade e estrutura de participantes inerente) ou não; por formas advindas de outras línguas; por nomes com sufixos de grau; por nomes com modificadores (e, por conseguinte, já com algum caráter de referencialidade, diferentemente da configuração prototípica de predador complexo com verbo suporte, e, então, com menor grau de coesão); por nomes com valor metafórico ou metonímico (*fazer a cabeça*; *dar uma mão*; *fazer questão*, no sentido de *querer*; *dar/levar um chocolate*). Essa diversidade de possibilidades de preenchimento gerará muitas microconstruções individuais entre as quais poderá emergir (ou não) algum grau de similaridade, por um processo analógico, dependendo dos valores de seus atributos funcionais, bem como de condições do domínio discursivo em que convencionalmente se concretizem ou sejam percebidas/compreendidas.

4. POSSIBILIDADES DE SIGNIFICADO FUNCIONAL DE USOS DE PREDICADORES COMPLEXOS NA CONCEPTUALIZAÇÃO DE ESTADOS DE COISAS

Tendo em vista o princípio da expressividade maximizada (GOLDBERG, 1995), consoante o qual o inventário de padrões construcionais numa gramática é maximizado por propósitos comunicativos, formas diferentes de predicar estados de coisas relacionam-se a certa(o)s condições/atributos funcionais (semânticos, discursivos, pragmáticos e sociais). Assim sendo, é imperativo, quando se lida com

a temática, investigar as condições sob as quais os falantes recorrem a uma ou outra das duas construções de predicação: predicadores simples e complexos.

Entre as possibilidades de significado semântico, discursivo, pragmático e social associadas à construção de predicação mediante predicadores complexos, conforme já descrito em Machado Vieira (2001), estão estas: (i) propiciar a codificação de um efeito semântico singular, que não é obtido por meio do recurso a uma forma verbal simples, mesmo que (quase) correspondente, cognata ou não ao elemento não-verbal (*dar uma carteirada*; *dar entrada* e *entrar*; *dar parabéns*, *parabenizar*; *ter uma conversinha*, *conversar*; *fazer ginástica*, *exercitar-se*; *ir às urnas*, *votar*); (ii) simplesmente diversificar os mecanismos linguísticos explorados na construção textual¹⁸; (iii) prescindir de complementação por tencionar-se evitar a explicitação de participante envolvido na predicação (“Amanhã *farei sugestões* durante a reunião.”); (iv) não usar clítico (*fazer referência*, *referir-se*; *ficar encantado*, *encantar-se*), cuja supressão no Português se revela uma tendência, segundo já menciona Kato (1996, p. 233) e detecta Alves (2011), esta em pesquisa empírica sobre a alternância entre predicadores complexos e predicadores simples pronominais.

A tais possibilidades, somam-se, ainda, pelo menos duas outras condições, recentemente observadas, por meio de exame de dados do uso e de pesquisa de percepções e avaliações subjetivas sobre alguns desses dados, em estudos mais recentes do Projeto PREDICAR.

Segundo Brown; Levinson (1987), qualquer ato de fala representa, em alguma medida, ameaça às faces, imagens (bens simbólicos), dos interlocutores. No intuito de atenuar tal fato, implementam-se estratégias de polidez. Entre tais estratégias, reconhece-se, no uso do Português, o emprego de certos predicadores complexos com tal propósito.

É, por exemplo, cada vez mais frequente, na escrita acadêmica (como observam SARAIVA, 2013, MOURA, 2017, e MACHADO VIEIRA, 2017), o recurso a predicator complexos em que se compatibilizam os verbos suportes *ter-se* e *haver*. De acordo com Machado Vieira (2017), trata-se de uma forma de promover a impessoalização discursiva (esperada no domínio discursivo acadêmico) e, desse modo, conseguir mitigar uma eventual ameaça à face do locutor ou interlocutor na

¹⁸ Por exemplo: “A cereja no bolo é a demonização que é feita no seguinte parágrafo: “Quando se fala em livre conhecimento, entre outras coisas se quer dizer que se é contra criminalizar alguém por baixar música da internet ou por fazer uma cópia de um livro na faculdade.” (...) É óbvio que ninguém vai sair por aí prendendo quem baixou MP3 da web ou copiou um livro no xerox da faculdade. Esses são sintomas de uma sociedade subdesenvolvida como a nossa.” (<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-questao-dos-direitos-autorais>, acesso em 05/01/2018)

interação sociocomunicativa mediante a imposição de uma certa distância do conteúdo da predicação explorado na proposição em relação àquele. Assim sendo, cada vez mais se encontram, nos textos acadêmicos, instâncias de uso de predicadores complexos com verbo suporte como as destacadas nos enunciados a seguir:

“Segundo a coordenadora pedagógica Lucimara Karpe Canova, durante a reunião **teve-se conhecimento** da real importância da formação do Conselho para oferecer melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência. ‘Reuniremos todos os segmentos para pensar em políticas públicas que garantam o direito e promovam melhorias na vida das pessoas com deficiência’, salientou ela.”

“Particularmente, independentemente do pouco ou muito tempo que vão durar, todo projeto ou ideia serão importantes desde que atinjam sua missão ou objetivos. Porém, quando estes são pensados para que aconteçam para além da própria existência dos que os desejaram, e que avancem no tempo, **tem-se necessidade** de buscar algo mais do que a pronta e contínua motivação dos seus idealizadores.” (<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2014/08/12/um-projeto-para-nosso-tempo/>, acesso em 05/01/2018)

“**Houve discordância** de que **houvesse necessidade** já que a matéria havia sido apreciada na CCJ e votada em primeira votação em plenário sendo de amplo conhecimento de todos os parlamentares. Também **houve acusação** de que o pedido de vista era uma manobra a pedido do Paço, para protelar o trâmite e atrasar a aprovação do projeto. Por outro lado, alguns vereadores da comissão alegavam que era direito do vereador pedir vista. Os ânimos se exaltaram e **houve troca** de acusações. (...)” (<http://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/clecio-alves-pede-abertura-de-processo-disciplinar-contrario-oseias-varao>, acesso em 05/01/2018)

As duas microconstruções (com *ter-se* e *haver*) licenciadas por meio da construção de predicação com verbo suporte mitigam as marcas da pessoa discursiva *e/* ou da força indutora (participante) do estado de coisas na verbalização deste. É lógico que elas o fazem diferentemente: a microconstrução com *haver* propicia, geralmente, o apagamento do enunciador *e/ou* da força indutora do estado de coisas¹⁹

¹⁹ Outro exemplo: “Neste domingo (30), Eduardo Bandeira de Mello, presidente do Flamengo, **admitiu que a arbitragem errou a favor do Flamengo** durante o empate por 1 a 1 com o Corinthians, na Arena Corinthians, em jogo válido pela 17ª rodada do Campeonato Brasileiro. O time paulista teve gol legal anulado por impedimento quando a partida ainda estava 0 a 0 (...) Em relação à polêmica da partida contra o Santos, quando árbitro marcou pênalti para a equipe do litoral paulista e voltou atrás, Bandeira **afirmou que não houve erro**.” (<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/07/30/presidente-do-flamengo-admite-que-arbitragem->

(frequentemente, em eventos com participante agente, causa/força ou experienciador, ou em situações/estados de coisas não dinâmicos, com participante experienciador), ao passo que a microconstrução com *ter-se* opacifica sua existência, podendo, também, colaborar para que o resultado final da pregação assumo contorno de evento ou estado com referência genérica (que se ligue a nenhum participante específico no mundo biossocial). Tais microconstruções, respectivamente, ensejam mais acentuadamente ou menos que a conceptualização do estado de coisas assumo contorno de evento ou estado natural/espontâneo (que se realiza ou apresenta, em alguma medida, por si só).

Predicadores complexos com verbo suporte *haver* vêm ganhando terreno. Não é raro encontrar instanciações até do predicador complexo “*haver (a) existência*”, inclusive em texto acadêmico, como a que se registra neste exemplo retirado de texto jornalístico:

“O relator do processo, ministro Edson Fachin, votou para receber integralmente a acusação, afirmando que **há a existência** de indícios mínimos para se afirmar que houve o crime de peculato.” (<https://g1.globo.com/politica/noticia/stf-rejeita-denuncia-contradeputado-ariosto-holanda-por-peculato.ghtml>, acesso em 04/01/2018).

É também cada vez mais produtiva (em termos de produtividade *token/ocorrência* e produtividade *type/padrão construcional*) a compatibilização em predicador complexo com verbo suporte de elementos não-verbais com afixos de grau, como, por exemplo, em:

“Apesar das alternâncias de posse de bola e do jogo truncado no início, Cruzeiro e Ceará acabaram por **fazer um jogão** em Osasco. Aproveitando dois lances capitais na partida, a Raposa marcou 2 a 0, quando o Vovô estava pressionando.” (<http://globoesporte.globo.com/ce/jogo/16-01-2016/cruzeiro-ceara/>, acesso em 05/01/2018)

TRAVASSOS (2016) enumera, com base em pesquisa de dados em textos do domínio jornalístico produzidos desde o início do século XX, diversas microconstruções com elementos não-verbais contendo sufixo de grau diminutivo, tais como estes: a) (uma) X-ad(a/inha)/-id(a/inha) (modificador); b) (uma) X-adela(-zinha) (modificador); c) (uma) X-(z)inha (modificador). Por exemplo: a) *dar risa-*

-ajudou-contrao-corinthians.htm, acesso em 05/01/2018)

Há, entretanto, enunciados em que a força indutora (fonte de energia) passa à condição de oblíquo, preservando-se na pregação, ainda que sem a condição de proeminência de sujeito: Admitiu que **houve erro da arbitragem** a favor do Flamengo.

da, dar uma risadinha, dar uma lida, dar uma emagrecidinha; b) dar uma espiadela, dar uma escorregadela; c) dar uma voltinha, fazer uma farrinha, ter uma conversinha.

“Passar muitas horas no trânsito, sem poder **dar uma fugidinha** para fazer xixi quando a necessidade aperta: esta é a realidade de vários motoristas de ônibus de Seattle, nos Estados Unidos. Para tentar contornar o problema, os profissionais chegam a usar fraldas geriátricas e carregar garrafas nos ônibus para urinar.” (<https://extra.globo.com/noticias/mundo/motoristas-de-onibus-sao-obrigados-usar-fraldas-em-seattle-nos-estados-unidos-14653168.html>, acesso em 05/01/2018)

“Hoje em dia, **dar uma olhadela** no WhatsApp, curtir fotos no Instagram e falar no chat do Facebook se tornaram práticas mais comuns dentro das quatro paredes de um quarto de motel do que necessariamente algum tipo de movimentação caliente.” (<https://oglobo.globo.com/rio/muito-alem-do-sexo-14626672>, acesso em 05/01/2018)

Segundo a pesquisadora, instanciações de predicadores complexos com tais possibilidades de preenchimento do *slot* elemento não-verbal geralmente se atualizam, no discurso, ora mais associadas a um valor aspectual (não durativo ou pouco durativo) do estado de coisas ora mais vinculadas a uma atitude do enunciador de perspectivação subjetiva ou intersubjetiva do estado de coisas:

“No texto original, Giovanna diz que chegou à boate às 2h e, diante de uma fila enorme, foi conversar com a hostess. “Comentei que tinha um blog e que fazia trabalhos em parceria com a Capricho e perguntei se poderia **dar uma olhada** na festa antes de todo mundo pagar para entrar – afinal, não é todo dia que a gente pode pagar 80 reais para entrar em uma balada [homens pagavam 120, estávamos em cinco homens e uma mulher”, relatou.” (<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/tecnologia/2013/07/31/dei-risada-de-mim-mesma-afirma-blogueira-da-capricho-apos-virar-meme-na-internet.htm>, acesso em 05/01/2018)

“Questionado a respeito da postura de Felipe Melo no dia a dia do Palmeiras, Mattos saiu em defesa do volante e até pediu atenção de Tite, técnico da Seleção, ao futebol do jogador.

– Felipe é muito do bem. Tem um papel de liderança muito forte. Não temos que recriá-lo. Dentro de campo, está muito bem. O Tite até poderia **dar uma olhadinha** nele. Não deve nada na sua posição. É um cara espetacular, obediente e superprofissional. O Felipe é autêntico. No dia em que (ele) parar vamos sentir falta.” (<https://globoesporte.globo.com/futebol/times/palmeiras/noticia/mattos-cita-intimidade-no-elenco-para-dar-esporro-e-vegedes-protegido-no-palmeiras.ghtml>, acesso em 05/01/2018)

No primeiro exemplo anteriormente citado, o que sobressai é a momentaneidade ou brevidade do tempo interno do estado de coisas, ou a superficialidade deste. No segundo exemplo anteriormente citado, o que está em cena, de fato, é o encaminhamento crítico ao técnico de futebol Tite de que bastaria a este “olhar com cuidado”/“vigiar” Felipe Melo, mas o que se apresenta é uma atitude de mitigar o estado de coisas e, a um só tempo, fazer a sugestão com polidez, uma vez que, em alguma medida, esta não se encaixa tão confortavelmente no que se concebe socialmente como desejável no contexto de negociação de sentido entre os participantes de uma interação ou como atribuição esperada de um participante (ou do interlocutor²⁰).

Detecta-se, em certas instanciações de predicadores complexos desse tipo, um processo de codificação morfossintática da perspectivização de aspectos do estado de coisas e condições pragmáticas, (inter)subjetividade. Trata-se de uma estratégia discursiva de formular uma predicação com base num enfoque de conceptualização do estado de coisas por parte do enunciador, levando este em conta sua ótica de observação e compreensão do estado de coisas em si, do interlocutor e demais elementos do contexto de interação e da predicação.

Por fim, salienta-se, ainda quanto ao significado funcional, a imagem social entre brasileiros a que se sujeitam os predicadores complexos com verbo suporte. Esteves (2008) e Machado Vieira; Esteves (2009), ao lidarem com o tema enfrentando o problema da avaliação subjetiva mediante metodologia de pesquisa de atitudes linguísticas, detectaram que, socialmente, instanciações de predicadores complexos com verbo suporte tendem a ser associadas, pelos falantes, a situações de comunicação oral, em que prevalece certa informalidade, em que se supõe algum grau de intimidade entre os interlocutores e, por vezes, uma atitude de gentileza ou matizes de ironia e humor ou até menor letramento. Normalmente, não são tão esperadas em contextos de norma culta padrão. É interessante observar que frequentemente, quando chamam a atenção para esse aspecto discursivo quanto à expectativa de norma linguística, os falantes ou têm em mente predicadores complexos com algum grau de lexicalização ou têm em mente o fato de muitas instanciações se valerem de formas verbais que acabam por se repetir nesse tipo de construção ainda que em instanciações de predicadores diferentes. Demonstram, ao que parece, certo comedimento com relação ao emprego de ex-

²⁰ Como se detecta em certos pedidos, como: “Nos EUA, existe um programa comunitário chamado “neighbours watching” que, em tupiniquim, significa algo como “VIZINHO OLHANDO POR VIZINHO”. No nosso passado remoto, significava o mesmo que “eu estarei fora, você poderia dar uma olhadinha na minha casa?” (<http://www.sap.com.br/seguranca>, acesso em 05/01/2018)

pressões conotativas e à repetição linguística em contextos de norma culta padrão, principalmente ao registrarem suas percepções a partir da leitura de trechos de textos com expressões com verbo suporte ligados a certas fontes do domínio jornalístico ou acadêmico avaliadas, pelos falantes, como atentas à modalidade escrita padrão e a uma linguagem formal.

E o fato é que, embora a imagem social que se partilhe de predicadores complexos com verbo suporte muitas vezes ainda os relacione a contextos de oralidade, informalidade, de menor letramento e/ou de descontração, instanciações licenciadas pela construção de predicação com verbo suporte ocorrem nos mais variados domínios discursivos, gêneros textuais e fontes (escritas ou orais), conforme indicam pesquisas do Projeto PREDICAR, que há algum tempo já se voltam para usos nos domínios acadêmicos (por exemplo, SARAIVA, 2013, e MOURA, 2017) e jornalísticos (ALOIZA, 2009, e SILVA, 2009).

5. CONSIDERAÇÃO FINAL

A construção de predicação com verbo suporte pressupõe: (i) algum grau de gramaticalização do item verbal que com ela se compatibiliza, (ii) a integração de um elemento verbal (semi)gramaticalizado e outro não-verbal sob alguns atributos configuracionais semânticos e morfossintáticos, independentemente do tipo de verbo (semi)suporte e do elemento não-verbal que se verbaliza por conta daquele e, então, (iii) a gramaticalidade da construção em si, que tem emprego similar ao de um verbo pleno na estruturação de uma predicação verbal de argumentos, tendo a possibilidade de determinar papéis participantes, se não representar uma cena impessoal (como *fez sol* ou *ficou noite*).

Os falantes recorrem à construção com verbo suporte para, entre outras finalidades, construir sentidos que não são conceptualizados por meio de outras formações linguísticas, produzir e compreender novas instanciações de predicadores complexos, exprimir atitudes numa interação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALOIZA, Adriana Guimarães. *As construções resultativas com deixar em textos jornalísticos brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ALVES, Olívia Maia de Mello. *Estudo sociofuncionalista da alternância entre predicadores pronominais simples e predicadores complexos*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRINTON, Laurel J. The grammaticalization of complex predicates. In: NARROG, Heiko; HEINE, Bernd (eds.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 559-569.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CAPPELLE, Bert. Can we factor out free choice? In: DUFTER, Andreas; FLEISCHER, Jürg; SEILER, Guido. *Describing and Modeling Variation in Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2009, p. 183-199.

DIK, Simon C. *Theory of functional grammar*. Part 1. The structure of the clause. Kees Hengveld (ed.). Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

ESTEVES, Giselle Aparecida Toledo. *Construções com DAR + sintagma nominal: agramaticalização desse verbo e a alternância entre perífrases verbo-nominais e predicados simples*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. *A lexicalização de expressões DAR/FAZER + SN: fiz sacrifício, dei conta*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GIRY-SCHNEIDER, Jacqueline. Les nominalisations en français: l'opérateur "faire" dans le lexique. Genève: Librairie Droz. *Langue & Cultures*, 9, p. 5-54, 1978.

GOLDBERG, Adele. *Construction. A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HILPERT, Martin. *Construction grammar and its application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos. *Sintaxe e semântica de predicções com verbofazer*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Perífrases verbais. *Estudos linguísticos/Linguistic studies*, 5. Edições Colibri, CLUNL, Lisboa, 2010, p. 409-429.

_____. Idiomaticidade em construções com verbo suporte do Português. *SOLETRAS* – Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ, n. 28, p. 99-125, jul.-dez. 2014.

_____. Variação e mudança na descrição construcional: complexos verbo-nominais. *Revista Lingüística*, [S.l.], p. 152-170, dez. 2016.

_____. Expressões impessoais no discurso acadêmico brasileiro. *Letrônica* – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, v. 10, n. 1, p. 82-95, jan.-jun. 2017.

MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos; ESTEVES, Giselle Aparecida Toledo. Metodologia de avaliação subjetiva de usos linguísticos em variação. In: LOPES, Celia; REICH,

Uli. Romania. *Variação linguística em megalópoles latino-americanas*, 39, p. 237-266, 2009.

MOURA, Bismarck de Zanco. *Construções verbo-nominais no Português: haver + nome predicante*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Vinícius Maciel. *Construções de movimento no Português Brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

QUOCHI, Valeria. *A usage-based approach to light verb constructions in italian: development and use*. Tesi di Dottorato – Università de Pisa, 2007. RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.* (orgs.). *Gramática do Português*. V. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

SARAIVA, Eneile Santos. *A construção TEM-SE no Português Brasileiro escrito: uma análise sociofuncionalista*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Leila Vasti da Paz. *Predicações com o verbo levar: aspectos relativos à multifuncionalidade e gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TRAVASSOS, Pâmela Fagundes. *Construções com verbo-suporte DAR: indicação de aspecto e/ou outro valor?* Monografia de fim de curso de Graduação – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. 100 fl. mimeo.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and construction changes*. Great Britain: Oxford University Press, 2013.

VALENTE, Ana Carolina Mrad de Moura Valente. “*Dar um balão*” e “*fazer um golaço*”: *análise de construções V + SN características da linguagem do futebol*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOBRE AS VOGAIS PRETÔNICAS <e> E <o> EM *PB* E EM *PE*

SERGIO DRUMMOND MADUREIRA CARVALHO¹

1. INTRODUÇÃO²

A flutuação na pronúncia das vogais médias em Português, não apenas em contexto pretônico, é matéria que, há muito, vem chamando a atenção dos estudiosos da língua, encontrando-se registros sobre o tema já no século XVI.

No século XX, podem ser citados autores que se ocuparam do fenômeno, ora observando a Língua Portuguesa como um todo, ora focalizando o sistema de PB e/ou o de PE. São eles, entre outros, Camara Jr. (1977), Bisol (1981), Matheus; Andrade (2000), Teyssier (1997).

¹ A Profa. Dra. Silvia Figueiredo Brandão acompanhou-me desde a Iniciação Científica até o Doutorado. Portanto, só tenho a agradecer a esta notável orientadora, que não mede esforços para alavancar o sucesso de seus orientandos. Obrigado, Silvia, por ser presença marcante e imprescindível em minha formação. Que o grande poeta me ajude a homenageá-la: “E aqueles que por obras valerosas / Se vão da lei da morte libertando: / Cantando espalharei por toda a parte, / Se a tanto me ajudar o engenho e arte.” *Luís de Camões*.

² Este artigo aborda, de forma sintética, o tema de minha Tese, defendida em março de 2010.

O sistema das vogais em PB difere do quadro do PE nas posições átonas, sobretudo quanto às médias pretônicas, que, diferentemente do que ocorre no PE, mantêm pleno vigor em PB. O sistema pretônico do PB e do PE é talvez um dos traços que mais diferenciam as duas variedades, conforme ressalta Teyssier (1997, p. 101):

(...) o brasileiro ignora totalmente, em qualquer posição, a vogal central [ɛ], tão característica do português europeu (...). O conservadorismo do português do Brasil, no que se refere às vogais átonas, é, pois, um dos pontos que mais o distinguem hoje do português europeu.

Enquanto no Brasil, ao que tudo indica, mantém-se majoritariamente o vocalismo que havia em PE até o século XVIII, a partir dessa data, há uma mudança radical na variedade europeia que tornou os dois sistemas bastante diferenciados, segundo Castro (1991, p. 258). O que existe de novo na mudança ocorrida em PE é que a elevação ocorrida no século XVIII ocorre independentemente do contexto sintagmático, configurando-se já como uma mudança paradigmática, fonológica (não condicionada).

Deste modo, verifica-se que, enquanto em PB se observa, mormente, um processo de natureza variável, o alteamento, ao que tudo indica, estável tanto no âmbito de <e> quanto no âmbito de <o>; no PE, a elevação³ de <o> e a elevação e centralização de <e> são uma realidade inquestionável, já com *status* fonológico. Além disso, observa-se nitidamente um processo de apagamento com relação a essas vogais.

O que se pretende destacar neste trabalho é o caráter variável que se mostra em ambas as variedades, observando-se os condicionamentos que o determinam. Nesse sentido, a análise de <e> e <o> em contexto pretônico que se irá desenvolver tem, fundamentalmente, por objetivo, determinar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam 1) o alteamento das vogais médias em PB; 2) o apagamento no PE.

Apesar de serem dois fenômenos distintos, alteamento e apagamento, podem ser vistos como dois estágios diferentes de um mesmo processo: de modo geral, a redução do quadro vocálico em posições fracas, de modo específico, a redução do quadro das vogais médias pretônicas. Em vista disso, dado os estágios diferentes em que se encontram PB e PE, tem-se como hipótese inicial que

³ Usou-se aqui o termo elevação, pois se considera o fenômeno de um ponto de vista generalizante, que vai além de motivações puramente fonéticas, ao passo que o termo alteamento fica mais restrito a alterações de caráter assimilatório.

o PE tenderia a confirmar as mudanças ocorridas no séc. XVIII e, ainda, com possibilidade de evolução, evolução essa representada pela desenvoltura que o fenômeno do cancelamento vem demonstrando em seu sistema. Em contrapartida, PB tenderia a comportar-se em direção oposta, ou seja, revela a tendência natural da língua de redução do quadro vocálico átono, porém, realizaria tal tendência apenas em contextos mais proeminentes, como o da harmonização vocálica, tendendo a “evoluir” no sentido da conservação, ou seja, reduzindo seus casos de elevação das médias ao longo do período de duas décadas (década de 1970 e década de 1990).

2. BREVE HISTÓRICO

No *continuum* evolutivo do Galego-Português para o Português clássico, observa-se que hiatos começaram a desfazer-se e, com relação às vogais, muitos deles resultaram, em análise sucinta, na formação de ditongos ou na monotongação. Uma consequência deste último fenômeno foi a consolidação de três vogais pretônicas abertas /a/, /ɛ/ e /ɔ/ (TEYSSIER, 1997, p. 51) no Português clássico.

Portanto, é no Português clássico que as vogais pretônicas se firmam no sistema fonológico com um quadro diversificado, idêntico ao tônico, por volta de 1500, conforme se observa na figura a seguir:

/i/	/u/
/e/	/o/
	/ɐ/
/ɛ/	/ɔ/
	/a/

Figura 1 Vogais pretônicas no Português clássico, segundo Teyssier (1997: 51).

Esse teria sido o sistema pretônico que chegou ao Brasil, em 1500. Tal sistema continuou evoluindo ao longo da história da língua, mudando e variando no tempo e também no espaço.

Nos dias atuais, o sistema vocálico do Português mostra confluência na posição forte e difere nas posições fracas: em contexto tônico, a variedade brasileira e a europeia têm em comum sete vogais⁴, mas, em contexto pretônico, já se revela a diferenciação evolutiva entre elas. No PB, em que as médias são produtivas, o sistema reduz-se a cinco vogais, enquanto, no PE, eliminado o teor opositivo das

⁴ Alguns estudiosos, como Teyssier (1997, p. 77), atribuem oito tônicas ao PE atual, pela oposição existente entre as vogais centrais baixas fechada e aberta em paradigma verbal.

médias, funcionam apenas quatro vogais, três altas (anterior, central e posterior) e a baixa (MATHEUS; ANDRADE, 2000, p. 18).

Na fala cotidiana, é comum ocorrer *flutuação* na pronúncia das pretônicas. Tal fenômeno permite, no âmbito tanto de <e> quanto de <o>, diversas realizações, como em p[e]pino x p[i]pino (harmonização vocálica), em PB, e l[e]gar / l[i]gar (em PE). Tal variabilidade configura-se como um dos pontos que confere relevância ao estudo das pretônicas.

2.1. Português do Brasil

Camara Junior (1977, p. 59) determina o quadro de sete vogais tônicas, observando a existência de neutralizações nas posições átonas. Das átonas, considera as pretônicas as menos fracas em relação à tonicidade, observando o desaparecimento das oposições entre as médias /ɛ/ e /e/ e entre /ɔ/ e /o/, o que resulta, segundo sua visão estruturalista, nos arquifonemas /E/ e /O/ e na redução da série a cinco vogais, conforme se ilustra a seguir.

altas	/i/		/u/
médias	/E/		/O/
baixa		/a/	
	anteriores	central	posteriores

Figura 2 O sistema de pretônicas no PB, segundo Camara Jr. (1977).

Percebe-se, assim, que, no Brasil (Camara Junior, 1977), cinco séculos pouco alteraram o sistema herdado na época da colonização, pois, apesar de se ter passado de oito para cinco vogais, mantiveram-se os três níveis de altura: altas, médias e baixa. Além disso, as quatro realizações de médias pretônicas, [e, ɛ, o, ɔ], apresentam razoável produtividade na pronúncia brasileira, servindo, inclusive, de elemento diferenciador de subfalares.

2.2. Português Europeu

Para descrever o sistema das pretônicas no PE, optou-se pela interpretação de Mateus; Andrade (2000), tendo por base o padrão culto de Lisboa. Ao descreverem as vogais acentuadas, observam que, diferentemente do que ocorre em PB, no PE, além das vogais [i, e, ɛ, a, ɔ, o, u], encontra-se, ainda, nessa posição, o [ɐ], cujo contraste com [a] “*seria apenas aparente, uma vez que [ɐ] tônico é uma re-*

aliquação alternativa de outras vogais tônicas em determinados contextos” (p. 19), a seguir discriminados:

- (a) antes de consoante palatal (t[ɐ]lha – <telha>; f[ɐ]cho – <fecho>; cer[ɐ]ja – <cereja>;
- (b) antes de glide palatal (l[ɐ]i – <lei>;
- (c) antes de consoante nasal (c[ɐ]ma; c[ɐ]na; m[ɐ]nha).

Assim, vocábulos derivados de bases com [ɐ] tônico, na posição pretônica, apresentariam [i] (t[ɐ]lha → t[i]lhado; l[ɐ]i → l[i]gal), vogal que também ocorreria nos derivados de formas com [e] e [ɛ] tônicos (s[e]lo / s[ɛ]lo → s[i]lar) e que, na fala coloquial, poderia ser apagado – [slár]⁵.

Da mesma forma, os vocábulos derivados de bases com [o] e [ɔ] tônicos, na pretônica teriam [u], (f[o]rça / f[ɔ]rça → f[u]rçar), o que eliminaria o contraste entre <morar> e <murar>, por exemplo, uma vez que, segundo os autores, as tônicas [i] e [u] (s[u]bo, v[i]vo) não alternariam com outras vogais em contexto não acentuado (respectivamente, s[u]bir, v[i]ver).

Em síntese, na posição pretônica, em PE, haveria dois graus de abertura: três vogais altas – [i, i, u] – e uma vogal média [ɐ], que alterna com [a] tônico (p[a]go → p[ɐ]gar).

a) Série das anteriores

Percebe-se que, na série das anteriores, anulou-se a oposição entre as médias [e, ɛ], havendo redução do quadro em favor de uma vogal alta, central e fechada, [i]. Sendo assim, a oposição que antes se fazia entre as vogais [e, ɛ] e [i], faz-se agora entre [i] e [i], fato que distancia o PE atual do Português clássico.

b) Série das posteriores

Já na série das médias posteriores, o fenômeno da redução agiu de maneira mais profunda. A perda de oposição entre as posteriores médias [ɔ, o] deu-se completamente na direção da vogal alta [u], resultando assim na neutralização entre as médias e a alta, e ficando a série representada somente pela vogal [u], fato que distancia ainda mais a caracterização do PE atual do Português clássico, no tocante ao vocalismo.

A figura a seguir serve como exemplificação do *status* atual das vogais pretônicas em PE:

⁵ Utiliza-se, aqui, a forma de indicação da sílaba acentuada utilizada por Mateus; Andrade (2000).

Pretônicas em PE, segundo Mateus; Andrade (2000)		
[i] mirar	[i] pegar [pɨ gár]	[u] murar/morar
	/ɐ/ pagar [pɛ gár]	

Figura 3 Pretônicas em PE, segundo Mateus; Andrade (2000).

3. METODOLOGIA

A análise dos dados será desenvolvida com base na Sociolinguística Variacionista Laboviana. As amostras de fala foram retiradas do *site* do projeto Análise Contrastiva de Variedades do Português (VARPORT)⁶ e correspondem a gravações (entrevistas do tipo DID) com duração média de cinco minutos cada (conteúdo em torno de 700 palavras). De acordo com o tempo de gravação, cada entrevista rendeu, em média, um valor aproximado de 60 ocorrências.

A testagem comporta 48 falantes: 24 representativos do PB (12 homens e 12 mulheres) e 24 do PE (12 homens e 12 mulheres), distribuídos por três faixas etárias (1- de 18 a 35 anos, 2 – de 36 a 55 anos e 3 – de 56 em diante) e por dois períodos diferentes: décadas de 1970 e 1990 do século XX. Todos são representantes da variedade culta (nível de 3º grau). Os brasileiros são naturais (e residentes) da cidade do Rio de Janeiro e os portugueses, naturais (e residentes) de Lisboa ou localidades próximas.

Com base em observação minuciosa dos dados e em outros estudos sobre o tema, resolveu-se não levar em conta para a análise as vogais que se encontram em hiatos e ditongos.

O *corpus* do Português do Brasil conta com 1613 dados (775 da década de 1970 e 838 da década de 1990) de vogais pretônicas anteriores e posteriores. O *corpus* do Português europeu conta com 1912 dados (964 da década de 1970 e 948 da década de 1990) de vogais pretônicas anteriores e posteriores.

3.1. Descrição das variáveis

(a) Variável dependente

A variável dependente ficou diferentemente configurada em cada uma das variedades, conforme se define a seguir:⁷

⁶ <http://www.letas.ufrj.br/varport/>.

⁷ A exemplificação obedece à seguinte norma: PE=Português Europeu, PB=Português do Brasil; 70 = década de 1970, 90 = década de 1990; H = homem, M = mulher, 1, 2, 3 = respectivamente, faixas etárias 1, 2 e 3.

- (i) No PB: vogal <e>, vogal <o>. A análise terá como valor de aplicação o alteamento.
- (ii) No PE: vogal <e>, vogal <o>. A análise terá como valor de aplicação o cancelamento.

(b) Variáveis independentes

Conforme já registrado em Weinreich, Labov; Herzog (2006 [1968]), como em outros trabalhos sociolinguísticos, o estudo conjunto dos fatores estruturais da língua – linguísticos – e dos fatores sociais – extralinguísticos – faz-se mister em um trabalho que investiga a variação.

Para este estudo, definiram-se nove variáveis, sendo sete para o estudo de ambos os *corpora* – cinco de natureza linguística (*contexto antecedente, contexto subsequente, nasalidade, classe de palavras e natureza e tonicidade da sílaba subsequente*) e duas de natureza extralinguística (*faixa etária e gênero*) – e duas de natureza estrutural para a observação de características peculiares ao PE: *estrutura da sílaba em que ocorrem <e> e <o> e posição da sílaba no vocábulo*.

Como principais hipóteses, acredita-se que, no PB, os mais jovens estejam tendendo a mostrar retração no uso das variantes alteadas e, em PE, inversamente, os mais jovens estejam apresentando tendência a cancelar a vogal.

A pesquisa conta com o auxílio do pacote computacional de programas VARBRUL (PINTZUCK, 1988), especializado para a análise estatística das variáveis linguísticas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, será realizada a análise de <e> e, em seguida, a de <o>, observando-se, em conjunto, as décadas de 1970 e 1990, em cada variedade. Cabe lembrar que se objetiva determinar os fatores que condicionam (a) o alteamento no Português do Brasil e o (b) cancelamento no Português Europeu. Para este artigo, selecionaram-se os principais fatores, priorizando-se o que há de comum entre as diferentes décadas.

4.1. O alteamento das pretônicas no Português do Brasil

4.1.1 A vogal <e>

A) No corpus 1970

No quadro a seguir, expõem-se os resultados obtidos na rodada mais significativa em que se confrontaram as variantes [i] e [e], e que teve como valor de aplicação o alteamento.

Quadro 1 Índices relativos ao alteamento de <e> no *corpus* de PB da década de 1970.

ALTEAMENTO DA VOGAL ANTERIOR / PB 1970					
GRUPOS DE FATORES SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Contexto antecedente	1°	113/439	26	.16	.013
Altura da vogal da sílaba subsequente	2°				
Contexto subsequente	3°				
Faixa etária	4°				

B) No corpus 1990

Na década de 1990, percebe-se praticamente a manutenção tanto da frequência de 70 (25%/26%) quanto da ordem de importância dos grupos de fatores selecionados (cf. Quadro 2, a seguir), à exceção do quarto, que, em 70, é de natureza social e em 90, de natureza linguística.

Quadro 2 Índices relativos ao alteamento de <e> no *corpus* de PB da década de 1990.

ALTEAMENTO DA VOGAL ANTERIOR / PB 1990					
GRUPOS DE FATORES SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Contexto antecedente	1°	114/448	25	.13	.000
Altura da vogal da sílaba subsequente	2°				
Contexto subsequente	3°				
Classe de palavras	4°				

A variável *contexto antecedente*, tanto em 1970, quanto em 1990, revela o contexto *ataque vazio* como o que mais favoreceu o alteamento da média anterior (p. r. .91 e .92, respectivamente), em palavras como *enorme* e *esportes*. As alveolares sibilantes também se mostram bastante influentes (respectivamente, p. r. .58, em 1970 e .73, em 1990), em palavras como: *desespero*, *insegurança*.

Em ambas as décadas, a presença do traço [+ alto] na vogal da sílaba subsequente configura-se como fator atuante, com índices bastante expressivos (p. r. .78, na década de 1970, e .72, na de 1990), em itens como: *parecido*, *insegurança*.

A variável contexto subsequente também se mostrou atuante para o alteamento das anteriores nas duas décadas observadas; as fricativas palatais em *coda* mostraram-se como o contexto mais atuante (*estáveis*, *vestir*), com p. r. em torno de .85. Neste caso, por assimilação regressiva. As palatais em ataque destacam-se também para ambas as décadas (*mexido*, *senhora*), com p. r. em torno de .70.

Já *classe de palavras*, selecionada pelo programa computacional apenas para a década de 1990, apresentou, tanto em 1970, quanto em 1990, a classe dos nomes (substantivos e adjetivos) como menos suscetível à incidência de alteamento de <e>, com *input* .36, do que a classe dos não nomes (demais classes de palavras), que mostrou *input* .67.

Faixa etária destacou-se apenas na década de 1970. O cruzamento com a variável Gênero, mostrou que os homens mais jovens encabeçavam a tendência ao alteamento de <e> na referida década. A seguir, o gráfico que representa a variável faixa etária:

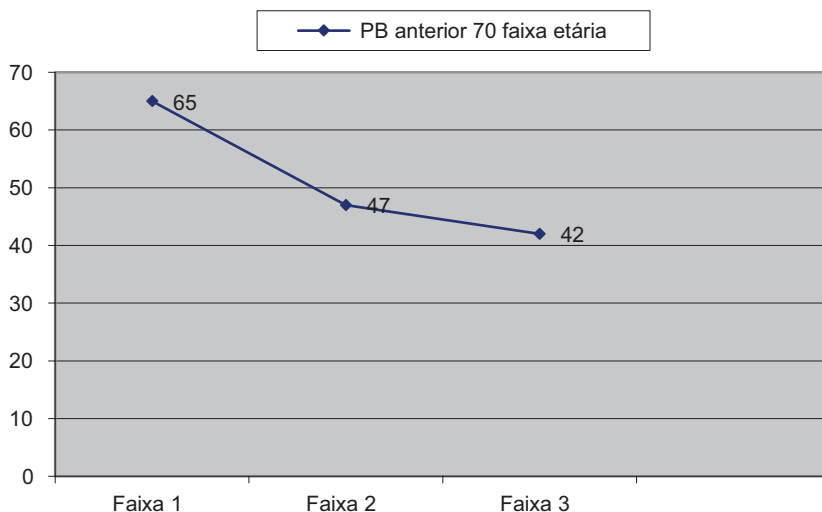


Gráfico 1 Atuação, com base em pesos relativos, da variável *Faixa etária* para o alteamento de <e> no PB 1970.

Duas décadas após, a tendência verificada na fala dos jovens dos anos de 1970 não se confirmou, pois, em 1990, os maiores índices de alteamento de <e> encontram-se na faixa 3, sendo que ainda se nota a preponderância do fenômeno na fala masculina (Gráfico 2).

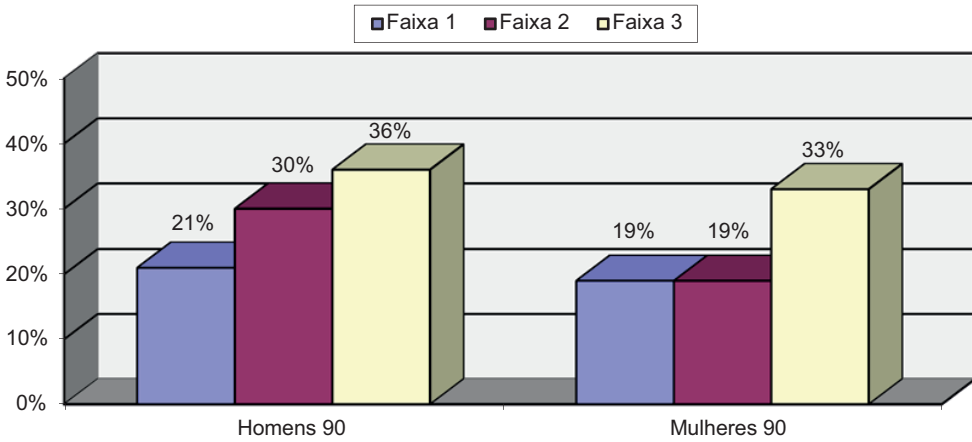


Gráfico 2 Alteamento de <e> segundo Faixa etária e Gênero na década de 1990 em PB.

4.1.2. A vogal <o>

Como se pode observar, respectivamente, nos Quadros 3 e 4, a atuação das variáveis que condicionam o alteamento de <o> revela similaridades nas décadas de 1970 e 1990, sendo que uma delas (*nasalidade*) só foi selecionada em 70 e outra (*faixa etária*), apenas em 90.

Para *faixa etária* (selecionada apenas na década de 1990), o estudo em tempo aparente demonstra, quanto ao alteamento de <o>, tendências que também se percebem para <e>. Vinte anos depois, os jovens tendem a altear menos que adultos e idosos e a faixa 3 apresentou os maiores índices de aplicação da regra.

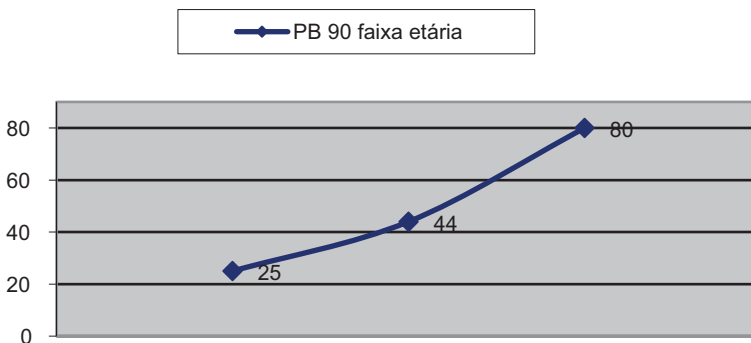


Gráfico 3 Alteamento de <o> com base em pesos relativos, 1990.

A seguir, apresenta-se a análise dos fatores linguísticos e informações sobre a disposição das variáveis mais atuantes.

A) No corpus 1970**Quadro 3** Índices referentes ao alteamento de <o> no *corpus* de PB 1970.

ALTEAMENTO DA VOGAL POSTERIOR / PB 1970					
GRUPOS DE FATORES SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Contexto antecedente	1ª	95/325	29	.16	.012
Classe de palavras	2ª				
Altura da vogal da sílaba subsequente	3ª				
Nasalidade	4ª				

(B) No corpus 1990**Quadro 4** Índices referentes ao alteamento de <o> no *corpus* do PB 1990.

ALTEAMENTO DA VOGAL POSTERIOR / PB 1990					
GRUPOS DE FATORES SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Faixa etária	1º	85/377	23	.09	.000
Classe de palavras	2º				
Contexto antecedente	3º				
Altura da vogal da sílaba subsequente	4º				

Em *contexto antecedente*, as consoantes **velares** (*co*berto, *co*légio), que têm os traços [+ alto, + posterior], foram as que atingiram os pesos relativos mais altos (em torno de .70); em seguida, as **labiais** (*bo*nito, *po*rtuguês), que, por seu ponto de articulação, facilitam a produção das posteriores (que marcam em torno de .60).

A harmonização vocálica, refletida na *altura da vogal da sílaba subsequente*, atua significativamente nas duas décadas. Em relação à *classe de palavras*, a mesma tendência registrada para o alteamento de <e> verifica-se em re-

lação a <o> nas duas décadas: nos não nomes (conjunções, pronomes, advérbios e verbos) o alteamento incide com mais frequência (com p. r. em torno de .60).

O fator *nasalidade*, selecionado pelo VARBRUL apenas na década de 1970 (com p. r. .53), comportou-se como inibidor da elevação de <o> (tendência observada nas duas décadas e também em PE), ocorrendo em palavras como: *conheceram*, *acontecia*.

4.1. O cancelamento das pretônicas no Português Europeu

4.2.1 A vogal <e>

No corpus 1970

A análise referente à década de 1970 revelou o cancelamento em 13% dos dados, tendo-se mostrado relevantes para a implementação do processo quatro grupos de fatores, dois de natureza social – *gênero* e *faixa etária* – e dois de cunho linguístico – *estrutura da sílaba em que ocorre <e>* e *contexto antecedente*, conforme se verifica no Quadro 5.

Quadro 5 Índices relativos ao cancelamento de <e> no corpus de PE da década de 1970.

CANCELAMENTO DA VOGAL ANTERIOR / PE 1970					
GRUPOS SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Gênero	1°	69/530	13%	.11	.005
Estrutura da sílaba em que ocorre <e>	2°				
Contexto antecedente	3°				
Faixa etária	4°				

No corpus 1990

Na década de 1990 (Quadro 6), houve um significativo aumento no índice de cancelamento (21%), tendo-se mostrado relevantes cinco variáveis, todas de natureza linguística, entre as quais duas das selecionadas para a década de 1970.

Quadro 6 Índices relativos ao cancelamento de <e> no *corpus* de PE da década de 1990.

CANCELAMENTO DE <e> / PE 1990					
GRUPOS SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Contexto subsequente	1º	121/567	21%	.22	.037
Classe de palavras	2º				
Estrutura da sílaba em que ocorre <e>	3º				
Contexto antecedente	4º				
Posição da sílaba no vocábulo	5º				

As estruturas silábicas que mais se mostraram favorecedoras do cancelamento foram as que contêm palatal em coda ou ataque complexo (p. r. .65) e consoante líquida travando sílaba (p. r. .62), respectivamente nas décadas de 1970 e 1990 (*perceber*, *preferível*, *questão*). Em contexto antecedente, as alveolares não sibilantes (p. r. em torno de .60) e as labiais (p. r. .55) são destaque em ambas as décadas (*apresentação*, *peço*).

Quanto à posição da sílaba no vocábulo, as posições 1 (*depois*) e 2 (*necessário*) à esquerda da tônica mostraram-se como as mais proeminentes em relação ao cancelamento de <e>. A variável classe de palavras mostrou-se, ao final da análise, mais relacionada a itens lexicais que revelam ambiente propício para o cancelamento, tanto em contexto antecedente, quanto em contexto subsequente (*especialmente*, *depois*, *imediatamente*). Nesta última, destacam-se as alveolares sibilantes, com p. r. .72 em 1990 e maior porcentagem – 19% – em 1970 (*desenho*).

Tabela 1 Atuação da variável *Gênero* no cancelamento de <e> no PE 1970 e 1990.

GÊNERO / PE	DÉCADA 1970			DÉCADA 1990		
	OCO.	%	P. R.	OCO.	%	P. R.
Mulher	46/206	22%	.69	66/288	23%	
Homem	23/324	7%	.38	55/279	20%	

Gênero, das quatro variáveis atuantes em 70, foi a que se mostrou mais relevante, o que demonstra que as mulheres tendem mais ao cancelamento (p. r. .69) do que os homens, o que não ocorre na década de 1990, em que os índices referentes à fala masculina (20%) são bem próximos à da feminina (23%)

Quanto à *faixa etária*, na década de 1970, são os mais jovens que implementam o processo (p. r. .63), enquanto, na de 90, o cancelamento já atingiu também a fala da faixa média.

Tabela 2 Atuação da variável *Faixa etária* para o cancelamento de <e> no PE 1970 e 1990.

FAIXA ETÁRIA	DÉCADA 1970				DÉCADA 1990		
	OCO.	%	P. R.		OCO.	%	P. R.
Faixa 1	27/160	17%	.63	Faixas 1 & 2	79/351	23%	
Faixas 2 & 3	42/370	11%	.44	Faixa 3	42/216	19%	

4.2.2 A vogal <o>

A) No corpus 1970

O cancelamento de <o> mostrou-se menos produtivo que o de <e>. Na década de 1970, quatro grupos de fatores destacaram-se: três de natureza linguística e um de natureza social.

Quadro 7 Índices relativos ao cancelamento de <o> no *corpus* de PE da década de 1970.

CANCELAMENTO DA VOGAL POSTERIOR / PE 1970					
GRUPOS SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Gênero	1°	40/406	10%	.10	.018
Estrutura da sílaba em que ocorre <o>	2°				
Classe de palavras	3°				
Contexto subsequente	4°				

B) No corpus 1990

Em 1990, a frequência manteve-se praticamente a mesma, 9%, sendo escolhidas pelo programa apenas duas variáveis de natureza linguística: *contexto antecedente* e *classe de palavras*.

Quadro 8 Índices relativos ao cancelamento de <o> no *corpus* de PE da década de 1990.

CANCELAMENTO DA VOGAL POSTERIOR / PE 1990					
GRUPOS SELECIONADOS	ORDEM DE SELEÇÃO	OCORRÊNCIAS		INPUT	SIGNIFIC.
		NÚMERO	%		
Contexto antecedente	1º	31/364	9%	.08	.001
Classe de palavras	2º				

Sílabas travadas por consoante líquida (*portanto*) e sílabas com consoante líquida em ataque complexo (*professor*) destacaram-se para a aplicação da regra. Em *contexto subequente*, as consoantes labiais [f, m], alveolares [s, z, l] e velares [k, g] foram as que se mostraram mais atuantes. Em *contexto antecedente*, as labiais [p, b] e as alveolares [r] foram as de maior destaque. Os nomes e verbos foram as classes gramaticais de maior incidência para o cancelamento de <o>.

A observação da variável *gênero* em conjunto com *faixa etária* pode mostrar em maior detalhe como atua a variável selecionada. Na década de 1970, maior difusão do fenômeno na fala dos indivíduos mais jovens, entre eles sobressaindo os homens, de qualquer faixa etária. Em 70, as mulheres mais idosas apresentam tão poucos casos de cancelamento que o programa lhes atribuiu 0% de percentual. Já nos anos de 1990, o fenômeno atua de forma mais distribuída entre as faixas, ficando os mais idosos – homens e mulheres – com 6%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise variacionista demonstraram que, no PB, o processo de alteamento parece estar em regressão, sendo significativa a atuação da harmonização vocálica. Já no PE, o cancelamento revelou ser um processo em expansão no âmbito de <e>; entretanto, no que concerne a <o>, manteve-se, em 1990, nos mesmos patamares da década de 1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

MATEUS, Maria Helena Mira; Andrade, Ernesto d'. *The phonology of portuguese*. Oxford: University Press, 2000.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes [Trad. Celso Cunha], 1997.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

CONSTRUÇÕES COM O CONECTOR *ONDE*: observações a partir do uso em contextos formais

GERSON RODRIGUES DA SILVA¹

1. INTRODUÇÃO

O foco deste artigo é o fenômeno da polissemia observada no uso não canônico de *onde*². Visto que a explicação no âmbito dos fenômenos linguísticos requer o conhecimento de parâmetros externos – sejam perceptuais, socioculturais ou pragmáticos –, propõe-se, sob uma visão funcionalista, uma redefinição dos usos desse pronome/advérbio, tendo por base textos dissertativo-argumentativos da sincronia atual, observando-se diferentes contextos em que esses novos usos estão sendo empregados.

O trabalho é produto de dissertação de mestrado, defendida em dezembro de 2002 sob a orientação da professora Silvia Figueiredo Brandão, tendo como pro-

¹ O presente texto é resultado de uma pesquisa em que foi demonstrada extrema paciência por parte da professora Silvia Brandão, a quem dirijo meus agradecimentos. Foi sua forma de agir que me ajudou a construir o profissional que hoje sou, e o que ainda tenho a apresentar à comunidade acadêmica certamente terá a participação de minha eterna orientadora.

² Uma versão estendida deste material será publicada pela EDUFPI.

blema a ser analisado e descrito o uso entendido como vício para alguns, mas expressão de natureza formal para outros. Para isso, serão comparados usos retirados de exame vestibular de acesso à UFRJ em 2001 e outros de exame de avaliação de cursos de ensino superior.

A escolha deste conector como objeto de estudo prende-se ao fato de ele vir sendo usado de forma recorrente tanto na língua oral como na língua escrita – em redações escolares de alunos de Ensino Médio há exemplos em profusão, inclusive. Como se verá, os usos também são comuns em textos de alunos formandos em cursos de graduação. Com o tempo, começou-se a observar que *onde* foi adquirindo valores distintos daquele que lhe é prototípico, ou seja, o de pronome/advérbio relativo, caracterizado por traços como [+ anafórico] e [+circunstancial (locativo)], principalmente.

Os novos usos desse vocábulo, em princípio, poderiam ser considerados típicos da linguagem oral, entretanto há casos cada vez mais comuns em textos escritos do emprego não canônico dessa palavra, o que por si só justificaria uma análise mais aprofundada desses novos valores.

Investigações acerca da polissemia de *onde* como a de Dias (1998) e Oliveira (1997) identificaram valores comuns aos que se encontram neste trabalho, que podem ser exemplificados nas frases:

- 1) O país encontra-se em um estado deplorável, onde [logo] a sociedade vive dividida.
- 2) Essa desigualdade a cada dia aumenta devido a globalização, aonde [pois] cada vez mais se vê pessoas, e uma minoria que detém o capital.
- 3) Este ano, 1998, foi um ano de eleições, inclusive para a presidência, onde [quando] pela primeira vez, vimos a reeleição de um candidato.
- 4) “Uma cultura claramente difundida onde não é a dos pais”.
- 5) A paquistanesa vivia em um ambiente pobre pelos muçulmanos onde é sabido o não respeito.

Exemplos representativos do Português arcaico também foram utilizados para mostrar que não se trata de um fenômeno presente em uma única sincronia, como os listados a seguir:

- 6) Todos m’entendem já mia morte onde eu ei a morrer. [Todos me notam a morte {da qual} hei de morrer.]
- 7) (...) e cousa que semelhe minha linhagem e aaqueles honde eu venho. [e cousa que se assemelhe a minha linhagem e àqueles {de onde} venho.]

A partir de dados como os apresentados, percebeu-se que o comportamento desse pronome/advérbio pode ser, na verdade, estável, apresentando sempre va-

riações que representariam usos não canônicos. Pelo que se observará no transcurso deste trabalho, seu funcionamento está cada vez mais ligado ao de conectores com papel argumentativo, revelando uma polivalência crescente.

Onde, em sua significação canônica, prototípica, apresenta as características comuns a pronomes relativos – substituindo sintagmas em orações relativas –, advérbios – funcionando como adjunto adverbial de lugar, nessas mesmas orações – e, com seus novos valores, a conjunções – uma vez que serviria para ligar sentenças, estabelecendo vínculo argumentativo entre elas.

Dessa forma, o termo estaria sofrendo uma espécie recategorização sintática, processo mediante o qual um item lexical muda suas propriedades gramaticais que o incluem em uma determinada classe para integrar-se em outra, conforme a sequência: Categoria Maior (Nome, Verbo, Pronome) > Categoria Mediana (Adjetivo, Advérbio) > Categoria Menor (Preposição, Conjunção).

A possibilidade de ocorrer uma trajetória como a descrita anteriormente, em que o vocábulo, a partir de um sentido mais concreto, assume valores mais abstratos, será observada nesta pesquisa; acredita-se que o vocábulo, inicialmente com valor espacial, sofra uma contínua abstratização, até assumir valores discursivo-textuais.

Inferre-se que o termo, levando em conta essa abstratização, assumiria três tipos diferentes de relações frasais, atuando internamente na oração – ao exercer a função de adjunto adverbial –, estabelecendo relações entre orações e, finalmente, estabelecendo relações entre períodos e parágrafos, demonstrando uma abrangência maior dos usos desse elemento de conexão.

Entende-se, também, que essas relações mais abstratas tendem a ser estabelecidas a partir de usos que levem em consideração as realizações do termo quando se distancia de seu referente, ou mesmo quando acumula conteúdos circunstanciais.

Tomando por base a ideia de que, para se agruparem em classes, as palavras necessitam compartilhar determinadas características, consideraram-se traços das conjunções citadas para o estabelecimento de possíveis relações semânticas com o conector *onde*. Para entender essas relações, poder-se-iam levar em conta pressupostos da teoria dos protótipos, como menciona Barreto (1999):

Tomando por base a Teoria dos Protótipos, pode-se dizer que existem, em português, vocábulos que pertencem **mais** ou **menos** a determinadas categorias gramaticais. No que se refere às conjunções, por exemplo, pode-se afirmar não haver uma separação nítida entre conjunções coordenativas e subordinativas, mas um contínuo que vai da coordenação perfeita à subordinação por excelência, havendo, em cada grupo de conjunções, os protótipos, isto é, as que preenchem as características básicas de cada grupo. (BARRETO, 1999, p. 75)

Outra proposta para a análise dos itens é a teoria do deslizamento semântico de Heine *et alii* (1991), em que se afirma estarem as formas continuamente associadas a novos significados progressivamente mais abstratos, partindo da noção de espaço, podendo ou não passar pela noção de tempo, até alcançar a categoria mais abstrata de texto.

2. A PERSPECTIVA DIACRÔNICA

Com base nas análises diacrônicas que levam em conta o comportamento do vocábulo *onde*, entende-se que o valor de conector lógico de delimitação subespecificado pela circunstância de lugar não era exclusivo a um único vocábulo. Esse valor, além de caracterizar o uso de *onde* (do latim *unde*) – que levava em conta o ponto de que alguém procedia –, também era atribuído à forma *u* (do latim *ubi*) – ponto em que alguém estava. Sabe-se que as duas formas concorreram durante determinado tempo, até que *onde* prevaleceu, acumulando os valores da forma *u*.

Com base nas análises de textos do Português arcaico, entende-se que os dois termos eram utilizados com significados que extrapolavam seu valor locativo canônico, o que já indicava um caráter polivalente dos termos.

Das análises e descrições feitas por Huber (1932, p. 197), observa-se que um caráter polifuncional do termo delineava-se de forma tal que o vocábulo podia referir-se a termos de valor não locativo, como pessoas e coisas, correspondendo aos usos atuais de *que* e seus derivados, além de acumular seu valor espacial.

Os exemplos que seguem ilustram parte desses significados.

(1) “*Todos m’entendem já mia morte onde ei eu a morrer.*”

[*Todos me notam já a morte da qual hei de morrer.*]

(2) “*(...) e cousa que semelhe mynha linhagem e aaqueles honde eu venho.*”

[*e cousa que se assemelhe a minha linhagem e àqueles dos quais venho.*]

Nos exemplos anteriormente, a palavra *onde* é sempre um conector que apresenta valor anafórico, sem, no entanto, apresentar um valor circunstancial, característica básica de seu uso prototípico.

No exemplo que segue, *u* representa o valor canônico sincrônico do termo:

(3) *Irei ala fonte u vam os cervos do monte.*”

[*Irei à fonte aonde vão os cervos do monte.*]

Também com noção locativa usava-se o conector lógico de delimitação *d’u* ou *du* (*de ubi*), que se empregavam com os significados de *onde* e *donde*, funcionando como derivações dos significados base, como no trecho:

(4) “*O mundo d’u foi mia senhor.*”

[*O mundo donde foi minha senhora.*]

As descrições de Nunes (1981, p. 154, 158, 338) corroboram as de Huber (1937) além de observar novos valores para os dois termos do sistema – tanto *u* como *onde* –, que poderia apresentar valor conclusivo (*por isso*) – no caso de *onde* – e temporal (*quando e enquanto*) – no caso de *u* e *du*. Os exemplos a seguir ilustram esses significados:

(5) “(...) *Mal-dia non morri enton,*

ante que tal coyta levar

qual leuo! que non uj mayor

nunca, ond ‘estou a paour

de mort[e] ou de lh’o mostrar

Mattos e Silva (1989, p. 247), com base na análise de *corpora* constituídos de diversos textos do Português arcaico (do século XIII), analisa os diferentes usos de *hu* e *onde*. De acordo com seus dados, a autora afirma que:

(...) o sistema analisado é constituído basicamente de dois termos:

hu e *onde*, sendo o elemento semanticamente não marcado *hu*, que expressa tanto o **ponto** em que como o ponto a que e associado à preposição *per* indica o ponto através de **que**; e *onde*, o elemento marcado, que tem como traço semântico básico o ponto a partir de que, quer espacial, quer nacional, quer temporal, quer possessivo, quer contextual. É de notar também que, tanto um como outro elemento do sistema, embora basicamente locativos, podem funcionar como temporais. Do ponto de vista sintático, a distribuição mais comum desses elementos é a de Restritivo, o que é explicável pelo tipo de narrativa, da mesma forma que a marcante incidência de *onde* conclusivo decorre do discurso argumentativo de certas passagens da obra.

Com base nas observações sob uma perspectiva diacrônica sobre os empregos sintático-semânticos de *onde*, pode-se formular a hipótese de que, sincronicamente, esse apresente os mesmos valores que acumulava no Português arcaico, voltando a exercer funções que lhe eram próprias, por um processo de mudança que se deu através dos tempos, ou apenas represente usos que sempre lhe foram comuns, mas que não se privilegiavam hoje pela norma.

Numa perspectiva similar às de Huber (1937) e Nunes (1981), Camara Jr. (1979, p. 117-120) atesta que, no sistema de locativos interrogativos, havia uma distinção entre os que indicavam situação – em que deveria ser usado *ubi* –, a proveniência (*unde*) e a direção (*quo*). De acordo com o autor, na transição do sistema latino para o Português, houve uma substituição dos vocábulos, mantendo-se, no

entanto, as mesmas ideias. Ele afirma que a partícula *ubi* aparece no Português arcaico sob a forma *u*, mas a forma *onde* acabou sendo a adotada para a noção de situação, e o acréscimo das preposições *de* e *a* lhe confeririam a noção de proveniência e direção (*aonde*, *donde*), nesses casos, já com emprego de relativo.

O autor postula que, do ponto de vista funcional, há uma frequente utilização do advérbio para enunciações em sequência. Assim, alguns se fixaram como conjunções coordenativas, outros teriam uma distribuição nítida como conjunções e como advérbios. O caso de *onde* é típico já que apresenta traços que o incluem tanto na classe dos advérbios quanto na das conjunções.

Camara Jr. (1986, p. 208) refere-se a *onde* como forma oblíqua que funcionaria como relativo ao lado de *que*. Seu papel seria o de complemento circunstancial de lugar, que se aglutina com as preposições *a* e *de* (*aonde* e *donde*), deixando clara a função de pronomes/advérbios.

3. CATEGORIZAÇÃO E PROTOTIPICIDADE

Bybee (2016, p. 26) explica que damos o nome de categorização ao emparelhamento de identidades entre palavras e sintagmas – algo que ocorre quando falamos do vocábulo em estudo –, o que nos leva à tentativa de confirmar seu estatuto nos usos que apresenta em textos orais e escritos. Nessa perspectiva importa também mencionar os estudos sobre prototipicidade, nos quais se focalizam mudanças que ocorrem nos traços que compõem uma unidade, trazem luz a esse entendimento. De acordo com Barreto (2000, p. 75), tomando por base a Teoria dos Protótipos, “pode-se dizer que existem, em português, vocábulos que pertencem mais ou menos a determinadas categorias gramaticais”, algo observado com a palavra aqui em estudo.

Taylor (1995, p. 80) afirma que ser membro de uma categoria prototípica é uma questão de gradiência. Dessa forma, a possibilidade de categorização de um item lexical se dá a partir dos seguintes pressupostos:

- a) Há membros centrais e periféricos de uma categoria.
- b) Há diferentes graus de não associação a uma categoria.
- c) Os limites de uma categoria são flexíveis.
- d) As categorias podem ser redefinidas por uma seleção eventual de reavaliação de atributos.

Geearts (2006, p. 146) também explica que categorias prototípicas exibem uma família estrutural, ou mais geral; sua estrutura semântica toma a forma de sentidos sobrepostos. As categorias estruturadas na base da prototipicidade são

cognitivamente eficientes, pois, por um lado, têm a vantagem da flexibilidade, que lhes permite adaptarem-se aos vários contextos em que são usadas e integrarem novas entidades como membros mais ou menos periféricos e, por outro lado, tem a vantagem da estabilidade, que proporciona a interpretação de novas experiências (através de protótipos existentes), sem que, para o efeito, seja necessária a criação de novas categorias ou a redefinição de categorias já existentes, e, assim, permite a continuidade da estrutura geral do sistema categorial. A prototipicidade existe porque é cognitivamente vantajosa, porque satisfaz estas duas tendências, aparentemente contraditórias, da cognição humana. Daí que categorias linguísticas sejam tipicamente flexíveis e polissêmicas e daí a continuidade e a mutabilidade de significado das palavras no seu desenvolvimento histórico.

Observando-se os aspectos mencionados anteriormente, acredita-se que os processos de gramaticalização podem ser analisados tendo como suporte a chamada *Teoria dos Protótipos*, que poderia esclarecer em que grau determinado sentido se afasta de seu *domínio fonte*. Pela análise da matriz de traços prototípicos de uma entidade se poderiam estabelecer, de forma mais abrangente, quaisquer sentidos que a estrutura gramaticalizada viesse a apresentar.

Pode-se postular que a aquisição de novos significados se deve à flexibilidade da matriz que compõe a significação de um termo, uma vez que existe a possibilidade de ordenação e reordenação dos traços que formam a matriz do *conceito fonte*.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a análise, levaram-se em conta frases retiradas de um universo de textos do concurso VESTIBULAR 2001 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foram comparados a outros exemplos retirados do ENADE 2015. Além disso, serviram de suporte ocorrências encontradas em textos de aluno do Ensino Médio da rede particular de ensino do Rio de Janeiro. No entanto, tais textos não entraram na quantificação dos dados.

Selecionaram-se do *corpus* frases correspondentes a diferentes valores de *onde* e que foram apresentadas a informantes, com Ensino Médio concluído e com idade que variavam de 16 a 60 anos. Apresentavam-se frases em que havia uma lacuna que deveria ser preenchida ou não com o *onde* e observado o grau de estranhamento pelo seu uso no contexto. Os informantes deveriam preenchê-las com os conectores propostos entre parênteses. Em seguida, solicitava-se aos informantes uma justificativa para cada opção. Nesse teste, os usos eram, de certa forma, induzidos, uma vez que, para o preenchimento de lacunas, apresentavam-se

cinco vocábulos, dentre os quais se encontrava o *onde*, que, em grande parte dos casos, foi a sua segunda opção.

Em princípio, definiram-se os principais traços que caracterizariam o chamado *onde* canônico, para que se fizesse uma avaliação mais clara de suas variações no uso sincrônico. Não se levaram em consideração na análise:

- A) os casos em que *onde* é empregado em sua forma canônica, e
- B) os contextos ininteligíveis, resultantes da falta de habilidade dos falantes com a modalidade escrita da língua.

Sobre o item (b) deve ser feita a seguinte consideração: apesar de os usos de *onde* não canônicos evidenciarem, de certa forma, uma falta de habilidade no uso da língua, sempre havia a possibilidade de substituição desse termo por um outro, que fosse canônico no contexto. Os casos ignorados dizem respeito a uma completa impossibilidade de análise da frase e do sentido de *onde* envolvido.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que *onde*, em seu uso prototípico, apresenta os traços que seguem:

- A) [+ **conector**]: traço considerado básico, visto que *onde* estabelece, normalmente, ligação entre duas orações, introduzindo a chamada oração subordinada adjetiva;
- B) [+ **anafórico**]: a escolha deste traço justifica-se pelo fato de *onde* referir-se a um termo mencionado anteriormente na sentença, substituindo-o na oração que introduz;
- C) [+ **circunstancial (locativo)**]: o *onde* canônico caracteriza-se por sua função adverbial dentro da oração em que se insere, trazendo consigo a noção de espaço concreto. O valor locativo seria uma subespecificação desse traço [+ circunstancial];
- D) [+ **próximo do referente**]: como se afirmou anteriormente, *onde* é um termo de valor anafórico. Deve-se levar em conta que ele se refere à palavra ou ao sintagma que o antecede imediatamente, não devendo existir entre eles um distanciamento que ocasione ambiguidade.
- E) [+ **inter/intrafrástico**]: por meio deste traço, sabe-se que o termo é utilizado apenas no nível das orações (cláusulas), sem desvio para o nível transfrástico. Tal traço revela que, além de estabelecer relação entre orações – revelando seu caráter interfrástico –, o termo exerce função dentre da oração subordinada, justificando o caráter intrafrástico. Os traços foram distribuídos segundo uma hierarquia, de acordo com a qual aqueles considerados mais importantes para a configuração da matriz aparecem primeiro.

5. RESULTADO DAS OBSERVAÇÕES

A observação dos dados retirados dos dois testes de atitudes revela que:

- A) os falantes reconhecem o papel polifuncional de *onde* de tal forma que o utilizam para os mais variados usos, desde o de relativo universal a operador argumentativo;
- B) os usos reconhecidos pelos informantes dos testes coincidem com aqueles encontrados nos dados do *corpus*;
- C) os informantes mais jovens parecem mais propensos a aceitar os novos usos de *onde*, enquanto os mais velhos tendem a ser mais conservadores;
- D) as mulheres tendem a adotar mais que os homens os novos papéis desse conector, sendo as responsáveis pelo alto índice de aceitação de usos não canônicos do termo, tanto no grupo de falantes mais jovens, quanto no grupo dos mais velhos;
- E) dependendo do contexto, os falantes atribuem mais de um valor para esse vocábulo, o que se observa com outros conectores (como *desde que*, *sem que*, etc.), cuja significação varia com o contexto de aplicação.

Dessa forma, entende-se que um estudo mais aprofundado dos novos usos de *onde* em outros contextos se faz necessário, para que se possa medir em que grau esse conector é aceito em outros tipos de texto ou modos de organização do discurso.

Braga (1996, p. 58) salienta que a aplicação de determinadas regras linguísticas depende crucialmente do status informacional dos itens lexicais nela envolvidos; assim, torna-se necessária uma observação em que se levem em conta os mais diferentes contextos possíveis para que se possa justificar uma nova classificação do termo.

Outras variáveis também poderiam ser levadas em conta para uma futura análise do termo tais como as regiões onde é mais empregado, o nível de renda daqueles que se utilizam do termo, profissão, classe social etc, para que se identifique uma possível regularização dos novos usos desse vocábulo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo feito sobre o comportamento do conector *onde* revela que, sincronicamente, esse termo vem sendo utilizado de forma tal que seu escopo de significação tem sido ampliado. Um termo que apresentaria, em princípio, um valor anafórico circunstancial locativo, passaria a estabelecer relações de significado que transcenderiam essa noção inicial, partindo de um valor prototípico como conector lógico de delimitação locativo até alcançar um valor discursivo-textual.

O termo sofreria, gradualmente, um esvaimento semântico que redundaria em valores temporais, de causa e consequência, de contrajunção, entre outros.

Além das observações feitas a partir do *corpus* analisado, testes de atitude levam à comprovação de que os falantes aceitam os novos empregos atribuídos a *onde*, que passa a ser utilizado como conector universal – não apenas um relativo como o *que*. Ao ser aceito pela maioria pela maioria como possuidor de traços que se distanciam daqueles considerados prototípicos, o termo adquire o papel de organizador de ideias em um sentido mais amplo.

Os testes de atitude revelam, também, que há uma maior aceitação dos novos usos de *onde* entre informantes:

- A) situados entre 21 e 40 anos, que constituem boa parte da população ativa;
- B) do sexo feminino, que se mostram, no estudo, mais propensos a aceitar ampliações do significado original do termo.

Tendo em vista a análise dos usos encontrados no *corpus*, que se confirmam nos testes de atitudes propostos, e o julgamento dos falantes nos testes realizados, conclui-se que o termo em estudo configura um bom exemplo de polifuncionalidade, uma vez que assume diferentes papéis na conexão de sentenças: o termo parte de um valor espacial concreto, até chegar a um valor textual, mais abstrato.

Acredita-se que, embora haja bastantes casos em que o termo assume valores não canônicos, não se possa falar em uma estabilidade funcional, pois não se analisaram todas as situações possíveis em que os novos usos poderiam ser encontrados, principalmente em outras sincronias.

Sobre as hipóteses que explicariam o processo de gramaticalização do termo, pode-se concluir que:

- A) a hipótese de um uso do conector, que atua como elemento relacional em três diferentes níveis, parece se confirmar, uma vez que foram localizados os traços [+inter/intrafrástico], em que se considera seu papel de delimitador; [+interfrástico], em que se observam seu valor não delimitador; e, finalmente [+inter/transfrástico], evidenciando seu uso como operador argumentativo.
- B) as hipóteses que levam em consideração derivações nos novos usos do vocábulo não podem se confirmar, pois não se observaram contextos suficientes que justificassem tais considerações.

Dessa forma, propõe-se um estudo em que se considerem mais a fundo diferentes sincronias e se tente observar textos que se aproximem da oralidade – nos casos do Português arcaico –, textos em diferentes modos de organização do discurso – como descrições e narrações, por exemplo –, além de uma observação

mais detalhada de diferentes variáveis como escolaridade e sexo, que possam vir a corroborar as conclusões desta pesquisa e estabelecer novos parâmetros para a análise dos usos desse vocábulo. Uma contribuição de estudos variacionistas enriqueceria as observações sobre os usos do termo. Já se fizeram diversos estudos sobre o tema; entretanto, ainda há o que se discutir, tendo em vista que os sentidos são construídos a partir dos usos linguísticos e, assim, podemos observar que o termo tende a se sistematizar como um conector de natureza poli/multifuncional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. *Fundamentos de gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização na história do Português*. 1999. Tese (Doutorado em letras) – Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 1999. 508 p. mimeo.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise aintática*. 10. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Lucerna, 1992.
- BERNARDO, Sandra. “Novas” funções do pronome/advérbio *onde*. *Anais do IV Congresso da ASSEL-Rio*. Niterói: UFF, p. 236-245, 1995.
- BRAGA, Maria Luiza. Os condicionamentos discursivos. In: *Introdução à Sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro: Cadernos Didáticos UFRJ, 1995.
- BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão. 1979.
- _____. *Dicionário de Linguística e gramática*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, Clementina da Silva. O valor multifuncional do pronome relativo *onde*. In: *Estudos da linguagem: atualidades e paradoxos*. Rio de Janeiro: ASSEL – Rio/UFRJ/FAPERJ, p. 21-27, 1998.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica *et al.* A Interação Sincronia /Diacronia no Estudo da Sintaxe. *D.E.L.T.A* (15), 1, p. 85-111, 1999.
- HEINE, Bernd *et al.* *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul J; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.

HUBER, Joseph. *Gramática do Português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.

ILARI, Rodolfo. *Um roteiro funcional para o estudo das conjunções*. mimeo. 1996.

KATO, Mary. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 223-261.

KATO, Mary *et al.* As construções-Q no Português falado: perguntas clivadas e relativas. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. *Gramática do Português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, v.6, 1996, p. 303-368.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros Irradiantes SA, 1973.

_____. *Lições de análise sintática*. 14. ed. Rio de Janeiro: Livros Irradiantes S.A, 1973.

MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al.* *Gramaticalização no Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina. Maia; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2010.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, p. 130-148, 1948.

NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções causais. In: _____ (org.). *Gramática do Português falado*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999, p. 461-496.

NUNES, José Joaquim. *Crestomantia Arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1981.

PEZATTI, Erotilde. O advérbio então já se gramaticalizou como conjunção? *D.E.L.T.A* 17:1, 2001, p. 81-95, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

SILVA, Augusto Soares da. *Linguística cognitiva, uma breve introdução*. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga, 2010.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TARALLO, Fernando. *Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o Português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX*. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 69-102.

TAYLOR, John. *Linguistic categorization*. 2. ed. New York: Oxford, 1995.

O ATLAS LINGUÍSTICO DO AMAZONAS – ALAM

MARIA LUIZA DE CARVALHO CRUZ-CARDOSO¹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta, em linhas gerais, o desenvolvimento do Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), desenvolvido como tese de Doutorado na UFRJ e apresentado no ano de 2004. O ALAM ainda se encontra em fase de publicação e tem uma grande importância para a região, por ser o primeiro trabalho a ser desenvolvido no âmbito da Geolinguística Pluridimensional no Amazonas, considerando a ausência de pesquisas dialectológicas nessa área. O atlas foi desenvolvido na perspectiva da Geografia Linguística e da Sociolinguística Va-

¹ O ALAM era um sonho meu, de caráter acadêmico, quase impossível de ser realizado, devido à grande extensão territorial do Amazonas. Ao desembarcar no RJ, proveniente de Manaus, procurei, meio sem esperança, a Professora Silvia Brandão, para me orientar na elaboração do Atlas. Para minha surpresa, a Professora me recebeu com imensa disponibilidade e, sem me conhecer, acreditou que eu poderia realizar esse Projeto, sozinha, no Curso de Doutorado. A ela, minha imensa gratidão, pela brilhante orientação que recebi, pela credibilidade que em mim depositou para a execução deste Projeto e por ter sido minha grande companheira nesta viagem dialetal pelo Amazonas.

riacionista, preocupando-se em controlar, de forma sistemática, as variáveis gênero e faixa etária.

Para tanto, foram selecionados nove municípios de maior representatividade para o Amazonas, segundo critérios de natureza histórica, geográfica, demográfica e socioeconômica. Foram também considerados 06 pontos de inquérito, dos 16 sugeridos por Nascentes (1958) para o Amazonas; 02 pontos de inquérito sugeridos pelo Projeto do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB e a divisão político-administrativa do Estado, de 05/10/1989, que o segmentou em 9 microrregiões homogêneas, com base nas bacias hidrográficas dos principais afluentes do Rio Amazonas. Manaus não foi selecionada, por ser a capital do Amazonas e nela se concentrar a grande maioria do contingente populacional do Estado, o que demandaria uma pesquisa mais ampla de cunho sociolinguístico. Foram, então, selecionados os seguintes municípios: Barcelos (Microrregião do Alto Rio Negro), Tefé (Microrregião do Juruá-Solimões-Juruá), Benjamin Constant (Microrregião do Alto Solimões), Eirunepé (Microrregião do Juruá), Lábrea (Microrregião do Purus), Humaitá (Microrregião do Madeira), Manacapuru (Microrregião do Rio Negro – Solimões), Itacoatiara (Microrregião do Médio Amazonas) e Parintins (Microrregião do Baixo Amazonas), conforme figura a seguir:



Figura 1 Mapa dos Pontos de Inquérito do ALAM.

2. METODOLOGIA

Foram entrevistados 06 informantes por ponto de inquérito, totalizando 54, sendo um homem e uma mulher, em cada uma das seguintes faixas etárias: 18-35 anos, de 36-55 anos e 56 em diante. Os informantes tinham, no máximo, até a 4ª série do Ensino Fundamental; eram naturais das localidades selecionadas e tinham pais e cônjuges da região em estudo. Observou-se, também, o fato de não terem se afastado da localidade por mais de um terço de suas vidas.

Foi elaborado um questionário com 483 questões, divididas em duas seções: questionário fonético-fonológico (QFF), com 156 questões, e questionário semântico-lexical (QSL), com 327 perguntas. As questões foram elaboradas com base em trabalhos que versavam sobre agricultura e pesca, nos questionários dos atlas já publicados e em algumas questões do Projeto ALiB.

O ALAM dispõe de um programa computacional específico, denominado ALAM/ MVL (Mapeamento de Variação Linguística), com um banco de dados que permite inserir todos os conceitos, dados dos informantes, das localidades e todas as respostas obtidas, tanto fonéticas quanto lexicais. Para o QFF, o programa oferece um conjunto de símbolos do IPA, e, para o QSL, uma simbologia de caracteres, selecionados da fonte *wingdings 2*. Todos os dados foram inseridos no programa computacional, obtendo-se um total de 18.324 registros.

No QFF, procurou-se observar todos os fenômenos que dizem respeito às realizações dos fonemas vocálicos em todas as posições do vocábulo e foram também elaboradas questões privilegiando a redução dos ditongos /ey/ a [e] e /ow/ a [u]. Observou-se, ainda, outro importante fenômeno que existe na fala da Amazônia, que é o alteamento da vogal tônica /o/ para [u], em qualquer posição no vocábulo, como em “tudo” [‘todo]. Quanto aos fonemas consonantais, entre outros aspectos, procurou-se registrar a realização das vibrantes, das laterais e do /S/, em todos os contextos. A seguir, apresenta-se um exemplo de Carta Fonética:

MAPA 02

Atlas Lingüístico do Amazonas - ALAM
Carta Fonética

Pires
QFF/156

Carta 107

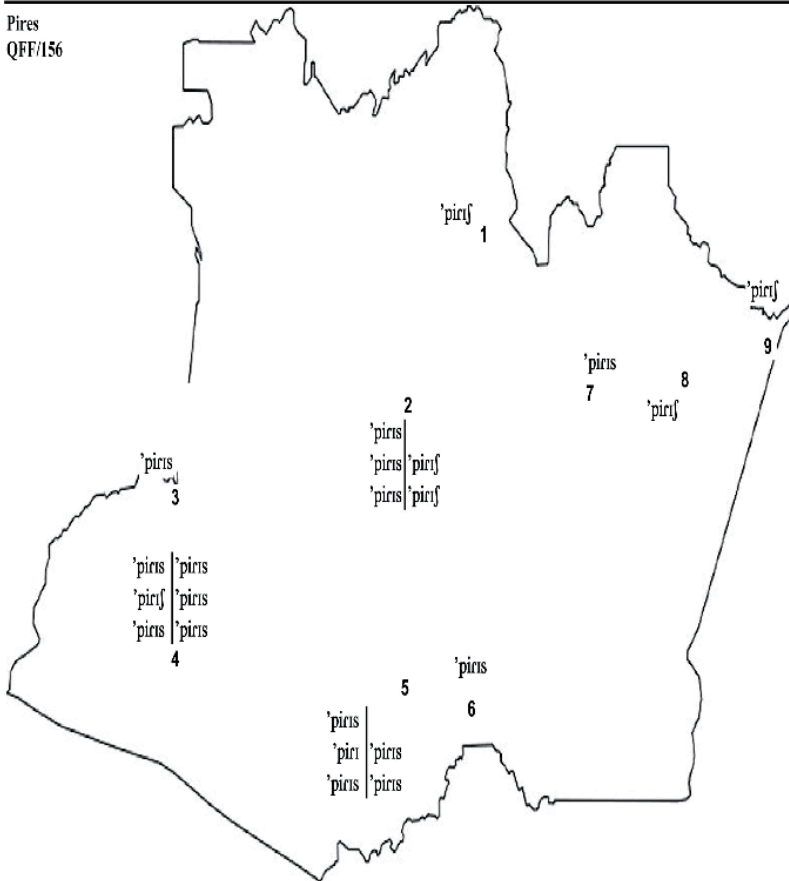


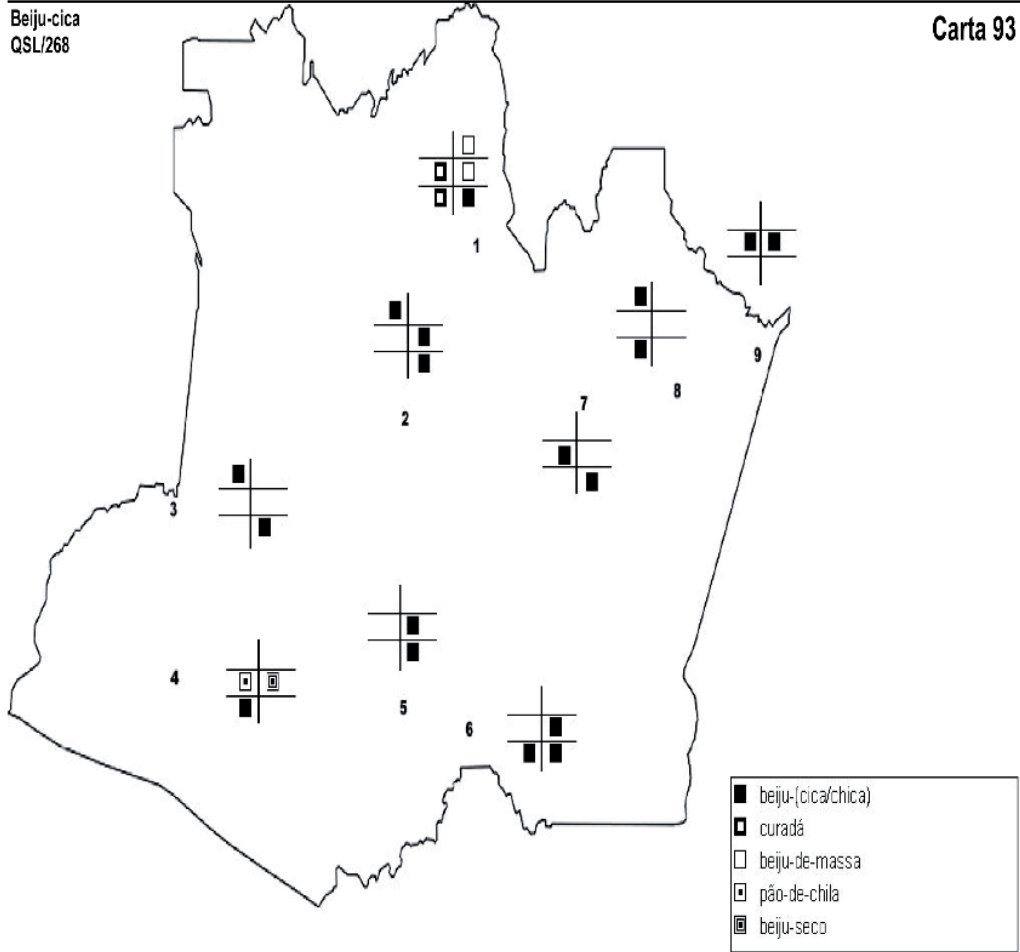
Figura 2 Exemplo de Carta Fonética da realização do /S/.

O QSL foi dividido em três campos semânticos: Meio Físico, Meio Biótico e Meio Antrópico. O Meio Físico abrangeu questões sobre a terra e os rios, e fenômenos atmosféricos; no Meio Biótico, contemplaram-se questões sobre a fauna e a flora; e no Meio Antrópico, questões relativas ao homem, atividades de produção (agricultura, caça e pesca, meios de transporte fluvial). A seguir, segue um exemplo de Carta Semântico-Lexical:

MAPA 03

Atlas Lingüístico do Amazonas - ALAM
Carta Semântico-LexicalBeiju-cica
QSL/268

Carta 93



Alimento feito de massa de mandioca ralada sem a casca e sem a pele.

Figura 3 Exemplo da Carta Semântico-Lexical.

Essa carta faz parte das questões relativas ao Meio Antrópico, na parte que se refere à agricultura. Foram investigados os itens lexicais utilizados na roça, quanto ao cultivo da juta e da mandioca, tendo em vista que esse tipo de agricultura é característico da região em foco.

Além dos questionários, foram realizadas elocuições livres, semidirigidas, que foram transcritas posteriormente por alunos bolsistas PIBIC/UFAM e constituem, hoje, um banco de dados disponível para a consulta e a realização de diversos estudos, não só fonéticos ou lexicais, mas também morfossintáticos, prosódicos etc.

As questões do ALAM culminaram na elaboração de 257 cartas linguísticas, sendo 107 cartas fonéticas e 150 cartas semântico-lexicais. O Atlas é apresentado em dois volumes: o primeiro contendo uma introdução de caráter metodológico e o segundo, as cartas².

Foram, ainda, elaboradas 41 cartas especiais, denominadas de Derivadas (DER), resultantes da reunião de respostas:

- a) Oriundas de questões do QFF.
- b) Oriundas de questões do QFF e do QSL.
- c) Oriundas de questões do QSL.
- d) Oriundas de questões do QSL – Meio Biótico.

Algumas delas registram diferentes itens lexicais para um mesmo conceito; outras retratam diversidade biótica ou etnográfica regional. Essas cartas devem ser lidas da seguinte forma:

- a) Indica-se à esquerda, a seguir do conceito, e após a sigla DER, já referida, o tipo de questionário e número das perguntas que lhes deram origem.
- b) Nas legendas das cartas derivadas (DER) que retratam a diversidade biótica regional, itens lexicais que constituem variantes de um mesmo elemento são seguidas de um número entre parênteses, que não só os identifica como variantes, mas também remete à sua caracterização científica.
- c) Nas cartas derivadas (DER), as respostas foram reunidas para serem apresentadas de acordo com a mesma característica científica a que pertencem.

A seguir, um exemplo de Carta Derivada (DER):

² Como se pode observar no Mapa 2, os dados fonéticos foram transcritos, utilizando-se o Alfabeto Fonético Internacional (IPA). Todas as transcrições foram realizadas pela própria pesquisadora. As entrevistas foram realizadas *in loco*, sendo gravadas em 84 minidiscos.

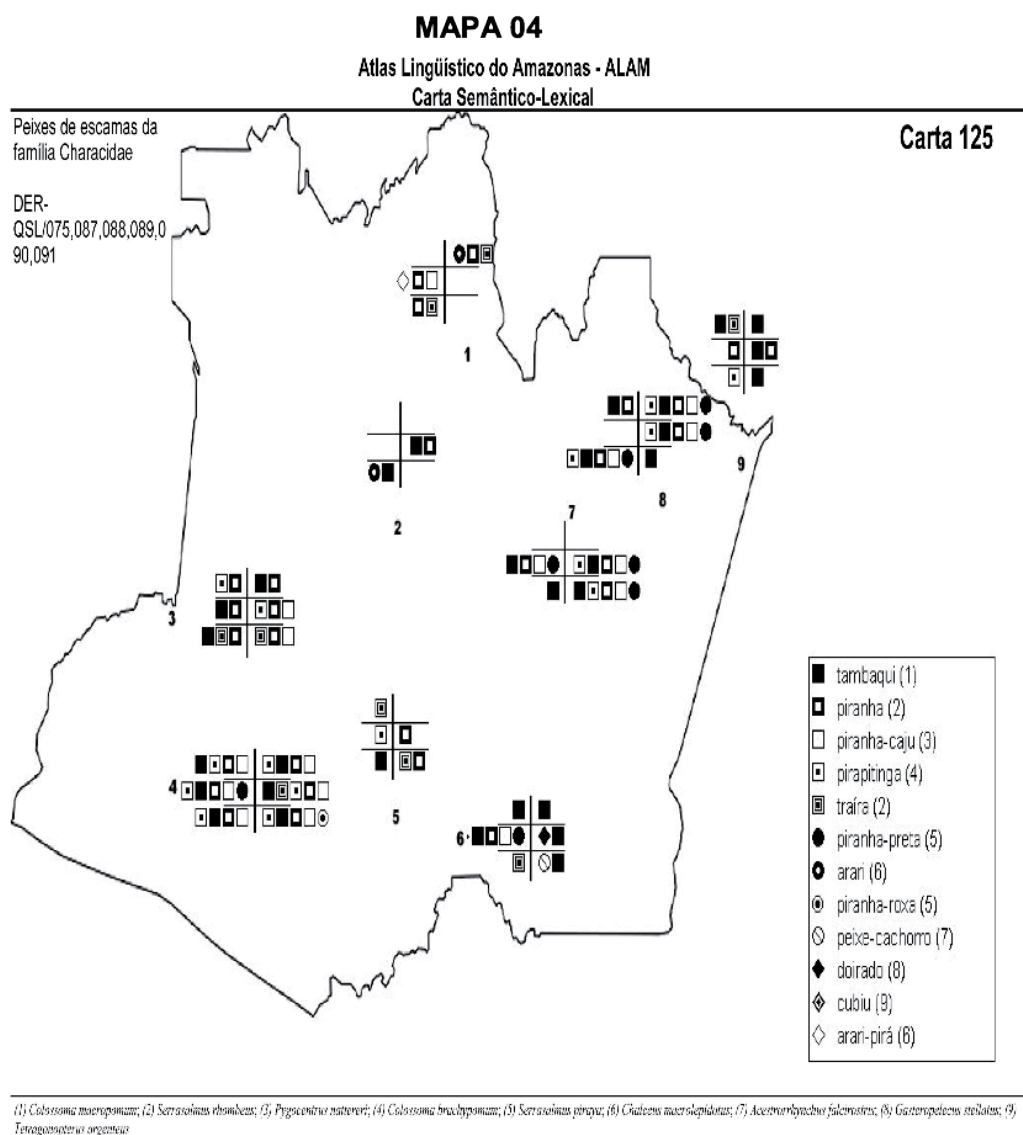


Figura 4 Exemplo de Carta Semântico-Lexical (DER).

3. RESULTADOS OBTIDOS

O Atlas Lingüístico do Amazonas – ALAM não teve por objetivo interpretar os resultados obtidos por meio das cartas fonéticas e das cartas semântico-lexicais, mas pôde apresentar um panorama de alguns traços que tipificam o conjunto dos falares amazonenses, segundo os dados observados na elaboração do ALAM. Traços esses que têm servido de parâmetro para o prosseguimento de

novas pesquisas na região. Dessa forma, foram observados os seguintes resultados em termos fonéticos:

- a) Há significativa ocorrência de abaixamento das vogais mediais pretônicas [ɛ, ɔ], embora se tenham encontrado também significativos índices de frequência de [e, o], bem como de alteamento [i, u], em alguns vocábulos.
- b) O alteamento, em contexto tônico, da vogal posterior média fechada, que, há muitos anos, é considerada como típico dos falares do Amazonas e do Pará, teve baixíssima representatividade na região.
- c) Os ditongos /ei/ e /ou/, nos contextos considerados condicionadores de monotongação, apresentam significativos índices de produtividade.
- d) Predominam as variantes alveolares de -S pós-vocálico nos contextos medial e final de vocábulo, tendo-se, no entanto, observado que as variantes pós-alveolares apresentam grande produtividade basicamente em três localidades: (1) Barcelos, (8) Itacoatiara e (9) Parintins.
- e) O R- forte pré-vocálico inicial de vocábulo ou intervocálico é produzido, quase de forma categórica, como fricativa glotal surda.
- f) O /t/ e o /d/ realizam-se, categoricamente, como africadas pós-alveolares diante de /i/ e como oclusivas alveolares, nos demais contextos. O /l/, em contexto pós-vocálico, concretiza-se como semivogal posterior.

Em relação aos dados provenientes do QSL, foram observados os seguintes resultados:

- a) Não foram encontradas variantes para *arco-íris* (Carta 11), considerando a diversidade observada em atlas brasileiros e europeus.
- b) Os itens lexicais *cunhantã* (Carta 40) e *curumim* (Carta 41), de origem tupi, respectivamente, *moço e moça pequena de até 10 anos de idade*, parecem estar em desuso, apresentando ocorrência apenas em Barcelos (Ponto 1), Manacapuru (Ponto 7), Itacoatiara (Ponto 8) e Parintins (Ponto 9). O mesmo ocorre com a forma *púcaro* (Carta 63), presente na fala dessas três últimas localidades, sendo mais difundida a variante *caneco*.
- c) Em relação ao item lexical *cambalhota* (Carta 76), comum a cinco dos atlas publicados, verifica-se o predomínio da variante *carambola*, sendo que, nas localidades de Eirunepé (Ponto 4) e Lábrea (Ponto 5), ocorreu na fala de mulheres da segunda faixa etária a forma *cangapé*, presente no *Atlas Linguístico da Paraíba*.
- d) O item lexical *macaca* (Carta 82), registrado no *Atlas Linguístico do Paraná*, é empregado em todas as localidades observadas para designar a brincadeira infantil conhecida como *amarelinha*.

- e) O item lexical *peteca* (Carta 77) é registrado como *bolinha de gude*, o que difere no registro de outros atlas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM encontra-se à disposição dos professores e alunos, na Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e oferece um leque de perspectivas para outras pesquisas, tendo em vista o *corpus* coletado e o questionamento linguístico que os dados das cartas fonéticas e semântico-lexicais propiciam. Em breve, pretende-se publicar o ALAM e disponibilizar, em CD, o programa computacional que contém seus dados.

Vale ressaltar que, a partir deste trabalho, muitas outras pesquisas têm sido realizadas no Amazonas, particularmente, na UFAM, considerando os dados do ALAM e dentro da mesma perspectiva de investigação. As pesquisas acontecem no âmbito da Iniciação Científica (PIBIC) e dos Cursos de Especialização, de Mestrado e de Doutorado. Ressalte-se, ainda, que dois outros atlas já foram realizados, na UFAM, como Dissertação de Mestrado, no âmbito da Dialectologia Pluridimensional: o Atlas dos Falares do Baixo Amazonas – AFBAM, por Roseanny Brito, em 2011, e o Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro – AL-FARiN, por Jeiviane Justiniano, em 2012. Ambos ainda não publicados. Dessa forma, pretende-se, dentro dos próximos anos, ter um registro mais específico do modo de falar do amazonense, o que, sem dúvida, contribuirá para o conhecimento das diversas variedades brasileiras do Português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. 1 v. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.
- ARAGÃO, Maria do Socorro; MENEZES, Cleuza de. *Atlas Linguístico da Paraíba*. 2 v. Brasília: UFPB/CNPq, 1984.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – Formação social e cultural*. Manaus: Valer, Editora Universidade do Amazonas, 1999.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística do Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- BRITO, Roseanny de Melo. *Atlas dos Falares do Baixo Amazonas – AFBAM*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Linguístico de Sergipe – II*. Vol. 1, ALS – II, Vol. 2, *Introdução às cartas*; acompanhado por um conjunto de mapas. 2002. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____; FERREIRA, Carlota. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

JUSTINIANO, Jeiviane dos Santos. *Atlas dos Falares do Alto Rio Negro – ALFARiN*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. melh. e ampl. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

A LATERAL PALATAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL E NO PORTUGUÊS EUROPEU: um estudo sociolinguístico comparativo

VIVIAN DE OLIVEIRA QUANDT¹

1. INTRODUÇÃO

A concepção de língua como um sistema heterogêneo proposto pela Sociolinguística acarreta uma série de implicações, no âmbito das análises linguísticas, uma vez que a variação passa a ser, muitas vezes, o centro dos estudos no que se refere ao processo de estruturação da língua. (cf. LUCCHESI, 1998)

Sabendo-se que as línguas se modificam com o tempo e que essas mudanças não ocorrem abruptamente, mas sim de maneira gradual – em que se supõe um estágio de variação –, parece importante demonstrar não só o que acontece durante a implementação da mudança, mas também porque ela ocorre.

¹ Silvia, agradeço-lhe pelos momentos em que de você pude receber tantos ensinamentos, não só acadêmicos. Desde a graduação, época em que a conheci, pude entender o que é ser um bom professor e, principalmente, comecei a aprender com você a fonética e a fonologia. Depois, durante a Iniciação Científica, mestrado e doutorado, você, além de guiar os meus passos no mundo acadêmico e científico, mostrou-me do quanto eu era capaz. Por tudo isso e muito mais, você é uma pessoa a quem admiro e procuro seguir.

Nesse sentido, como ainda há muito a conhecer sobre o Português do Brasil (PB) e o Português Europeu (PE), procura-se caracterizar essas variedades, observando-se fenômenos variáveis e processos de grande relevância, como é o caso do que ocorre com os fonemas laterais que merecem atenção especial já que podem não só ocupar diversas posições no vocábulo, mas também apresentar significativa gama de variantes. A lateral [+ anterior] pode ser encontrada em posição inicial (lado, mala), medial – como segundo segmento de grupo consonântico – (clara) e final de sílaba (calma, canal). A [- anterior] ocupa, fundamentalmente, a posição intervocálica (mulher, velha), sendo atestadas variantes oriundas da atuação de diferentes processos, entre os quais a iodização e a despalatalização.

O trabalho proposto tem como tema o comportamento da lateral palatal na fala culta e popular da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Municípios de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro, este representado por Copacabana) e da Região Metropolitana de Lisboa (Oeiras e Cacém) e foi desenvolvido à luz dos pressupostos da Teoria da Variação Laboviana, com base em dois *corpora*, tanto o que se refere ao PB, quanto o que diz respeito ao PE, eliciados de entrevistas que constituem o Acervo do Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português* (www.lettras.ufrj.br/concordancia).

A lateral palatal é um tema polêmico do ponto de vista tanto fonológico quanto fonético. Como se sabe, ela constitui um dos quatro fonemas do Português moderno² não existentes em latim e resultantes de processo de palatalização. O processo que lhe deu origem consolidou-se, a depender dos contextos fônicos, em diferentes estágios da evolução do latim ao Português e que recobrem o período que vai do século IV ao XV-XVI.

A lateral palatal deriva-se basicamente do contexto fônico *-lj*, resultante (a) da transformação em semivogal de vogal [+ant] subsequente à lateral anterior, como em *fi.li.u* > *fi.ljo* > *filho*; (b) da vocalização da consoante velar no grupo *-cl-* (originalmente *-cl-* ou *<-tl-*), medial de vocábulo e precedido de vogal, com posterior passagem a semivogal e metátese, como em *oculu* > *oclu* > **ojlo* > **oljo* > *olho*; *vetulu* > *vetlu* > *veclu* > **vejlo* > **veljo* > *velho*; (c) e também dos grupos mediais latinos *-gl-* e *-bl*, como em *trib(u)lu* > *trilho*; *teg(u)la* > *telha*.

Estudos sobre o Português do Brasil, sobretudo em referência à variedade popular, em comunidades rurais, têm mostrado a frequência da “vocalização” (iodização) e da “simplificação” (despalatalização) da lateral palatal, citando-se, respectivamente, como exemplos, [mu’jɛ] e [mu’lɛ], em lugar de mu[λ]ɛr.

² Os três outros são /ʃ/, /ʒ/, /ɲ/.

Segundo Brandão (2006, p. 67-68), na fala espontânea, o contraste /li/ x /ʎ/ fica comprometido e, frequentemente, não é efetivado o que torna pares de vocábulos como Júlio e julho, por exemplo, homófonos, ambos realizando-se ora como [ʒulju], ora como [ʒuʎu]. Isso, ainda de acordo com a autora, “é corroborado por outros vocábulos, como família, frequentemente concretizado como fami[ʎ]a”.

Como o Estado do Rio de Janeiro carece de mais estudos a respeito do uso da lateral palatal, que possam contemplar não apenas a variedade popular, mas também a culta e como são muito escassos os trabalhos sobre o uso de /ʎ/ no PE, torna-se pertinente, portanto, verificar se (a) uma das variantes constitui norma de pronúncia em diferentes áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana de Lisboa e (b) se as diferentes formas de concretização de [ʎ] são condicionadas por fatores linguísticos e/ou extralinguísticos.

2. METODOLOGIA E CORPUS

Os dados que constituem os *corpora* da pesquisa foram selecionados de inquéritos, do tipo DID, pertencentes ao Acervo do projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português* (www.lettras.ufrj.br/concordancia).

Os inquéritos foram realizados com indivíduos distribuídos pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e pela Região Metropolitana de Lisboa (RMLIS), por sexo, três níveis de instrução (2º segmento do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior) e três faixas etárias – A (18-35 anos), B (36-55 anos), C (56-70 anos).

No que diz respeito ao *corpus* do PB, o estudo foi feito com base na fala dos Municípios de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro, mais especificamente do bairro de Copacabana, o que fez um total de 36 informantes. Com relação ao *corpus* do PE, o trabalho foi realizado com base na fala de Oeiras, localizada em Lisboa, e da freguesia de Cacém, somando, também, um total de 36 informantes.

As variáveis dependentes e independentes utilizadas no estudo foram as mesmas tanto na análise efetuada com dados da RMRJ, quanto na empreendida com os da RMLIS. O mesmo se verificou no que diz respeito à variável dependente: durante as transcrições fonéticas, observou-se que as variantes de /ʎ/ eram as mesmas no PB e no PE, havendo apenas uma diferença percentual de ocorrência em cada uma das variedades estudadas.

Entre as variáveis estruturais, inicialmente, controlaram-se os contextos antecedente e subsequente; a classe de vocábulo; a tonicidade da sílaba em que incide o segmento, o número de sílabas do vocábulo, a presença ou ausência de outra líquida palatal no vocábulo e a frequência do vocábulo no *corpus*.

Da análise auditiva dos dados, registraram-se as seguintes variantes de /ʎ/, cuja distribuição, nos *corpora*, se encontra nas tabelas 1 e 2 e pode, também, ser visualizada nos gráficos 1 e 2.

- Lateral palatalizada [ʎ̥]
 - Três professoras super-maravi[ʎ̥]osas (COP A1M)
 - que possa beneficiar o seu traba[ʎ̥]o (CAC C3H)
- Manutenção da palatal [ʎ]
 - então ele traba[ʎ]a em casa* (COP C2 M)
 - acho que quero ter fi[ʎ]os* (CAC A1H)
- Despalatalização seguida de semivogal j [j]
 - e os fi[j]os do seu Manoel também* (COP B1M)
 - era o meu fi[j]o* (CAC B1M)
- Iodização [j]
 - eu ficava mais perto do traba[j]o* (COP C1 H)
 - o[j]a é o que eu disse à bocadinho* (CAC B2M)
- Despalatalização [l]
 - a minha mu[l]er* (COP C1 H)
 - todos os traba[l]inhos feitos* (CAC B2M)
- Síncope do segmento [Ø]
 - eles andava minha fi[Ø]a* (COP C1 H)
 - vai ficar fi[Ø]a* (OEI C3M)

3. ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA COMPARATIVA ENTRE A RMRJ E A RMLIS

Este estudo, por ser um recorte de um trabalho feito anteriormente (cf. QUANDT, 2014), apresentará apenas as variáveis em comum que foram selecionadas, tanto na RMRJ quanto na RMLIS, como favorecedoras da aplicação da lateral palatalizada.

Antes, porém, de serem apresentados os resultados das análises probabilísticas efetuadas, mostra-se pertinente demonstrar como as variantes de /ʎ/ se distribuíram em ambas as regiões investigadas.

3.1. As variantes de /ʎ/ no *corpus* do PB e no *corpus* do PE

Conforme se demonstra na Tabela 1 e no Gráfico 1, a seguir, na RMRJ, a lateral palatalizada, com índice de frequência de 55.2% (1363 ocorrências), surge

como a variante preferencial em contraste com a manutenção da lateral palatal, que atinge o índice de 28.6% (705 ocorrências). As demais variantes apresentam baixa representatividade na amostra, a saber: despalatalização + iode ([lj]) – 13%; despalatalização ([l]) – 2.6%; iodização ([j]) – 0.5% e síncope (\emptyset) – 0.1%.

Tabela 1 Índices referentes à variação de /ʎ/ na RMRJ.

ÍNDICES	VARIÇÃO DE /ʎ/ NA RMRJ					
	[ʎ]	[ʎ]	[lj]	[l]	[j]	\emptyset
Ocorrências	1363/2470	705/2470	323/2470	64/2470	13/2470	2/2470
Percentuais	55.2%	28.6%	13%	2.6%	0.5%	0.1%

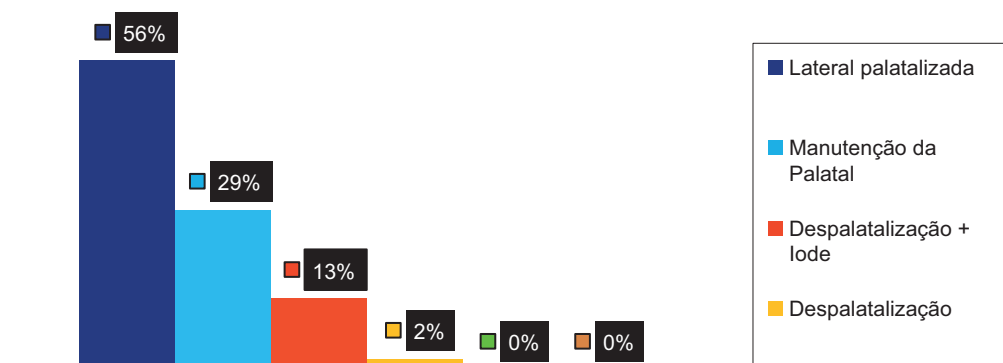


Gráfico 1 Distribuição das variantes de /ʎ/ na RMRJ.

Os baixos índices de algumas variantes, de certa maneira, já eram esperados, uma vez que esse *corpus* representa a fala de Copacabana – bairro localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – e de Nova Iguaçu – cidade que apresenta um dinâmico polo comercial, cuja população mantém uma permanente interação com os moradores da capital. A iodização, por exemplo, é considerada típica do interior ou de zonas rurais do Brasil, como atestam não só trabalhos mais antigos como os de Penha (1972), Melo (1981), Silveira (1986) e Aguilera (1988), mas também estudos mais recentes, como o de Brandão (2006). Também o cancelamento e a despalatalização da lateral palatal são vistos como característicos da fala rural e interiorana em três dos estudos apontados anteriormente: Penha (1972), Aguilera (1988) e Brandão (2006).

O fato de a lateral palatalizada ser a variante mais utilizada nessas localidades não surpreende, uma vez que muitos linguistas como Pontes (1973) e Cristófar-Silva (1999), por exemplo, indicam ser [ʎ] a variante preferida dos brasileiros.

A primeira afirma, inclusive, que não existe, na língua coloquial, o contraste que é sugerido pela escrita, como em óleo-olho, que se pronunciariam da mesma maneira: [ɔlu]. Já a segunda assevera que, geralmente, a lateral alveolar palatalizada ocorreria no lugar da lateral palatal na fala da maioria dos falantes do Português brasileiro.

Como pode ser verificado na Tabela 2 e no gráfico 2, na RMLIS, a lateral palatalizada, com índice de frequência de 54.1% (941 ocorrências), também aparece como a variante preferencial em contraste com a manutenção da lateral palatal, que atinge o índice de 37.6% (653 ocorrências). As demais variantes, como no PB, apresentam baixa representatividade, a saber: despalatalização + iode ([lj]) – 6.2%; despalatalização ([l]) – 1%; iodização ([j]) – 1% e síncope (∅) – 0.1%.

Tabela 2 Índices referentes à variação de /ʎ/ na RMLIS.

ÍNDICES	VARIÇÃO DE /ʎ/ NA RMLIS					
VARIANTES	[ʎ]	[ʎ]	[lj]	[l]	[j]	∅
Ocorrências	941/1739	653/1739	107/1739	20/1739	17/1739	1/1739
Percentuais	54.1%	37.6%	6.2%	1.2%	1%	0.1%

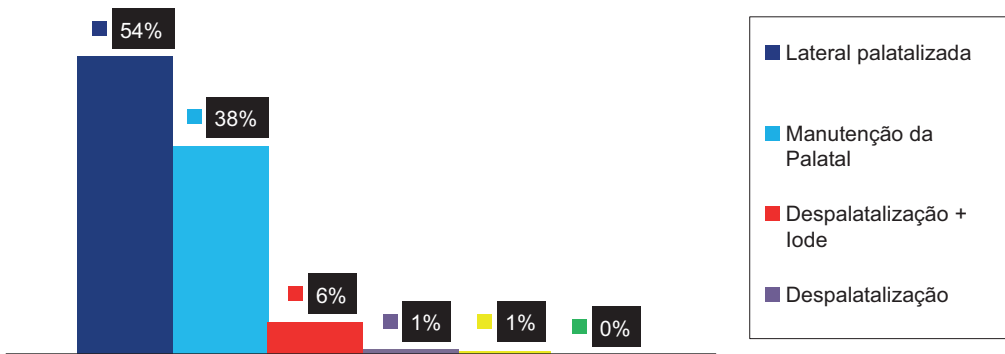


Gráfico 2 Distribuição das variantes de /ʎ/ na RMLIS.

Comparando os resultados percentuais obtidos nos dois *corpora*, percebe-se que, embora os índices da lateral palatalizada sejam bem próximos no PB e no PE (55.4% e 54.1%, respectivamente), a manutenção da lateral palatal ocorre com mais frequência no PE (37.6% frente aos 28.5% do PB). Com exceção da vocalização (PB – 0.5% – e PE – 1%), as demais variantes de /ʎ/ foram menos produtivas no PE. (cf. tabelas 1 e 2)

Um índice percentual de ocorrência da manutenção de /ʎ/ maior para o PE do que para o PB já era esperado. Embora não tenham sido encontrados estudos

variacionistas sobre o comportamento da lateral palatal no PE, no momento da recolha dos dados, já era possível perceber que o número de ocorrências de [ʎ], nas localidades portuguesas estudadas, era maior do que o encontrado nas do Brasil. Ademais, o fato de a lateral palatalizada ser a variante mais encontrada no *corpus* do PE, também não surpreende, uma vez que, além de essa variante ser a preferida no PB (como atestam PONTES, 1973 e CRISTÓFARO-SILVA, 1999) ela também é, de alguma maneira, mencionada em estudos que caracterizam articulatoriamente o fonema /ʎ/, não só no espanhol europeu, como também no PE (cf. QUILIS; FERNÁNDEZ, 1969; MARTINS *et alii*, 2008; MARTINS *et alii*, 2010).

Os baixos índices de algumas variantes apresentados na Tabela 2, de certa maneira, também já eram esperados. Assim como foi dito anteriormente, ainda que não tenham sido encontrados trabalhos que descrevessem a variação de /ʎ/, no Português Europeu, esperava-se que, à semelhança do que ocorre no Português do Brasil, a iodização, a despalatalização e a síncope da lateral palatal não fossem comuns nas regiões ora analisadas, visto que nenhuma das duas é considerada interiorana ou rural: Oeiras é atualmente o município/concelho que apresenta um dos mais elevados índices de qualidade de vida de Portugal e Cacém é uma das maiores freguesias de Agualva-Cacém que, embora ainda seja considerada uma cidade-dormitório, é a quinta maior cidade da área metropolitana de Lisboa e a décima maior de Portugal.

Ainda no que se relaciona à vocalização da lateral palatal, vale acrescentar uma informação importante encontrada no estudo de Madureira (1999). Segundo ela, o Português falado em Portugal é a única língua latina que não registra, em momento algum de sua história, uma transformação da lateral palatal para a semivogal palatal. Esse dado é bastante curioso, não só porque a vocalização aparece no *corpus* do PE ora analisado, mas principalmente, porque ocorre num índice percentual mais alto do que o encontrado no *corpus* do PB (cf. tabelas 1 e 2).

3.2. Variação /ʎ/ ~ /ɲ/ na RMRJ e na RMLIS

Conforme pode ser verificado nas tabelas 1 e 2 e, também, nos gráficos 1 e 2, apresentados na seção anterior – em que se expõem os índices numéricos e percentuais de cada uma das variantes de /ʎ/ encontradas em ambos os *corpora* –, devido à baixa produtividade de [lj], [l], [j] e Ø, a análise variacionista que será apresentada nesta seção só pôde ser realizada com as variantes manutenção da lateral palatal ([ʎ]) e lateral palatalizada ([ɲ]).

Como os dados relativos às variantes com baixa produtividade na amostra (despalatalização + iode ([lj]); despalatalização ([l]); iodização ([j]) e síncope (Ø)) foram retirados dos *corpora*, as análises aqui empreendidas foram feitas com base nos índices expostos na Tabela 3.

Tabela 3 Índices referentes à variação entre [lʲ] vs [ʎ] no PB e no PE.

ÍNDICES	VARIAÇÃO ENTRE [lʲ] VS [ʎ] NO PB		VARIAÇÃO ENTRE [lʲ] VS [ʎ] NO PE	
	[lʲ]	[ʎ]	[lʲ]	[ʎ]
Ocorrências	1363/2068	705/2068	941/1594	653/1594
Percentuais	65.9%	34.1%	59%	41%

Logo numa primeira observação da Tabela 3, percebe-se que tanto no PB quanto no PE, a lateral palatalizada está se mostrando a variante preferida, uma vez que está ocorrendo com maior frequência do que [ʎ]. Nota-se, ainda que, quando se comparam os índices percentuais de [lʲ] no Brasil e em Portugal, vê-se que a lateral palatalizada é um pouco menos frequente no PE do que no PB: 59% vs 65.9%, respectivamente.

Além disso, cabe salientar que, com base na Tabela 3, verifica-se que a teoria defendida por Pontes (1973) parece não proceder, nas amostras aqui consideradas. Essa linguista elimina do quadro de fonemas a lateral palatal, afirmando não existir [ʎ] no Português coloquial. Segundo ela, a lateral palatal pode ser interpretada como uma sequência /lj/. Embora com índice percentual mais baixo, [ʎ] aparece não só na fala do PB, como também do PE. O que está ocorrendo, na verdade, é que, em ambas as variedades, coexiste, ao lado de [ʎ], uma outra variante, a lateral palatalizada [lʲ], muito parecida com a lateral palatal, tanto articulatória quanto acusticamente.

A partir do momento em que se desconsideraram as demais variantes de /ʎ/, foram realizadas diversas rodadas com o auxílio do Pacote de Programas Gold-Varb-X, com o intuito de se verificar quais seriam as variáveis condicionadoras da variante palatalizada nas regiões ora estudadas.

Em todas as rodadas efetuadas, *Faixa Etária* e *Classe do Vocabulo* foram as variáveis selecionadas, em comum, tanto na RMRJ quanto na RMLIS, como favorecedoras da aplicação da lateral palatalizada. Nesse sentido, resolveu-se expor os resultados de ambas as variáveis em conjunto a fim de comparar o comportamento das duas variáveis nas regiões em foco.

Faixa Etária

Pelos resultados expostos na Tabela 4, a variação [ʎ] ~ [lʲ] parece ser um fenômeno estável na RMRJ, uma vez que os índices de ocorrência de [lʲ] estão dis-

tribuídos de forma homogênea pelas três faixas etárias – A (P. R. 0.577); B (P. R. 0.510) e C (P. R. 0.460). O mesmo está ocorrendo, na RMLIS. Ou seja, a Tabela 4 mostra que, assim como acontece na RMRJ, os indivíduos mais jovens e os de meia idade são os que estão preferindo a variante [lʲ] na RMLIS: (Faixa A – P. R. 0.619; Faixa B – 0.557 e Faixa C – 0.335).

Tabela 4 Atuação da Variável Faixa Etária para a realização da variante palatalizada na RMRJ e na RMLIS.

FAIXA ETÁRIA							
RMRJ				RMLIS			
FATORES	OCO	%	P. R.	FATORES	OCO	%	P. R.
Faixa A (18 – 35 anos)	319/443	72%	0.577	Faixa A (18 – 35 anos)	331/487	68%	0.619
Faixa B (36 – 55 anos)	551/809	68.1%	0.510	Faixa B (36 – 55 anos)	361/553	65.3%	0.557
Faixa C (56 – 70 anos)	498/821	60.7%	0.460	Faixa C (56 – 70 anos)	249/554	44.9%	0.335

Os gráficos 3 e 4 mostram, com mais clareza, que, embora os resultados estejam bem parecidos nas duas Regiões Metropolitanas, na RMRJ, os dados de [lʲ] parecem estar distribuídos de forma mais homogênea, visto que todas as faixas etárias apresentam P. Rs. próximos a .50. Já na RMLIS, tanto a faixa A, quanto a faixa C, se distanciam um pouco mais da neutralidade: a primeira, apresentando P. R. 0.619, é a que mais favorece a aplicação da regra, e a segunda, com P. R. 0.335, a que menos se mostra propícia a implementar [lʲ].

Esses resultados demonstram que, embora, na RMRJ, os P. Rs. estejam próximos de .50, são os mais velhos os que mais usam [ʎ] e os mais novos os que mais implementam [lʲ], o que sugere, de forma bastante sutil, uma tendência crescente ao uso desta última variante no PB. Já no PE, o fato de o uso da variante palatalizada estar mais acentuado na fala dos mais jovens e menos na dos mais velhos, indica que a tendência ao uso de [lʲ] está mais avançada. Em outras palavras: enquanto ainda é sutil o crescente uso de [lʲ] no PB, o mesmo não se pode dizer do que está acontecendo no PE (cf. gráficos 3 e 4).

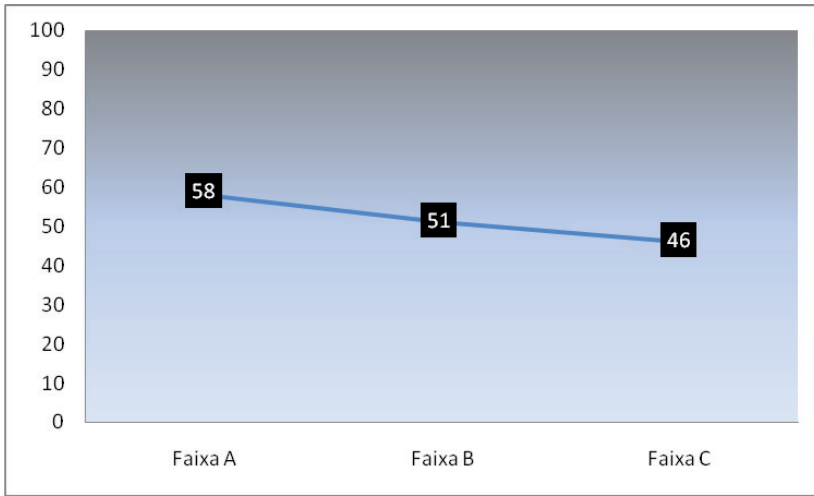


Gráfico 3 Atuação da Variável Faixa Etária para a realização da variante [l̥], no PB, em pesos relativos.

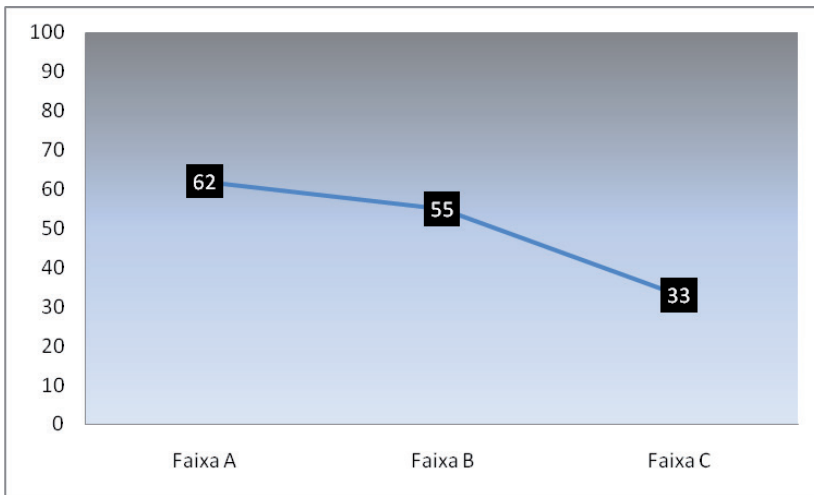


Gráfico 4 Atuação da Variável Faixa Etária para a realização da variante [l̥], no PE, em pesos relativos.

O resultado vai ao encontro do que é defendido por Labov (1972), para quem os mais velhos tendem a preservar as formas antigas, registradas na memória desde quando eram jovens. Naro (1992) concorda com Labov e, ainda, acrescenta que o processo de aquisição da linguagem se encerra no começo da puberdade, ficando, a partir desse momento, a língua do indivíduo praticamente estável. Assim, uma vez que [ʎ] é a variante conservadora, nada mais natural que ela esteja mais presente na fala dos mais velhos e [l̥], variante inovadora, na fala dos mais jovens.

(b) Classe do vocábulo

Antes de comentar os índices referentes a esse grupo, cabe descrever as alterações realizadas nessa variável no decurso das análises efetuadas.

Logo de início, nas rodadas referentes à RMRJ, percebeu-se que *Numeral* e *Pronome*, por exemplo, deveriam ser retirados da análise, pois, além de apresentarem baixo número de ocorrências, neles a variante [ʎ] era praticamente categórica: nos numerais ocorria em 11 dos 12 dados; entre os pronomes, em 4 dos 6 dados. Feito isso, ainda assim, após a realização de outras rodadas, verificou-se que seria necessário agrupar outros fatores, uma vez que estava havendo inversões nos resultados: classes de palavras que eram selecionadas como favorecedoras da aplicação da regra eram as que apresentavam índices percentuais mais baixos. Nesse sentido, resolveu-se unir os nomes (substantivo e adjetivo) confrontando-os aos verbos. A variável ficou reduzida a dois fatores: verbos e não verbos.

A modificação, no que diz respeito ao *corpus* do PE, foi um pouco diferente da efetuada com o do PB. Num primeiro momento, resolveu-se não desconsiderar qualquer fator. Depois, com base nos resultados, decidiu-se amalgamar os não verbos num único fator (substantivo, adjetivo, pronome, numeral) e contrastá-los aos verbos, deles separando-se “calhar”, expressão muito produtiva na amostra. Ainda assim, os resultados não eram satisfatórios, uma vez que essa variável era selecionada como favorecedora de [ʎ] e, ao mesmo tempo, era descartada. Em vista desses resultados, foi, então, necessário retirar da análise o fator *numeral*, visto que, pelo fato de ser pouco produtivo na amostra (8 ocos.) e ocorrer preferencialmente com [ʎ] (5 ocos.), poderia estar enviesando o resultado. Dessa forma, essa variável ficou formada por três fatores, a saber: verbo, não verbo (constituído por substantivo, adjetivo, pronome) e expressão “se calhar”. Vale a pena mencionar, ainda, que, na tentativa de se formar um grupo binário, assim como ocorreu com o PB, decidiu-se retirar da análise a expressão “se calhar” – para depois, analisá-la em separado, em função da sua grande produtividade com [ʎ]. Essa tentativa, no entanto, não foi adequada, uma vez que, novamente, essa variável passou a ser selecionada e descartada. Em vista disso, decidiu-se manter o grupo com três fatores.

Conforme pode ser visto, na Tabela 5, no PB, são os verbos, com P. R. 0.636, os que mais influenciam a ocorrência da lateral palatalizada. Os não verbos (substantivos e adjetivos), com P. R. bem menor (0.396), parecem não estar favorecendo a aplicação de [ʎ].

No PE, os verbos, também, mostram-se produtivos para a aplicação da regra (P. R. 0.516). A expressão “se calhar”, no entanto, é a que mais está favorecendo a concretização de [ʎ] – P. R. 702. Os não verbos, assim como aconteceu no PB, não favorecem a lateral palatalizada.

Tabela 5 Atuação da Variável Classe do Vocábulo para a realização da variante [lʲ] na RMRJ e na RMLIS.

CLASSE DO VOCÁBULO							
RMRJ				RMLIS			
FATORES	OCO	%	P. R.	FATORES	OCO	%	P. R.
Verbo	663/886	74.8%	0.636	Verbo	287/431	66.6%	0.516
Não verbo (Substantivo e adjetivo)	703/1169	60.1%	0.396	Não verbo (Substantivo, adjetivo e pronomes)	504/974	51.7%	0.454
				Expressão “se calhar”	147/181	81.2%	0.702

Esses resultados, por um lado, estão em consonância com o que é exposto em um estudo de Machado Soares (2002) sobre o PB. Segundo a autora, nomes substantivos ou adjetivos, influenciariam a concretização da variante [ʎ]. Por outro lado, não está de acordo com o que foi encontrado em Brandão (2007), para quem os nomes, no PB, estariam favorecendo a ocorrência de [lʲ].

De qualquer forma, os resultados apresentados na tabela anteriormente parecem estar sendo influenciados pelo número de ocorrência de verbos nos *corpora*, uma vez que, no que diz respeito, por exemplo, à RMRJ, 74.8% das ocorrências de verbos estão sendo pronunciados com [lʲ]. Em outras palavras, num conjunto de 886 ocorrências de /ʎ/ presentes em verbos, apenas 223 são concretizadas com a variante lateral palatal. Já no que diz respeito aos não verbos, observa-se que, de um total de 1169 dados, 466 itens são produzidos com [ʎ]. Já na RMLIS, 66.6% das ocorrências de verbos estão sendo concretizados com a lateral palatalizada. Ou seja, num total de 431 ocorrências de /ʎ/ presentes em verbos, apenas 144 ocorrem com a manutenção da lateral palatal.

Tratando-se, em separado, a expressão “se calhar”, percebe-se que, ainda que ela não ocorra no PB, no PE, ela é extremamente produtiva, com P. R. 0.702 (81.2% dos dados). Nesse sentido, podem-se tecer dois comentários, a saber: (1) embora, aparentemente, tanto na RMRJ quanto na RMLIS os verbos pareçam ser a classe de palavras ideal para a ocorrência de [lʲ], o grande número de vocábulos que figuram nessa classe pode estar interferindo no resultado; (2) como há uma maior concentração da variante [lʲ] em *se calhar*, na RMLIS, supõe-se que essa expressão também possa estar influenciando a escolha desse fator como favorecedor da variação [ʎ] ~ [lʲ].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o comportamento de / λ / na fala da RMRJ e na da RMLIS foi realizado, essencialmente, com o objetivo de aferir a atuação de variáveis estruturais e extralinguísticas sobre as variantes de / λ / registradas nos *corpora* representativos da fala da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana de Lisboa.

A pesquisa mostrou, de modo geral, que (1) em ambas as Regiões Metropolitanas a variante [lʲ] é mais produtiva que [λ]; (2) o fator linguístico selecionado como favorecedor da aplicação de [lʲ] nas duas Regiões Metropolitanas parece sofrer interferência dos vocábulos com alta incidência nos *corpora* e (3) as demais variantes de / λ / ([lj], [l], [j] e \emptyset), pelo fato de as amostras retratarem a fala urbana, são pouco produtivas, incidindo em reduzido número de itens lexicais.

Assim, com base nos pressupostos da Teoria da Variação Laboviana, constatou-se, inicialmente, que, devido à sua baixa produtividade, as variantes despalatalização seguida de iode ([lj]), despalatalização ([l]), iodização ([j]), e síncope do segmento (\emptyset) deveriam ser desconsideradas nas análises variacionistas que seriam realizadas com ambas as amostras.

Os resultados – que foram demonstrados de forma comparativa – revelaram que *Faixa Etária* e *Classe do Vocábulo* se configuraram favorecedoras para a realização de [lʲ], não só na RMRJ como também na RMLIS.

Assim, atuaram em ambas as amostras:

- (a) *Faixa Etária* – a variação [λ] ~ [lʲ] é um fenômeno estável na RMRJ e na RMLIS, visto que os índices de ocorrência de [lʲ] estão distribuídos de forma homogênea pelas três faixas etárias. Os resultados, no entanto, demonstram também que, embora os P. Rs. estejam próximos de .50, nas duas regiões em foco, o fato de, na RMRJ, os mais velhos estarem usando mais o [λ] e os mais novos, o [lʲ], sugere, de forma sutil, uma tendência crescente ao uso desta última variante no PB. Já no PE, o uso de [lʲ] parece estar num processo mais avançado, já que a variante palatalizada está sendo mais usada pelos mais jovens e menos pelos mais velhos.
- (b) *Classe do vocábulo* – Na RMRJ, os verbos se mostraram os favorecedores da lateral palatalizada. Já na RMLIS, os verbos e a expressão “se calhar” foram os fatores selecionados como os que mais favoreceriam a aplicação de [lʲ]. No que toca a essa variável, a alta incidência de determinados vocábulos nas amostras pareceu influenciar a escolha de um fator em detrimento de outro. Como na RMRJ, há uma alta incidência de verbos na amostra, essa classe de palavras foi a selecionada como

favorecedora de [l̥]. Na RMLIS, a escolha dos fatores favorecedores também foi induzida pela alta produtividade não só dos verbos como também do vocábulo *calhar*.

Como se observou ao longo da análise sociolinguística, os resultados encontrados quanto à variação [ʎ] ~ [l̥], provavelmente, não estão representando um condicionamento apenas estrutural/social, mas também um condicionamento determinado pela frequência alta de determinados vocábulos nas amostras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderci de A. O fonema [lh]: realizações fonéticas. Descrição e sua comprovação na fala popular paranaense. In: *Encontro Nacional de Fonética e Fonologia*, III. *Anais*. João Pessoa: UFPB, 1988.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Sobre a lateral palatal no Português do Brasil. In: ASSIS, Rosa (org.). *Estudo de Língua Portuguesa (e de todas as línguas que fazem a nossa)*. Belém-PA: Unama, p. 63-86, 2006.
- _____. Um estudo variacionista sobre a lateral palatal. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 89-99, 2007.
- CRISTÓFARO-SILVA, Thais. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 183-259, 1972.
- _____. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da Linguística neste século*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- MACHADO SOARES, Eliane Pereira. *Variações dos fonemas palatais lateral e nasal no falar de Marabá-PA*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- MADUREIRA, Evelyne Dogliani. Reanálise de alguns aspectos da vocalização da lateral palatal no Português. *Rev. Est. Ling*, v. 8, n. 1, p. 125-145, Belo Horizonte, 1999.
- MARTINS, Paula; CARBONE, Inês, PINTO, Alda; SILVA, Augusto; TEIXEIRA, António. *European Portuguese MRI based speech production studies. Speech Communication*. 50 (11-12), p. 925-952, 2008.
- _____. *Articulatory Characteristics of European Portuguese Laterals: a 2D & 3D MRI Study*. In: *Fala 2010, VI Jornadas en Tecnología del Habla and II Iberian SLTech Workshop*, Vigo, 2010.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

NARO, Anthony Julius. Idade. In: MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Introdução à Sociolinguística Variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 81-87.

PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no Português coloquial*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUANDT, Vivian de Oliveira. *A lateral palatal no Português do Brasil e no Português Europeu*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

QUILIS, Antonio; FERNÁNDEZ, Joseph A. *Curso de fonética y fonología españolas: para Estudiantes angloamericanos*. 4. ed. Madrid: Instituto Miguel de Cervantes, 1969.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Estudos de fonologia portuguesa*. São Paulo: Cortez, 1986.

O USO E A ORDEM DOS CLÍTICOS NA ESCRITA DE ESTUDANTES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANA CARLA MORITO MACHADO¹

1. INTRODUÇÃO

A questão da colocação pronominal e do uso dos pronomes continua, ao longo dos anos, inquietando profissionais da Língua Portuguesa em sala de aula no que tange ao estabelecimento de uma norma padrão e o uso cotidiano dos clíticos, na fala e na escrita. Os trabalhos relativos ao ensino de Língua Portuguesa e a seu emprego real tendem a mostrar as diferenças entre o uso e o que é proposto no chamado ensino de gramática. O presente artigo tem por objetivo principal apresentar resultados de um estudo (MACHADO, 2006) em que se observou o uso e a ordem dos clíticos pronominais no desempenho escrito de estudantes dos níveis Fundamental e Médio de Ensino, de modo a determinar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o uso da ênclise em redações

¹ Silvia Figueiredo Brandão atuou, em parceria com Silvia Rodrigues Vieira, como minha orientadora do trabalho de Mestrado, cujos resultados sintetizo no presente artigo. Dessa experiência resulta muito do que busco hoje na experiência profissional em escolas do Rio de Janeiro: uma atuação dedicada e comprometida com o ensino público e de qualidade.

escolares. Ao observar as formas alternantes empregadas pelos estudantes, a investigação também avaliou a produtividade dos clíticos acusativos no *corpus*, a fim de dar a real dimensão desses elementos linguísticos em relação às outras estratégias de preenchimento de objeto direto.

Tendo em vista que a próclise constitui opção preferencial na modalidade oral do Português do Brasil, testaram-se, entre outras, as hipóteses (a) de que o processo de ensino/aprendizagem implicaria mudança(s) no desempenho linguístico dos alunos no que se refere à produtividade e à ordem dos clíticos, sobretudo na modalidade escrita; e (b) de que, nas redações escolares, a maior frequência de uso da ênclise nos contextos especificados pela norma idealizante estaria vinculada ao maior grau de escolaridade do estudante.

Ao buscar apontar os contextos favorecedores da ênclise por parte dos estudantes, procura-se compreender os motivos de sua opção, tendo em vista, de um lado, que esta é uma variante pouco produtiva na fala, circunscrevendo-se, conforme demonstram pesquisas anteriores, a contextos específicos, e, de outro, que os alunos, no processo de escolarização, são apresentados a um modelo que não praticam nem faz parte dos dados a que naturalmente são expostos na aquisição da língua.

2. BREVE REVISÃO DA LITERATURA²: A ORDEM DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS

Na Língua Portuguesa, mais especificamente no Português do Brasil, há que se observar como a ordem dos clíticos é tratada, tanto na perspectiva tradicional, quanto na dos estudos linguísticos. Para tanto, o estudo verificou as regras que norteiam o ensino, a partir das gramáticas de Bechara (2004 [1999]), Rocha Lima (2003 [1972]) e Cunha; Cintra (1985), além de tratar da observação das regras em uso no Português do Brasil, com base nos trabalhos de Pereira (1981), Lobo (1992), Schei (2003), Vieira (2002) e Vieira; Nunes; Barboza (2004). Os referidos estudos observaram, de modo geral, ser a próclise a norma de uso na modalidade oral do Brasil, enquanto na escrita o comportamento varia bastante, tendo a ênclise expressiva produtividade. Desse modo, o desempenho linguístico dos alunos, menos distante do modelo oferecido na norma padrão no que se refere à produtividade e à ordem dos clíticos – sobretudo na modalidade escrita –, ocorreria pela influência que o processo de ensino/aprendizagem exerceria sobre a escrita escolar.

² Nesta seção, apresentam-se as orientações de gramáticas tradicionais e os resultados gerais de investigações realizadas anteriormente a 2006 e que contemplavam a fala e/ou a escrita brasileiras.

De acordo com a perspectiva tradicional com base em Cunha; Cintra (1985), o pronome – que pode estar enclítico ou proclítico em relação ao verbo – tem como posição lógica, normal, a ênclise, já que o pronome átono funciona como objeto direto ou indireto do verbo. Há, entretanto, uma lista de ocasiões em que se deve dar preferência à próclise devido à ação dos elementos proclisadores ou atratores. Os autores tratam, entretanto, como legítima a ênclise nos casos em que ocorre pausa entre o atrator e o verbo. A mesóclise é a posição normal do pronome átono quando o verbo se apresenta nas formas de futuro do presente e futuro do pretérito, desde que não antecedido de elemento proclisador.

Rocha Lima (2003 [1972], p. 450) inicia suas considerações afirmando que a posição normal dos pronomes átonos é “depois do verbo”. A ênclise se dá nos casos em que o verbo abre o período; quando o sujeito – substantivo ou pronome – vier antes do verbo, desde que não seja constituído de palavra negativa; e nas orações coordenadas assindéticas. Após essas considerações, o gramático faz a seguinte observação: “em qualquer desses casos, pode, contudo, por puro arbítrio ou gosto, ocorrer anteposição, salvo em início de período”. (ROCHA LIMA, 2003 [1972], p. 451). Após classificar a ênclise como posição “normal”, o autor lista como contextos obrigatórios para o uso da próclise os seguintes casos: orações negativas iniciadas por palavras negativas; orações exclamativas ou optativas iniciadas por palavras desses tipos; orações interrogativas começadas por pronomes ou advérbios interrogativos; orações subordinadas; verbos antecidos de advérbios e pronomes indefinidos, sem pausa. No caso das formas nominais, propõe que a ênclise é obrigatória com infinitivo, sendo facultativa quando este vier precedido por preposição, e também com gerúndio, exceto quando antecedido de preposição ou de advérbio.

Bechara (2004 [1999]) inicia suas observações com o caso particular da forma *o* e variantes, propondo que a colocação dos pronomes átonos e do demonstrativo *o* é questão de fonética sintática. Além disso, considera “falsa” a questão da atração supostamente exercida por palavras como *o não* e *o que*, além de certas conjunções e diversos outros vocábulos. O autor recorre a Said Ali, afirmando que, graças a ele, se passou a considerar o tema da ordem dos clíticos privilegiando sua face fonológica. Com o desenvolvimento dos estudos sobre vocábulos átonos e tônicos, chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas ou se aplicavam em especial ao falar lusitano. Ao propor algumas normas que seriam usadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas, sugere que, não havendo infração a tais normas, o problema se relacionaria a uma “questão pessoal de escolha”, que atenderia às exigências da eufonia. Afirma, ainda, a urgência de se afastar a ideia de que a colocação brasileira seria inferior à portuguesa, com uma citação de Ali: “a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses”

(*apud* BECHARA, 2004, p. 587). O autor conclui suas considerações sobre a colocação pronominal admitindo que o fenômeno toma feições particulares no Brasil, que devem ser explicadas levando em consideração um conjunto de fatores que as envolvem, como o rítmico, o estilístico, o histórico, dentre outros.

A despeito do que as gramáticas normativas preconizam, diversos pesquisadores verificam o comportamento particular da variedade brasileira em diferentes amostras. A diferenciação entre o que se prescreve e o que efetivamente se usa, no que diz respeito à ordem dos clíticos pronominais, é sentida quando se tenta seguir, na escola, uma norma que não faz parte da realidade linguística dos alunos. A esse respeito, Pereira (1981) – primeira pesquisa variacionista do tema com a fala brasileira, até onde se tem notícia – compara a fala e a escrita, e propõe que a língua falada serviria para “detectar a tendência natural na colocação dos pronomes” (p. 4), já que a modalidade escrita se mostraria mais conservadora. A autora analisa um *corpus* oral constituído por informantes de diversas idades, pertencentes a diferentes níveis de escolaridade – de analfabetos ou semianalfabetos até pessoas com formação universitária – e procedentes de várias regiões do país, principalmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagoas. A autora faz uma descrição detalhada das características de cada informante e observa que, nas entrevistas, a variação se dá somente em termos de próclise e ênclise. Verifica que, quando se cruzam as variáveis idade e escolaridade, a escolaridade tem atuação mais fraca na escolha da colocação pronominal, e que, ainda mais importante, segundo sua hipótese, seria a questão da formalidade e da atividade profissional. De modo geral, o estudo demonstra que, na fala, a próclise é o processo mais geral, e a ênclise estaria restrita a determinadas formas linguísticas cristalizadas.

Lobo (1992) buscou oferecer mais uma contribuição para a resolução do problema da diferenciação entre o que é prescrito e o que é usado no que se refere à questão da colocação pronominal. A autora considera esse aspecto muito importante para a diferenciação das variedades brasileira e europeia do Português. Também alude à necessidade de se saber qual teria sido a situação da língua no período em que começa a vigência do Português no Brasil, em situação de língua transplantada.

De modo geral, o estudo demonstra que o padrão de colocação do clítico no PB contemporâneo culto oral se caracteriza por ser variável em quase todos os contextos considerados, com nítida preferência pela variante pré-verbal. As variáveis extralinguísticas controladas na análise – faixa etária, o local de origem dos informantes, e a (des)obediência à norma-padrão – não demonstraram comportamento relevante no condicionamento do fenômeno. No que se refere ao condicionamento estrutural, o estudo oferece as seguintes conclusões: (i) a próclise foi categórica nos enunciados com verbo precedido por SN sujeito pronome pessoal e por SAdv de negação; (ii) são condicionamentos bastante favoráveis à próclise: orações subordi-

nadas desenvolvidas, enunciados com verbo precedido por SN sujeito nominal e por *Sadvs / Spreps* circunstanciais (sobretudo quando não se separam do verbo por pausa); (iii) A colocação pós-verbal do clítico foi categórica no contexto de clítico acusativo de terceira pessoa *o, a (s)* diante de infinitivo verbal; (iv) são condicionamentos bastante favoráveis à ênclise: posposição do clítico *se* ao verbo, como estratégia para indicar sujeito semanticamente indeterminado; e orações subordinadas reduzidas de gerúndio. (cf. LOBO, 1992, p. 210). Segundo a autora, as estruturas com gerúndio, clítico acusativo de 3ª pessoa junto ao infinitivo e clítico “*se*” nas construções de sujeito indeterminado destacam-se como “ilhas de resistência ao padrão observado para o PB culto contemporâneo” (p. 211).

Vieira (2002) estuda a ordem dos clíticos em três variedades do Português: a europeia, a brasileira e a moçambicana, nas modalidades oral e escrita com base em dados de pronomes átonos em lexias verbais simples e complexas. A autora desenvolve sua pesquisa – com base nos princípios da Sociolinguística Variacionista e da Fonética Acústica – considerando a interface morfologia-sintaxe-fonologia, pois acredita ser esse tema um dos mais produtivos para que se observe a interinfluência dos diversos planos da língua. Estudando tanto dados de fala como de escrita no Português do Brasil, parte da hipótese de que a colocação pré-verbal e a pós-verbal podem figurar como formas alternantes para um mesmo contexto estrutural. Dessa forma, busca identificar os elementos favorecedores de cada variante, sejam eles de natureza linguística ou extralinguística.

Na variedade brasileira falada, o estudo confirma a opção pela próclise (89%), apresentando, ainda, com base nas variáveis condicionadoras do fenômeno, os contextos em que a ênclise (11%) foi registrada. Assim, poucos contextos determinam a concretização da ênclise no PB oral: (i) de ordem linguística – os pronomes *o/a(s)* e *se*, este principalmente em estrutura de indeterminação/apassivação e, com menos expressividade, os contextos sem a presença de um tradicional “atrator”; e (ii) de ordem extralinguística – a fala de indivíduos com mais de 55 anos de idade (Cf. VIEIRA, 2002, p. 232). Na modalidade escrita (em crônicas jornalísticas), além do tipo de clítico, passa a atuar, com expressividade, a variável presença de “atrator” e distância entre o “atrator” e o grupo clítico-verbo. Na ausência de um atrator ou em contexto antecedido de conjunção coordenativa ou locução adverbial, especialmente quando distantes do clítico, este tende a aparecer em ênclise. Quanto ao tipo de oração, quanto mais independente for a construção em que se encontra o clítico, maior a produtividade da ênclise.

Considerando o contexto de aprendizagem, Vieira, Nunes e Barboza (2004) investigaram a ordem dos clíticos pronominais analisando 268 redações das últimas séries dos níveis Fundamental, Médio e Superior de ensino, aplicadas em escolas do Rio de Janeiro. O estudo contou com 869 ocorrências de pronomes átonos. Quanto ao uso do clítico, as autoras observam que seu número aumenta

de acordo com o aumento da escolaridade. O *corpus* utilizado registrou percentuais de ênclise de 7%, 18% e 52%, respectivos aos níveis estudados. Como se pode observar, a opção pela próclise é bem maior no Ensino Fundamental, chamada pelas autoras de estágio inicial. Duas variáveis exerceram maior influência sobre o condicionamento da ênclise: tipo de clítico e presença de “atrator”. O estudo demonstra que a aprendizagem da variante pós-verbal na escrita escolar começa pelos contextos mais artificiais considerando-se a modalidade oral do PB, como, por exemplo, aqueles que se valem dos pronomes *o, a(s)*.

De acordo com Lucchesi (2002), a vulgarização do ensino público e o fenômeno dos meios de comunicação de massa, nas últimas décadas, acabaram por consolidar uma tendência à variação na norma culta, que, assim, se afasta cada vez mais do padrão normativo, o qual, em consonância com o projeto de exclusão social das elites brasileiras, continua a reproduzir os modelos europeus, alterando apenas sua fundamentação retórica (cf. PAGOTTO, 1998). Lucchesi (2002) afirma, citando Pagotto (1998), que é exatamente na tentativa de estabelecimento de um padrão linguístico nacional que se revela o paradoxo projeto político das elites brasileiras, dando continuidade à exclusão de uma grande parcela da população, enquanto uma pequena minoria assume a liderança do processo. Em toda sociedade, entrecruzam-se um critério intralinguístico de correção e um critério extralinguístico ou social, fato que pode ser verificado através da utopia escolar em atingir a norma padrão citada pelo autor – uma abstração –, enquanto seus falantes buscam a norma culta, a concretização. As contradições da realidade social refletem-se no plano das normas linguísticas. Ao mesmo tempo em que se observa, no plano objetivo dos padrões coletivos de comportamento verbal, uma tendência ao nivelamento das duas normas linguísticas, o estigma ainda recai sobre as variantes características da norma popular.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O estudo ora sintetizado (MACHADO, 2006) tem por objetivo contribuir para a descrição da norma empregada por brasileiros em fase escolar. Para cumprir o propósito estabelecido e vincular a questão satisfatoriamente ao debate sobre a norma, desenvolveu-se a pesquisa com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Quantitativa, de inspiração laboviana. A Sociolinguística constitui um campo interdisciplinar entre a Linguística e a Sociologia que estuda o efeito de aspectos sociais e linguísticos sobre a maneira como se usa a linguagem, incluindo suas normas culturais e os contextos de uso dos falantes. Nos estudos sociolinguísticos, essa opção do falante, que ora se aplica, ora não, resulta no que é denominado regra variável. A investigação da regra variável pressupõe que as variantes se encontrem em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade ou mesmo valor funcional. Para a apreensão e o entendimento

de uma determinada regra variável, o estudo leva em consideração os diversos fatores que possam influenciar a escolha dos falantes por uma das variantes.

No caso deste estudo em particular, postulou-se como hipótese a preferência dos estudantes pela próclise, apesar da intensa pressão normativa (exercida pela escola) em favor do uso da ênclise em determinados contextos. Uma vez que tanto a posição pré-verbal quanto a pós-verbal constitui construções possíveis em relação à ordem dos clíticos no mesmo contexto sintático, podem-se considerar ambas como legítimas variantes linguísticas. Tendo em vista a suposição de que a variante pós-verbal seja a menos produtiva, optou-se por determinar os fatores que a favorecem; em outras palavras, a ênclise é o valor de aplicação.

A escolha de redações condiz com o objetivo de investigar a interferência direta da escola na questão da colocação pronominal, fenômeno mais abordado, no caso da sincronia contemporânea, em textos literários (SCHEI, 2002), em textos jornalísticos (VIEIRA, 2002) e em documentos e inquéritos (LOBO, 1992). Foram aplicados e coletados textos narrativos e dissertativos em escolas públicas e privadas. Constituiu-se um corpus de 590 ocorrências de clíticos junto a lexias verbais simples, selecionadas de 360 redações de alunos da quarta e oitava séries do Ensino Fundamental e da terceira série do Ensino Médio, sendo 180 de escolas públicas e 180 de escolas privadas (15 meninos e 15 meninas em cada série de cada escola). Buscou-se, de certa forma, priorizar sua orientação metodológica, o que se deu por meio da variável tipo de escola – pública/privada –, partindo-se do princípio de que a escola pública estaria mais comprometida com os PCN (Parâmetros curriculares nacionais) e, portanto, aberta a propostas de ensino mais inovadoras. Embora não se tivesse como ponto de partida a variável faixa etária dos alunos, a oposição entre as séries escolhidas permitiu delimitar que os alunos da quarta série do Ensino Fundamental teriam de 9 a 12 anos, os da oitava série, de 14 a 16 anos, e os da terceira série do Ensino Médio, de 17 a 19 anos³.

A análise dos resultados gerais suscitou a observação mais aprofundada de um aspecto linguístico que não constituía, a princípio, o tema da pesquisa, qual seja o da questão da produtividade dos clíticos pronominais no Português do Brasil, especialmente os acusativos (*o, a, os, as*) e dativos (*lhe*) de 3ª pessoa. Tendo em vista que o preenchimento do objeto direto pode se dar, além do clítico (*encontrei-o*), por um sintagma nominal (*encontrei o professor*), por anáfora zero (*encontrei Ø*) e, ainda, por um pronome tradicional do caso reto (*encontrei ele*),

³ À época da realização da pesquisa, ainda não tinha ocorrido a alteração no Ensino Fundamental. A aprovação da lei 11.274, em fevereiro de 2006, que mudou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, transformou o último ano da educação infantil no primeiro ano do ensino fundamental. Desta forma, onde se lê quarta série, leia-se quinto ano e onde se lê oitava série, leia-se nono ano do EF.

constituiu-se, à parte, uma amostra com os contextos em que o aluno teria por opção um clítico, a fim de avaliar a produtividade dos pronomes átonos escolhidos e das outras opções de preenchimento do objeto na escrita escolar.

Quanto à ordem dos clíticos pronominais, procedeu-se à identificação dos contextos favorecedores da variante pós-verbal, já que a intenção do trabalho é justamente a de observar o impacto da divulgação da norma idealizante no meio escolar.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Embora o tema central do trabalho gire em torno da aprendizagem e do uso dos clíticos no que se refere à ordem, observou-se também, conforme já se esclareceu, a distribuição dos dados de pronomes átonos de 3ª pessoa em relação a outras variantes de preenchimento do objeto direto anafórico. Esses resultados, relativos à produtividade, apresentam um panorama geral do uso desses pronomes nas redações escolares de modo a dar a real dimensão de seu emprego nos textos, tendo em vista o fato de pesquisas sobre o tema virem demonstrando sua baixa frequência no PB. O propósito é identificar que estratégia de preenchimento do objeto é mais produtiva, a fim de se relativizar a presença dos clíticos de terceira pessoa em relação às demais possibilidades de preenchimento.

Para a análise da expressão do objeto direto e a produtividade dos clíticos, a amostra analisada contou com 396 dados, também oriundos das 360 redações (180 textos narrativos e 180 textos dissertativos) de alunos de escolas públicas e privadas, da cidade do Rio de Janeiro. Observou-se o uso de clíticos acusativos em oposição a outros tipos de preenchimento. As estratégias de preenchimento observadas estão presentes na tabela a seguir:

Tabela 1 Distribuição geral dos dados: estratégias de preenchimento do objeto direto.

TIPO DE PREENCHIMENTO	OCORRÊNCIAS	VALORES PERCENTUAIS
Mesmo SN	66/396	17%
Outro SN	23/396	06%
Pronome reto	78/396	20%
Clítico acusativo	147/396	37%
Categoria vazia	82/396	21%

Fonte: Machado (2006: 65).

De modo geral, chama a atenção o fato de a estratégia de preenchimento do objeto por clítico obter o índice mais alto: 37%. As demais variantes – se forem

amalgamados os fatores que abrangem sintagma nominal – ocorrem em cerca de 20% (23%: SNs; 20%: pronome reto; e 21%: categoria vazia.).

Para o estudo específico da ordem dos clíticos pronominais, computaram-se 590 ocorrências de formas átonas. Com relação à frequência de uso, verificou-se um aumento gradativo na utilização dos mesmos por parte dos alunos – conforme demonstrado na análise dos dados de produtividade. O uso dos clíticos aumenta sensivelmente de acordo com o aumento da escolaridade.

Tabela 2 Frequência de uso dos clíticos quanto à escolaridade do informante.

SÉRIE	OCORRÊNCIAS	VALOR PERCENTUAL
Quarta série	42/590	07%
Oitava série	184/590	31%
Terceiro ano	364/590	62%

Fonte: Machado (2006: 106).

A hipótese geral investigada é a de que a ordem dos clíticos praticada nas redações escolares não corresponderia aos padrões preconizados pela gramática tradicional, sobretudo no que toca ao emprego da ênclise, já que a próclise seria preferencialmente usada na escrita dos estudantes. De fato, computadas as 590 ocorrências, verificou-se que 118 são de pronomes enclíticos (20%) e 472 de pronomes proclíticos (80%). Percebe-se, portanto, a preferência dos estudantes pelo uso da variante pré-verbal em diversos contextos morfossintáticos, tendência já apontada em estudos anteriores.

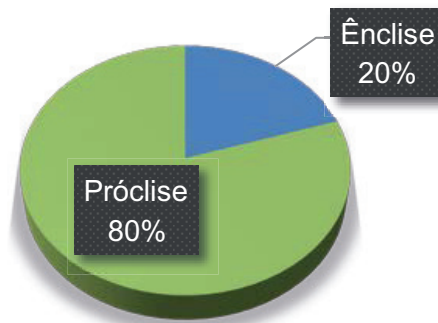


Gráfico 1 A ordem dos clíticos pronominais em redações escolares com base em 590 dados.

Fonte: Machado (2006: 91).

A fim de se entender como, apesar do baixo registro de clíticos em posição pós-verbal, a ênclise passa a se manifestar na escrita dos estudantes, observou-se, sobretudo, a influência das variáveis *Escolaridade* e *Tipo de clítico*.

Para melhor visualização da influência do grau de instrução do aluno, deve-se observar, na tabela a seguir, o efeito de cada fator expresso em índices relativos:

Tabela 3 Aplicação da ênclise quanto à escolaridade do informante.

SÉRIE	OCORRÊNCIAS	VALORES PERCENTUAIS	PESOS RELATIVOS
Quarta série	10/42	23%	.49
Oitava série	22/184	11%	.30
Terceiro ano	86/364	23%	.60

Fonte: Machado (2006: 106).

A variável série escolar demonstra que, ainda que não de forma crescente, o grau de instrução exerce certa influência sobre a aprendizagem das normas da ordem dos clíticos, visto que, ao fim da 3ª série do Ensino Médio, o favorecimento ao uso da ênclise se dá de forma mais expressiva (.60). Percebe-se, no entanto, que tal influência não é suficiente para que a próclise, como já se esperava, mesmo ao fim do ciclo escolar, deixe de constituir o uso preferencial por parte desses estudantes em diversos contextos morfossintáticos.

Aprofundando a análise de uso da ênclise, observou-se que essa produtividade da ênclise estava intimamente relacionada ao tipo de clítico em questão, conforme se verifica no quadro a seguir:

Tabela 4 Frequência de uso da ênclise quanto ao tipo de clítico.

TIPO DE CLÍTICO	OCORRÊNCIAS	VALORES PERCENTUAIS
<i>o, a, os, as</i>	64/147	43%
<i>se inerente</i>	24/166	14%
<i>se apassivador</i>	04/24	16%
<i>se reflexivo</i>	13/88	14%
<i>se indeterminador</i>	03/13	23%
<i>me</i>	02/85	02%
<i>lhe (s)</i>	07/34	20%
<i>nos</i>	0/25	0%
<i>vos</i>	-	-
<i>te</i>	0107	12%

Fonte: Machado (2006: 97).

Mesmo sendo a ênclise pouco produtiva no *corpus* em geral, na análise percentual dos dados, chama a atenção o índice referente a *o, a, os, as*, que aparece com 43% de frequência de ênclise, seguido do *se* indeterminador e do *lhe*. Apesar dos baixos dados de ênclise em termos percentuais, a projeção estatística, no que se refere ao peso dos fatores no favorecimento à variante pós-verbal, confirma as hipóteses estabelecidas: o pronome *o, a (s)* aparece como o clítico mais fortemente favorecedor da ênclise, seguido de *lhe* e de *se*. Como elementos fortemente desfavorecedores da ênclise, figuram os pronomes de primeira e segunda pessoas.

Embora, de acordo com os estudos do preenchimento do objeto, os clíticos *o, a (s)* sejam formas em extinção na fala (e, portanto, segundo a hipótese deste trabalho, pouco produtivos na escrita), ao que parece, Monteiro (1994) tem razão ao afirmar que seus alomorfes continuam “vivos como nunca” (p. 195). Na pesquisa que ora se apresenta, parte-se do princípio de que a escola busca implementar, pelo menos na realidade representada pela amostra sob análise, não só o clítico acusativo de terceira pessoa, mas também este na posição enclítica.

Dessa forma, pelo menos com relação à escrita dos estudantes, é preciso fundamentar a prática pedagógica nas diferenças entre a escrita e a fala, e o que se espera é que essa diferença seja relevante para o ensino da gramática, no intuito de se buscar um ensino mais efetivo, calcado naquilo que Lucchesi (2002) chama de “normal”, como é o uso da próclise por nossos alunos. Não se trata somente de estudar a colocação pronominal, mas também de levar o aluno a reconhecer os clíticos como recursos anafóricos importantes para a construção de um texto, sem, no entanto, colocar fala e escrita em patamares de importância e correção diferentes, como se, na fala, tudo fosse permitido e, na escrita, nada.

A respeito do ensino da ordem, manifesta-se Vieira (2004), em artigo intitulado “O ensino da colocação pronominal: prescrição e uso”. Deve-se, segundo a autora, ver, no estudo da colocação pronominal, “uma oportunidade de evidenciar uma intrincada rede de relações que se travam entre os diversos níveis gramaticais” (Cf. VIEIRA, 2004, p. 202). Ademais, será possível perceber que a fala constitui a manifestação linguística legítima e natural, e não menos importante que a escrita. A opção do aluno deve ser consciente, com base no (re-)conhecimento das variantes, para que o mesmo se utilize da ênclise quando o contexto permitir e ele assim o desejar.

Através de uma segura descrição científica, é possível, entre outros procedimentos, reconhecer na próclise o *status* de variante legítima, bem como reconhecer os contextos sociolinguísticos de uso restrito da ênclise (além de explicitar que a mesóclise, em desuso, é resultado de um processo de gramaticalização, por que passou o tempo futuro). Anteriormente de tudo, é preciso mudar a mentalidade repressora de alguns profissionais que pensam que, para se ter conhecimento da

língua e valorizá-la, seja preciso partir do conhecimento teórico de algumas de suas mais detalhadas particularidades ou seguir modelos aleatórios, em vez de reconhecer seu uso e as múltiplas formas de emprego. Na verdade, essa mentalidade tem sido produtora de instrumentos de opressão linguística, pois, em vez de fazer com que o aluno se interesse por seu estudo, cada vez mais o afasta dele.

Além disso, há que se questionar o fato de que muitos materiais didáticos de hoje não têm como foco o domínio das diversas variedades e modalidades linguísticas, que vão do mais oral ao mais escrito; do mais informal ao mais formal, do mais rural ao mais urbano, conforme propõem os contínuos estabelecidos por Bortoni-Ricardo (2004) – oralidade-letramento, monitoração estilística, urbanização. Nesse sentido, a escola por vezes restringe-se a apresentar a variante tida como de prestígio em manuais normativos, não fazendo um trabalho com as diversas variantes dos fenômenos linguísticos.

De acordo com Vieira (2004), a escola deveria cumprir o propósito de oferecer ao aluno as normas de uso apreendidas a partir da realidade sociolinguística, de modo a possibilitar ao aprendiz o conhecimento do maior número possível de opções, respeitando-se os contínuos da variação e sem negar o estatuto social da linguagem, que é padronizador e variável a um só tempo. (VIEIRA; BRANDÃO, 2004, p. 204). Ao trabalhar com base em resultados sociolinguísticos, os professores teriam informações concretas a respeito dos contextos condicionadores dos usos linguísticos encontrados nas produções de seus alunos para, com base em tais resultados, apresentar reflexões mais seguras acerca não só dos fatores que favorecem, por exemplo, a preferência pela próclise em textos escritos, mas também do papel da escola no ensino da colocação pronominal.

5. CONCLUSÃO

Tomando por base os resultados da pesquisa, que confirmaram diversas hipóteses iniciais quanto ao uso e a ordem dos clíticos, percebe-se a influência da norma gramatical veiculada pela escola sobre a escrita dos estudantes, influência que se torna cada vez mais nítida consoante o aumento da escolaridade, o modelo implementado para cada tipo de texto e os contextos linguísticos.

Fazem-se necessárias reflexões diversas sobre a questão da norma e variação no ensino da língua materna. Além da aprendizagem de determinados clíticos, que não são adquiridos de forma natural no Português do Brasil, os resultados demonstraram que o conhecimento dos alunos dos contextos morfossintáticos em que a escrita padrão tem por opção preferencial a ênclise pode ser considerado fruto da influência dos meios escolares.

Com a implementação de tal conhecimento, não se pode negar que a escola acaba por ser fortemente reprodutora dos valores linguísticos e sociais das formas

que adota, especialmente na modalidade escrita. É preciso assegurar, no entanto, que todo conhecimento linguístico divulgado pela escola deva colaborar com o aprimoramento do desempenho dos estudantes como leitores e produtores de textos, textos que são produzidos com diferentes estratégias linguísticas a depender da modalidade, do grau de formalismo e da variedade adotada. Além disso, considera-se que o ensino do uso e da ordem dos pronomes átonos deva levar o aluno a reconhecer os clíticos como recursos anafóricos importantes para a construção de um texto, falado ou escrito.

No caso do uso e da ordem dos clíticos pronominais, espera-se que, com base nesta pesquisa e nas diversas descrições sociolinguísticas desenvolvidas, os professores possam ter informações a respeito dos contextos condicionadores de cada variante para, a partir de tais resultados, desenvolver procedimentos que façam do aluno um eficiente usuário da língua nos diferentes contextos comunicativos a que diariamente é exposto.

Tais investigações apontarão os caminhos a serem seguidos para que se respeite a opção consciente dos alunos pelo uso de determinada variante em textos orais ou escritos e para que, em última instância, a escola cumpra seu papel educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1999].
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CORRÊA, Vilma Reche. *Objeto direto nulo no Português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas/SP, 1991.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado) – PUC, São Paulo, 1986.
- _____; CALLOU, Dinah (orgs.). *Para a história do Português brasileiro*, v. IV: Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2002.
- _____; RAMOS, Jânia. O papel da Sociolinguística no ensino da escrita padrão. *Revista do GELNE* 5 (1 e 2), p. 91-96, 2003.
- GALVES, Charlotte. Pronomes e categorias vazias no Português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 7, p. 107-136, 1984.
- _____. O objeto nulo no Português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17, p. 65-90, 1989.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York Center*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

_____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistic change*. v. 1. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1994.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LOBO, Tânia. *A colocação dos clíticos em Português: duas sincronias em confronto*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-92.

MACHADO, Ana Carla Morito. *O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O Português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do Português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola*. São Paulo: Contexto, 2003.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em Português Brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993, p. 207-222.

OMENA, Nelize Pires de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. Dissertação (Mestrado) – PUC, Rio de Janeiro, 1978.

PAGOTTO, Emílio Gozze. *A posição dos clíticos em Português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas/SP, 1992.

PEREIRA, Maria das Graças Dias. *A variação na colocação dos pronomes átonos no Português do Brasil*. 1981. Dissertação (Mestrado) – PUC, Rio de Janeiro, 1981.

PERINI, Mario A. *Para uma nova gramática do Português*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.

PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

_____. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 2 – 1920/1945, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1981.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003 [1972].

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1999.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana*: para a definição da natureza do clítico em Português. 2002. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____. O ensino da colocação pronominal: prescrição e uso. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Morfossintaxe e ensino de Português*: reflexões e propostas. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004, p. 179-206.

_____; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Morfossintaxe e ensino de Português*: reflexões e propostas. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004.

SEQUÊNCIAS VOCÁLICAS E O ACENTO DE PALAVRA DO PORTUGUÊS

VANESSA MEIRELES¹

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretende-se mostrar uma análise do acento de palavra em Português, envolvendo sequências vocálicas em que uma das vogais é alta, à luz do quadro teórico da Fonologia CVCV (LOWENSTAMM, 1996; SCHEER, 1998, 2004, 2014).

Meireles (2014a, 2014b) apresenta uma análise sobre o acento em formas nominais em Português no quadro desta teoria. Neste artigo, vamos expor mais detalhadamente como a proposta se aplica a duas sequências vocálicas específicas: (1) vogal + vogal alta.σ e (2) vogal alta + vogal#), como em *aula* e *história* por exemplo, consideradas tradicionalmente como palavra paroxítona e proparoxítona respectivamente. Para esta última, evoca-se com frequência a realização paro-

¹ Este artigo é dedicado à professora Dra. Sílvia Figueiredo Brandão. Foi durante suas aulas ministradas na graduação da UFRJ que nasceu meu interesse pela Linguística e pela Fonologia em particular. A oportunidade que me ofereceu de realizar uma iniciação científica, sob sua excelente orientação, despertou meu interesse pela pesquisa e o desejo de perseverar na mesma área de estudo. Agradeço imensamente pelo seu incentivo, conselhos e disponibilidade mesmo à distância até a obtenção do meu título de doutora pela Universidade de Paris 8.

xítona². Na proposta que vamos expor, trata-se em ambos os contextos de palavras proparoxítonas fonológicas, realizadas como paroxítonas ao nível fonético.

Vamos lembrar rapidamente as principais características do acento em Português e em seguida mostrar como a teoria fonológica escolhida dá conta de fenômenos acentuais do Português. Finalmente, veremos o tratamento das sequências vocálicas especificadas.

2. GENERALIDADES SOBRE O ACENTO DE PALAVRA EM PORTUGUÊS E A TEORIA CVCV

Na Língua Portuguesa, o acento pode cair em uma das três últimas sílabas da palavra: na última (oxítonas), penúltima (paroxítonas, mais frequentes) e antepenúltima (proparoxítonas), mas há algumas peculiaridades. As palavras oxítonas que terminam por vogal são menos numerosas do que as que terminam por consoante. Em relação aos paroxítonos, o caso mais frequente são as palavras terminadas por vogal. As proparoxítonas, o grupo mais raro, tendem a tornar-se paroxítonas.

O fato de que a maior parte das palavras terminadas por consoante são oxítonas e as terminadas por vogal paroxítona parece indicar que o Português é sensível ao peso silábico. Entretanto, este é um ponto controvertido na literatura sobre o assunto.

A posição do acento é previsível na maior parte das palavras de acordo com a estrutura fonológica. Algumas informações morfológicas também podem ser pertinentes (como certos sufixos e sobretudo o acento dos verbos).

Dentro da teoria CVCV, a sílaba tem dois constituintes, C e V, não havendo ramificações como ataques e núcleos complexos ou codas. Todas as sílabas mais complexas que CV são reduzidas a uma configuração CV admitindo-se a existência de posições vazias:

(1)	Sílaba fechada	Reanálise
	[CVC] [CV]	[CV] [CV] [CV]
	t a k t i	t a k t i

² Segundo Cunha; Cintra (1985), esses encontros vocálicos podem ser pronunciados em hiato, com separação dos dois elementos vocálicos, ou seja, em palavras proparoxítonas, ou como ditongos crescentes tornando a palavra paroxítona. Outras análises discordam quanto à uma real variação fonética entre hiato e ditongo crescente nesse contexto, como Camara Jr. (1970) e Mateus; D'Andrade (2000), já que o ditongo crescente parece ser a realização mais frequente, possivelmente categórica.

- (2) Consoante geminada Reanálise
- | | |
|------------|----------------|
| [CVC] [CV] | [CV] [CV] [CV] |
| ∨ | ∨ |
| b a t a | b a t a |
-
- (3) Vogal longa Reanálise
- | | |
|-------|----------------|
| [CVV] | [CV] [CV] [CV] |
| ∨ | ∨ |
| b a | b a |

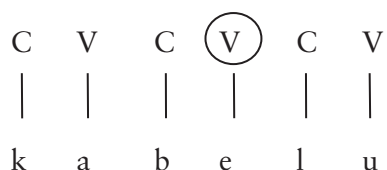
De acordo com essa teoria, apenas posições vocálicas podem contar para a atribuição do acento (e não moras, sílabas ou pés como em outras teorias). Vejamos então como esta teoria dá conta do acento em Português.

A maior parte das palavras terminadas por vogal são paroxítonas em Português, e a maior parte das oxítonas são terminadas por consoante, ou seja, têm uma posição V final vazia. Em CVCV, o que conta para o acento são as posições vocálicas preenchidas ou não. Reformulando então essa regularidade do Português, podemos dizer que *o acento previsível em Português cai na penúltima posição vocálica*. As exceções devem ser marcadas lexicalmente.

Desta forma, em termos de CVCV, os paroxítonos não marcados como em (1a) recebem o acento na penúltima posição vocálica:

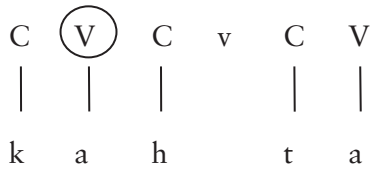
Palavras paroxítonas em CVCV

a) *cabelo* [ka'belu]



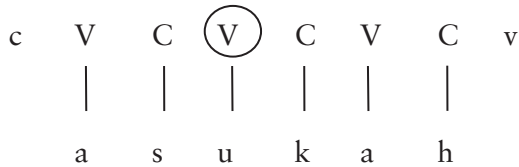
Note-se que, em alguns casos, certas palavras paroxítonas ao nível fonético são proparoxítonas fonológicos em CVCV, isto é, acentuadas na antepenúltima posição V, como é o caso em (1b):

b) *carta* ['kahta]



Na palavra *carta*, o acento não pode cair na penúltima posição V porque ela é vazia. O acento cai então na antepenúltima posição vocálica. Neste sentido, palavras como *carta* receberiam o acento na antepenúltima posição V assim como os paroxítonos marcados como *açúcar* ou *revólver*, com uma última sílaba pesada:

c) *açúcar* [a'sukah]

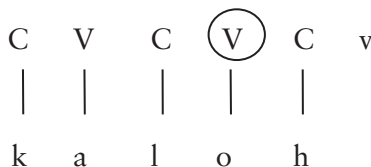


O fato de que palavras como *carta* e *açúcar* tenham a mesma representação fonológica parece causar um problema: *carta* não é sentida como marcada, como é o caso de *açúcar*. A diferença seria que em *carta* o acento não pode cair na penúltima posição vocálica, já que ela está vazia. O acento cai então na próxima posição vocálica associada a uma melodia. Já na palavra *açúcar*, a posição ideal para o acento, ou seja, a penúltima posição vocálica, está preenchida e apesar disto o acento cai na antepenúltima sílaba. Isto poderia explicar porque *açúcar* é sentido como um padrão acentual marcado, mas não *carta*. O acento em *açúcar* deve ser marcado lexicalmente como exceção.

Os oxítonos não marcados também recebem o acento na penúltima posição vocálica:

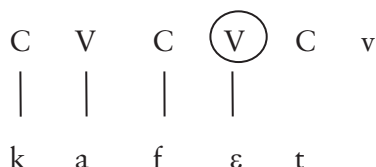
Palavras oxítonas em CVCV

a) calor [ka'loh]



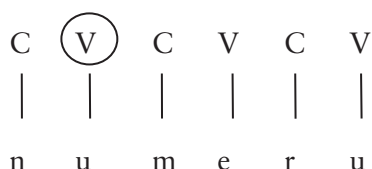
O caso dos oxítonos marcados, terminados por vogal, podem ser justificados pela presença de uma consoante subjacente, atestada em palavras derivadas: *café*, *cafeteira* (cf. também BISOL, 1992):

b) café [ka'fɛ]



As palavras proparoxítonas escapam à generalização segundo a qual o acento cai na penúltima posição vocálica e devem ter o acento marcado lexicalmente:

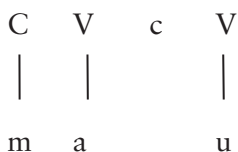
Palavras proparoxítonas em CVCV (número ['neru])



3. SEQUÊNCIAS VOCÁLICAS VOGAL + VOGAL ALTA.σ E VOGAL ALTA + VOGAL# E O ACENTO

Voltemos ao comportamento das sequências vocálicas em relação ao acento. Uma palavra terminada por ditongo decrescente, em geral, recebe o acento final e os casos de paroxítonos terminados por este tipo de ditongos são raros (como por exemplo *pônei*, com redução possível a *pôni*). Dissemos que nos termos de CVCV, o acento previsível cai na penúltima posição vocálica. Então, se os ditongos decrescentes “atraem” o acento, é porque em realidade correspondem a dois CVs:

Palavras contendo um ditongo decrescente final (mau ['maw])



Trata-se, portanto, de um paroxítono fonológico. Palavras como *baú* devem receber o acento lexicalmente, já que o hiato é o caso menos frequente neste contexto.

A representação proposta para ditongos (em que o ditongo corresponde a duas unidades CV) condiz com a atribuição do acento em Português e sua sensibilidade ao peso silábico (sílabas fechadas por consoante ou contendo um ditongo final tendo o efeito de “atrair” o acento).

Vejam agora os casos de ditongos decrescentes não finais como em *aula*:

Palavras contendo um ditongo decrescente não final

C	V	c	V	C	V
	a		u	l	a

Partindo do princípio que as semivogais são derivadas de vogais altas em Português, o que impede o acento de cair na penúltima posição vocálica, ou seja, na vogal alta? Se este fosse sempre o caso, teríamos um hiato, como em *saída* e *saúde*. O hiato é, entretanto, o caso marcado neste contexto. Os fonólogos que trataram desta questão apresentam diferentes soluções. Para obter um ditongo, Bisol deriva a semivogal por silabação antes da aplicação do acento. Já Mateus; D’Andrade (2000, p. 48) fazem menção a uma marca lexical que impediria a vogal alta de receber o acento:

[...] phonetic glides are high vowels underlyingly: they are underspecified, as all vowels, and get full specification in accordance with specific rules, complementary rules and default rules. Furthermore, high vowels that integrate falling diphthongs at the phonetic level cannot receive the stress, that is, they are marked in the lexical representation as not being able to be stressed – like non-stressable vowels in ante-penultimate stressed words (e.g. *dúvida* [dúvide] ‘doubt’ or *árvore* [árvuri] ‘tree’ whose penultimate vowel cannot be stressed and so it is underlyingly marked). Thus, if a high vowel is marked and if it is preceded by another vowel, it becomes a glide at the phonetic level and it is integrated in the syllable nucleus with the preceding vowel [...]. It is worth noting that high vowels which do not have a lexical mark can be stressed and are realized as vowels at the phonetic level, even though they are preceded by other vowels (e.g. *país* [pɛ́iʃ] ‘country’ or verb forms as *sair* [sɛ́iɾ] ‘to leave’ where [i] is the theme vowel).

Já que vogais altas não podem receber o acento nesse contexto em virtude desta marca lexical, o acento recai na vogal à esquerda (*áula*). Então, uma palavra

como *aula* é um proparoxítono fonológico, assim como *dúvida*. O inconveniente desta análise é que o padrão proparoxítono parece ser muito marcado em Português. Ora, há muitas palavras com ditongo, como *aula*, em Português e elas não são percebidas marcadas como *sábado* e *abóbora* ‘abobra’, simplificadas a ‘sabo’ e ‘abobra’ em alguns falares.

Se admitimos que *aula* e *cadeira* são proparoxítonos, aumentamos consideravelmente o número de palavras proparoxítonas na língua. Isto põe em dúvida o caráter marcado desse padrão. Isto já foi questionado por alguns autores. Araújo *et al.* (2007) apresentam argumentos contra a ideia de que se trata um padrão marginal em Português. Os autores apontam que a redução de proparoxítonos a paroxítonos, com apagamento de uma sílaba, como em *abóbora* ~ *abóbora* não é um processo sistemático, pois está submetido a restrições e não atinge todos os proparoxítonos. Assim [a.'bõ.bra] com redução é possível, mas não *['med.ku] *médico*. Segundo Araújo *et al.*, o apagamento da vogal postônica em Português resultaria em grupos de consoantes ilícitos em 62,7% de um total de 18.413 proparoxítonos levantados³. Para nós, este estudo mostra claramente que o suposto caráter excepcional das proparoxítonas deve ser questionado, pelo menos em alguns casos.

Parece-nos que a chave do problema está na diferenciação entre um nível fonológico e um nível fonético. O padrão proparoxítono seria marcado em alguns casos ao nível fonético, mas seria legítimo em outros, mesmo se não se trata do tipo acentual mais produtivo da língua.

Na análise de Mateus (1982 [1975]) e Mateus; D'Andrade (2000), há uma diferença clara entre acentuação fonológica e acentuação fonética. Assim, palavras paroxítonas no nível fonológico são classificadas como oxítonas a nível fonético, como a palavra *judeu* (exemplo dado em MATEUS, 1982 [1975]) e *carapau*, *ateneu*, *masoléu*, *fariseu*, *pigmeu* (exemplos retirados de MATEUS; D'ANDRADE, 2000).

O que parece menos natural nesta análise, segundo a qual os proparoxítonos fazem parte do sistema, mesmo que seja de forma menos produtiva, é marcar no léxico o caso mais frequente, com a realização do ditongo. Preferimos uma análise em que é o acento excepcional em palavras como *saúde*, com hiato, que deve ser marcado lexicalmente.

Esta interpretação parece mais natural igualmente quando levamos em consideração trabalhos como o de Simioni (2011). Para observar o comportamento das sequências vocálicas contendo uma vogal alta em relação ao acento, Simioni

³ O levantamento não inclui palavras com sequência final de vogal alta + vogal.

realizou um teste em que era solicitado aos participantes que separassem as sílabas e sublinhassem a sílaba acentuada de palavras inventadas.

Em sequências de vogal + vogal alta não final como em *azeite* e *paraíso*, é a forma com ditongo que prevalece. Em sequências vocálicas finais envolvendo uma vogal alta, os resultados do seu teste indicam que o tipo não marcado é *polícia*, em relação a *padaria*. Como Hermans; Wetzels (2012) já apontaram, haveria uma restrição em Português impossibilitando que uma vogal alta seja acentuada se ela é imediatamente seguida de uma vogal em final de palavra.

No teste realizado por Simioni, as sequências vocálicas não finais e finais envolvendo uma vogal alta não eram o único contexto analisado. Meireles (2014a) realizou um teste mais específico com esses dois contextos (vogal + vogal alta.σ e vogal alta + vogal#) e verificou que os resultados de Simioni e a restrição indicada por Hermans; Wetzels se confirmavam em um teste centrado no comportamento dessas sequências.

Segundo essas considerações, os dois contextos envolvendo vogal alta escapam à regra que propomos segundo a qual o acento produtivo recai na penúltima posição vocálica preenchida. Ainda segundo nossa proposta, uma palavra com ditongo não final como *aula* torna-se um proparoxítono fonológico, assim como *história*.

De acordo com nossa análise, os proparoxítonos seriam então um tipo acentual legítimo em Português quando a penúltima posição vocálica aparece ocupada por uma vogal alta precedida ou seguida de outra vogal, caso em que o acento cai na vogal mais à esquerda da vogal alta (*aula* e *história*). Neste sentido, *aula* e *história* são formas menos marcadas porque elas obedecem a uma mesma restrição: haveria uma restrição em Português que impede uma vogal alta de receber o acento na penúltima posição vocálica *se houver outra vogal adjacente*. Neste único caso, o padrão proparoxítono é previsível. O acento dos outros proparoxítonos deve fazer parte da informação lexical da palavra, como todos os outros tipos acentuais marcados⁴.

Segundo o princípio de que o acento não marcado em Português cai na penúltima posição vocálica exceto se esta for ocupada por uma vogal alta seguida de outra vogal (*V alta + V#) ou antecedida de outra vogal (*V'V alta + {V, σ}), e considerando que os glides dos ditongos são derivados de vogal alta, pode-se reunir a acentuação de palavras como *aula* e *história* sob uma mesma descrição contextual.

⁴ Há algumas formas proparoxítonas problemáticas para a teoria CVCV. Para não irmos além do objetivo fixado neste artigo, não incluímos o tratamento dessas formas neste trabalho. Para mais detalhes sobre o assunto, cf. Meireles (2014a, 2014b).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, em Português haveria uma restrição que impede o acento de cair automaticamente na penúltima posição vocálica se ela é ocupada por uma vogal alta seguida de outra vogal em posição final de palavra. Neste contexto, o acento cai na antepenúltima posição vocálica em geral, como em *história*. Esse tipo de proparoxítono fonológico é realizado quase categoricamente com um ditongo crescente, ou seja, tornando-se paroxítono (histór[ja]). Defendemos que a mesma restrição acentual atua sobre formas como *aula*, com uma melodia alta na penúltima posição vocálica, precedida de outra vogal. Neste caso, também o acento não marcado cai na antepenúltima posição vocálica e observa-se a formação de um ditongo ([aw]la).

Se consideramos que ditongos decrescentes como em *aula* correspondem a hiatos subjacentes, temos um proparoxítono fonológico assim como em *história*. A formação de ditongos decrescentes e crescentes em Português aparece então sob um novo prisma: trata-se de evitar um proparoxítono fonético assim como o hiato. A maneira como as sequências vocálicas envolvendo uma vogal alta nos contextos estudados se comportam em relação ao acento é explicável através de uma única generalização, o que mais econômico para a análise do Português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Gabriel; VIARO, Mário; GUIMARÃES-FILHO, Zwinglio; OLIVEIRA, Leonardo. As proparoxítonas e o sistema acentual do Português. In: ARAÚJO, Gabriel (org.). *O acento em Português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 37-60.
- BISOL, Leda. O acento e o pé métrico binário. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 22, p. 69-80, 1992.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 [1970].
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].
- HERMANS, Ben; WETZELS, Leo. Productive and unproductive stress patterns in Brazilian Portuguese. *Letras & Letras*, 28 (1), p. 77-114, jan./jun. 2012.
- LOWENSTAMM, Jean. CV as the only syllable type. In: DURAN, Jacques; LAKS, Bernard (orgs.). *Currents Trends in Phonology: Models and Methods*, CNRS, Paris X: ESRI, 2, p. 419-441, 1996.
- MATEUS, Maria Helena Mira. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: INIC, 1982 [1975].
- _____; D'ANDRADE, Ernesto. *The phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MEIRELES, Vanessa. *Analyse phonologique et métrique des glides et diphtongues en portugais brésilien*. 2014. Tese (Doutorado), Université Paris 8, Paris, 2014a.

_____. O acento primário em Português: generalidades e proposta de análise. *Revista Diadorim – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 16, p. 16-32, dez. 2014b.

SCHEER, Tobias. A unified model of Proper Government. *The linguistic Review*, 15, p. 41-67, 1998.

_____. *A lateral theory of phonology*; v. 1: What is CVCV and why should it be? Berlin: M. de Gruyter, 2004.

_____. *Précis de structure syllabique*. ENS éditions, 2014.

SIMIONI, Taíse. *Uma análise dos vocóides altos em Português brasileiro: relações entre silabificação e atribuição do acento*. 2011. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

13

CAPÍTULO

PANORAMA DE ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DO ALTEAMENTO NO VOCALISMO POSTÔNICO MEDIAL EM PORTUGUÊS

ALESSANDRA DE PAULA¹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um breve panorama sociolinguístico do processo de alteamento das vogais médias /e/ e /o/ que tem gerado variação e mudança no vocalismo postônico medial do Português. Esse tema, que exige uma minuciosa investigação do léxico proparoxítono, tem sido pouco estudado até hoje, mas, desde um projeto de Iniciação Científica, em 2006, despertou o empenho investigativo das pesquisadoras Silvia Brandão e Alessandra de Paula. Desde então, sob a orientação de Brandão, De Paula empreendeu um estudo do fenômeno que resultou em sua dissertação de Mestrado e sua tese de Doutorado (DE PAULA, 2010; 2015), as quais estão aqui resumidas, além de diversos trabalhos (BRANDÃO; SANTOS, 2009; DE PAULA, 2008, 2014; DE PAULA; BRANDÃO, 2012, 2015; e outros). A

¹ Silvia esteve presente em toda minha formação acadêmica e não sei me lembrar quando nossa parceria se tornou inseparável de nossas vidas, pois a amizade e o carinho que sinto por ela já são atemporais, emanam em tudo o que sou hoje e guiam os incontáveis caminhos que ainda iremos trilhar juntas. A ela agradeço pelo exemplo de excelência em tudo e pela profunda dedicação para que eu realizasse o melhor como professora e pesquisadora.

pesquisa foi desenvolvida segundo os princípios teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1972, 1994; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), nas variedades de fala culta e popular do estado do Rio de Janeiro, além de ter tido seus aspectos comparados com o Português europeu e alguns estudos já realizados no Brasil, sob diferentes perspectivas teóricas.

É consabido na literatura que, desde a implementação do Português no Brasil, a redução das vogais em contextos átonos é um aspecto que tem traçado percursos de mudança fonológica muito diversos no Português brasileiro e no Português europeu (doravante PB e PE). A pesquisa de Brandão e De Paula chegou a resultados que são fundamentais para a compreensão do atual estágio dessas mudanças. Ela responde a questões sobre o vocalismo que surgiram na primeira abordagem fonológica sobre o Português, realizada por Joaquim Mattoso Camara Jr. (1953, 1977), especialmente no que diz respeito à sílaba postônica não final – um dos pontos da descrição de Mattoso Camara que acarretaram mais debates entre os teóricos que o sucederam.

Esse contexto diz respeito à penúltima sílaba das proparoxítonas, como nas palavras *abóbora* e *pêssego*, por exemplo, na qual o alteamento leva à instabilidade entre as vogais [e]~[i]/[o]~[u]. Esta pesquisa agregou novas informações ao debate sobre tal fenômeno que, após a descrição de Camara Jr., foi revisto por Bisol (2003, 2010). Tais autores discutiram a assimetria do processo de alteamento, pois a vogal posterior /o/ demonstra-se mais sensível a ele, como é possível ver em palavras como *pérola* – frequentemente realizada como *pér[u]la* –, enquanto a vogal anterior /e/ apresenta mais resistência, como se verifica em palavras como *almôndega* e *pálpebra* – termos que, aparentemente, podem soar menos naturais com a vogal alta anterior, *almônd[i]ga* e *pálp[i]bra*, do que termos com a vogal posterior alta.

Na avaliação de Camara Jr., na verdade, o alteamento de /e/ nesse contexto era uma impossibilidade na fala culta carioca de seu tempo, enquanto Bisol defendeu que, atualmente, há uma instabilidade no PB e que a articulação anterior tende a se regularizar com a vogal alta, o que faria tal posição silábica, em etapas futuras do Português, teoricamente, ter um quadro vocálico semelhante à posição postônica final, com três vogais /i a u/. Considera-se aqui que na fala culta da década de 1940, que foi alvo da descrição de Camara Jr., provavelmente a variante [i] ainda era muito incomum entre os falantes escolarizados, não tendo sido percebida pelo ouvido certamente apurado do linguista. Assim, foi importante rever o comportamento atual dessa vogal, na fala culta ou não, visto que quase 80 anos se passaram desde sua descrição.

Esta pesquisa verificou o que Camara Jr. e Bisol defenderam, partindo da hipótese geral de que a mudança para o quadro de três vogais se encontra em fase

final de implementação e os índices de alteamento teriam aumentado no período entre a descrição de Camara Jr. e a atualidade, tornando-se produtivo em quaisquer segmentos da comunidade de fala fluminense.

Destaca-se que o estudo do vocalismo postônico medial difere-se de outros contextos átonos porque as proparoxítonas têm diversas especificidades, o que se discute na seção 5. Para buscar esclarecer as questões que envolvem o tema, investigaram-se amostras sociolinguísticas dos anos 1970/80 e 2000, levantadas nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Lisboa. Além disso, realizou-se uma análise pontual do léxico dessas amostras, em consideração aos já comentados aspectos peculiares dos termos proparoxítonos. O trabalho contou ainda com uma investigação bibliográfica diacrônica e uma análise de questionários e de um teste de leitura aplicados a falantes cariocas a fim de registrar uma quantidade maior de termos proparoxítonos. Por fim, realizou-se uma interpretação do vocalismo postônico não final, avaliando-se os resultados desta pesquisa e outros trabalhos teóricos e empíricos que abordaram o tema.

2. O VOCALISMO POSTÔNICO MEDIAL EM PORTUGUÊS

Trabalhos diacrônicos sobre o Português dizem que, desde o período medieval, as vogais médias sofrem alteamento na sílaba postônica final, onde as sete vogais tônicas /i e e a o o u/ se reduziram para três /i a u/. Sobre a sílaba postônica medial, alguns autores descreveram que as médias já podiam apresentar ligeiro fechamento (*cér/e/bro*, *ár/u/re*) antes do século XVI. Após sua implantação no Brasil, a língua seguiu diferentes caminhos. No PE, o alteamento se implementou ao longo dos séculos em todo o vocalismo átono, em que surgiu também um novo segmento [i], de articulação central. Diferentemente, como é consabido, o PB apresenta até hoje variação em seu vocalismo átono, especialmente nas posições pretônica e postônica medial. Dessa forma, parte desta pesquisa se propôs a comparar as duas variedades na diacronia e na sincronia atual, permitindo, ao investigar o processo de alteamento, que já está totalmente concluído no PE, compreender melhor a variação que ainda há no PB.

A bibliografia da fonologia histórica referente ao período entre os séculos XVI e XIX apresenta poucas fontes que podem ajudar a delimitar historicamente quando o quadro vocálico postônico medial se tornou assimétrico no PB e quando se iniciou e se concluiu a implementação total do alteamento e da posteriorização de /e/ para [i] no PE.

Apesar de tais dificuldades, em Naro (1973), lê-se a hipótese de que a vogal /e/ teria sido alteada no PB somente no século XX (até 1938), em sílabas iniciais e finais, mas teria persistido nas sílabas mediais postônicas e pretônicas: *venerador*, *número*; enquanto no PE, o alteamento de /e/, nessas posições, já teria se concluído

até o século XVIII, o que também defendem outros autores. Para Marquilhas (2003), existem indícios de que as variantes inovadoras [i, u] e o apagamento já ocorriam em todos os contextos átonos desde o século XVII, generalizados por um processo de analogia, mas a redução geral do vocalismo átono Português só pode ser certamente reconhecida muito recentemente. As descrições de Gonçalves Viana (1973; 1982) e Barbosa (1988) dos séculos XIX e XX também indicam que o vocalismo átono do PE, inclusive o postônico não final, se regularizou nas vogais [i, a, u] muito recentemente.

Como há poucos trabalhos atuais sobre este tema nas outras regiões do Brasil (cf. DE PAULA, 2015), ainda não é possível ter uma visão sociolinguística ampla do fenômeno no PB, mas os dados dos trabalhos já realizados conseguem demonstrar que existe grande variação no país no âmbito desse quadro vocálico. Vários deles encontraram uma resistência maior da vogal anterior /e/ para sofrer alteamento, por diferentes motivos. A proposta mattosiana de que existem quatro segmentos /i E a U/ no vocalismo postônico não final ainda apresenta algum reflexo na atualidade. Por outro lado, a observação atenta dos fatores motivadores da manutenção de /e/ encontrados em tais trabalhos mostra que eles são geralmente fatores de ordem social ou lexical. As primeiras etapas desta pesquisa também demonstraram isso e, assim, a assimetria do contexto postônico medial foi considerada o reflexo de uma instabilidade fonológica – de acordo com Bisol (2003) – também observada em outros estágios do Português.

Paralelamente, a literatura contemporânea sobre o vocalismo átono do PE (MATEUS; ANDRADE, 2000; e outros) aponta que essa variedade, atualmente, apresenta regularidade fonética em todas as posições átonas. Quanto às vogais postônicas não finais, raramente citadas, nunca não registradas características próprias e elas só podem ser atestadas em exemplos que reúnem proparoxítonas e paroxítonas. De tudo isso, concluiu-se que o quadro vocálico não final do PE não pode ser tratado isoladamente das outras posições átonas. Ainda assim, não há uma amostra controlada que evidencie a redução das vogais átonas portuguesa e permita constatar as descrições realizadas. Também não há unanimidade quanto à interpretação da estrutura subjacente desta variedade do Português, pois o valor fonológico de [i] é de difícil observação e definição. Sobre tal questão fonológica, há trabalhos teóricos que observaram os aspectos do PE e serão discutidos no item 6, em que se realiza uma comparação com o vocalismo do PB.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A análise sociolinguística realizada procurou atestar tendências de que os quadros átonos se estabilizem no Brasil, a exemplo de Portugal, ou de que a variação entre médias e altas, especialmente na posição postônica medial, possa persistir por muito tempo nessa variedade.

Partiu-se da hipótese de que os aspectos assimétricos entre /e, o/ – que foram observados e discutidos por outros autores e também vistos nas primeiras etapas da pesquisa – deixarão de existir com o passar do tempo e mudança se estabelecerá a favor de /i u/. Para esclarecer essa hipótese, foram descritos e comparados dados das últimas quatro décadas de fala culta e popular do estado do Rio de Janeiro e da região metropolitana de Lisboa. Por conta da especificidade do tema e das dificuldades para encontrar em grande quantidade os termos proparoxítonos estudados, a análise foi complementada com dados de Atlas linguísticos (DE PAULA, 2008) e um questionário, para levantamento e observação mais ampla das vogais estudadas.

Os *corpora* sociolinguísticos do PB referentes às décadas de 1970 e 1980 contam com 121 entrevistas do tipo DID. Os de fala popular são do Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL 80), enquanto os dados de fala culta são referentes ao *Corpus* Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (NURC- RJ). Da década de 2000, foram consideradas 45 entrevistas do tipo DID do Projeto Concordância RJ, de fala culta e popular, e do *Corpus* PEUL 2000, de fala popular.

Como dito, complementou-se a pesquisa com 17 gravações de um questionário (perguntas e identificação de figuras) e um teste de leitura realizados por cariocas de três níveis de escolaridade. Levantaram-se as palavras através de 32 perguntas como “Qual o nome da pessoa que fica no hotel por algum tempo?” [Hóspede]; 22 figuras de objetos ou situações como *brócolis*, *tráfego*; e trechos de leitura como “Nunca considerei a [hipótese] de colocar alguma [prótese] de silicone. Além de achar muito perigoso, o motivo é [frívolo]” que somam 23 itens.

Os *corpora* do PE dos anos 1970 estudados somam 17 entrevistas do tipo DID da única amostra dessa década, o *Corpus* Português Fundamental (outras 18 entrevistas do *corpus* não apresentaram as vogais desejadas). Tais gravações são de falantes cultos e não cultos de Lisboa e têm duração aproximada de apenas 04 minutos cada. O preenchimento das células sociais não é regular e muitas delas não são preenchidas. Referentes à década 2000, foram consideradas 36 entrevistas do *Corpus* Concordância, 18 da área metropolitana de Oeiras e 18 de Cacém.

Os dados sociolinguísticos do PB foram analisados no programa Goldvarb-X e também no ponto de vista lexical e no âmbito do idioleto, investigando-se possíveis condicionamentos idiossincráticos ou lexicais na realização das vogais médias, em especial de /e/.

As variáveis extralinguísticas controladas foram *faixa etária*; *escolaridade*; *localização geográfica*: região metropolitana, capital ou Norte do estado; e *sexo*.

As variáveis linguísticas foram *contexto antecedente*; *contexto subsequente*; *classe do vocábulo*: substantivo, adjetivo, verbo; *classificação lexical*: termo técnico, usual, ou pouco usual; topônimo e antropônimo (DE PAULA, 2010); *natureza da vogal da sílaba antecedente*; *natureza da vogal da sílaba subsequente*; e *posição da vogal na palavra* (na raiz ou em outros morfemas).

4. PANORAMA DOS RESULTADOS PARA O PORTUGUÊS

Como foi prenunciado, a análise da fala fluminense visou averiguar porque o alteamento na posição postônica não final já está implementado em /o/, mas ainda encontra resistência em /e/; caracterizar a natureza dessa resistência, verificando as propostas de outros autores. Por conta de sua brevidade e seu objetivo, a apresentação de cada etapa realizada não se propõe a expor amplamente o desenvolvimento da análise, mas resumir com indicações pontuais os principais resultados encontrados na investigação que está detalhada em De Paula (2015).

4.1. Fala espontânea fluminense

As amostras sociolinguísticas das décadas de 1970/1980 e de 2000 somaram 166 entrevistas e 1844 ocorrências de vogal média postônica não final. O léxico apresentou 89 proparoxítonas: 43 com /e/ – *alfândega*, *almôndega*, *amássemos*, *Aristóteles*, *câmera*, *centímetro*, *célebre*, *cérebro*, *córrego*, *estudássemos*, *exógenos*, *fenômeno*, *fôlego*, *gênero*, *hidrômetro*, *hipótese*, *ímpeto*, *indígena*, *intérprete*, *inúmeros*, *Mariângela*, *milímetro*, *nádega*, *número*, *ópera*, *pálpebra*, *paralelepípedo*, *parâmetro*, *perímetro*, *pêssego*, *prótese*, *quilômetro*, *quiséssemos*, *tivéssemos*, *tráfego*, *úlceras*, *uníssemos*, *útero*, *velocípede*, *vértebras*, *véspera*, *viscera*, *vivéssemos*; e 46 com /o/ postônicos mediais – *abóbora*, *Acrópole*, *Adrianópolis*, *agrícola*, *âncora*, *árvore*, *autônomo*, *biólogas*, *bússola*, *carnívoro*, *catálogo*, *catástrofe*, *cômoda*, *cômulo*, *cômulo*, *Débora*, *diálogo*, *época*, *Florianópolis*, *fósforo*, *gastrônomo*, *Heliópolis*, *herbívoro*, *ídolo*, *incômodo*, *índole*, *Mariópolis*, *mármore*, *método*, *metrópole*, *monótono*, *Nápoles*, *Nilópolis*, *pároco*, *Pentágono*, *pérola*, *Petrópolis*, *polígono*, *psicólogo*, *sambódromo*, *semáforo*, *símbolo*, *sociólogo*, *Távola*, *Teresópolis*, *tômbolos*. As proparoxítonas com vogal /e/ totalizaram 485 ocorrências (26,3% dos dados) e aquelas com vogal /o/, 1359 ocorrências.

Esse universo lexical é muito pequeno se comparado aos outros padrões acentuais do Português, tanto em variedade de lexemas como em frequência de ocorrência. Além disso, ele condiciona fortemente os resultados correspondentes às variáveis linguísticas controladas no trabalho, como o contexto fonético em que as vogais aparecem, por exemplo. Isso significa que a seleção de uma variável

linguística como relevante pelo programa de análise estatística, por exemplo, a consoante em *contexto subsequente*, está geralmente relacionada com a frequência de alguns itens lexicais. É o caso das consoantes /m/ e /t/ que remetem, quase sempre, ao radical *-metro*: *milímetro*, *centímetro*, *quilômetro* etc. Como consequência dessa dimensão lexical do fenômeno, todas as variáveis linguísticas acabaram sendo desconsideradas e, em contrapartida, De Paula (2010, 2015) realizou uma atenta análise lexical dos *corpora*, resumida na seção 5.

A primeira análise sociolinguística da pesquisa foi realizada na dissertação de De Paula (2010) e diz respeito apenas às décadas de 1970 e 1980. Os falantes do PEUL 80, que não têm ensino superior, não mantiveram nem 1% das vogais médias /e/ e /o/, tendo sempre apagado ou reduzido ambas as vogais. Paralelamente, a performance dos pescadores do APERJ, também pouco escolarizados, foi quase categórica em realizar as vogais altas (93,7% de alteamento da vogal /e/ e 95,5% de da vogal /o/, desconsiderando-se os muitos casos de apagamento). Na análise multivariada realizada na dissertação, o comportamento dos falantes deste *corpus* foi radicalmente diferente da fala culta carioca da mesma década: no APERJ, a aplicação da regra do alteamento teve peso relativo de 0.737; em contraste com o NURC, que, com 21,8% de alteamento de /e/, teve peso relativo de apenas 0.052 (DE PAULA, 2010, p. 102).

Apresentam-se, a seguir, na Tabela 1, os resultados gerais do estudo da mudança em *tempo real de curta duração* nas falas culta e popular entre 1970/80 e 2000, realizado na tese de DE PAULA (2015). Nesta etapa diacrônica, foram considerados apenas os *corpora* NURC, PEUL e Concordância, referentes à região metropolitana do Rio de Janeiro, sem o *corpus* APERJ, que não tem equivalente geográfico na atualidade. Como explicitam esses percentuais diacrônicos gerais, ambas as vogais médias /e, o/ postônicas não finais estão em variação com as altas /i, u/, nas duas sincronias, revelando-se também indícios de um processo avançado de mudança em direção à implementação do quadro vocálico /i, a, u/:

Tabela 1 Índices gerais da variação na fala fluminense – Décadas de 1970/1980 e 2000.

CORPORA NURC 1970 E PEUL 80						
	ALTEAMENTO		MANUTENÇÃO		APAGAMENTO	
Vogal /e/	58/128	45,3%	68/128	53,1%	02/128	1,6%
Exemplo	[vɛjpirɐ]		[vɛhtebrɛj]		[vɛjprɛ]	
Vogal /o/	243/311	78,1%	11/311	3,6%	57/311	18,3%
Exemplo	[aw'tõnumu]		[a'bõboɾɐ]		[aw'tõmɛj]	

CORPORA CONCORDÂNCIA RJ E PEUL 2000						
	ALTEAMENTO		MANUTENÇÃO		APAGAMENTO	
Vogal /e/	40/79	50,6%	34/79	43,1%	05/79	6,3%
Exemplo	[fe'nõminu]		[fe'nõmenu]		['nũ]	
Vogal /o/	327/351	93,2%	06/351	1,7%	18/351	5,1%
Exemplo	['epukɐ]		[ɛ:pokɐ::]		[ɛpɐ]	

A vogal posterior, em especial, quando não sofre cancelamento, é realizada alta na maioria absoluta dos dados de fala popular e culta, nas duas épocas estudadas (78,1% e 93,2% de alteamento). Por outro lado, os dados de /e/ – a única vogal que apresentou variação passível de análise estatística –, expõem uma resistência significativa da articulação média no contexto anterior, o que ratifica parcialmente a visão de Camara Jr. (1970). Entretanto, fica evidente que tal resistência existe apenas no nível fonético, sobretudo na fala dos indivíduos mais escolarizados (ou que monitoram o seu discurso, segundo outras etapas da pesquisa), pois a vogal média /e/ convive com realizações como *cér[i]bro*, *indíg[i]na* e *vésp[i]ra*, tanto na fala culta quanto na popular, que não causam estranhamento ou são estigmatizadas.

Paralelamente, a análise multivariada resumida a seguir (Tabela 2) refere-se à vogal anterior /e/, pois a posterior /o/, como esperado, foi quase categoricamente realizada [u] na fala espontânea. Além disso, foi excluído o PEUL 80, de fala popular carioca, em que o alteamento de /e/ e /o/ foi categórico. A fala escolarizada foi fator preponderante para a manutenção de /e/:

Tabela 2 Fator condicionador do alteamento da vogal média anterior postônica medial na fala da região metropolitana do Rio de Janeiro – Décadas de 1970/1980 e 2000.

VARIÁVEIS	FATORES	OCO	%	P. R.
Escolaridade	Fundamental	35/37	94,6%	0.938
	Médio	23/34	67,6%	0.645
	Superior	40/129	31,0%	0.281
Signif: 0.000		Input: 0.535		

Os pesos relativos deixam claro que o aumento gradual da escolaridade desfavorece o alteamento, sendo a principal razão para a restrição do processo. Camara Jr. sugeriu que o alteamento para [i] era inadmissível pelos cariocas (cultos) até 1970, mas os dados demonstram sua usualidade, havendo na comunidade variação [e] ~ [i] na realização do fonema /e/ original.

Além desta análise, a escolaridade foi a única variável selecionada em todas as demais. Além disso, a observação dos falantes com até o Ensino Fundamental demonstrou que a mudança já está prevista no nível subjacente da fala popular, com um quadro simétrico /i a u/, e há quase categoricidade na realização das vogais como altas, à semelhança do contexto postônico final. Os percentuais de alteamento de /e/ entre os falantes que estudaram até o Ensino Fundamental II foram de 93,5% (P. R. 0.737), como foi comentado, e de 85,7% (P. R. 0.897), respectivamente nas décadas de 1970/1980 e 2000 (cf. DE PAULA, 2010, p. 102; 2015, p. 120).

Todos os dados demonstram a produtividade do alteamento e um estágio avançado da mudança para o quadro simétrico /i a u/. Ficou assim demonstrado que, na fala espontânea do Rio de Janeiro, a assimetria é resultado da resistência de /e/ entre os falantes mais escolarizados.

4.2. Fala monitorada carioca

Os dados sociolinguísticos foram comparados com os questionários e o teste de leitura aplicados a falantes cariocas. Eles totalizaram 1292 dados, entre 738 casos de vogal /e/ e 554 de /o/. Foram descartados 18 casos de cancelamento e abaixamento além de uma das entrevistas. Assim, consideram-se 17 gravações: 542 dados de *perguntas*, 359 de *figuras* e 391 de *leitura*.

Os resultados encontrados são coerentes com a hipótese, advinda da análise de Atlas Linguísticos por De Paula (2008; 2010), de que a fala monitorada em questionários inibe o alteamento em postônicas mediais. Porém, chegaram ainda a surpreender índices muito elevados de conservação das vogais médias, inclusive de /o/, o que contribuiu em muito para a discussão sobre a constituição fonológica deste contexto vocálico. Os cariocas produziram muito mais a articulação média de ambas as vogais em comparação com os *corpora* sociolinguísticos. Por outro lado, embora a assimetria tenha sido bem menor que na fala espontânea, a vogal anterior /e/ ainda foi menos sensível ao alteamento que /o/, em consonância com as outras etapas da pesquisa. Veja-se os percentuais gerais para /e/ na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 Índices da realização da vogal média anterior postônica medial em dados de Questionários e Leitura.

QUESTIONÁRIOS E LEITURA – VOGAL /E/				
ESTRATÉGIA	ALTEAMENTO		MANUTENÇÃO	
Perguntas	141/279	50,5%	138/279	49,5%
Exemplo	[ˈaʃpiru]		[ˈaʃperu]	
Figuras	92/202	45,5%	110/202	54,5%
Exemplo	[tefiˈmõmitru]		[tefiˈmõmetru]	
Leitura	98/257	38,1%	159/257	61,9%
Exemplo	[ˈkəhsiri]		[ˈkəhsəri]	
Total	331	44,9%	407	55,1%

Os dados foram analisados em separado de acordo com a estratégia de investigação, considerando que foram produzidos em diferentes estilos de fala. Os resultados demonstram que os falantes, em geral, diminuem gradualmente a produção do alteamento em /e/ conforme aumenta a formalidade do inquirido: 50,5% > 45,5% > 38,1%. Enquanto os percentuais das estratégias de perguntas e figuras permaneceram na neutralidade, na leitura, presumivelmente, as realizações foram muito mais conservadoras, ultrapassando 60% de manutenção da média /e/. No total geral, a articulação média sobrepõe levemente o alteamento, em 55,1% dos casos.

Como dito, embora também tenha sido inibido na vogal /o/, o alteamento foi muito mais produtivo nesse contexto: foi realizado em 64,8% dos casos totais, mas surpreendentemente chegou a ser preterido na leitura, com apenas 44,8% de [u] (DE PAULA, 2010, p. 128). É fundamental observar que tal percentual é bastante equilibrado com a realização da vogal /e/ nos dados de leitura – 38,1% de alteamento –, isenta de qualquer assimetria.

As variáveis relevantes nas análises multivariadas foram observadas em percentuais na fala monitorada e entre elas apenas a *escolaridade* destacou-se na variação das vogais (p. 128-135), como se esperava. Por outro lado, os falantes não atentaram ao caráter *usual* ou *técnico* das proparoxítonas e, na leitura, houve perceptível receio de todos ao se depararem com esse acento, mesmo em palavras comuns na fala carioca, como *véspera* e *prótese*. Os falantes com nível fundamental foram extremamente cautelosos ao ler, atingindo 70% de manutenção de /e/.

Assim, a categoricidade do fenômeno no contexto posterior – verificada em todas as amostras sociolinguísticas de 2000 – e no contexto anterior – verificada entre os falantes de nível fundamental – não se mantém nos discursos mais formais, quando todos os falantes recuperam, de forma consistente, as vogais conservadoras. A manutenção de /o/, ainda que em menor número que de /e/, é significativa porque o alteamento desta vogal já está estabelecido na fala espontânea fluminense, culta e popular, desde a década de 1940, conforme atestou Mattoso Camara. Em suma, conforme o monitoramento do discurso aumenta, o alteamento é refreado, mais intensamente na vogal /e/, mas também de forma expressiva na vogal /o/.

4.3. Fala espontânea lisboeta

As 53 entrevistas do PE falado na região metropolitana de Lisboa totalizaram 140 ocorrências de vogal média postônica não final – 30 dados de 1970 e 110 dados de 2000:

Tabela 4 Índices da variação de <e> e <o>² postônicos mediais na região de Lisboa – Décadas de 1970 e 2000.

CORPUS PORTUGUÊS FUNDAMENTAL LISBOA 1970						
	ALTA		MÉDIA		APAGAMENTO	
Vogal <e>	15/24	62,5%	0/24	0%	09/24	37,5%
Exemplo	[f'i'nominu]				[i'pots]	
Vogal <o>	04/06	66,7%	0/06	0%	02/06	33,3%
Exemplo	['metudu]				[ka'tal]	
CORPUS CONCORDÂNCIA LISBOA 2000						
	ALTA		MÉDIA		APAGAMENTO	
Vogal <e>	32/79	40,5%	0/79	0%	47/79	59,5
Exemplo	['nūmiru]				['nū ^m ru]	
Vogal <o>	16/31	51,6%	0/31	0%	15/31	48,4%
Exemplo	['idu ^l uʃ]				[si'maf ^r u]	

² São usados aqui grafemas, pois a descrição nesta seção não pretende discutir o valor fonológico dessas vogais.

Os poucos dados levantados não permitiram a observação precisa dos fatores sociais, mas eles evidenciam a categoricidade das vogais altas em Lisboa já em 1970. Em variação apenas com o apagamento, houve 15 realizações de vogal <e> nas variantes [i], [ɪ] ou [ʲ], que são 62,5% dos dados. A vogal <o> foi alteada para [u] ou [ʊ] em 04 casos, 66,7% do total de 06.

Na década de 2000, os 36 falantes de Oeiras e Cacém ou reduziram <e> e <o> para a articulação alta ou as apagaram em percentuais expressivos, assim como os lisboetas de 1970. O cancelamento foi ainda mais produtivo, evidenciando seu aumento nas últimas décadas.

Os dados destes informantes indicam haver simetria entre as vogais <e> e <o>, tendo sido as taxas de alteamento e apagamento de cada vogal muito semelhantes. Com forte tendência a reduções, as vogais realizaram-se extremamente débeis ou foram apagadas.

Sobre as variáveis sociais, pôde-se observar apenas que, nos anos 1970, o cancelamento se concentrou na fala menos escolarizada, mas a raridade dos dados não permitiu maiores conjecturas. Obviamente, os resultados aqui apresentados não podem ser generalizados para a variedade do PE como um todo, mas corroboram as descrições fonéticas do PE já realizadas.

5. ANÁLISE LEXICAL E IDIOSSINCRÁTICA

Em geral, os trabalhos que envolvem os vocábulos proparoxítonos consideram o caráter marcado desse padrão acentual no Português, por ser o seu acento menos produtivo, muitas vezes ponderando que talvez ele não seja natural na língua porque se perdeu no latim vulgar e teve uma reentrada tardia, através de empréstimos eruditos do latim clássico e do grego. As proparoxítonas também são semanticamente peculiares, já que constituem, em sua maioria, termos técnicos e pouco usuais. Apenas algumas delas ganharam espaço no cotidiano dos falantes do Português porque, com o passar do tempo, seus conceitos se popularizaram. Nos dados deste trabalho, são exemplos *árvore*, *número*, *centímetro*, *psicólogo* etc.

Com base na contagem dos verbetes do *Dicionário Houaiss* (HOUAISS; VILLAR, 2001) de Araújo *et al.* (2007), De Paula (2010, p. 47-55) avaliou, de acordo com a usualidade, as 3.631 proparoxítonas dicionarizadas do Português que apresentam /e/ e /o/ postônicos não finais. A autora classificou 53 proparoxítonas como termos usuais: *pêssego*, *época*; 134 como termos *pouco usuais*: *efêmero*, *déspota*; 294 como termos *reconhecíveis* e/ou *técnicos*: *calorímetro*, *museólogo*; e 3.150 como termos *em desuso*, *restritos* e/ou *técnicos não reconhecíveis*: *cecidógeno*, *monáxono*. Essa classificação pôde ser ratificada com a frequência lexical nas entrevistas do *corpus* NURC-RJ levantada por Marques (1996).

Os termos *usuais*, que se retomam a seguir, são os únicos que fazem parte do vocabulário ativo de todos os falantes, ou seja, do conjunto de vocábulos que são adquiridos no convívio familiar e ocorrem com alta frequência na fala (DE PAULA, 2010:49): com vogal /e/: *almôndega, áspero, bafômetro, câmera, centímetro, cérebro, cócega, cólera, córrego, fôlego, frutífero, gênero, hóspede, mamífero, milímetro, número, pêssego, quilômetro, sonífero, termômetro, tiquete, tráfego, úlcera, útero, velocímetro, velocípede, véspera*; e com vogal /o/: *abóbora, agrícola, âncora, apóstolo, árvore, autônomo, brócolis, bússola, catálogo, cócoras, cômoda, cômodo, diálogo, época, fósforo, horóscopo, ídolo, incômodo, mármore, monótono, pérola, própolis, psicólogo, sambódromo, semáforo, símbolo*. Os demais itens geralmente são aprendidos em situações formais que passam pelo texto escrito ou pelo convívio escolar.

Os *corpora* desta pesquisa apresentam diversas restrições lexicais a serem consideradas, como a concentração de todas as ocorrências de *milímetro, centímetro, âncora* e *bússola* na fala dos pescadores ou a presença do topônimo *Nilópolis* apenas entre os falantes de Nova Iguaçu. Muitas vezes, a frequência de uma proparoxítona é influenciada pelo cotidiano do falante, a região em que vive, a profissão que exerce etc. Na fala culta, houve 20% de proparoxítonas *não usuais* ou *técnicas*, enquanto na fala popular houve de 1,4% a 6%. Além de tudo, nos resultados encontrados, os fatores lexicais, sociais e discursivos ofuscaram quaisquer condicionamentos fonéticos, os quais não puderam ser esclarecidos, como no caso de *-metro*, citado na seção 4.

Foram essas as razões que levaram a observar o fenômeno em questão sob a perspectiva teórica da Fonologia de Uso e da Teoria dos Exemplos. Nas palavras de Bybee, a Fonologia de Uso propõe “um modelo em que a variação e a mudança não são externas ao léxico e à gramática, mas inerentes a eles” (2002:287). Paralelamente, Cristófaros-Silva (2005) diz, segundo a Teoria dos Exemplos, que “efeitos de frequência expressam a organização probabilística do conhecimento linguístico” (p. 227). Considerou-se a possibilidade de que os poucos itens mais frequentes na fala espontânea encabeçassem a disseminação da variante inovadora, a vogal alta, sendo um modelo de mudança para os termos menos frequentes. Entretanto, a mudança investigada encontra-se em etapas finais de implementação, quando atestar suas motivações, seja na perspectiva variacionista ou funcionalista, é muito difícil. Também na proposta de Marquilhas (2003) para o PE, o alteamento nas postônicas não finais teria sido promovido pelos outros contextos átonos da língua, mais frequentes, mas nem mesmo sua hipótese pôde ser confirmada, pela raridade dos dados de outras sincronias. Esse caso ratifica o postulado laboviano de que se torna cada vez mais difícil ver os padrões de uma mudança em suas fases finais, pois é quando o processo se torna geral e perde suas restrições.

Porquanto a regularização do vocalismo postônico não final em /i, a u/ tenha se mostrado, nesta pesquisa, ainda ser refreada somente por atuação de restrições sociais (nível de escolaridade) e discursivas (monitoramento do discurso), empreendeu-se uma apreciação pontual do léxico levantado nas entrevistas sociolinguísticas e do comportamento individual dos falantes. Como se esperava, a frequência dos termos proparoxítonos na fala fluminense e também a produtividade de uma variante ou de outra é marcada no nível individual. O vocábulo *córrego*, por exemplo, que teve 07 realizações, foi produzido por apenas um informante, todas as vezes com cancelamento da vogal: [ˈkõʃɣu].

Idiossincrasias podem se afastar do comportamento geral de um grupo e, por isso, casos particulares como o citado têm sido relevantes na preservação residual de variantes médias na fala popular e na implementação do processo de alteamento entre os falantes cultos. Por exemplo, entre os informantes com Ensino Médio dos anos 2000, encontraram-se apenas 11 casos de manutenção da vogal média /e/. Percentualmente, esse grupo apresentou um comportamento mais próximo dos falantes com nível Superior da mesma sincronia do que daqueles só com Ensino Fundamental. De fato, eles variam a realização dessa vogal, enquanto os falantes menos escolarizados são regulares na implementação da alta anterior. Por outro lado, viu-se que os casos são concentrados. 05 dos 11 dados de /e/, ou seja, quase 50% deles, ocorreram na mesma entrevista, na qual o falante foi categórico em manter sempre [e] nos 05 vocábulos proferidos por ele: 02 dados de *hidrôm[e]tro* e 03 de *núm[e]ro*.

Dessa forma, a variação observou-se no grupo em geral, mas quase nunca no indivíduo. Como lembram Weinreich; Labov; Herzog, para Hermann Paul (1880, *apud* WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), a consideração do idioleto é a única maneira de chegar à gramática e que “uma comparação das línguas individuais (...) produz uma certa ‘média’, que determina o que é realmente normal na língua” (p. 41) – questão que será retomada na seção a seguir.

6. INTERPRETAÇÃO DO VOCALISMO POSTÔNICO MEDIAL EM PORTUGUÊS

Apresenta-se aqui, por fim, a interpretação teórica do vocalismo postônico medial em Português decorrente dos resultados desta pesquisa e sua comparação com a literatura sobre o vocalismo do PB e do PE. Propostas sobre a constituição fonológica do PE interessarão também à interpretação do PB como uma gramática semelhante ou não ao PE nesse aspecto.

6.1. Sobre o Português brasileiro

A respeito do PB, Bisol (2003) apoia-se na Teoria Autossegmental e na Geometria de Traços e, com base em Clements (1991, *apud* Bisol, 2003:276), propõe

que o vocalismo do Português constitui um modelo estruturado em camadas hierárquicas, cada uma representando um traço de abertura ([aberto 1], [aberto 2], [aberto 3]). Segundo Clements, nas línguas românicas há um registro de 03 vogais, um registro de 05 e um registro de 07, sendo os menores resultantes da anulação dos traços [aberto 3] e/ou [aberto 2]. Bisol entende que a neutralização se implementa gradualmente no PB e que na sílaba postônica não final há instabilidade entre os registros de 05 e de 03 vogais, mas defende uma tendência de regularização em 3 vogais.

Com base nas análises sociolinguística e lexical desta pesquisa, defende-se aqui que a neutralização dos dois graus de abertura, 3 e 2, já se consolidou no PB também nas vogais postônicas não finais, que configurou na atualidade um quadro de 03 fonemas semelhante ao átono final, /i a u/. Vários aspectos dos *corpora* demonstram que a presença das vogais médias entre os falantes fluminenses é um caso de variação fonética, à semelhança do contexto átono final, e não de oposição, como ocorre no contexto pretônico. Não foram observados na literatura indícios que contrariem esta configuração fonológica em outras regiões do país, tão-somente constata-se uma rica variação regional, como é próprio do PB em muitos fenômenos variáveis.

O principal fato que respalda esta interpretação é a categoricidade do alteamento de /e/ e de /o/ na fala popular espontânea fluminense. Ao mesmo tempo, assim como nas outras regiões brasileiras, é igualmente possível verificar variação no estado do Rio de Janeiro. Os dados gerais dos anos 2000 indicam que as variantes [e] e [i] estão em equilíbrio entre os falantes de nível médio e superior de instrução. Além disso, comportamentos idiossincráticos indicam que a mudança para [i] se evidencia, mesmo na fala culta, ao mesmo tempo em que, na fala de alguns indivíduos, se verifica a resistência da variante conservadora [e]. Ou seja, vê-se no Rio de Janeiro um claro caso de variação entre duas formas de realizar o mesmo fonema.

Weinreich; Labov; Herzog (2006) entendem que o uso linguístico muda com a soma de “uma série de (...) mudanças de idioletos que se movem numa mesma direção” (p. 43). Tal visão é bastante evidente para o fenômeno estudado, pois no idioleto de muitos falantes fluminenses a mudança para /i/ se evidencia, mesmo na fala culta, assim como a variante conservadora pode ser marca individual de poucos falantes não cultos. Apesar do recorte metodológico que divide informantes cultos e não cultos, no nível individual, vê-se que a maioria dos falantes que compõem a comunidade de fala fluminense já implementa a redução da vogal.

6.2. Sobre a distinção entre o Português brasileiro e o Português europeu

Como foi dito, na literatura sobre o PE, em geral, há consenso quanto ao seu vocalismo átono ser regular em qualquer posição, mas é difícil determinar o esta-

tuto fonológico de [i] e sua função distintiva em relação às demais vogais, o que é objeto de discussões. Para Mateus (1990), [i] é um alofone contextual de /e, ε/ nas sílabas átonas, mas, segundo interpretação de Veloso (2005; 2007; e outros), ele já possui o status de um fonema próprio dessas posições.

A respeito das distinções entre o PB e o PE, Mateus resume a discussão defendendo a existência de um nível subjacente comum a todas as variedades da Língua Portuguesa e diferentes blocos de regras, que as distinguem no nível superficial, ou seja, na realização fonética. Para Mateus, ele manifesta-se completo na sílaba tônica e varia foneticamente a depender da posição átona. Assim, [i] seria apenas uma variante específica do PE. Veloso, com base na Fonologia de Elementos, prevê contextos morfológicos em que [i] estaria integrado à estrutura subjacente do PE, demonstrando então o estabelecimento de uma mudança fonológica.

Veloso concorda com Mateus ao afirmar que são inquestionáveis pares de palavras de mesmo radical com um fonema /e/ ou /ε/ tônico o qual se concretiza de forma diversa nas posições átonas. Ele exemplifica com *c/ε/go*, *c[i]gueira*; *m/el/do*, *m[i]droso*; *am/le/mos*, *am/le/lis*, *am[i]*, *am[i]s*; mas, para o autor, muitos termos que não têm essa equivalência morfofonológica nunca permitem associar [i] a um fonema tônico, sendo casos sem respaldo na hipótese de Mateus. São os monossílabos átonos, como *que*, *de*, *te*, *se*, *lhe*, e os nomes com tema em [i] átono, como *nom[i]*. Ele propõe, elencando diversos argumentos (2007:59), a existência de um /i/ fonológico nesses casos, o qual corresponderia invariavelmente a uma realização [i] no PE. Para Veloso, “a aceitação desse item do inventário fonológico teórico do PEC (Português europeu continental) forneceria uma maior adequação explicativa às descrições fonológicas do Português no tocante à representação lexical das palavras em apreço” (2005:628). O segmento /i/ seria, de acordo com esse ponto de vista, um elemento separador entre as variedades brasileira e europeia do Português. Assim, o PB, mais conservador, sofreria um alteamento gradual das vogais médias e baixas que ainda não é regular na maioria dos contextos átonos; o PE, mais inovador, seria regular na redução das vogais médias para altas em todas as sílabas átonas e receptivo a um novo segmento de articulação central no seu inventário fonológico.

Por existirem poucos trabalhos sobre as vogais do PE, esta pesquisa não pode concluir a respeito dos fonemas dessa variedade. Se [i] chegar a ter um valor fonológico atestado, haverá evidência suficiente de que os sistemas fonológicos do PE e do PB estarão apartados.

7. CONCLUSÕES GERAIS SOBRE O VOCALISMO POSTÔNICO DO PORTUGUÊS

Ainda que não seja possível definir o estatuto fonológico das vogais átonas do PE, a revisão da bibliografia sincrônica e diacrônica e a análise de dados bra-

sileiros e portugueses das últimas décadas realizadas nesta pesquisa permitem concluir que as duas variedades são distintas, pelo menos no nível fonético, no âmbito das sílabas átonas, como se resume a seguir:

Em Portugal, são indiscutíveis (i) a implementação do alteamento, tanto de /e/ quanto de /o/; (ii) a simultânea posteriorização de /e/; e (iii) a produtividade do apagamento vocálico. Em suma, essa variedade apresenta regularidade na redução das vogais médias e é receptiva a um novo alofone, e possível fonema, [i]. No Brasil, o processo de alteamento das vogais médias postônicas /e/ e /o/ está em fases finais de implementação, mas o sistema ainda prevê variação fonética, o apagamento e a articulação média dessas vogais, o que já ocorria no Português quinhentista, embora atualmente apresente configurações sociais diferentes.

No contexto postônico não final, investigado nesta pesquisa, foram constatados fatores condicionadores para a variação, como a escolaridade, o monitoramento do discurso e alguns comportamentos idiossincráticos, mas a assimetria fonológica entre /e/ e /o/ não se verifica mais nos *corpora* fluminenses como foi notada na metade do século XX por Camara Jr. Ao mesmo tempo, constata-se na literatura que a variação entre vogais médias e altas postônicas não finais é legítima em todos os registros da fala brasileira já analisados, não havendo nenhuma análise que tenha observado a manutenção categórica das médias, seja de /e/ ou de /o/.

Por tudo isso, esta pesquisa pôde confirmar que as oposições entre vogais médias e altas postônicas não finais estão neutralizadas na variedade brasileira, à semelhança do vocalismo postônico final. Com o passar do tempo e os diferentes processos fonético-fonológicos sendo incorporados às gramáticas do PB e do PE (ainda que alguns possam ser refreados, como prevê a teoria da Variação e Mudança), as mudanças no vocalismo átono tendem a afastar, cada vez mais, essas duas variedades do Português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Gabriel; VIARO, Mário; GUIMARÃES-FILHO, Zwinglio; OLIVEIRA, Leonardo. As proparoxítonas e o sistema acentual do Português. In: ARAÚJO, Gabriel Antunes de (org.). *O acento em Português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 37-60.

BARBOSA, Jerónimo. *Grammatica philosophica da Língua Portuguesa ou princípios de grammatica geral applicados à nossa lingoagem*. Lisboa, 1822. Disponível em <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6903>.

BISOL, Leda. A simetria no sistema vocálico do Português brasileiro. *Linguística – Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. v. 5, p. 41-52, 2010.

_____. A neutralização das átonas. *Revista D.E.L.T.A*, 19 (2), p. 267-276, 2003.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; SANTOS, Alessandra de Paula. O comportamento das vogais médias postônicas não finais na fala fluminense. In: HORA, Dermeval da (org.). *Vogais: no ponto mais oriental das Américas*. João Pessoa: Ideia, 2009, p. 101-110.

BYBEE, Joan. Word frequency and context of use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change. *Language Variation and Change*, 14. Cambridge: Cambridge University Press, p. 261-290, 2002.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977[1953].

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CRISTÓFARO-SILVA, Thais. Fonologia probabilística: estudos de caso do Português brasileiro. *Lingua(gem)*. Macapá, v. 2, n. 2, p. 223-248, 2005.

DE PAULA, Alessandra. *Variação e mudança no vocalismo postônico medial em Português*. 2015. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Vogais médias postônicas não finais no Rio de Janeiro: produtividade lexical e processo de alteamento. In: MAGALHÃES, José Sueli (org.). *Fonologia – Linguística in Focus 10*. Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 205-228.

_____. *Vogais médias postônicas não finais na fala do estado do Rio de Janeiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. As vogais médias postônicas não finais em *corpora* de perfis sócio e geolinguísticos. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 38 (1). São Paulo, p. 35-46, 2008. CD-ROM.

_____; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Vogais em contexto postônico não final em variedades do Português: questões teóricas. *Revista da ABRALIN*, v. 14, p. 45-82, 2015.

_____; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. F. Assimetria do quadro vocálico em contexto postônico não final: aspectos diacrônicos e realidades sincrônicas. *Signum: Estudos de Linguagem*, v. 15. Londrina: Editora UEL, p. 129-149, 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Vol. 1. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

_____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *O vocabulário da fala carioca*. v. I, II e VIII. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1996.

MARQUILHAS, Rita. A Língua Portuguesa no século XVIII: cronologia de fenômenos fonológicos e sintáticos que caracterizavam o Português Europeu da época. Congresso ‘O Século das Luzes’. Berlim, Humboldt Universidade de Berlim, 2003. Digital.

MATEUS, Mira; *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Univ. Aberta, 1990.

_____. ANDRADE, Ernesto. *The phonology of portuguese*. Oxford: University Press, 2000.

NARO, Anthony. História do *e* do *o* em Português: um estudo de deriva linguística. In: _____. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 9-51.

VELOSO, João. Schwa in European Portuguese: The phonological status of [ɨ]. In: CROUZET, Olivier; ANGOUJARD, Jean-Pierre (eds.). *Actes des/Proceedings of JEL'2007. Schwa(s). 5. èmes Journées d'Etudes Linguistiques*. Nantes: Université de Nantes, 2007, p. 55-60.

_____. Considerações sobre o estatuto fonológico de [ɨ] em Português. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Línguas e Literaturas*. XXII, p. 621-632, 2005.

VIANA, Gonçalves. *Estudos de fonética portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.

_____. *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

SÍNCOPE DAS VOGAIS POSTÔNICAS NÃO FINAIS: uma análise contrastiva entre variedades do Português

DANIELLE KELY GOMES¹

1. INTRODUÇÃO

O vocalismo átono do Português tem sido amplamente analisado sob as mais diversas perspectivas teóricas, sobretudo no que tange a fenômenos que atuam sobre o contexto pretônico. Reflexões acerca dos demais contextos átonos são mais recentes na literatura sobre o sistema vocálico. Entende-se que o debate sobre o vocalismo átono postônico é relevante, pois as posições átonas pós-acentuais são igualmente sujeitas a fenômenos variáveis.

Neste texto, observam-se os processos de redução que atingem as vogais postônicas não finais, especialmente o apagamento dessas vogais – fenômeno que

¹ Sou péssima para escrever agradecimentos... mas farei um esforço, pois Silvia merece todas as homenagens. Não tenho palavras mais sinceras do que o “Obrigada!”. Agradeço por me acolher sem me conhecer, quando eu – à procura de um novo rumo para minha vida acadêmica – busquei sua orientação como ouvinte em um curso oferecido por ela na Pós-Graduação, em 2006. Desde então, percorri um longo trajeto, que me levou para o lugar onde sempre quis estar: no quadro de professores efetivos da UFRJ. De orientanda, passei a colega. Jamais conseguiria se não fosse por sua orientação e por seus conselhos – sempre certos!

se enquadra no âmbito dos processos fonético-fonológicos de *síncope* e que regulariza os vocábulos proparoxítonos a paroxítonos. Diversos trabalhos, alinhados a diversas perspectivas teóricas – da Dialectologia clássica até as correntes fonológicas mais recentes –, atestam a vitalidade do processo no âmbito das normas do Português brasileiro, um fenômeno variável histórico com raízes no latim.

Contudo, mesmo que se esteja diante de um processo antigo na história da língua, ainda há muito sobre o que discutir acerca da síncope da vogal postônica não final. A variação na realização das vogais postônicas não finais é condicionada por fatores que estão além do nível sonoro, como – por exemplo – a produtividade dos itens proparoxítonos. Destaca-se ainda que há questões a serem pensadas quando se contrastam as variedades continentais do Português, dado que diferenças qualitativas na configuração do sistema vocálico átono promovem distinções significativas entre o Português brasileiro e o Português europeu no que concerne à aplicação da regra variável de síncope das vogais átonas não finais. Deste modo, este texto tem por objetivo adicionar mais uma questão ao debate sobre as propriedades do vocalismo átono em Português, ao estabelecer uma análise comparativa entre dados da fala fluminense e da fala metropolitana de Lisboa.

2. O COMPORTAMENTO VARIÁVEL DAS VOGAIS POSTÔNICAS NÃO FINAIS: UMA LONGA HISTÓRIA

A sílaba postônica não final é própria das palavras proparoxítonas, o padrão acentual menos produtivo da Língua Portuguesa. Itens lexicais proparoxítonos geralmente remetem-se a termos técnicos e pouco usuais, sendo raros os vocábulos que pertençam ao vocabulário ativo dos falantes (conjunto de palavras adquirido e usado no contexto familiar e informal, o qual incluiu apenas palavras de alta frequência e que são compartilhadas por todos os falantes da língua). A raridade dos proparoxítonos é fato bastante antigo na história da nossa língua, constatação que encontra respaldo em evidências históricas da passagem do latim para o Português.

Como decorrência desse comportamento bastante peculiar, as proparoxítonas constituem a classe acentual com o menor número de itens lexicais, conforme levantamento realizado por Araújo *et al.* (2007). Por isso, a excepcionalidade das proparoxítonas reflete-se nos trabalhos que se propõem a estudá-las.

Em relação à análise da regra variável de apagamento das vogais postônicas não finais, os trabalhos realizados sobre o tema também são unânimes em destacar a pressão exercida pelo tipo de segmento que está adjacente à vogal: se há a possibilidade de a consoante que acompanha a vogal átona não final ser ressilabificada, o apagamento do segmento vocálico é favorecido.

O papel do contexto fonético adjacente, na verdade, é resquício do processo atuante desde o latim e citado por Quednau (2002): o apagamento da vogal postônica não final, documentado – por exemplo – no *Appendix Probbi*, era favorecido

quando as consoantes no entorno desse segmento pudessem ser ressilabificadas, seja em direção à coda da sílaba tônica, seja em direção ao *onset* da sílaba átona final.

Os trabalhos de cunho variacionista de que se têm notícias (CAIXETA, 1989; AMARAL, 2000; SILVA, 2006, 2010; FONSECA, 2007; LIMA, 2008; RAMOS, 2009; CHAVES, 2011; GOMES, 2012) também reafirmam que as consoantes no entorno da vogal são decisivas para a aplicação da regra de apagamento da átona não final. Entretanto, há de se ter cuidado quanto às generalizações sobre a influência do contexto fonético adjacente, sobretudo quando se contrastam as variedades continentais do Português. O Português brasileiro e o Português europeu possuem comportamentos distintos do ponto de vista fonético no que respeita à realização de sequências consonânticas: o Português Europeu permite violações, no nível fonético, aos princípios fonológicos que regem a constituição da sílaba em Português. No Português Brasileiro, por outro lado, tais violações não são produtivas.

3. **CORPORA, MÉTODO E QUESTÕES NORTEADORAS DA ANÁLISE**

A análise empreendida neste trabalho baseia-se na audição e transcrição de itens lexicais proparoxítonos recolhidos nos inquéritos que compõem os acervos dos projetos NURC-RJ (*Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro*), PEUL (*Programa de Estudos sobre o Uso da Língua*), APERJ (*Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*) e nas gravações relativas a Lisboa/Oeiras abrigadas no âmbito do projeto *Concordância (Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias)*.

Utilizaram-se 136 entrevistas do tipo *diálogo entre informante e documentador*, sendo (i) 18 do Projeto NURC-RJ; (ii) 78 do Projeto APERJ; (iii) 25 entrevistas Projeto PEUL; (iv) 18 do projeto Concordância, das quais foram consideradas todas as ocorrências de proparoxítonas, em um total de 3316 dados. Para a operacionalização da análise variacionista, postularam-se condicionamentos linguísticos e sociais, investigados a partir da ferramenta estatística GoldvarbX.

Considerando-se as reflexões sobre processos que incidem sobre a sílaba postônica não final, formularam-se os seguintes princípios norteadores da análise:

- a) os contextos fonéticos adjacentes à vogal postônica não final ainda se manteriam como os fatores condicionadores decisivos para a ocorrência do processo de síncope da vogal postônica não final em ambas as variedades analisadas, como um reflexo do princípio de uniformitarismo² (LABOV, 1972, 1994);

² Conceito tomado da Geologia, o princípio do uniformitarismo postula que “as forças que operam no presente para produzir a mudança linguística são as mesmas que operaram no passado” (LABOV, 1972).

- b) haveria diferenças quantitativas consideráveis entre as variedades brasileira e europeia no que tange a ocorrência do processo de apagamento da vogal postônica não final: o Português europeu – por conta de um processo histórico de enfraquecimento das vogais átonas – aplicaria com maior frequência a regra de apagamento; e
- c) do ponto de vista dos condicionamentos sociais, a supressão da vogal postônica não final seria um fenômeno de baixo prestígio social, o que ficaria comprovado graças a atuação dos condicionamentos sexo e escolaridade: mulheres e falantes com alto grau de escolarização tenderiam a aplicar com menor frequência a regra de apagamento da vogal postônica não final.

4. RESULTADOS

Os índices gerais de aplicação da regra de apagamento da vogal postônica não final revelam duas tendências bastante particulares, que merecem considerações: por um lado, não há diferenças quantitativas significativas quando se comparam os três conjuntos de dados relativos às normas fluminenses; por outro, quando se contrastam esses resultados com os índices encontrados na amostra representativa da norma da zona metropolitana de Lisboa, observa-se que, nos dados europeus, os índices de aplicação são consideravelmente maiores. A Tabela 1 – a seguir – evidencia os percentuais gerais para a ocorrência do fenômeno em cada variedade analisada.

Tabela 1 Distribuição dos dados por amostra.

	AMOSTRA	OCORRÊNCIAS
Normas fluminenses (Português Brasileiro)	NURC (fala culta urbana)	95/816 = 11%
	PEUL (fala popular urbana)	192/1317 = 14%
	APERJ (fala rural popular)	130/855 = 15%
Norma metropolitana de Lisboa (Português Europeu)	Concordância (fala urbana – culta e popular)	167/328 = 49%

Entre as variáveis postuladas para a investigação do fenômeno em foco, revelaram-se estatisticamente relevantes as elencadas no Quadro a seguir. Os resul-

tados são apresentados por amostra analisada, uma vez que o perfil sociolinguístico de cada *corpus* não permitia o tratamento em conjunto dos dados.

Quadro 1 Variáveis atuantes no apagamento da vogal postônica não final.

NURC	PEUL	APERJ	CONCORDÂNCIA
Modo de articulação da consoante seguinte Faixa etária	Ponto de articulação da consoante seguinte Modo de articulação da consoante seguinte Ponto de articulação da consoante precedente Ponto de articulação da vogal postônica não final Dimensão do vocábulo Modo de articulação da consoante precedente Faixa Etária Sexo	Ponto de articulação da vogal postônica não final Modo de articulação da consoante seguinte Ponto de articulação da consoante precedente Modo de articulação da consoante precedente Escolaridade	Modo de articulação da consoante precedente Modo de articulação da consoante seguinte Dimensão do vocábulo
<i>Input</i> inicial: .11 <i>Input</i> de seleção: .07 Sig.: .000	<i>Input</i> inicial: .14 <i>Input</i> de seleção: .04 Sig.: .000	<i>Input</i> inicial: .15 <i>Input</i> de seleção: .07 Sig.: .014	<i>Input</i> inicial: .49 <i>Input</i> de seleção: .56 Sig.: .015

Os resultados expostos no quadro anterior deixam evidente a vitalidade do contexto fônico adjacente para a ocorrência do processo de síncope da vogal postônica não final em todas as normas investigadas. Assim, para efeito da comparação entre as variedades no que respeita à atuação de um mesmo condicionamento fonético-fonológico, as análises apresentadas neste texto vão considerar o papel das consoantes precedente e subsequente à vogal postônica não final para a aplicação da regra de apagamento. Para uma reflexão sobre o valor social da variante com apagamento da vogal, em um segundo momento fazem-se apreciações quanto à atuação dos condicionamentos extralinguísticos.

4.1. O efeito das consoantes adjacentes à postônica não final

Esperava-se que os contextos que favorecessem a ressilabificação das consoantes adjacentes à vogal postônica não final favorecessem a aplicação da regra de apagamento. Na Tabela 2, a seguir, onde estão expressos os índices percentuais e os pesos relativos para a atuação das consoantes precedentes à vogal, observa-se que tal princípio se confirma.

Tabela 2 Efeito do *modo de articulação da consoante precedente* para a síncope da vogal postônica não final.

CONTEXTO	NURC		PEUL		APERJ		CONCORDÂNCIA	
	OCO	PR.	OCO	PR.	OCO	PR.	OCO	PR
Oclusivas e Fricativas (bêbado)	82/587 = 13%	(.52)	116/849 = 13%	.52	125/693 = 18%	.61	140/212 = 66%	.58
Nasais (ônibus)	12/128 = 9%	(.40)	73/296 = 24%	.64	4/114 = 3%	.04	15/43 = 34%	.18
Laterais (côica)	0/20 = 0%	-	1/58 = 1%	.06	0/34 = 0%	-	4/13 = 30%	.25
Vibrantes (América)	0/46 = 0%	-	1/40 = 2%	.09	0/11 = 0%	-		
	Sig.: .060		Input: .04 Sig.: .000		Input: .07 Sig.: .014		Input: .56 Sig.: .015	

No *corpus* APERJ, o apagamento é altamente favorecido quando a queda da vogal postônica leva à formação de *onsets* complexos na sílaba átona final, já que são as consoantes precedentes oclusivas e fricativas as que se mostraram mais relevantes (.61). Observa-se que as líquidas não atuam nesse sentido, ocorrendo praticamente o mesmo com as nasais (.04). Já os dados da amostra PEUL mostram as nasais como as mais propícias ao processo (.64), seguidas das oclusivas e fricativas (.52), resultado que destoia dos demais *corpora* e que, certamente, se deve às diversas ocorrências da palavra *ônibus* (44 apagamentos em 93 ocorrências).

Para os dados do Português europeu, nota-se que os índices expressos na Tabela 2 refletem a tendência observada para as variedades populares do Português brasileiro: a presença de consoantes oclusivas e fricativas no *onset* da sílaba postônica não final tende a favorecer o apagamento da vogal átona medial (.58). As consoantes nasais e líquidas atuam como bloqueadoras da regra (.25 e .18, respectivamente).

Quando se comparam os resultados verificados para o *corpus* NURC (que não foram apontados como relevantes pela análise estatística) com os das demais variedades analisadas, percebe-se que há uma convergência entre as normas culta e rural fluminenses no que concerne à atuação da varável consoante precedente à vogal postônica não final: as obstruintes não nasais se revelam como favorecedoras e as nasais atuam como inibidoras do processo. Todavia, a diferença entre os con-

textos nos dados do NURC não é expressiva (.52 contra .40), o que – de certa forma – impede uma apreciação mais abrangente da variável no âmbito da fala culta.

No que respeita à atuação das consoantes subsequentes à vogal postônica não final, esperava-se que a presença de consoantes líquidas no ataque da sílaba átona final favoreceria a queda da vogal postônica, uma vez que tais consoantes podem tanto se anexar à coda da sílaba tônica – formando o padrão CVC nesse contexto –, quanto figurar como segundo elemento de um ataque complexo, desde que haja no ataque da sílaba postônica não final uma consoante obstruinte (oclusivas ou fricativas labiais). Na Tabela 3, logo a seguir, estão expressos os índices percentuais e os valores relativos para a variável consoante subsequente.

Tabela 3 Efeito do *modo de articulação da consoante seguinte* para a síncope da vogal postônica não final.

CONTEXTO	NURC		PEUL		APERJ		CONCORDÂNCIA	
	OCO	PR	OCO	P R	OCO	P R	OCO	P R
Oclusivas e Fricativas (época)	24/498 = 4%	.36	74/865 = 8%	.50	73/567 = 12%	.47	96/220 = 43%	.41
Nasais (mínimo)	14/162 = 8%	.50	41/268 = 15%	.31	1/72 = 1%	.08	47/84 = 55%	.58
Lateral (ôcu/bs)	47/77 = 61%	.95	54/95 = 56%	.67	12/68 = 22%	.57	9/11 = 81%	.76
Vibrante (abóbora)	9/60 = 15%	.65	17/78 = 21%	.80	41/133 = 30%	.83	9/12 = 75%	.94
	<i>Input</i> .07 Sig.: .000		<i>Input</i> .04 Sig.: .000		<i>Input</i> .07 Sig.: .014		<i>Input</i> .056 Sig.: .015	

As consoantes lateral e vibrante, nas quatro amostras consideradas, atuam no sentido de favorecer a síncope da vogal postônica não final, embora se observem diferenças entre os conjuntos de dados quanto aos pesos relativos e à hierarquia dos fatores. O *corpus* NURC se diferencia dos demais, no sentido de que a lateral, com peso relativo .95, se mostra mais significativa para o cancelamento do que a vibrante, que é a variante mais saliente nos outros três *corpora* (PEUL, .80; APERJ, .83; Concordância, .94). Os resultados sugerem que o apagamento da vogal postônica não final é fortemente condicionado por licenciamentos na estrutura fonotática da língua, mesmo na norma lusitana, que – conforme consi-

derações feitas anteriormente – permite no nível fonético a violação dos princípios fonológicos de constituição da sílaba.

4.1.2. Reflexões sobre a atuação dos condicionamentos sociais

O objetivo maior de um trabalho sociolinguístico é verificar de que forma a constituição da comunidade de fala em análise interage com aspectos relativos aos usos linguísticos dos indivíduos. Neste trabalho, esperava-se que o processo de apagamento da vogal postônica não final fosse alvo de restrições sociais tanto nos dados relativos às normas fluminenses quanto à norma metropolitana de Lisboa. Entretanto, notou-se que o fenômeno, que culmina na regularização das proparoxítonas ao padrão acentual *default* em Português, não encontra restrições sociais na comunidade de fala portuguesa. A Tabela 4, a seguir, revela que no âmbito dos dados brasileiros há sempre ao menos um condicionante social a interagir com fatores linguísticos para a aplicação da regra de síncope da postônica não final.

Tabela 4 Efeito dos condicionamentos sociais – fala fluminense.

<i>CORPUS</i>		OCO	P. R	
NURC Faixa Etária	Faixa 1 (18 a 35 anos)	38/261 = 14%	.64	Input: .07 Sig.: .000
	Faixa 2 (36 a 55 anos)	27/183 = 14%	.57	
	Faixa 3 (mais de 56 anos)	30/342 = 8%	.36	
PEUL				
Faixa Etária	Faixa 1 (18 a 35 anos)	20/304 = 6%	.27	Input: .04 Sig.: .000
	Faixa 2 (36 a 55 anos)	80/528 = 15%	.50	
	Faixa 3 (mais de 56 anos)	92/485 = 18%	.64	
Sexo	Homens	113/658 = 17%	.62	Input: .04 Sig.: .000
	Mulheres	79/659 = 11%	.37	
APERJ Escolaridade	Analfabetos	75/323 = 23%	.67	Input: .07 Sig.: .014
	Alfabetizados	55/526 = 10%	.38	

Com relação à atuação da variável *faixa etária*, condicionamento atuante tanto na fala culta quanto na fala popular da capital fluminense, duas tendências opostas são observadas.

Os resultados verificados no *corpus* NURC mostram que os falantes das faixas etárias mais jovens aplicam a regra de apagamento da vogal átona medial com mais frequência do que os da faixa etária mais alta. Os índices probabilísticos confirmam o decréscimo na aplicação da regra: os valores dos pesos relativos diminuem à medida que se avança pelas faixas etárias (.64, .57 e .36 para as faixas 1, 2 e 3, respectivamente). Tal tendência pode ser reflexo de um menor conservadorismo dos indivíduos cultos mais jovens, mais propensos a formas que fujam ao padrão.

No que se refere à amostra PEUL, os resultados expostos na tabela parecem indicar que os falantes mais velhos, com mais de 56 anos de idade, realizam muito mais formas sincopadas (.64) do que os falantes da faixa mais jovem. (.50 para faixa 2 e .27 para faixa 1). Percebe-se, ainda, que a faixa mais jovem utiliza mais as formas padrão, o que pode ser indício de que o processo de regularização dos vocábulos proparoxítonos em paroxítonos é uma variável sem prestígio social nesse grupo.

Quanto à atuação do condicionamento *sexo*, relevante para o *corpus* PEUL, pode-se inferir que, no âmbito da fala popular urbana fluminense, estamos diante de uma variável sem prestígio social. Quando a variação *não é* um indício de um fenômeno de mudança em progresso, como mostram os resultados na perspectiva do tempo aparente, as mulheres tendem a utilizar as formas de prestígio muito mais do que os homens. Os resultados comprovam a primeira tendência com relação ao papel da variável *sexo*, descrito anteriormente: os homens favorecem as formas com apagamento mais do que as mulheres (.62 e .37, respectivamente).

Sobre a atuação da variável *escolaridade*, relevante para o *corpus* APERJ – representativo da fala rural masculina fluminense, percebe-se que o apagamento da vogal postônica não final é mais produtivo na fala dos analfabetos do que na dos escolarizados (.67 contra .38). Tal resultado confirma a hipótese postulada, já que os falantes analfabetos, por não terem contato com a modalidade escrita, tendem a apresentar mais em sua fala as formas desprestigiadas socialmente.

Quanto aos resultados relativos ao Português europeu, representado aqui pela norma metropolitana de Lisboa, cabe a pergunta: por que não há atuação de condicionamentos sociais na aplicação da regra de síncope da vogal postônica não final nesse conjunto de dados? Esboça-se uma possível explicação a seguir.

5. UMA POSSÍVEL EXPLICAÇÃO PARA AS DIVERGÊNCIAS ENTRE VARIEDADES

Uma possível explicação para as diferenças entre as normas fluminense e lisboeta no que se refere à produtividade da regra de síncope das postônicas não

finais pode residir na relação entre os processos de alteamento e apagamento, considerando a ocorrência dos fenômenos tanto no Português brasileiro quanto na variedade europeia.

É notória a maior produtividade do fenômeno de apagamento quando se confrontam as duas variedades continentais. No âmbito do Português brasileiro, os índices gerais de aplicação da regra são relativamente próximos (*inputs* .07 para o NURC, .04 para o PEUL e .07 para o APERJ – conforme evidenciado na Tabela 2), e revelam uma baixa ocorrência do processo. Uma provável explicação para o comportamento da variedade brasileira pode estar vinculada ao fato de, nos contextos átonos do PB, ainda ser mais produtiva a regra de alteamento das vogais médias, conforme salientam diversos trabalhos (CAMARA JR., 1979; WETZELS, 1992; BISOL, 2003; BISOL E MAGALHÃES, 2004; DE PAULA, 2010, 2015). Assim, a variedade brasileira, em suas diversas normas, opta por manter a vogal postônica não final, variando apenas quando nesse contexto se encontra uma vogal média, que pode ser alvo do processo de alteamento.

Tal hipótese leva à associação entre os processos de apagamento ao de alteamento: no PB, o apagamento em contexto postônico não final talvez seja pouco produtivo porque se observa variação na realização das vogais médias e altas nos contextos átonos. No PE, o processo de alteamento, em contexto pretônico, “se generalizou durante a primeira metade do século XVIII”, constituindo uma “mudança paradigmática, fonológica (não condicionada)” (CASTRO, 1991, p. 259). Sincronicamente, em contexto postônico não final, só se observam, como mostram Mateus e d’Andrade (2000), as vogais [ɐ], [i] e [u], todas realizações altas. No Português brasileiro, mantém-se um quadro de variação estável nos contextos átonos; no PE europeu, parece estar havendo uma tendência ao apagamento.

Assim, o apagamento da vogal postônica não final no PE – por ser significativamente frequente (*input* .56) e corresponder a um processo que não se restringe a essa posição, atingindo outros contextos átonos – não seria marcado socialmente. Os resultados das análises aqui realizadas, de certa forma, refletem esse quadro: na análise referente ao PE, não houve interação, só variáveis estruturais se mostraram salientes; nas referentes ao PB, pelo menos uma variável social mostrou-se relevante (*corpus* NURC: faixa etária; *corpus* PEUL: sexo e faixa etária; *corpus* APERJ: escolaridade).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, observaram-se convergências e divergências quantitativas consideráveis entre a fala fluminense e a norma metropolitana de Lisboa em relação à aplicação da regra de síncope da vogal postônica não final. No que tange às *divergências*, notou-se que:

1. os dados lisboetas revelam que, nesta variedade, há uma alta incidência do apagamento da átona não final;
2. os dados fluminenses – independentemente da norma sob análise – revelam uma relativa uniformidade nos índices gerais de ocorrência do fenômeno, que indicam para uma baixa produtividade do processo de apagamento da vogal postônica não final.

Entre as *convergências*, observou-se que, quanto à atuação dos condicionamentos fonéticos, há correlação – tanto nos dados brasileiros quanto portugueses – entre o apagamento da vogal postônica não final e a ressilabificação das consoantes que a acompanham, reflexo de um princípio que atua desde o latim vulgar: quando a consoante que acompanha a postônica não final pode ser ressilabificada – principalmente em direção ao *onset* da sílaba átona final, há semelhanças consideráveis entre as variedades aqui analisadas.

Se há uma relativa convergência qualitativa entre as variedades no que diz respeito à relação entre contexto fonético precedente/subsequente e a manutenção/síncope da vogal postônica não final, de que forma é possível explicar as diferenças quantitativas consideráveis entre as normas continentais em análise? Uma possível justificativa pode residir nas diferenças na constituição do sistema vocálico átono do Português brasileiro e do Português europeu. As particularidades das vogais átonas de cada variedade podem justificar as diferenças quanto à interação entre os condicionamentos linguísticos e sociais para a aplicação da regra nos dados:

1. na variedade brasileira, o apagamento de vogais é objeto de valoração social – o processo de alteamento ainda é mais frequente; assim, a aplicação da regra de apagamento estará condicionada a um ou mais fator(es) extralinguístico(s);
2. por seu turno, a variedade europeia praticamente concluiu o processo de alteamento no contexto pretônico, expandindo a atuação da regra fonológica de alteamento para os demais contextos vocálicos átonos. O apagamento das vogais constituiria uma etapa seguinte ao processo de mudança nos sistemas não acentuados. Daí, a alta incidência de síncope nos dados relativos ao Português Europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marisa Porto do. *As proparoxítonas: teoria e variação*. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

ARAÚJO, Gabriel Antunes de *et al.* “As proparoxítonas e o sistema acentual do Português”. In: ARAÚJO, Gabriel Antunes (org.). *O acento em Português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola, 2000, p. 37-60.

CAIXETA, Valmir. *Descrição e análise da redução das palavras proparoxítonas*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHAVES, Raquel Gomes. *A redução de proparoxítonos na fala do Sul do Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DE PAULA, Alessandra. *Vogais médias postônicas na fala do Estado do Rio de Janeiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. *Varição e mudança no vocalismo postônico medial em Português*. 2015. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

FONSECA, Simone Meckler. *O problema das proparoxítonas: a perda da vogal postônica*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

GOMES, Danielle Kely. *Síncope em proparoxítonas: um estudo contrastivo entre o Português brasileiro e o Português europeu*. 2012. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Giselly de Oliveira. *O efeito da síncope em proparoxítonas: uma análise fonológica e variacionista com dados do sudoeste goiano*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MAGALHÃES, José Sueli. *O plano multidimensional do acento na Teoria da Otimidade*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MATEUS, Maria Helena Mira e D'ANDRADE, Ernesto. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

QUEDNAU, Laura Rosane. A síncope e seus efeitos no Latim e no Português Arcaico. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Claudia (orgs.). *Fonologia e Variação: recortes do Português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 79-97.

RAMOS, Adriana Perpétua. *Descrição das vogais postônicas não finais na variedade do Noroeste Paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unesp, São José do Rio Preto, 2009.

SILVA, André Pedro. *Supressão da vogal átona postônica não final: uma tendência das proparoxítonas na Língua Portuguesa com evidências no falar sapeense*. 2006. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – UFPB, João Pessoa, 2006.

_____. *Vogais postônicas não finais: do sistema ao uso*. João Pessoa, 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – UFPB, João Pessoa, 2010.

15

CAPÍTULO

A PRETÔNICA /O/ NA FALA DE NOVA IGUAÇU/RJ

FABIANE DE MELLO VIANNA DA ROCHA¹

1. INTRODUÇÃO

Este artigo expõe parte dos resultados da análise variacionista de Rocha (2013), destacando o comportamento da vogal pretônica /o/ na fala de Nova Iguaçu-RJ. Os dados investigados foram extraídos das entrevistas que constituem as amostras do Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias*. Trata-se de inquéritos, do tipo DID (Diálogo Informante e Documentador), efetuados com dezoito indivíduos naturais do município, distribuídos por sexo, faixa etária e nível de escolaridade. Além desses condicionamentos sociais, controlaram-se, ainda, as seguintes variáveis estruturais: i) qualidade da vogal da sílaba seguinte; ii) nasalidade de /o/; iii) características articulatórias das consoantes adjacentes (modos e pontos de articulação das consoantes precedente e seguinte à vogal pretônica); iv) tipo de sílaba; v) distância entre a vogal estudada e outra alta presente no vocábulo; vi) localização

¹ Orientanda da professora Silvia Brandão desde a graduação, por diversas razões, posso dizer que a vida me deu muito mais do que uma orientadora: conheci um ser humano maravilhoso, uma amiga que ultrapassa os limites da academia, a quem serei eternamente grata.

da pretônica no vocábulo; vii) natureza da atonicidade de /o/; e viii) classe gramatical do vocábulo e itens isolados.² Assim, com o intuito de avaliar influências sociais e estruturais nos processos de alçamento/manutenção de timbre do segmento em questão, sucedendo essa breve introdução, ressaltam-se, na seção adiante, alguns comentários mais gerais sobre o vocalismo pretônico no Português do Brasil (*doravante* PB) e a Sociolinguística Variacionista (cf. LABOV, 1972, 1994, 2001). A seção 3 descreve os resultados encontrados. Por fim, enceram o estudo, algumas considerações finais sobre os dados e as referências bibliográficas que nortearam a proposta.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 O vocalismo pretônico no PB: breves comentários

Em suas descrições sobre o vocalismo no PB, Camara Jr. (1970) propõe que o número de fonemas vocálicos varia de acordo com a posição do segmento quanto ao acento, atingindo seu limite máximo de distinção na matriz tônica. Segundo o autor, nessa posição, existem sete unidades distintivas que se reduzem, por neutralização, a cinco, quatro e três fonemas nos ambientes pretônico, postônico não final e final, respectivamente.

A neutralização ou anulação de um ou mais traços distintivos efetiva-se, nas sílabas pretônicas, entre os segmentos médios abertos e fechados tanto na série anterior quanto na posterior. Tal padrão se comprova em palavras como “*pesar*” e “*morar*”, cujas pronúncias abertas ou fechadas das vogais (p[ɛ]sar ou p[e]sar e m[ɔ]rar ou m[o]rar, respectivamente) não implicam mudança de sentido, como ocorre em contextoônico: são apenas variantes de um mesmo elemento fonológico, os chamados arquifonemas /E/ e /O/. Note-se, no entanto, que, esses quatro segmentos – [e], [ɛ], [o] e [ɔ] – podem ocorrer na fala constituindo marcas dialetais e coatuando, a depender do ambiente linguístico, com as vogais altas. Essa última possibilidade, classificada como alçamento ou alteamento e facilmente verificável em todos os dialetos do PB, culmina em uma neutralização esporádica entre vogais médias e altas, conhecida como debordamento.

Por apresentar distintas motivações e/ou restrições a depender do indivíduo, da situação comunicativa, da comunidade de fala e do item lexical, dessa temática ocuparam-se, numa perspectiva quer fonética, quer fonológica, Camara Jr. (1970, 1977), Bisol (1981, 2003), Yacovenco (1993), Callou *et al.* (1986, 1991), Cardoso (1999), Silva (1991), Brandão; Cruz (2005), Marques (2006), dentre vá-

² A descrição completa dos fatores e justificativas que presidem a cada uma dessas variáveis encontra-se em Rocha (2013, p. 90-103)

rios outros. A maioria dessas abordagens enfatiza a atuação dos processos de harmonização e de redução vocálicas. No primeiro caso, a presença de uma vogal alta tônica sucedendo a pretônica motivaria a elevação. Por outro lado, na redução, “as vogais se tornam articulatoriamente mais próximas dos segmentos consonantais adjacentes”, pois integram um ambiente fonológico em que “não há, na palavra, vogal alta que possa desencadear o processo de alçamento” (CARMO, 2009, p. 24).

Embora esses parâmetros sejam legítimos, eles não atingem todos os casos presentes nos mais variados dialetos de nosso país. Alguns estudos (cf. VIEGAS, 2001; OLIVEIRA, 2008; LEE; OLIVEIRA, 2003; e ROCHA, 2013) ilustram uma realidade linguística bastante peculiar: existem itens lexicais, em que, mesmo diante de fatores condicionantes propícios ao alçamento, as pretônicas, em alguns dialetos ou idioletos, não se concretizam como altas. Em contrapartida, há vocábulos cujo contexto linguístico é, aparentemente, a ele desfavorável e se legitima o processo na prática. Interpretando-os, Oliveira (2008, p. 10) afirma:

devemos ‘situar’ a variação sonora nos itens lexicais. Em outras palavras, estou assumindo o modelo da difusão lexical e propondo que dialetos diferentes propagam os processos sonoros de maneira diferenciada pelo léxico. (...) a montagem da forma fonética do léxico é individual, muito embora os mecanismos acionados sejam os mesmos.

Como se verifica, a questão é complexa, merecendo por isso ser investigada mais a fundo, o que, além de contribuir para o conhecimento da dinâmica dos falares, neste caso, de um recorte do falar fluminense, pode ainda concorrer para a discussão de questões teóricas mais amplas, em especial as que dizem respeito à implementação das mudanças segundo um modelo neogramático ou um modelo difusionista.

2.2 A Sociolinguística Variacionista

Esta pesquisa norteou-se pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação e Mudança, proposta por Weinreich, Labov e Herzog (1968) e consolidada pelos estudos de Labov na década de 1970. Trata-se de uma corrente que parte do princípio de que a variação e a mudança resultam da atuação de fatores linguísticos e extralinguísticos, relacionando diretamente heterogeneidade social e heterogeneidade linguística. Baseando sua análise na comunidade de fala, a mencionada corrente conclui que, apesar de as variantes, presentes na realidade dialetal e individual, pareçam desordenadas, elas são previstas pelo Sistema e, portanto, intrínsecas à língua. Enquanto metodologia, a Sociolinguística prioriza, enfim, dentre outros aspectos, a

aliança entre escolha de informantes representativos de realidades significativas e um contexto de entrevista favorável a manifestações linguísticas com alto grau de naturalidade.

Segundo Labov, a seleção dos informantes se dá de forma aleatória, porém estratificada. A organização dos dados se efetiva em células que ilustram variáveis sociais, sendo compostas minimamente por cinco indivíduos cada. Tal fato permite que qualquer fenômeno linguístico estudado seja interpretado como um conjunto de manifestações reais, das quais o falante e/ou a comunidade de fala dispõem. Demonstra, ainda, que a opção entre as muitas variantes existentes resulta da interferência direta de aspectos estruturais (o contexto linguístico em que se situa o segmento analisado) e sociais (fatores extralinguísticos, tais como faixa etária, sexo, grau de escolaridade, grau de formalidade, etc.). No que se refere à interferência desses últimos fatores, merece destaque a faixa etária dos informantes por sua relevância no estudo da relação entre variação e mudança em curso, já que algumas variantes podem coatuar infinitamente sem ocasionarem mudança, enquanto a generalização de uma delas resulta em uma alteração sistemática. Como essa mudança não ocorre aleatoriamente e evolui de maneira contínua entre indivíduos de distintas faixas etárias, a investigação de diferentes gerações pode prever no presente uma mudança efetiva no futuro que atingirá toda a comunidade de fala.

Outro aspecto extralinguístico de suma relevância para o processo investigativo aqui descrito é o chamado grau de formalidade do discurso. Segundo Labov, ele se divide basicamente em fala monitorada e fala casual e deve ser um pressuposto para a proposta de entrevista do documentador. A primeira apresenta-se como resultado de um inquérito formal, em que o falante está ciente de que se trata de uma entrevista e dos objetivos desse processo. Por outro lado, a fala casual é entendida como o melhor ambiente para as observações linguísticas por apresentar-se minimamente preocupada com padrões oratórios.

Dessa forma, respeitando axiomas como a heterogeneidade ordenada da língua, as realidades social do indivíduo e contextual do segmento, o grau de formalidade do discurso, a presença de dados coerentes e consistentes, dentre outros, a Sociolinguística se caracteriza como um dos métodos atuais mais sólidos para estudos linguísticos, como será observado na análise dos dados a seguir.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Foram encontrados no *corpus* analisado, 7.701 ocorrências de pretônica /o/. Como ilustra a Tabela 1, esses dados distribuem-se por quatro variantes distintas: a alta, as médias alta e baixa e a ditongada, respectivamente:

Tabela 1 Distribuição das ocorrências pelas variantes de /o/ em Nova Iguaçu.

VARIANTE	OCO.	%
[u]	1.885	24.5
[o]	5.314	69
[ɔ]	81	1.1
[ow]	421	5.5

Com a centralização da análise no alçamento e na manutenção, o *corpus* se reduziu a 7.199, dados, sendo 84% de [o] e 16% de [u], aproximadamente:

Tabela 2 Distribuição das ocorrências pelas variantes média fechada e alta de /o/ em Nova Iguaçu.

VARIANTE	OCO.	%
[u]	1.885	16.4
[o]	5.314	83.6

Equiparando-se a outras abordagens sobre o tema no PB, formularam-se as hipóteses de que sílabas de ataque vazio fossem mais favoráveis à retenção das médias (cf. BRANDÃO; SANTOS; ROCHA, 2012), em contraste com os casos de contexto de hiato em que a elevação seria a regra preferida (cf. BRANDÃO; ROCHA, 2015). As tabelas a seguir confirmam tais hipóteses, já que a análise do modo e ponto de articulação da consoante precedente à vogal alvo indica o ataque vazio como ambiente propício à pronúncia [o]. Em contrapartida, a observação dos tipos de sílaba comprova a preferência por [u], em hiato, no dialeto.

Tabela 3 Distribuição das ocorrências de manutenção e de alçamento de /o/, por tipo de sílaba, na fala de Nova Iguaçu.

TIPO DE SÍLABA	[U]		[O]	
	OCO.	%	OCO.	%
Travada por /S/	35	17.3	166	82.2
Travada por /N/	94	8.9	544	51.6
Travada por /R/	894	64.1	489	35.1
Sem travamento	756	15.4	4.091	83.2
Sem travamento em contexto de hiato	106	80.9	24	18.3

Embora o contexto de travamento por /R/ também tenha se destacado, apresentando 64% das ocorrências com a vogal posterior alçada, cogitou-se a alta frequência do vocábulo “porque” como elemento que interfere nos resultados, sendo mais conveniente a eliminação desse item na análise final. De igual modo, os vocábulos “comigo/contigo” e “você” foram retirados da amostra, já que no primeiro grupo verificou-se a incidência da pronúncia [u], enquanto no segundo a retenção de timbre foi semicategórica:

Tabela 4 Distribuição das ocorrências de elevação e manutenção de timbre, de acordo com o item analisado em Nova Iguaçu.

ITEM	[U]		[O]	
	OCO.	%	OCO.	%
Porque	840	99.2	7	0.8
Comigo/contigo	50	94.3	3	5.7
Você	0.6	7	1.252	99.4

Essas subtrações resultam em mudanças consideráveis, posto que a amostra final restringe-se a 4.248 ocorrências de vogal média recuada, das quais apenas 874, isto é, 20.6% correspondem à variante alçada:

Tabela 5 Distribuição das ocorrências de vogal /o/ por variante considerada em Nova Iguaçu.

PRETÔNICA POSTERIOR	OCO.	%
[u]	874	20.6
[o]	3.374	79.4

A partir dessas alterações, efetuaram-se algumas rodadas no programa de análise estatísticas *Goldvarb X*. O Quadro 1 apresenta as características da rodada selecionada, enfatizando os fatores motivadores do alçamento da pretônica em destaque. Todas essas variáveis serão, por ordem de relevância, comentadas nas seções futuras.

Quadro 1 Rodada selecionada para /o/.

Pretônica /o/
Qualidade da vogal da sílaba seguinte
Modo de articulação da consoante precedente
Modo de articulação da consoante seguinte
Tipo de sílaba
Distância entre a vogal alvo e outra alta na palavra
Classe gramatical do vocábulo
Escolaridade
Ponto de articulação da consoante precedente
Ponto de articulação da consoante seguinte
Sexo
Nasalidade da vogal alvo
Input: .09 Significância: 0.044

a) Qualidade da vogal da sílaba seguinte

A qualidade da vogal contígua à média posterior foi selecionada como elemento mais determinante para o alçamento. Efetuadas as devidas recodificações nesse grupo, os dados se redistribuíram, mediante a tonicidade e a altura da vogal contígua, como enfatiza a Tabela 6.

Tabela 6 Índices de alçamento de /o/, de acordo com o tipo de vogal contígua em Nova Iguaçu.

		[U]		P. R.	TOTAL
		%	OCO.		
Vogal tônica (oral/nasal/nasalizada)	[u]	20.3	27	.57	133
	[i]	66.8	348	.91	521
	[ε o e o a]	12	240	.33	1.992
Vogal átona (oral/ nasal/ nasalizada)	[u]	8.7	27	.43	309
	[i]	18.5	72	.62	390
	[ε o e o a]	17.7	160	.51	903

Embora a vogal [u] acentuada também favoreça a aplicação da regra (.57), os pesos relativos e índices percentuais corroboram a defesa de que [i] seja mais influente já que o alçamento de /o/ é mais provável em contextos em que, suceden-

do a vogal alvo, se encontra a tônica alta não homorgânica (.91) ou um segmento átono equivalente (.62). Em contrapartida, a manutenção de timbre é mais provável se, após a vogal átona, existe uma tônica não alta, já que o menor peso lhe foi atribuído, quando o fator de referência é o alçamento.

Percebe-se, assim, a influência do processo de harmonização vocálica, uma vez que a assimilação de traços de altura se apresenta tanto na retenção das médias, quanto na sua elevação.

b) Modo de articulação da consoante precedente

O segundo elemento mais relevante para a mudança sonora de /o/ é o modo de articulação da consoante precedente. Remetendo ao processo de redução vocálica, esse fator se alia às demais características articulatórias dos sons adjacentes à vogal alvo, visando ao estabelecimento de relações de assimilação entre os traços consonantais e vocálicos.

Tabela 7 Índices de alçamento de /o/, de acordo com o modo de articulação da consoante precedente em Nova Iguaçu.

MODO DE ARTICULAÇÃO (CONTEXTO PRECEDENTE)	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
Oclusivas	28.3	724	.64	2.559
Fricativas	15.7	87	.57	553
Líquidas (laterais e vibrantes)	3	22	.13	740
Nasal	10.4	41	.38	396

Embora todos os percentuais apresentados na tabela anteriormente indiquem, em maior ou menor grau, o predomínio da variante média, a comparação entre os diferentes modos demonstra que, na fala de Nova Iguaçu, consoantes oclusivas (28.3%) e fricativas (15.7%) foram menos resistentes. Em consonância com esses percentuais, os pesos relativos sugerem que, no ataque da sílaba de núcleo pretônico, oclusivas (.64) e fricativas (.57) favoreçam a elevação, enquanto segmentos nasais e líquidos inibem a aplicação da regra.

c) Modo de articulação da consoante seguinte à vogal alvo

À semelhança do supracitado, o modo de articulação da consoante seguinte à vogal alvo foi igualmente postulado com o objetivo de avaliar a atuação da re-

dução vocálica no recorte de fala observado. Os dados de Nova Iguaçu indicam que, uma vez descartadas as ocorrências de segmentos africados em que tendencialmente o alçamento derivaria da harmonização vocálica com uma alta não homorgânica, os maiores índices de elevação correspondem, respectivamente, a segmentos nasais (.63) e fricativos (.55). Em contrapartida, a manutenção é mais frequente, em presença de segmentos líquidos (.41) e oclusivos (.43).

Tabela 8 Índices de alçamento e manutenção de /o/, de acordo com o modo de articulação da consoante seguinte em Nova Iguaçu.

MODO DE ARTICULAÇÃO (CONTEXTO SEGUINTE)	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
Oclusiva	10.6	162	.43	1.523
Fricativa	20.3	210	.55	1.035
Líquidas (laterais e vibrantes)	19.2	136	.41	709
Nasal	36.9	317	.63	859

d) Tipo de sílaba

O tipo de sílaba em que a pretônica se situa também se mostrou relevante para a aplicação da regra de elevação da média recuada na fala de Nova Iguaçu. Essa variável focalizou, inicialmente, diferentes possibilidades de preenchimento de coda, sendo passível de alterações no decurso da investigação. Eliminados os dados de contexto de hiato e as ocorrências do vocábulo “porque”, o alçamento se mostra pouco frequente atingindo seu limite máximo em presença de /S/ (30.7%), ambiente apontado como principal motivador da aplicação da regra (.71), sendo sucedido apenas pela coda vazia seguida por consoante (.54).

Tabela 9 Índices de alçamento de /o/, de acordo com o tipo de sílaba em Nova Iguaçu.

TIPO DE SÍLABA	[O]		[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.	%	OCO.		
/S/	69.3	79	30.7	35	.71	114
/N/	85.7	544	14.3	91	.45	635
/R/	89.3	458	10.7	55	.26	513
Ausência de travamento	76.8	2.293	23.2	693	.54	2.986

Apesar de se reconhecer a legitimidade desses condicionamentos, considera-se viável avaliar a coatuação de fatores, sobretudo a concomitante presença de um segmento alto sucedendo a vogal em questão. Acredita-se que a análise das ocorrências que compõem esses grupos possa indicar a atuação paralela de outros contextos, reduzindo a importância das relações de assimilação entre vogais e consoantes na amostra.

e) Distância entre a vogal alvo e outra alta presente na palavra

A distância entre a pretônica média e uma vogal alta tônica ou átona presente no vocábulo também se mostrou relevante para o alçamento de /o/. Como ressalta a tabela a seguir, essa variável dialoga com a natureza da vogal da sílaba seguinte, já que é justamente em presença de um segmento alto tônico e contíguo que prevaleceu a variante alta [u] (58.5). De maneira equivalente, é esse ambiente o mais propenso à elevação de /o/ (.59). Enquanto em presença de vogais altas não contíguas tônicas (.37) ou átonas (.18), a manutenção é mais provável, uma pretônica alta contígua se mostrou neutra (.50) quando a referência é o alçamento de /o/.

Tabela 10 Índices de alçamento e manutenção de /o/, de acordo com a distância entre a pretônica e outra vogal alta da palavra em Nova Iguaçu.

DISTÂNCIA DE OUTRA VOGAL ALTA		[u]		P. R.	TOTAL
		%	OCO.		
Tônica	Contígua	58.5	369	.59	631
	Não contígua	11.1	21	.37	189
Átona	Contígua	13.6	92	.50	674
	Não contígua	5.6	5	.18	89

f) Classe gramatical do vocábulo

A classe gramatical do vocábulo em que a pretônica se apresenta foi selecionada como o sexto grupo favorável à elevação de /o/. Cumpre enfatizar, no entanto, que, apesar da baixa produtividade da variante [u], a distribuição dos percentuais varia, sendo os numerais (48%), as conjunções (33.3%) e as formas finitas dos verbos (29.1%), respectivamente, os elementos mais alçados. De maneira equivalente, os pesos relativos (.93, .85 e .55, respectivamente) sugerem essas mesmas classes como mais suscetíveis à aplicação da regra de elevação.

Tabela 11 Índices de alçamento de /o/, de acordo com a classe dos vocábulos em Nova Iguaçu.

CLASSES DE VOCÁBULOS	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
Nomes	18.1	571	.48	3.162
Advérbios	10	1	.31	10
Conjunções	33.3	2	.85	6
Numerais	48	12	.93	25
Verbos – formas finitas	29.1	270	.55	928

Como indica a Tabela 11, conjunções e numerais com a vogal posterior foram pouco frequentes na amostra. Das **4.248** ocorrências descritas na análise final, somente 24 são classificadas como numerais e 6 como conjunções. Com o objetivo de avaliar a interferência de um mesmo item ou contexto nos comportamentos encontrados, as tabelas 12 e 13 descrevem os vocábulos que se apresentaram em cada um desses grupos:

Tabela 12 Ocorrências de alçamento e manutenção de /o/ em numerais, de acordo com o item lexical em que a vogal alvo se apresenta.

ITEM LEXICAL	OCORRÊNCIAS	
	[U]	[O]
Oitocentos	10	
Quatrocentos	2	
Noventa		13

Tabela 13 Ocorrências de alçamento e manutenção de /o/ em conjunções, de acordo com o item lexical em que a vogal alvo se apresenta.

ITEM LEXICAL	OCORRÊNCIAS	
	[U]	[O]
Portanto	1	
Porém		3
Conforme	1	1

Os 25 numerais em que a pretônica /o/ se apresenta correspondem a apenas três itens distintos: “oitocentos”, “quatrocentos” e “noventa”. Os casos de alçamento se distribuem nos dois primeiros vocábulos (oitocentos e quatrocentos), em que a variante [u] foi categórica na amostra. Acredita-se que, em “quatrocentos” e “oitocentos” se esteja preservando na média pretônica o timbre alto original postônico dos vocábulos “quatro” e “oito”. Em “noventa”, a variante média abarca as 12 ocorrências encontradas. Trata-se de uma átona eventual, derivada da palavra “n[ɔ]ve”, contexto considerado potencialmente mais resistente à elevação (cf. BISOL, 1981).

Embora o número de conjunções seja bem mais reduzido, comportamentos categóricos também se efetivam. Os seis dados encontrados se distribuem entre os itens “conforme” (2), “porém” (3) e “portanto” (1). Como se verifica, a conjunção adversativa “porém” equivale à metade das ocorrências dessa variável, tendo por comportamento categórico a manutenção. Em contrapartida, a palavra “conforme” se mostrou variável, ora com a variante média, ora com a elevada, enquanto a única ocorrência de “portanto” teve a pretônica alçada na fala de Nova Iguaçu.

De igual modo, no que tange às formas finitas dos verbos, a frequência de um mesmo item ou contexto também influenciou na qualidade dos resultados (cf. ROCHA, 2013). No entanto, em virtude do maior número de dados, não foi possível elucidá-los neste artigo.

g) Escolaridade

Embora a escolaridade tenha sido classificada como o sétimo fator relevante para o alçamento de /o/, trata-se da primeira característica social ressaltada na análise. Seu controle visava a avaliar o prestígio das variantes estudadas no dialeto analisado.

Em linhas gerais, estudos sobre o mesmo fenômeno em distintos dialetos comprovam que, independentemente da formação intelectual do entrevistado, a manutenção de timbre médio é a preferência na maior parte dos dialetos do PB. A Tabela 14 confirma a variante [o] como mais prestigiada, posto que, na fala de indivíduos menos escolarizados, o emprego da variante alta (24.9%) foi mais presente e é mais provável (.58), em contraste com os de nível de escolaridade mais elevado. Embora os índices de aplicação descritos não sejam muito expressivos, parecem corroborar a hipótese de que a variante alta da vogal posterior seja mais estigmatizada do que a média no PB, já que na oralidade de sujeitos potencialmente menos cultos a tendência à elevação é maior ao passo que na fala de sujeitos mais cultos o oposto se verifica.

Tabela 14 Índices de alçamento e manutenção de /o/, de acordo com a Escolaridade dos informantes em Nova Iguaçu.

ESCOLARIDADE DOS INFORMANTES	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
Ensino Fundamental (2º segmento)	24.9	56	.58	1.430
Ensino Médio	19.6	25	.49	1.148
Ensino Superior	17.5	93	.44	1.670

Não se pode, por fim, desprezar o tipo de inquérito de que derivam os dados. Em se tratando de diálogos entre um documentador e um informante, em que os entrevistados têm consciência das gravações, embora ignorem seus propósitos reais, acredita-se que o predomínio da variante média em um contexto de razoável monitoramento possa estar relacionado ao seu maior prestígio social na fala de Nova Iguaçu.

h) Ponto de articulação da consoante precedente à vogal alvo

Em consonância com as análises sobre a relação entre o processo de redução vocálica e o fenômeno do alçamento de /o/ foram, também, observados os pontos de articulação dos segmentos adjacentes, tendo se destacado tanto a consoante atuante no ataque pretônico, quanto aquelas presentes na sílaba subsequente, como se mostra neste e no próximo item. Após as devidas recodificações, os pontos labial, alveolar, alveopalatal, palatal e velar foram recodificados em coronais e não coronais.

Os índices expressos na Tabela 15 indicam que, na fala de Nova Iguaçu, as vogais posteriores precedidas por consoantes [-coronais] se destacaram na amostra não só como o ambiente mais favorável à aplicação da regra (.55), mas também com o maior percentual de ocorrências de alçamento (24.8%), ao passo que segmentos [+coronais] precedendo a vogal alvo parecem motivar sua preservação como média [o].

Tabela 15 Índices de alçamento de /o/, de acordo com ponto de articulação da consoante precedente em Nova Iguaçu.

PONTO DE ARTICULAÇÃO (CONTEXTO PRECEDENTE)	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
[+ Coronal] (alveolares, alveopalatais e palatais)	12.1	171	.40	1.412
[- Coronal] (labiais e velares)	24.8	703	.55	2.836

j) Ponto de articulação da consoante seguinte à vogal alvo

Semelhantemente ao supracitado, o ponto de articulação da consoante presente no ataque da sílaba subsequente à vogal pretônica foi selecionado dentre os elementos que presidem à implementação da variante [u] em Nova Iguaçu. Na amostra de fala em questão, percebe-se que os dados de alçamento foram escassos. No entanto, consoantes [-coronais] (.57) se apresentam como mais favoráveis ao processo, que atingiu 21.2% das ocorrências.

Tabela 16 Índices de alçamento de /o/, de acordo com o ponto de articulação da consoante seguinte em Nova Iguaçu.

PONTO DE ARTICULAÇÃO (CONTEXTO SEGUINTE)	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
[+ Coronal] (alveolares, alveopalatais e palatais)	20	479	.45	2.398
[- Coronal] (labiais e velares)	21.2	392	.57	1.847

j) Sexo/Gênero

O penúltimo fator relevante para a pronúncia alta [u] na amostra observada foi o sexo dos informantes. Em consonância com a escolaridade, esse fator foi inicialmente postulado entre as demais características sociais dos entrevistados, a fim de avaliar a presença de estigmas em relação às variantes da vogal pretônica. Mais especificamente, abordagens de cunho sociolinguístico incluem no perfil dos informantes o sexo/gênero, partindo do pressuposto de que, a depender da avaliação social da variante, homens são mais suscetíveis à mudança sonora do que as mulheres. Além disso, a adequação à norma de prestígio costuma ser mais saliente na fala feminina em contraste com a masculina. Mesmo sendo evidente a baixíssima produtividade da variante alta em ambos os sexos em Nova Iguaçu, a tabela a seguir demonstra que o alçamento foi mais frequente no discurso de informantes do sexo masculino (22.4%), sendo esse fator mais sujeito à aplicação da regra (.54).

Tabela 17 Índices de alçamento de /o/, de acordo com o sexo/gênero dos informantes em Nova Iguaçu.

SEXO/GÊNERO DOS INFORMANTES	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
Masculino	2.4	450	54	2.011
Feminino	9	424	46	2.237

Em suma, ainda que os pesos relativos descritos anteriormente sejam pouco expressivos aproximando-se consideravelmente da neutralidade, eles não só sugerem o prestígio linguístico da pronúncia média, em contraste com a alta, no dialeto em questão, como também colaboram com a hipótese de que a variante alta posterior seja mais estigmatizada no PB.

k) Nasalidade da vogal alvo

Por fim, destaca-se a nasalidade da vogal alvo, como último fator relevante para a aplicação da regra de elevação de /o/, na fala de Nova Iguaçu. Em consonância com grande parte dos fatores descritos nessa seção, os percentuais relativos a esse grupo fortalecem a defesa de que a pronúncia [o] é a preferência no PB. A baixíssima produtividade da variante [u] em contextos de travamento nasal reitera o defendido em Camara Jr., (1970), Callou; Leite (1986), Battisti (1993), dentre outros que constam da Bibliografia deste estudo. No entanto, não anula a relevância da nasalidade sobre o alçamento, já que os pesos relativos sugerem vogais nasalizadas (.62) como mais suscetíveis à elevação, enquanto segmentos orais se aproximam consideravelmente da neutralidade.

Tabela 18 Índices de alçamento de /o/, de acordo com a Nasalidade da vogal alvo em Nova Iguaçu.

NASALIDADE DA VOGAL PRETÔNICA	[U]		P. R.	TOTAL
	%	OCO.		
Oral	8.9	601	.51	3.176
Nasal	4.2	90	.35	635
Nasalizada	1.9	183	.62	437

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto na seção anterior, da análise dos dados depreende-se, ao mesmo tempo, um baixo índice geral de aplicação da regra (.09) e uma diversidade de condicionamentos, presidindo ao alçamento. Poucos fatores, contudo, apresentaram índices expressivos, distanciando-se, significativamente, da neutralidade. Dentre outras possibilidades, a contiguidade como a vogal alta [i] se destacou. Além disso, considerou-se a recorrência de um mesmo item como importante para a qualidade de alguns resultados. Acredita-se que comportamentos semelhantes possam ter influenciado outros fatores selecionados. Em outras palavras, sugere-se não só a interferência do léxico, mas também a coatuação de condicionamentos no *corpus* investigado.

Deve-se levar em conta, ainda, o fato de estarem reunidos dados que, embora sujeitos ao alteamento, correspondem à atuação de duas regras distintas, a de harmonização e a de redução, o que, naturalmente, implica a seleção de um maior número de variáveis. Acredita-se que a análise de cada regra em particular possa deixar mais claros os condicionamentos e *inputs* de cada uma delas, o que, por questões de tempo, não foi possível fazer no presente estudo.

Apesar de se reconhecer a maior influência de fatores linguísticos na análise do fenômeno em pauta, optou-se por não desprezar o perfil dos entrevistados. Nesse sentido, se destacaram, nessa ordem, a escolaridade e o sexo dos informantes. A comparação entre os dados expressos nas tabelas 14 e 17 (cf. seção 3, itens g e j, respectivamente) e àqueles ilustrados na tabela adiante sobre a faixa etária, confirma a evidente preferência pela manutenção e a proximidade percentual entre os fatores. No que tange à escolaridade, a Tabela 14 comprovou que, o alçamento de /o/ é inversamente proporcional à formação dos entrevistados, decrescendo à medida que se eleva o nível de escolaridade. No que concerne ao sexo dos entrevistados, a Tabela 17 demonstrou que [u] é mais frequente na fala masculina. Por fim, os índices descritos na Tabela 19 demonstram que indivíduos mais jovens são mais resistentes ao alçamento.

Tabela 19 Índices de alçamento de /o/, de acordo com a faixa etária dos informantes em Nova Iguaçu.

FAIXA ETÁRIA	[U]		TOTAL
	%	OCO.	
25 – 35 anos	18.8	219	1.167
36 – 55 anos	20.9	327	1.565
56 – 75 anos	21.6	328	1.516

Em suma, este estudo permite afirmar que o dialeto investigado se situa na chamada “área de falar fluminense” (cf. DIAS, 2008, p. 284). À semelhança de outros dialetos do Sudeste do Brasil, o comportamento da vogal pretônica /o/ em Nova Iguaçu se distribui, nessa ordem, entre as regras de manutenção, alçamento e abaixamento e, conseqüentemente, se aproxima dos falares do centro de Minas Gerais (DIAS, 2008), do noroeste de São Paulo (SILVEIRA, 2008; CARMO, 2009) e de outras áreas do Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 1995; YACOVENCO, 1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTISTI, Elisa. *Elevação das vogais médias pretônicas em sílaba inicial de vocábulo na fala gaúcha*. 1993. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

_____. Neutralização das átonas. *Revista D.E.L.T.A*, vol. 19:2, p. 267-276, 2003.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; CRUZ, Maria Luiza Carvalho. Um estudo contrastivo sobre as vogais médias pretônicas em falares do Amazonas e do Pará com base nos dados do ALAM e do ALISPA. In: AGUILERA, Vanderci (org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2005, p. 299-318.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; ROCHA, Fabiane de Mello Vianna; SANTOS, Elisa Rammalho dos. Vogais médias pretônicas em início de vocábulo na fala do Rio de Janeiro. *Letras & Letras* (Online), v. 28, p. 273-278, 2012.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; ROCHA, Fabiane de Mello Vianna. Vogais médias pretônicas na fala da região sudeste: um panorama geo-sociolinguístico. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 18, p. 333-364, 2015.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. As vogais pretônicas no falar carioca. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, 5, p. 151-162, 1986.

_____; LEITE, Yonne; COUTINHO, Lilian. *Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro*. *Organon*, Porto Alegre, 18, p. 71-78, 1991.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

_____. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CARDOSO, Suzana. As vogais pretônicas no Brasil: uma visão diatópica. In: AGUILERA, Vanderci (org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: Editora da UEL, 1999, p. 93- 124.

CARMO, Márcia Cristina do. *As vogais médias pretônicas dos verbos na fala culta do interior paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual Paulista, 2009.

DIAS, Melina Rezende. *A variação das vogais médias pretônicas no falar dos mineiros de Piranga e de Ouro Branco*, 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell, 1972.

_____. *Principles of linguistic change*. v. 1: Internal factors. Cambridge, Blackwell, 1994.

- _____. *Principles of linguistic change*. v. 2: Social factors. Cambridge, Blackwell, 2001.
- LEE, Seung Hwa; OLIVEIRA, Marco Antonio de. Variação inter-e-intra-dialetal no Português brasileiro: um problema para a teoria fonológica. In: HORA, Demerval; COLLISCHONN, Gisela (org.). *Teoria linguística, fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003, p. 67-91.
- MAIA, Vera Lúcia. Vogais pretônicas médias na fala de Natal. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, 5, p. 209-226, 1986.
- MARQUES, Sandra Maria Oliveira. *As vogais médias pretônicas em situação de contato dialetal*, 2006. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, Marco Antonio. *Variação Fonológica: O indivíduo e a comunidade de fala*. VIII Seminário de Pesquisa do PPGLLP–Unesp–Araraquara. (Seminário), 2008.
- ROCHA, Fabiane de Mello Vianna. O comportamento das vogais médias pretônicas na fala de Nova Iguaçu-RJ. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Myrian Barbosa da. Um traço regional na fala culta de Salvador. *Organon*, Porto Alegre, 18, p. 79-89, 1991.
- SILVA, Edila Vianna. Uma contribuição para o conhecimento do Português no Brasil: as pretônicas fluminenses. In: *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 391-397.
- VIEGAS, M do C. *O alicamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W; MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-195.
- YACOVENCO, Lilian Coutinho. *As vogais médias pretônicas no falar culto carioca*. 1993. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

SOBRE OS ORGANIZADORES

ALESSANDRA DE PAULA // Contato: anelassard@gmail.com

Pesquisadora e Professora Adjunta de Língua Portuguesa e Filologia Românica no Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Formou-se Bacharel e Licenciada em Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é Doutora em Língua Portuguesa pela mesma instituição com apoio Capes e CNPq. Dedicou-se à investigação da mudança linguística no sistema fonológico do Português com ênfase na fala fluminense.

DANIELLE KELLY GOMES // Contato: daniellekgomes@gmail.com

Bacharel e Licenciada em Português/Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003/2004), Mestre e Doutora em Letras Vernáculas pela mesma instituição (2006 e 2012, respectivamente). Entre 2005 e 2013, atuou como professora de Língua Portuguesa nas redes municipal e estadual de educação do Rio de Janeiro. Foi Professora Adjunta I do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense (2013-2014). Atualmente é Professora Adjunta II do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dedicou-se a pesquisas em teorias fonológicas, com interesse em aquisição da linguagem/aprendizagem da escrita, contato linguístico e análises contrastivas de variedades do Português.

ELIETE FIGUEIRA BATISTA // Contato: elietesilveira@hotmail.com

Possui Bacharelado e Licenciatura em Português/Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), Mestrado (1996) e Doutorado (2003) em Letras Vernáculas pela UFRJ, e Pós-Doutorado em Língua Portuguesa pela Universidade de Lisboa (2013-2014), com financiamento da CAPES. Atualmente ocupa o cargo de Professor Associado II na UFRJ, atuando na graduação e pós-graduação, bem como em projetos de extensão universitária. Tem experiência na área de Linguística, com pesquisas envolvendo os seguintes temas: aquisição da linguagem/aprendizagem da escrita e teorias fonológicas; ensino, variação e mudança linguísticas; estudos de base sociolinguística nos diferentes níveis da língua.

MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA // Contato: marcia@letras.ufrj.br e marciamv@ufrj.br

Doutora (2001) e Mestre (1995) em Língua Portuguesa pela UFRJ e Bacharel e Licenciada em Português-Inglês pela UFRJ (1992), é Professora Associada III do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ. Tem experiência em pesquisa sobre: variação e mudança de formas fonéticas (pretônicas) e morfossintáticas (formas de tratamento e de predicação); mudança por gramaticalização, lexicalização, mudança construcional ou construcionalização; predicação; impessoalização; auxiliaridade; temporalidade, aspectualidade e modalidade. Coordena, na UFRJ, o Projeto PREDICAR (Formação e expressão de predicados complexos), no qual se desenvolvem pesquisas sob a ótica da Linguística Funcional-Cognitiva, da Gramática das Construções e do Sociofuncionalismo. Desde 2016, integra, junto com Silvia Brandão, a coordenação do eixo temático do GT de Sociolinguística da ANPOLL *Variação e Mudança Linguística*.

SILVIA RODRIGUES VIEIRA // Contato: silviavieira@hotmail.com

Professora-pesquisadora da Faculdade de Letras da UFRJ. Mestre e Doutora pela mesma instituição e bolsista CNPq/FAPERJ, atua no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas e no Mestrado Profissional em Letras. Sua produção conta com artigos em periódicos, capítulos e organização de livros – Ensino de gramática: descrição e uso (Contexto, 2007), Ensino de Português e Sociolinguística (Contexto, 2014); A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe (Vermelho Marinho-FAPERJ, 2015); Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas (Letras UFRJ, 2017). Atua nas áreas de Sociolinguística, sobretudo no campo da variação morfossintática, Descrição de variedades do Português e Ensino de Língua Portuguesa.

SOBRE O PREFACIADOR

ROBERTO CORRÊA DOS SANTOS // Contato: robertcossan@terra.com.br

Semiólogo, teórico da arte, escritor e artista; atua como professor de teoria da arte e de estética nos cursos de graduação e de pós-graduação do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; pesquisador do CNPq, com pós-doutorado na PUC-SP; tem publicado (a) livros sobre teoria da arte e da literatura, (b) livros de poesia e (c) livros de artista; dedica-se ao exame de obras no âmbito das artes plásticas e visuais contemporâneas.

SOBRE OS COLABORADORES

ANA CARLA MORITO MACHADO // Contato: carlamorito25@yahoo.com.br

Formada em Letras pela UFRJ em 1998, iniciou sua carreira profissional como professora da Rede Estadual no mesmo ano. Também trabalhou em escolas particulares, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Em 2006, defendeu sua dissertação de mestrado, sendo orientada por Sílvia Brandão e Sílvia Vieira. Em 2009, ingressa como PI Língua Portuguesa na Rede Municipal de Educação. Em 2015, conclui uma pós-graduação em Gestão Pedagógica a fim de assumir a Direção da Escola Municipal Ceará, tendo sido reeleita para cumprir o triênio 2018-2020.

ELINE MARIA MENDONÇA BULCÃO // Contato: embulcao@gmail.com

Iniciou o Bacharelado em Letras Clássicas e Vernáculas (Habilitação Português) em 1979 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo concluído o curso em 1984 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Licenciou-se em Letras – Português pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), em 1985. É Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a dissertação defendida em 1993.

EVANILDA MARINS ALMEIDA // Contato: marinsalmeida@yahoo.com.br

Graduada em Letras/Francês (1987), Mestre (1997) e Doutora (2010) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com período de Bolsa Sanduíche na Universidade de Lisboa. É docente de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora, no âmbito do Mestrado e do Doutorado, com contribuição na área de Sociolinguística Variacionista.

FABIANE DE MELLO VIANNA DA ROCHA // Contato: fabyufrj@gmail.com

Graduada em Letras/Latim (2011), Mestre (2013) e Doutora (2018) em Letras Vernáculas pela UFRJ. Vinculada à linha de pesquisa “Língua e sociedade: variação e mudança” e sob a orientação da professora Dra. Sílvia Figueiredo Brandão, desenvolveu, no Mestrado, com bolsa do CNPq, pesquisa sociolinguística e difusionista acerca das vogais médias pretônicas na fala de Nova Iguaçu. No Doutorado, analisou – com bolsas do CNPq, da FAPERJ e da CAPES – o mesmo fenômeno variável nesta última variedade. Durante a Graduação, foi monitora da disciplina Fonologia do Português (2008, 2009 e 2010) e, de 2012 a 2014, atuou como professora substituta do Departamento de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ. Desde a graduação, participa de eventos científicos e colabora com publicações de trabalhos científicos.

GERSON RODRIGUES DA SILVA // Contato: profgerson@yahoo.com.br

Professor adjunto IV do Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Durante 10 anos, foi professor da rede pública e privada, tendo ministrado aulas, nesse período, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Atualmente é coordenador do Mestrado Profissional em Letras na UFRRJ, sendo membro do conselho gestor do programa, representando as instituições do sudeste.

MARIA LUIZA DE CARVALHO CRUZ-CARDOSO // Contato: luizacr@uol.com.br

Formada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, apresentando a Dissertação “Ensino de Português para Estrangeiros: uma análise de dificuldades”, e Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, apresentando a Tese “Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM”. Atua como docente do Curso de Letras – Língua Portuguesa, na UFAM, como professora associada nível III e também docente na pós-graduação em Letras – PPGL. Já atuou na chefia do Departamento do Curso de Letras e, atualmente, é coordenadora do Curso de Mestrado em Letras do PPGL.

ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA // Contato: roberval.ts@gmail.com

Professor, Pesquisador e o atual Diretor do CIELA (Centro de Investigações para Pesquisas Luso-Asiáticas) no Departamento de Português da Universidade de Macau. Com interesses de pesquisa ligados à abordagem sociointeracional do discurso, dedica-se a investigações sobre (i) construção de identidades de gênero e diaspóricas; (ii) política linguística e a difusão do Português no mundo, com ênfase nos contextos móveis das comunidades da diaspóricas chinesa e brasileira, e (iii) processos de interação no ensino-aprendizagem de Português como língua não materna para comunidades asiáticas.

SÉRGIO DRUMMOND MADUREIRA CARVALHO // Contato: sdmc@uol.com.br

Graduação em Português e Literaturas em Língua Portuguesa (1997), Licenciatura em Português e Literatura Brasileira (2002), Mestrado e Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa (2002/2010) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização em Formação de Professores de Português para Estrangeiros pela PUC-RJ (2015). Já atuou como professor substituto de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da UFRJ (2004 e de 2005). Atualmente é professor auxiliar no Centro Universitário IBMR (Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação) e professor estatutário da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, FAETEC.

VANESSA MEIRELES // Contato: vanessameireless@gmail.com e vanessa.meireles@univ-montp3.fr

Graduação em Letras Português/Francês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva (Universidade de Paris VIII Vincennes Saint-Denis, 2009), Mestrado em Estudos Lusófonos (Universidade Sorbonne Nouvelle, 2011) e Doutorado em Linguística (Universidade Paris VIII Vincennes Saint-Denis, 2014). Realiza pesquisas dos seguintes temas: Sândi, ditongação, acento de palavra. Tem experiência no ensino de Português/Francês/Língua Estrangeira/Linguística. Atualmente é professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Cultura Lusófona no Departamento de Português na Universidade Paul Valéry, França.

VIVIAN DE OLIVEIRA QUANDT // Contato: viviquandt@gmail.com

Doutora em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). Atualmente atua como professor I licenciatura plena espanhol – Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – e como professora do ensino médio – Português/Literatura e Espanhol – na Escola SESC de Ensino Médio. Nessa última escola, atua, também, como coordenadora de Línguas Estrangeiras desde 2017. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Língua Espanhola, atuando, principalmente, nos seguintes temas: fonética articulatória, Sociolinguística, Linguística, ensino de Espanhol/LE, metodologias de ensino, literatura hispânica.

ANEXO

Dissertações e teses orientadas pela professora Silvia Figueiredo Brandão

I. DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

1. Eline Maria Mendonça Bulcão
Título: *Glossários regionais nordestinos: um estudo lexicográfico*
Ano da defesa: 1993
2. Silvia Rodrigues Vieira
Título: *Aspectos da concordância verbal na fala do Norte do Estado do RJ*
Ano da defesa: 1995
3. Eliete Figueira Batista
Título: *O uso do artigo diante de pronomes possessivos na fala de comunidades rurais do Estado do Rio de Janeiro*
Ano da defesa: 1996
4. Evanilda Marins Almeida
Título: *A variação da concordância nominal num dialeto rural*
Ano da defesa: 1997
5. Sandra Helena Arouca Rodrigues
Título: *Os pós-vocálico na fala da Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro*
Ano da defesa: 2001
6. Sérgio Drummond Madureira Carvalho
Título: *A palatalização das plosivas dentais na fala de pescadores do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro*
Ano da defesa: 2002
7. Gerson Rodrigues da Silva
Título: *A multifuncionalidade de onde*
Ano da defesa: 2002

8. Vivian de Oliveira Quandt
Título: *O comportamento da lateral anterior na fala do Norte-Noroeste Fluminense*
Ano da defesa: 2004
9. Luciana Gomes Lima
Título: *Atlas fonético do entorno da Baía de Guanabara – AFeBG*
Ano da defesa: 2006
10. Ana Carla Morito Machado
Título: *O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro*
Ano da defesa: 2006
11. Alessandra de Paula Santos
Título: *Vogais médias postônicas não finais na fala do Estado do Rio de Janeiro*
Ano da defesa: 2010
12. Fabiane de Mello Vianna da Rocha
Título: *O comportamento das vogais pretônicas na fala de Nova Iguaçu-RJ*
Ano da defesa: 2013
13. Raphaela Ribeiro Passos
Título: *O ditongo /ey/ na variedade urbana do Português de São Tomé*
Ano da defesa: 2018

II. TESES DE DOUTORADO

1. Marcia dos Santos Machado Vieira
Título: *Sintaxe e semântica de predicções com verbo fazer*
Ano da defesa: 2001
2. Silvia Rodrigues Vieira
Título: *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*
Ano da defesa: 2002
3. Eliete Figueira Batista da Silveira
Título: *A integração clausal no âmbito das construções completivas de verbo preposicionadas*
Ano da defesa: 2003

4. Maria Luiza de Carvalho Cruz
Título: *Atlas Linguístico do Amazonas -ALAM*
Ano da defesa: 2004
5. Fabiana da Silva Campos Almeida
Título: *MicroAtlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro-MicroA-FERJ: uma contribuição ao conhecimento dos falares fluminenses*
Ano da defesa: 2008
6. Sérgio Drummond Madureira Carvalho
Título: *As pretônicas <e> e <o>no Português do Brasil e no Português europeu*
Ano da defesa: 2010
7. Evanilda Marins Almeida
Título: *Uso e norma: a variação da concordância verbal em redações escolares*
Ano da defesa: 2010
8. Danielle Kely Gomes
Título: *Síncope em proparoxítonas: um estudo contrastivo entre o Português brasileiro e o Português europeu*
Ano da defesa: 2012
9. Vivian de Oliveira Quanti
Título: *A lateral palatal no Português do Brasil e no Português Europeu*
Ano da defesa: 2014
10. Alessandra de Paula Santos
Título: *Variação e mudança no vocalismo postônico medial em Português*
Ano da defesa: 2015
11. Fabiane de Mello Vianna da Rocha
Título: *O sistema vocálico do Português de São Tomé e o comportamento das vogais médias em contexto pretônico*
Ano da defesa: 2018